



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

ANTÔNIO BRITTO

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1999

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

ANTÔNIO BRITTO
Governador do Estado

VICENTE JOAQUIM BOGO
Vice-Governador do Estado

JANICE MAYER MACHADO
Secretária-Geral de Governo

JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil

CEL. RONEI ANTÔNIO DALLA COSTA
Chefe da Casa Militar

EUNICE NEQUETTE
Procuradora-Geral do Estado

MARIA DA GLÓRIA SCHILLING DE ALMEIDA
Defensora Pública-Geral

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
Secretário de Estado da Coordenação e Planejamento

OTOMAR OLEQUES VIVIAN
Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

CÉZAR AUGUSTO BUSATTO
Secretário de Estado da Fazenda

CÉZAR AUGUSTO SCHIRMER
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

TELMO RUDI FRANTZ
Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia

NELSON LUIZ PROENÇA FERNANDES
Secretário de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

GÜNTHER REGINALDO STAUBB
Secretário de Estado do Turismo

TELMO KIRST
Secretário de Estado das Obras Públicas, Saneamento e Habitação

ASSIS ROBERTO SANCHOTENE DE SOUZA
Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicações

JOSÉ OTÁVIO GERMANO
Secretário de Estado dos Transportes

NELSON FERNANDO BOEIRA
Secretário de Estado da Cultura

IARA SÍLVIA LUCAS WORTMANN
Secretária de Estado da Educação

JOSÉ FERNANDO CIRNE LIMA EICHENBERG
Secretário de Estado da Justiça e da Segurança

GERMANO MOSTARDEIRO BONOW
Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente

IRADIR PIETROSKI
Secretário de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

EDIR OLIVEIRA
Secretário Especial da Região Metropolitana

GILBERTO MOSMANN
Secretário Especial para Implantação do Complexo Automotivo

ÍNDICE

PARTE 1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO ANTÔNIO BRITTO

1. REFORMA E RECONSTRUÇÃO DO ESTADO	13
1.1. Governar o Governo	14
1.2. Acessibilidade, Compromisso com o Usuário e Qualidade do Serviços Públicos	15
1.3. Modernização Institucional e Parceria com a Iniciativa Privada: o Programa de Concessões e Privatizações	16
1.4. A luta pela recuperação do equilíbrio das contas públicas	18
2. RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	22
3. TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA GAÚCHA	25
4. PROMOÇÃO SOCIAL	27
4.1. A luta pelo emprego	27
4.2. Os avanços na educação	28
4.3. As prioridades na saúde	30
4.4. <i>Expansão e modernização dos mecanismos de Segurança Pública</i>	31
4.5. O programa Piá 2000 e a proteção à infância desvalida	31
ANEXO I - A ECONOMIA GAÚCHA 1995-98	35
ANEXO II - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	47
ANEXO III - INDICADORES DA ADMINISTR. ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO	61
ANEXO IV - MEIO AMBIENTE	75

PARTE 2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - 1998

1. ÁREA ADMINISTRATIVA	85
1.1. Casa Militar	85
1.2. Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	87
1.3. Procuradoria-Geral do Estado	90
1.4. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	93
1.5. Secretaria da Coordenação e Planejamento	107
1.6. Secretaria da Fazenda	124
1.7. Secretaria-Geral de Governo	126
2. ÁREA ECONOMICA	131
2.1. Secretaria da Agricultura e Abastecimento	131
2.2. Secretaria da Ciência e Tecnologia	155
2.3. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais	178
2.4. Secretaria do Turismo	187
2.5. Secretaria Especial da Região Metropolitana	192
3. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA	193
3.1. Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação	193
3.2. Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	203
3.3. Secretaria dos Transportes	208
4. ÁREA SOCIAL	217
4.1. Secretaria da Cultura	217
4.2. Secretaria da Educação	228
4.3. Secretaria da Justiça e da Segurança	236
4.4. Secretaria da Saúde e Meio Ambiente	239
4.5. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social	247

PARTE 1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO ANTÔNIO BRITTO

A obra de transformação do Rio Grande do Sul, iniciada pelo Governo Antônio Britto, e cuja implementação exigiu decisões, iniciativas e ações sem conta, pode ser sinteticamente agrupada em quatro grandes blocos, a saber:

- *Reforma e Reconstrução do Estado*
- *Recuperação da Infra-estrutura*
- *Transformação Estrutural da Economia Gaúcha*
- *Promoção Social*

Na seqüência, nesta primeira parte, ao apresentar as realizações e avanços até agora conseguidos, não se resenhará exaustivamente as inúmeras iniciativas levadas a termo em cada um destes grandes eixos da atuação governamental. Buscar-se-á, antes, identificar e evocar o que em cada um deles foi o essencial da ação empreendida, bem como pôr em destaque a extensão, a complexidade, a profundidade, as conseqüências e as implicações mais importantes da obra feita.

1. REFORMA E RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

Um setor público vazio de prioridades, desmotivado e sem poder de iniciativa estratégica, perplexo frente às novas exigências que lhe eram impostas pelas rápidas e profundas transformações sociais e econômicas que ocorriam em escala nacional e internacional, constituído, além disso, por empresas estatais cujo gerenciamento se fazia sem clareza de objetivos e com escassa capacidade de investimento, esta a situação encontrada pelo Governo Antônio Britto ao iniciar seu mandato em primeiro de janeiro de 1995.

A primeira e impostergável tarefa do Governo recém instalado era a reforma deste Estado enfraquecido, confrontado a desafios complexos e crescentes e inserido, quase sem se dar conta, em um período de mudança histórica acelerada e profunda.

O sentido das alterações a serem implementadas era, antes de mais nada, o de dotar o Poder Executivo dos meios e recursos necessários (i) para realizar a impostergável obra de ampliação e diferenciação da base econômica do Estado, (ii) para proceder a modernização de nossa infra-estrutura e, deste modo, (iii) para estabelecer as condições básicas do processo de redução e superação das desigualdades sociais existentes na sociedade gaúcha.

Renovar o setor público, ganhar capacidade e força operacional, dar por concluída a missão de instituições criadas em um outro momento histórico e cuja existência se devia exclusivamente à inércia institucional, fixar para os órgãos da administração direta e indireta compromissos gerenciais explícitos, estabelecidos em função da definição de objetivos estratégicos, orientar firmemente a ação do setor público para seus destinatários, determinar e lembrar constantemente que a razão de ser do Governo é servir à sociedade e aos cidadãos, abrir o processo de *compartilhamento com a iniciativa privada das responsabilidades de provimento e expansão dos grandes serviços de infra-estrutura*, buscar reduzir os principais focos de debilitamento das finanças públicas - estas, pois, as principais linhas de renovação do setor público a que se dedicou com enorme persistência e resultados expressivos o Governo Britto.

As principais linhas de ação do projeto de reforma e reestruturação do Governo foram as seguintes:

- Orientação e coordenação executiva, ou *Governar o Governo*
- Qualidade, compromisso com os usuários e acessibilidade
- Parceria com a iniciativa privada: privatizações e concessões
- Busca do equilíbrio das contas públicas

1.1. Governar o Governo

A intervenção eficaz do Governo no processo de desenvolvimento do Estado preliminarmente requeria (i) a reconstrução dos instrumentos de orientação e controle das ações de Governo, (ii) uma definição precisa de objetivos a alcançar e (iii) uma melhor alocação do gasto público. Tratava-se de substituir o Estado ausente pelo Estado atuante e mobilizador.

O acompanhamento e controle da execução das ações, feitos diretamente pelo próprio Governador, pela Secretaria-Geral de Governo e pelos mecanismos altamente inovadores dos contratos e compromissos de gestão, contribuíram para o extraordinário avanço alcançado pelo setor público no Rio Grande do Sul.

① O primeiro dos instrumentos utilizados para garantir o máximo de direção e foco às ações de Governo e, deste modo, maximizar o aproveitamento dos recursos financeiros e administrativos disponíveis, foi o chamado *Caderno de Metas*, um instrumento de acompanhamento de todas as atividades governamentais de relevância.

② Depois, para acompanhar *gerencialmente* as ações de Governo, para assegurar maior eficácia e resolutividade às iniciativas de cada órgão e de cada agência governamental, foram definidos e estabelecidos os chamados *projetos prioritários*, cuja execução passou a ser supervisionada por um órgão novo, criado especialmente para este fim - a Secretaria Geral de Governo.

Os resultados destas iniciativas foram muito satisfatórios, traduzidos no alto grau de coordenação dos agentes e das ações envolvidas em cada projeto, na sincronização precisa dos cronogramas físico-financeiros de execução e na facilidade de acompanhamento do que estava a ser feito em cada um dos órgãos da administração estadual.

③ Numa outra frente, foi reestruturada a *Secretaria da Coordenação e Planejamento*, de modo a habilitá-la para a concepção e negociação de projetos com as chamadas agências multilaterais de desenvolvimento - basicamente do Banco Mundial e o Banco Interamericano -, iniciativa da qual resultaram cinco grandes projetos, cujos investimentos totais alcançarão 950 milhões de dólares, 650 dos quais financiados.

④ De outra parte, numa área absolutamente crítica para o Governo Britto, para conduzir o que viria a ser o mais ambicioso de todos os programas de privatização empreendidos pelos Governos estaduais, foi constituído o *Conselho de Reforma do Estado*, que, sob a coordenação da Secretaria de Minas, Energia e Comunicações, coadjuvado por uma empresa criada especificamente para constituir-lhe a contraparte financeira - a CADIP -, teve enorme sucesso em seu trabalho, quer se avalie este último em função do montante de recursos obtido, quer se atente para a transparência e a lisura dos procedimentos seguidos.

5) Por fim, para dar maior sustentação aos programas de Governo dirigidos para áreas geográficas críticas - a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Metade-Sul do Estado - foram criadas as Secretarias Especiais da Região Metropolitana e da Metade-Sul.

O conjunto de providências a que se acaba de fazer referência tinha por objetivo maior cumprir o mais rápida, eficaz e fielmente possível o mandato de renovação da sociedade gaúcha recebido a partir da vitória nas eleições de 94. Sua preocupação era não perder tempo, não frustrar expectativas e proceder com o sentido de pressa e urgência que, mais do que do Governo, era e é da própria sociedade.

1.2. Acessibilidade, Compromisso com o Usuário e Qualidade do Serviços Públicos

No esforço para reformar e renovar o setor público estadual, além das providências de caráter gerencial e institucional já referidas, o Governo Antônio Britto cuidou também de criar mecanismos novos de indução à melhoria dos serviços,

A diretriz principal era a de que os serviços públicos, no seu amplo espectro, fossem de fato prestados e prestados de forma efetivamente pública, isto é, distribuídos de maneira isonômica e comprometidos com os interesses e necessidades reais de seus destinatários.

☞ O primeiro desses instrumentos foram os contratos de gestão, firmados com as principais empresas da administração indireta, mediante os quais foram definidos indicadores e estabelecidas metas a serem alcançadas pela CEEE, pela CRT, pela CORSAN, pela Procergs, com relação aos respectivos desempenhos econômico-financeiros, aos ganhos de produtividade, à universalização dos serviços, à qualidade das prestações e à satisfação dos usuários.

☞ Já as Fundações e Autarquias ficaram sujeitas a outro instrumento, o compromisso de gestão, cujos objetivos eram (i) a racionalização do uso dos recursos de modo a reduzir o grau de dependência destas instituições em relação aos repasses do Tesouro do Estado, e (ii) estimular o uso de um maior montante de recursos nas atividades-fim.

☞ Um outro passo no sentido de comprometer os serviços públicos com os usuários e de melhorar-lhes qualitativamente o desempenho foi dado com a criação da central de atendimento aos cidadãos a que demos o nome de Tudo Fácil. Essa instituição, pioneira no Estado, voltada à integração física de diferentes serviços públicos, reunidos todos na loja do prédio sede da antiga Caixa Econômica Estadual - um dos espaços mais nobres da capital do Estado -, foi estabelecida com o cuidado de oferecer aos cidadãos-usuários o melhor padrão de atendimento possível, um padrão comparável ao alcançado pelas melhores organizações privadas.

O compromisso, neste caso, é o de propiciar uma alteração qualitativa no padrão de acessibilidade, qualidade, eficiência e eficácia da prestação de serviços tipicamente administrativos, como, por exemplo, a feitura da carteira de identidade, o

pagamento do IPVA, o acesso aos serviços da Defensoria Pública ou o trato de quaisquer assuntos com a CEEE ou com a CORSAN.

Trata-se, em todos os casos, de construir interfaces dos serviços públicos com os usuários dotadas de flexibilidade, cortesia, eficiência e resolutividade, *honrando deste modo o nobre nome e o alto conceito de serviço público.*

Por fim, o próprio processo de concessão e privatização de serviços públicos, sobre os quais se falará adiante, foi concebido com o objetivo de acelerar a qualificação e a universalização dos serviços e com a preocupação de preservar integralmente os interesses e necessidades de seus destinatários finais, os cidadãos rio-grandenses.

Este último ponto esteve na origem da criação, nacionalmente pioneira, de uma instituição voltada precisamente à *regulação dos serviços públicos privatizados e/ou concedidos*, instituição que, depois de devidamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, veio a constituir-se como a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS.

1.3. Modernização Institucional e Parceria com a Iniciativa Privada: o Programa de Concessões e Privatizações

Convencido de que no mundo contemporâneo a revisão do padrão tradicional de divisão de encargos entre o setor público e a área privada tornava-se quase forçosa, muito consciente das limitações da área governamental para expandir os grandes serviços de infra-estrutura com a escala, a qualidade e a velocidade exigidas pelas condições de competição vigentes na economia globalizada, o Governo Antônio Britto muito precocemente decidiu dar início a um vigoroso programa de modernização institucional, concessões e reforma patrimonial, para cuja concepção buscou auxílio nas melhores experiências disponíveis, dentre elas a do Banco Mundial, com o qual foi contratado um projeto específico, denominado, justamente, de Projeto de Apoio à Reforma do Estado.

Assim, mesmo ao risco de desgastes e críticas de parte das forças de oposição e até de parcela da opinião pública, o Governo deu início ao que viria a ser o mais ambicioso e o mais bem sucedido dos programas de modernização e reforma patrimonial implementados pelos Estados brasileiros.

As ações de modernização institucional começaram já no primeiro dia de governo, com o fechamento de empresas estatais deficitárias e anacrônicas como a COHAB, a CEDIC e a CRTUR, as quais, ainda que tivessem prestado serviços relevantes em outras circunstâncias, a meio dos anos 90 encontravam-se em estado precário, praticamente paralisadas.

Assim, ao optar por extingui-las, o Governo ao mesmo tempo deu fim aos prejuízos do Tesouro resultantes da cobertura dos déficits operacionais e redirecionou-lhes as funções para a administração direta ou, como no caso da COHAB, para outras instituições do sistema administrativo do Estado.

O prosseguimento do processo de modernização institucional deu mais um passo com as ações de reestruturação do sistema financeiro estadual que, num primeiro momento, foi unificado gerencialmente, e, a seguir, foi simplificado com o fechamento da Caixa Econômica Estadual, o saneamento do BANRISUL e a criação da Caixa Estadual S.A. - Agência de Desenvolvimento.

Na origem da reforma do sistema financeiro estadual encontram-se as novas e exigentes condições operacionais impostas pelo Plano Real ao conjunto do sistema financeiro nacional, o qual viu-se obrigado a operar sem as grandes facilidades que lhe proporcionava o regime das altas taxas inflacionárias. Neste caso, beneficiou-se o Governo do Estado da linha de refinanciamento aberta pela autoridade federal com o objetivo de reduzir e sanear o sistema público de crédito composto pelos bancos públicos estaduais.

Uma segunda linha de modernização institucional foi seguida mediante o programa de concessões de serviços públicos ao setor privado.

No setor de transportes, o primeiro passo foi dado com a revitalização dos serviços portuários mediante a concessão a empresas privadas da exploração dos principais terminais do Porto de Rio Grande. Os resultados desta iniciativa foram decisivos, pois Rio Grande deixou de ser um dos portos mais caros e ineficientes do Brasil para rapidamente transformar-se num terminal altamente competitivo, capaz de recuperar as cargas que vinha perdendo para Paranaguá, e mesmo Imbituba, e de tornar-se um dos melhores portos do país. Mais do que isso, as obras decorrentes desta alteração institucional, combinadas com a decisão do Governo Federal de aumentar o calado do porto para 40 pés, deverão fazer de Rio Grande, definitivamente, o mais importante dos portos do Mercosul.

O segundo grande exemplo do programa de concessões é o dos pólos rodoviários regionais, criados para otimizar a recuperação e manutenção de rodovias federais e estaduais existentes no Estado, mediante a cobrança de pedágios. Também neste caso os bons efeitos das decisões tomadas já começam a se fazer sentir na melhoria das condições de trafegabilidade da malha rodoviária estadual, melhoria esta que deverá em breve mostrar que, não obstante a cobrança dos pedágios, os custos efetivos da circulação de mercadorias no Estado são cadentes.

Por fim, a parte financeiramente mais importante do programa de Reforma do Estado esteve nos processos de privatização da CRT e da CEEF, os quais, além de sucessos comerciais, foram exemplos de racionalidade no tratamento dos complexos desafios colocados pela situação atual a estas áreas críticas da infra-estrutura.

O programa de privatizações começou com a venda da participação minoritária no capital social da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações - CRT - para um parceiro estratégico. Esta decisão foi pautada pela convicção de que, numa área de inovações tecnológicas permanentes, a recuperação do atraso estadual muito dificilmente se poderia fazer com recursos próprios da Companhia, principalmente numa situação nova de reestruturação do setor em cujo âmbito a participação privada se vinha anunciando como necessária e inevitável.

Pesava também, neste caso, a alta dependência do projeto de desenvolvimento da economia estadual e da política de atração de investimentos da

percepção pelos investidores privados de que o Rio Grande do Sul não deixaria de ter, a médio prazo, condições de infra-estrutura, na área de telecomunicações, compatíveis com as exigências colocadas ao setor pela alta intensidade de interação e comunicação típicas da economia aberta, com fluxos externos cada vez mais importantes.

O segundo grande passo do programa de reforma patrimonial foi o processo de divisão empresarial da CEEE, cujo início foi a constituição de três empresas de distribuição de energia, duas das quais foram privatizadas em leilões que se tornaram históricos e modelares no contexto brasileiro, seja pelos altos ágios alcançados, seja pela franca competição havida entre os ofertantes.

Por fim, com a venda do controle acionário da CRT, o Governo do Estado deu um passo a mais no processo de redistribuição dos encargos de provisão dos serviços de infra-estrutura entre os setores público e privado.

Neste caso, a venda foi induzida pelo processo nacional de privatização do setor, o qual tornaria difícil a permanência de uma operadora controlada pelo setor público no novo contexto formado pelas três novas grandes companhias regionais de telecomunicações resultantes da divisão e privatização da Telebrás.

No programa de privatizações, também razões de ordem fiscal fortaleceram a decisão do Estado, uma vez que por meio dele tornava-se possível recuperar capacidade de investimento ao mesmo tempo em que se abria caminho para uma acelerada ampliação e melhoria dos serviços ofertados pelas empresas.

Em resumo, pode-se dizer que o processo de privatização compôs os seguintes interesses e propósitos: (i) acelerar o processo de modernização gerencial, (ii) ampliar e qualificar os serviços ofertados nestes setores, (iii) recuperar a capacidade de investimento na área da infra-estrutura e (iv) contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Além disso, convém também registrar que foi o sucesso alcançado na colimação conjugada deste conjunto de objetivos que esteve na raiz do extraordinário êxito do Estado em sua política de atração de investimentos e de retomada do desenvolvimento.

1.4. A luta pela recuperação do equilíbrio das contas públicas

No esforço para governar o governo um capítulo fundamental - talvez o mais difícil - foi, e continua a ser, o concernente às contas públicas.

Tão logo empossado, o novo Governo viu-se a braços com uma situação fiscal difícil, caracterizada por uma alta participação dos gastos com pessoal no agregado da receita, por um endividamento em títulos submetido a crescimento exponencial, por limites muito evidentes para ganhos no crescimento da receita corrente e, principalmente, sem as facilidades que o período inflacionário criava para o setor público. Nos períodos de inflação alta, com efeito, além dos importantíssimos

ganhos financeiros, ajustava-se facilmente a despesa pela manipulação simples das datas de pagamento.

Diante deste quadro desafiador e complexo, se impunham quatro linhas de ação principais: (i) o esforço permanente para conter os gastos correntes, (ii) a busca de solução para o insustentável crescimento automático do endividamento público e pela constituição de um novo e reestruturado padrão de endividamento público, (iii) as iniciativas destinadas a aumentar as receitas correntes e, por fim, (iv) o incremento da receita própria líquida a partir de um esforço concertado de desmobilização de ativos.

1.4.1. A difícil problemática dos gastos correntes

Com relação à redução dos gastos correntes, o esforço do Governo dirigiu-se primeiramente para a extinção de cargos e funções de confiança, dos quais foram suprimidos mais de 4 mil, representando um corte de aproximadamente 40% no total disponível. Em segundo lugar, procurou-se reduzir o efetivo dos servidores, primeiramente mediante o Programa de Demissões Voluntárias e, em seguida, por meio de instruções destinadas ao não preenchimento em 100% das vagas originadas por aposentadorias.

Medidas complementares destinadas a eliminar graves distorções no sistema de remunerações - a mais importante das quais era a fixação de um teto efetivo para os vencimentos dos servidores -, ainda que aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado, acabaram não podendo ser implementadas por força de decisões judiciais desfavoráveis.

Importa sublinhar, porém, que, não obstante as iniciativas referidas, o Governo Antônio Brito foi marcado por uma elevação do patamar de gastos correntes, resultante de um importantíssimo aumento dos gastos reais com pessoal.

Dois fatores explicam tal aumento: por um lado, a ausência das perdas inflacionárias, por outro, a necessidade que veio a se mostrar incontornável de melhoria real das remunerações de praticamente todas as categorias de servidores, mas muito especialmente dos professores e do pessoal das polícias civil e militar.

Certamente não é o caso de lamentar as melhorias nas remunerações dos servidores, cujos salários na maioria dos casos não são altos. É forçoso reconhecer, porém, que eram e continuam a ser críticas as necessidades de aumentar a produtividade dos serviços públicos de modo a obter maiores e melhores resultados pagos com remunerações adequadas, sem incremento do gasto com pessoal e dentro de uma tendência de declínio da relação gastos com pessoal/receita corrente líquida, que hoje supera os 80%.

1.4.2. A busca de um novo e reestruturado padrão de endividamento público

Conforme referido anteriormente, o montante e os termos do endividamento público encontrados em janeiro de 1995 eram absolutamente preocupantes, tendo em vista a impossibilidade de atender às obrigações vincendas e à conseqüente capitalização, praticamente automática, dos juros.

Este mecanismo havia elevado a dívida fundada total do Estado de 2,1 bilhões ao final de 1991 para 5,18 bilhões em dezembro de 1994 e o ritmo dos aumentos, longe de alterar-se, tendia antes a crescer, pois ao final dos anos de 1995, 1996 e 1997, o montante devido havia crescido, respectivamente, para sete, para 8,8 e para 11 bilhões de reais, tal crescimento tendendo a alcançar, caso nada fosse feito, a impressionante cifra de 76,9 bilhões de reais - equivalente a dez vezes a receita líquida real - no ano de 2012.

Observe-se que o caráter quase explosivo do endividamento público não era uma peculiaridade do Rio Grande do Sul, senão que afetava todos os grandes estados brasileiros, especialmente São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Tendo em vista a insustentabilidade desta situação e a necessidade de dar início a um necessário e profundo processo de saneamento das contas públicas consolidadas, o Governo Federal e os Governos das principais unidades da Federação deram início a tratativas destinadas a refinanciar e a reestruturar a dívida pública estadual, pondo fim ao mecanismo automático da capitalização dos juros, refinanciando os estoques pelo prazo de até 30 anos e negociando caso a caso abatimentos do montante devido e a taxa de juros a ser cobrada durante a vida do contrato de refinanciamento.

No caso do Rio Grande do Sul, esta longa e complexa negociação com a autoridade federal foi concluída no primeiro semestre deste exercício, devendo-se tê-la como um importantíssimo passo no sentido do restabelecimento do equilíbrio estrutural das contas estaduais.

É certo que as oposições, ainda entorpecidas pelas brumas do período de inflação alta, teimam em imaginar que as coisas poderiam continuar indefinidamente como estavam, no jogo de faz-de-conta de não assumir os encargos do endividamento e de permitir um crescimento exponencial do estoque devido.

No entanto, a todos quantos é facultado ver com objetividade a nova situação financeira do país, a todos os que reconheceram o avanço irrenunciável do Plano Real e a dura mas limpa verdade das contas financeiras, é simplesmente indiscutível a oportunidade, a conveniência e o mérito da grande operação de refinanciamento da dívida pública fechada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Governador Antônio Britto.

1.4.3. As iniciativas destinadas a aumentar as receitas correntes

Desde seu primeiro dia, o Governo Antônio Britto ocupou-se em conseguir o incremento das receitas correntes do Estado.

A principal das iniciativas tomada a este respeito foi a criação de um grande programa de estímulo à emissão de notas fiscais e, assim, de combate à evasão fiscal.

A este programa, ao "Paguei, quero nota", se acrescentaram, porém, outras providências dentre as quais cabe destacar medidas simplificadoras da cobrança de débitos fiscais e um considerável esforço conjunto da Secretaria da Fazenda e da

Procuradoria-Geral do Estado para aumentar os ingressos provenientes de pagamentos da dívida ativa.

Esse conjunto de providências deu bons resultados nos exercícios de 1995 e 1996, anos nos quais, não obstante um crescimento do PIB estadual muito baixo - próximo de zero em 1995 e de apenas 1.4% em 1996 -, as receitas correntes cresceram em termos reais, respectivamente, 3,2 e 5,0%.

Em 1997, no entanto, não obstante um crescimento do PIB de 5,7%, as receitas correntes do Estado caíram 2,4%, tudo indica que em decorrência das desonerações das exportações e da aquisição de bens de capital trazidas pela Lei Kandir, bem como pela inefetividade dos mecanismos de compensação de tais perdas vigentes naquele exercício.

Em 1998, no entanto, graças às correções introduzidas na metodologia de cálculo das compensações devidas, a tendência é de que as transferências previstas na sistemática da Lei Kandir compensem a redução da arrecadação do ICMS e permitam novamente um crescimento positivo das receitas correntes que se estima deva ser entre 2,5 a 3% com relação ao exercício de 1997.

1.4.4. Desmobilização de ativos e crescimento da receita própria líquida

A reconstituição do modo em que foram administradas as contas públicas no Governo Antônio Britto ficaria extraordinariamente incompleta se não se fizesse referência à dimensão fiscal do Programa de Reforma do Estado e muito especialmente às importantíssimas receitas de privatização.

Com efeito, a desmobilização patrimonial - que é a face fiscal do programa de privatizações -, sem prejuízo da prestação dos serviços de telecomunicações e energia elétrica, antes com o incremento de ambos, trouxe ao Estado um aumento líquido das receitas próprias da ordem de 680 milhões em 1996, de 1,5 bilhão em 1997 e de 1,55 bilhão em 1998.

O resultado deste reforço extraordinário das receitas estaduais foi a obtenção de superávits orçamentários, não obstante os novos encargos decorrentes do expressivo programa de recuperação da infra-estrutura ora em andamento, do aumento da despesa na área social - cujo maior exemplo foi a recente reserva de 620 milhões para capitalização do Fundo de Educação - e da agressiva e exitosa política de fomento ao desenvolvimento do Estado.

Por certo, as receitas de privatização não são permanentes e o saneamento das contas públicas precisa estar assentado no equilíbrio entre receitas e despesas correntes.

É impossível deixar de ver, contudo, que, em uma situação de transição, na qual está lançado ao Estado o desafio maior de escolher entre recuperar uma posição competitiva no contexto nacional ou deixar-se - mais ou menos lentamente - marginalizar no contexto do novo ciclo de investimentos em curso no país, a opção responsável consistia em valer-se das receitas extraordinárias da alienação de ativos para assegurar as indispensáveis e urgentes despesas com a expansão da infra-

estrutura com as ações de fomento ao desenvolvimento e ao atendimento das necessidades da área social

2. RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Já no programa de governo do então candidato Antônio Britto registrava-se que, face ao atraso do Estado com relação aos principais serviços de infra-estrutura, era urgente e prioritário envidar todos os esforços para recuperar e ampliar a disponibilidade de energia elétrica, telecomunicações, estradas, portos e saneamento básico no Estado. Sem isto não haveria como reverter a trajetória de lenta mas efetiva perda de posição da economia rio-grandense no contexto nacional. Tampouco seria possível ganhar as condições sistêmicas de competitividade, indispensáveis ao dinamismo econômico nas condições contemporâneas.

De fato, no início da década de 90, em praticamente todos os setores, a posição do Rio Grande do Sul era injustificavelmente atrasada, bastante pior do que a encontrada em outros Estados brasileiros com relação aos quais não havia justificativa alguma para a distância que deles nos separava.

Assim, por exemplo, com relação à malha rodoviária, nossa marca no indicador de densidade era de 14,1 km de rede pavimentada por 1.000 km² de área territorial, enquanto que outros estados brasileiros, como, por exemplo, Santa Catarina e Paraná, apresentavam extensão correspondente a 31,8 km, e 51,3 km, por 1.000 km² de área, respectivamente.

Também com relação à densidade de terminais telefônicos, a posição da CRT era inferior à existente nos principais Estados do país, pois enquanto a marca gaúcha era de 7,9 terminais por 100 habitantes, a da TELESP era de 15,02, a da TELERJ de 13,48, a da TELEPAR de 8,9 e a da TELESC de 9,0.

Já com relação à disponibilidade de energia elétrica, o índice de densidade paranaense era 100% superior ao do Rio Grande do Sul, sem falar que, tal como ocorria no caso do saneamento básico, a capacidade de investimento da estatal encarregada do setor encontrava-se inteiramente esgotada. Era amplamente conhecido, com efeito, que a grande redução dos investimentos da CEEE estava a restringir a expansão do mercado consumidor, prejudicar o desenvolvimento de diversas regiões do Estado, além de acarretar níveis elevados de sobrecarga/subtensão no sistema.

A situação no setor portuário não era melhor, sendo clamorosa naquela conjuntura a situação do Porto de Rio Grande, de longe o mais importante do Estado, o qual sofria com a redução de investimentos - inclusive nas atividades de dragagem, críticas para a preservação do calado -, com sérios entraves institucionais, e com o desvio das cargas industrializadas a portos de Santa Catarina, então operando com tarifas significativamente menores.

Confrontado com este lastimável estado de coisas, o Governo eleito deu início aos esforços para recuperação e ampliação das redes de infra-estrutura no Estado.

A convicção que nos animava era de que, sem que revertêssemos nossa inferioridade nesta área, não haveria como relançar a economia estadual na rota do crescimento econômico e do dinamismo social.

Conforme já referido, o esforço a ser empreendido nesta área precisava dirigir-se em múltiplas direções, abarcando (i) a obtenção de melhorias qualitativas no plano gerencial - este o objetivo dos contratos de gestão -, (ii) a mobilização dos recursos orçamentários necessários aos impostergáveis investimentos, (iii) a busca de financiamento junto às agências multilaterais de desenvolvimento e (iv) a definição e implementação da política de concessões e privatizações.

O programa rodoviário em andamento está a ampliar nossa malha com recursos próprios do Tesouro, que em média perfizeram 100 milhões de reais anuais, correspondendo à execução de aproximadamente 400 km de estradas por ano. Somados aos recursos obtidos junto ao BID, o esforço desenvolvido até agora nos permitirá acrescentar pelo menos mais 2.000 km à malha rodoviária estadual, com isto praticamente dobrando a extensão da rodovias estaduais pavimentadas.

Ainda nesta área, o contrato recentemente firmado com o BIRD para a recuperação das rodovias do Estado, combinado ao programa de concessão e pedagiamento dos chamados Pólos Rodoviários, permitirá a recuperação rápida e integral de toda a malha pavimentada hoje existente, a qual, em muitos casos, encontra-se em más condições.

Por fim, com parte dos recursos obtidos pelo ágio no preço de venda da CEEE, no valor de R\$ 350 milhões, o DAER está executando o asfaltamento de todas as ligações e acessos a municípios que ainda não se encontravam pavimentados.

Já na área dos serviços portuários de Rio Grande, tendo começado pelas operações de dragagem que lhe recuperam o calado ainda no primeiro ano de Governo, deu-se prosseguimento à obra de sua recuperação, com o arrojado programa de privatização dos terminais e das operações do porto que vieram a transformá-lo no mais eficiente do país, segundo avaliações da Confederação Nacional das Indústrias.

Também com relação aos terminais aeroportuários foi importante a obra do Governo, bastando referir as obras assumidas conjuntamente com o Governo Federal e Municipal de Porto Alegre no caso do Salgado Filho, a construção do aeroporto de Torres, bem como as importantes melhorias realizadas no aeroporto de Caxias do Sul.

Na área das telecomunicações, pode-se dizer que os resultados foram notáveis. A acelerada expansão dos serviços começara ainda com a empresa sob exclusivo controle público e continuou com maior vigor após a entrada do parceiro estratégico. Neste caso, a implantação do anel de fibras óticas, a instalação das novas centrais digitais e, principalmente, a enorme expansão dos terminais telefônicos - 837 mil novos terminais convencionais e 550 mil aparelhos celulares até o final deste ano - representa uma reversão completa do quadro anterior, voltando o Estado a ter uma

posição bastante favorável no contexto nacional. Graças a esta extraordinária expansão, a marca do Estado no indicador de universalização de serviços telefônicos deverá passar de 8,11 acessos por 100 habitantes em 94, para 22,20 no final de 1998.

No tocante aos serviços de energia elétrica, os entendimentos com o Governo Federal foram o primeiro passo do vasto programa de ação que vem sendo desenvolvido desde 1995.

Com efeito, foram viabilizados pela ação conjunta dos governos federal e estadual os primeiros investimentos em geração de energia em nosso Estado nos últimos dez anos. Este esforço redundou na construção, ainda em curso, das usinas hidroelétricas de Itá, Machadinho e Dona Francisca e na Usina Termoelétrica a Gás de Uruguaiana. A integração energética também viu-se concretizada com a vinda até Porto Alegre do gasoduto Brasil-Bolívia e das duas estações conversoras de Rivera e São Borja/Garruchos; além, é claro, do gasoduto Brasil-Argentina, que irá abastecer a UTE de Uruguaiana.

De outra parte, o engenhoso processo de reestruturação da CEEE, com a venda de duas distribuidoras e a negociação da *Geradora de Energia Termoelétrica*, passando-a ao Governo Federal em troca da dívida de Candiota III, permitiu a obtenção de ágios superiores a 90% na alienação patrimonial, dotando a CEEE remanescente de excelentes condições para uma gestão equilibrada de seus negócios, inclusive para novos investimentos.

Na área do saneamento básico, foram retomados com grande expressão os investimentos da CORSAN, bastando referir, a propósito, que durante o Governo Antônio Brito eles deverão ser seis vezes superiores aos do governo anterior. Em paralelo, encontra-se em execução o Programa Pró-Guaíba, no valor de 220 milhões de dólares, financiado pelo BID, e que é o maior programa de despoluição em execução no país.

Ainda no que diz respeito aos investimentos, vale destacar, por fim, o esforço realizado pelo governo estadual na recuperação da infra-estrutura urbana, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O PIMES permitiu investimentos em pavimentação de ruas, esgotamento sanitário e urbanização de vilas irregulares de, em média, 50 milhões de reais/ano. Recursos próprios estão garantindo a execução do programa Asfalto nas Vilas, mediante o qual serão pavimentados mais de 100 km de vias nas zonas periféricas da região metropolitana, prevendo-se um gasto total de mais de 40 milhões de reais.

De outra parte, mas ainda na área dos investimentos urbanos, o Governo do Estado negociou junto ao BNDES um financiamento de 64 milhões de reais para a execução do projeto Linha Rápida, uma intervenção radical no sistema de transporte coletivo intermunicipal, mediante o qual serão construídos corredores exclusivos, servidos por estações de embarque e desembarque, destinados a servir em melhores condições mais de 600 mil passageiros, aos quais será propiciado tempos mais curtos de deslocamento e maior conforto nas viagens.

3. TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA GAÚCHA

Até meados dos anos 90, a atividade industrial do Rio Grande do Sul, setor mais dinâmico da economia estadual, encontrava-se em um impasse pois, mesmo possuindo uma matriz produtiva diversificada, carecia de setores associados ao movimento expansivo da economia nacional, caracterizados pela capacidade de rápida absorção de inovação tecnológica, diferenciação de produtos, modernização de gestão, efeitos multiplicadores sobre a economia local e agilidade de integração nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

De outra parte, no plano nacional, após 1994, com a estabilidade gerada pelo Plano Real, o Brasil passou a receber investimentos internacionais de grande vulto, no concerto dos quais a indústria automobilística assumiu papel destacado.

Iniciava-se aí um novo ciclo de investimentos pesados do qual não poderia o Rio Grande do Sul deixar de participar, como ocorrera nas décadas de 30-40, no final da década de 60 e na metade dos anos 70, sob pena de gravíssimos prejuízos para o desenvolvimento do Estado e para nossa posição no contexto da federação brasileira.

Ficar fora, mais uma vez, da rota dos grandes investimentos seria desastroso para a economia gaúcha.

Permitir que isso acontecesse seria imperdoável e quase criminoso porque, nas difíceis circunstâncias do mundo econômico contemporâneo, não é concebível que se pudesse deixar passar uma oportunidade irresgatável de diversificar setorialmente a indústria, de renovar-lhe o perfil institucional pela entrada de grandes empresas e, assim, de elevar a estrutura industrial gaúcha a um novo patamar, condição indispensável para a renovação geral da economia estadual e único caminho disponível para o aumento sustentado dos postos de trabalho.

Esta a razão que levou o Governo Estadual a conceber e implementar uma ativa e agressiva política de atração de investimentos que colocou o Estado no centro da chamada guerra fiscal.

É fundamental entender que, nas condições em que estava a ter lugar o novo ciclo de investimentos, as decisões de localização das novas empresas, especialmente as do setor automotivo, pautavam-se por uma complexa combinação de fatores estruturais, relativos, por um lado, à qualificação da mão-de-obra, às facilidades de infra-estrutura e, sobretudo, à proximidade e às condições de acesso aos grandes mercados consumidores e, por outro lado, a fatores de outra ordem, ligados às condições negociais relativas aos benefícios fiscais e financeiros passíveis de serem obtidos.

Considerando a posição meridional do Rio Grande do Sul e o caráter até então meramente virtual das vantagens locacionais trazidas ao Estado pelo dinamismo do Mercosul, é de bom senso reconhecer que nossas condições de competição eram inferiores às dos principais estados brasileiros, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, o Paraná, estado que visivelmente se situa na linha de expansão natural do grande pólo industrial paulista.

Não é de estranhar, assim, que o Estado tivesse malogrado nas tratativas com a Renault e com a Mercedes Benz, as quais optaram, respectivamente, pelo Paraná e por Minas Gerais.

De outra parte, tampouco se haverá de estranhar que o Governo do Estado, liderado por Antônio Britto, percebesse a disputa em torno da localização das principais empresas envolvidas no segundo grande ciclo de investimentos no setor automotivo como o principal desafio a ser enfrentado pelo Governo, como a batalha maior com relação à qual era necessário utilizar todos os trunfos de que pudesse dispor o Estado.

É que nas decisões de localização dos novos investidores estava em jogo ou o deslocamento da economia gaúcha para o novo centro dinâmico da economia brasileira, ou sua perpetuação como uma economia periférica e reflexa, condenada, ademais, a navegar passivamente o seu declínio.

Em tais circunstâncias, o Governo Antônio Britto não faltou a suas obrigações e ousou na decisão de usar os recursos de privatização na atração das maiores empresas automobilísticas do mundo, a FORD e a General Motors. O que é simplesmente dizer que o Governo decidiu trocar patrimônio por desenvolvimento, não apenas confiante de que o crescimento econômico derivado dos novos investimentos compensará largamente as despesas do presente, mas sobretudo convicto de que a culpa por permitir deixar o Rio Grande, mais uma vez, arredado do eixo dinâmico da economia brasileira não teria remissão.

A opção pelo desenvolvimento e a decisão de jogar o jogo da competição segundo as regras em que ele estava sendo jogado geraram não poucas críticas e incompreensões.

O que os críticos fingiam não ver, no entanto, é que não fossem os incentivos, não se teria renovado a indústria, nem se teriam aberto as condições hoje existentes para a recuperação econômica, para a conseqüente geração de emprego e renda e, assim, para o começo de um novo surto de desenvolvimento e prosperidade no Estado.

O resultado da orientação seguida pelo Governo foi o sucesso na atração para o Rio Grande do Sul de empresas como a GM, a Ford, Navistar, a Pirelli, a Brahma, a Coca-Cola, a Goodyear, a Souza Cruz, as quais, juntamente com as decisões de investimento de indústrias locais como a Copesul, a Gerdau, a Petrobrás, a Marçopolo, etc., estão a promover uma mudança radical na estrutura produtiva do Estado.

Nesta altura, já não há como deixar de ver que os novos investimentos - que chegarão a 14 bilhões de reais, se computados os investimentos públicos e privados em infra-estrutura - lançam as bases para uma alteração permanente da posição relativa do Estado no contexto da economia brasileira. O que significa dizer que passamos de periferia a integrantes do centro dinâmico da economia nacional.

De outra parte, olhadas as transformações em pauta do ponto de vista da formação de novos postos de trabalho, o registro a fazer é que as estimativas mais

pessimistas prevêem que somente o complexo automotivo da GM ensejará a criação de mais de 70 mil empregos, diretos e indiretos.

Releva ainda observar que nem todos os novos projetos de investimento se dirigem a setores novos no contexto industrial gaúcho. Na verdade, alguns dos mais importantes - como é o caso da Souza Cruz e da Brahma - representam um enorme reforço a ramos tradicionais no Rio Grande do Sul como são os de fumo e bebidas.

Salta, pois, à vista do observador honesto e do cidadão responsável, a importância de dar continuidade a este processo de reforma econômica e administrativa, conduzido pelo Governo Antônio Britto, para dar sustentação a um programa amplo de distribuição social equilibrada dos benefícios que indubitavelmente resultarão da entrada em operação deste enorme conjunto de investimentos.

4. PROMOÇÃO SOCIAL

Todas as numerosas iniciativas que compõem a obra de construção coletiva que foi o Governo Antônio Britto tiveram como finalidade principal, como eixo norteador, promover a melhoria das condições de vida e bem-estar dos rio-grandenses.

A obra de promoção social levada adiante pelo Governo é vasta e complexa, cabendo resenhá-la - ainda que rapidamente - levando em conta a diversidade setorial dos campos em que lhe foi facultado intervir.

4.1. A luta pelo emprego

Muito embora a taxa de ocupação seja primordialmente afetada por fatores de natureza macroeconômica que estão fora do controle dos governos estaduais e só equacionáveis a médio e longo prazo, seja no Brasil, seja no restante do mundo, o Governo Antônio Britto buscou alternativas e soluções de curto prazo para reduzir ao máximo os efeitos negativos da reorganização da economia mundial sobre o emprego.

A opção pelo desenvolvimento e o compromisso com a rápida recuperação da infra-estrutura são as primeiras e mais importantes evidências do que se está a sugerir.

É evidente que as numerosas obras - rodoviárias, de saneamento básico, de infra-estrutura urbana -, combinadas às obras civis exigidas pelo grande pacote de investimentos privados, se constituem numa enorme frente de trabalho. Com efeito, somente na construção de estradas estima-se que tenham sido criados 17 mil novos postos de trabalho.

Além disso, os projetos desenvolvidos pelas 469 empresas apoiadas pelo Fundopem deverão permitir a criação de 53 mil empregos diretos.

De outra parte um programa como o "Nosso Emprego", ação governamental que consiste no apoio às atividades econômicas amplamente absorvedoras de mão-de-obra, mas que por redução de competitividade estão ameaçadas de fechamento ou migração para outras regiões do país, como o caso das indústrias coureiro-calçadistas e frigorífica, permitiu a preservação de 18 mil empregos diretos.

No entanto, na luta direta contra o desemprego, o maior realce há de ser dado para o programa "RS Emprego". Com efeito, o "RS Emprego" - programa de estímulo à micro e pequena empresa, que oferece financiamentos de longo prazo a taxas de 2,8% ao mês para a aquisição de equipamentos, formação de capital de giro e melhoria de instalações - até maio de 1998 havia sido destinado cerca de 70 milhões de reais para empréstimos que têm permitido a criação ou manutenção de aproximadamente 18 mil empregos.

Além disso, o Plano de Qualificação Profissional, também integrante do "RS Emprego", oferece cursos gratuitos de treinamento e reciclagem profissional, destinados a facilitar a inserção de jovens no mercado de trabalho, bem como a reintegração ou manutenção no emprego daqueles que estão ou estiveram em atividade, oportunizou cerca de 400 mil vagas para diferentes especialidades profissionais.

O conjunto desses programas de formação e promoção do emprego, desenvolvidos e implementados pelo Governo Antônio Britto, não encontra paralelo na história do Estado. Quem quer que, honestamente, venha a considerar o que os próximos anos nos reservam em termos do aumento do emprego e da melhoria das condições de vida, terá certeza de que estamos no caminho certo, sabemos o que queremos, sabemos aonde vamos.

4.2. Os avanços na educação

Ha, universalmente, consenso sólido a respeito do papel primordial da educação no mundo contemporâneo. É que sabemos todos que doravante a inserção profissional e social dos cidadãos dependerá cada vez mais do estoque de conhecimentos e habilidades cognitivas de que dispuserem.

Os rio-grandenses, ainda que reconhecendo a posição relativamente privilegiada que ocupam no contexto nacional, não se podem dar por satisfeitos com os resultados alcançados até agora e muito menos com o tipo de controvérsia que tem predominado com relação ao tema no Estado.

Com efeito, o sistema educacional estadual tem sido palco, nas últimas duas décadas, de debates intensos, os quais, é inevitável dizê-lo, têm gerado mais calor do que luz.

Assim, em um ambiente polarizado por pontos de vista e perspectivas conflitantes como era o caso da educação no Rio Grande do Sul, o primeiro passo para transformar o consenso generalizado em favor da educação em políticas conseqüentes e dotadas de resolutividade era alcançar uma paz, mesmo parcial, entre

todos os interlocutores potencialmente envolvidos na solução de problema de tal magnitude e importância.

Por esta razão, o primeiro passo do Governo Antônio Britto foi promover o atendimento das grandes reivindicações do magistério no momento inicial de sua gestão, a saber: o fim do calendário rotativo, a anistia de punições impostas durante a greve ocorrida no governo anterior, a eleição direta para os diretores de escola e a revisão das remunerações - este último ponto tendo viabilizado um aumento real de salários, entre janeiro de 1995 e abril de 1998, de 30,26%.

Ademais disso, no esforço de valorizar o magistério, introduziu-se o princípio da administração responsável, buscando conceder aquilo que o Governo do Estado poderia responsabilmente cumprir, sem promessas demagógicas ou propostas fantasiosas que encontrariam seu limite intransponível na realidade financeira do Estado.

Um novo plano de carreira, que atende muitas das reivindicações históricas do magistério, ao mesmo tempo em que abre caminho para o indispensável aumento dos níveis de produtividade da rede pública de ensino, foi elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa, devendo começar a ser implantado ainda este ano.

A segunda iniciativa do Governo do Estado para enfrentar os problemas mais prementes da educação foi a formulação e implantação do Programa de Gestão Democrática, cujos eixos foram (i) a atribuição de maior autonomia às escolas na aplicação de seus recursos, (ii) a incorporação da representação da comunidade na gestão dos fundos escolares e (iii) a adoção de uma sistemática de avaliação do desempenho das escolas.

O fato de o governo estadual ter construído ou recuperado uma sala de aula por dia, nos seus três primeiros anos, e a contratação de novos professores, permitiram que não houvesse falta de vagas nas escolas públicas estaduais e que acabassem as filas durante o período de matrículas.

Enfim, pode-se dizer que foram criadas as condições para a busca da qualificação de nosso ensino público, com a garantia da prestação do serviço a todos que o procurarem e com o estabelecimento do diálogo e da democratização da gestão.

O que nos autoriza a dizer que, se os esforços do Governo do Estado na área da educação não resolveram tudo, representam, contudo, passos importantes para sua gradativa solução.

Nesse sentido, é recompensadora a reação da opinião pública.

Com efeito, em um universo de mais de 20.000 entrevistas remetidas a pais de alunos, 41,53% consideraram que a qualidade do ensino está melhorando, contra 10,41 % que a julgam em declínio; 78% consideram os professores capazes e esforçados, contra cerca de 7,5% que os consideram despreparados ou incapazes; 78,5% das entrevistas consideram a merenda escolar ótima ou boa, e apenas 3,23 % péssima ou ruim; cerca de 70 % dos entrevistados consideraram ótima ou boa a conservação dos prédios escolares, contra 9,46% que a tiveram como ruim ou

péssima. Por fim, com respeito à qualidade do ensino público, 61,03 dos rio-grandenses consultados a consideraram ótima ou boa, enquanto apenas 5,75 % a tomam por ruim ou péssima.

4.3. As prioridades na saúde

No início do Governo de Antônio Britto, encontravam-se os serviços médicos do interior do Estado em situação de verdadeira penúria, levando à concentração dos atendimentos médicos nas grandes cidades, especialmente na Capital, fenômeno que foi ironicamente chamado de "terapia da ambulância".

Ora, partindo desse diagnóstico, ficou definido que o eixo principal da política estadual de saúde seria a sua municipalização, a regionalização dos serviços de atendimento geral e com uma ação forte na prevenção das doenças. Foi exatamente isto que foi feito.

Estabelecido o foco de sua ação, o governo estadual passou à ação, investindo nos hospitais-pólos regionais, tanto na conclusão das obras como na aquisição de equipamentos. Este é o caso do Hospital Geral de Caxias do Sul, dos hospitais de Alvorada e Cachoeirinha, do pronto-socorro metropolitano de Sapucaia do Sul, além de outros 29 hospitais do interior do Estado.

O programa dos agentes comunitários de saúde formou mais de 1.900 agentes que passaram a atender cerca de 220 mil famílias. Desta forma, os gastos passaram a ser na saúde, não na doença.

Outra ação preventiva de realce foi a ampliação na produção de remédios pela FEPPS, que passou de 936 mil unidades, em dezembro de 1994, para 24,5 milhões de unidades, em dezembro de 1997.

Além disso, ao longo destes últimos três anos, intensificou-se a municipalização da saúde, de sorte que hoje já são 360 os municípios gaúchos que assumiram a efetiva gestão dos serviços e ações de saúde, com aporte técnico e financeiro das três esferas de governo.

Embora saibamos o muito que ainda resta por fazer, podemos afirmar que graças à estratégia estabelecida e implantada pelo atual governo, a área da saúde pode contabilizar notáveis melhoras no período, dentre as quais não é demais referir (i) a queda da taxa de mortalidade infantil de 19,2 por mil nascidos vivos em 94 para 15,9 em 97 e (ii) o fato simples, mas extraordinariamente importante, de que não houve manifestação da dengue em nosso território, não obstante a grande epidemia nacional.

4.4. Expansão e modernização dos mecanismos de Segurança Pública

Para enfrentar o aumento da violência, do crime organizado e da sensação coletiva de insegurança, foi indispensável que o Estado buscasse o desempenho eficiente e eficaz das funções confiadas às suas instituições policiais e judiciárias.

Isto implicou na retomada dos investimentos públicos nesta área, que passaram a ser dirigidos para o adequado reaparelhamento operacional das polícias civil e militar, de tal sorte que se permitisse aos órgãos policiais disporem de armas e equipamentos tão ou mais modernos que aqueles com os quais os fora-da-lei costumam agir.

A renovação da frota policial (até o final deste ano serão incorporados 1501 novos veículos), a aquisição de armas, balas e coletes à prova de balas e, sobretudo, a modernização integral da base tecnológica de comunicações de toda a atividade policial, conjuntamente com os avanços alcançados na coordenação operacional das polícia civil e militar, foram responsáveis pelo aumento da efetividade na ação das forças de segurança.

Outra medida adotada pela atual administração foi a de conseguir que os efetivos fossem alocados às funções de policiamento ostensivo e combate ao crime organizado, concentrando os recursos humanos das instituições policiais nas atividades-fins.

Por fim, com relação ao setor penitenciário, desenvolveu-se um programa de desconcentração dos efetivos prisionais, mediante a construção de novas unidades penitenciárias de porte médio, geograficamente interiorizadas.

Para tanto foram realizadas obras de ampliação ou conclusão dos presídios que permitiram a recuperação de 632 vagas e a criação de outras 1312.

Além disso, obras moduladas, em execução nas cidades de Charqueadas, Uruguaiana e Montenegro, representarão a abertura de 1.683 novas vagas destinadas a receberem os presos do Presídio Central de Porto Alegre, até que seja viabilizada sua completa desativação.

Este será o símbolo da reversão de um modelo que estava a contribuir para o descrédito da ação de recuperação do apenado e da subordinação do Estado às organizações marginais.

4.5. O programa Pia 2000 e a proteção à infância desvalida

Provavelmente, o mais grave e triste dos problemas sociais que afligem e envergonham o Brasil é o da infância desvalida.

Crianças abandonadas, crianças nas ruas, crianças fora da escola, mendigando ou trabalhando, crianças doentes, crianças com fome, crianças sem teto, crianças delinquentes, esta a insuportável situação em que se encontra um expressivo contingente de nossa população juvenil e infantil, inclusive no Rio Grande do Sul.

Inconformado com esta situação, a primeira providência tomada pelo Governador Antônio Britto foi a de descentralizar e melhorar as condições materiais de atuação da FEBEM, mediante a criação de unidades de atendimento e albergamento de crianças e adolescentes, os chamados Centros da Juventude, em vários municípios do interior do Estado. Dos dez Centros planejados, quatro já estão concluídos, dois estão sendo construídos, três encontram-se em fase de licitação e contratação e o décimo deverá ser executado no próximo exercício.

Em segundo lugar, e principalmente, determinou o Governador que fosse concebido e executado um novo programa voltado para o enfrentamento decidido desta problemática. Um programa que reunisse as diferentes áreas do Governo e que cuidasse de ver o assunto integralmente, sem fugir da complexidade que lhe é inerente. Um programa que fosse gerenciado com dedicação e compromisso ímpares e que, tanto quanto possível, pudesse valer-se dos recursos financeiros necessários à consecução exitosa de seus objetivos.

Esta orientação veio a traduzir-se no "Programa Piá 2000", mediante o qual o Governo do Estado deu início a uma ação integrada e de larga escala dirigida à obtenção de rápida melhoria nas condições de vida dos contingentes infantis submetidos às chamadas situações de risco nas principais cidades do Estado.

O programa foi concebido para atuar em 45 cidades nas quais os problemas da infância apresentam maior gravidade. Suas intervenções abarcam um amplo conjunto de iniciativas, cabendo aqui destacar pelo menos as dirigidas à alfabetização ao combate à desnutrição, à prevenção das morbidades,

Assim, o sub-programa "Todos na Escola" conseguiu viabilizar o retorno ou a ida à escola de mais de 60 mil crianças, com idade entre 7 e 14 anos, as quais nela nunca tinham ingressado ou que dela se haviam afastado.

Do mesmo modo, 13.600 crianças pobres passaram a contar com um programa de renda mínima que fornece 25 reais mensais destinados a viabilizar-lhes a complementação alimentar. Na mesma linha, o contingente de crianças afetadas pela desnutrição está podendo beneficiar-se com o "Programa do Leite", graças ao qual 36.520 pequenos gaúchos estão recebendo diariamente este importantíssimo ingrediente da dieta infantil.

Também meninos e meninas de rua estão sendo objeto de uma ação especial dentro do "Piá 2000", pois 1084 crianças nesta situação estão sendo beneficiadas com a ajuda financeira de um salário mínimo que lhes é facultada sob condição de imediato retorno à escola.

O conjunto dos beneficiários do "Piá 2000" alcança hoje o expressivo número de 150 mil pessoas, número que autoriza considerá-lo como o mais abrangente programa de atenção à infância desvalida jamais implementado no Estado.

A importância da iniciativa, a seriedade com que vem sendo implementada fez, aliás, com que o "Piá" viesse a ser considerado pelo UNICEF como um dos programas de referência no Brasil.

ANEXO I - A ECONOMIA GAÚCHA 1995 - 1998

A ECONOMIA GAÚCHA 1995-98

Ao final do quadriênio 1995-98, a economia gaúcha ultrapassou o momento mais importante da sua história recente: aquele da grande inflexão. Jamais, ao longo das últimas décadas, a sociedade gaúcha presenciou tamanha mudança de expectativas dos agentes econômicos locais frente à evolução dos fatos relacionados ao desenvolvimento estadual. Iniciou-se um período marcado, como nunca, pela presença do arrojo, da ousadia e da transformação.

O observador atento traz na sua memória o comportamento da economia regional desde o final dos anos 40. A imagem associada à falta de perspectivas foi a tônica dessa extensa fase, excetuados um ou outro momento, em que o Estado tomava algum fôlego para, logo em seguida, conviver com o peso das restrições que lhe continham os passos.

Nos últimos 60 anos, houve uma lenta, mas sistemática, mudança na estrutura da economia do Rio Grande do Sul. Com o passar das décadas, a agricultura viu reduzida a sua participação na renda estadual, sendo a sua liderança substituída por avanços da indústria e por incrementos do setor serviços. De um certo tempo para cá, paralelamente aos movimentos da economia, os agentes econômicos passaram a perceber que o quadro regional pecava por restrições que deixavam a todos com a idéia de que havia ausência de possibilidades futuras para que se efetivasse a consolidação de uma economia moderna. A sensação de que o Estado acumulava desvantagens, frente a outras regiões do País, foi uma companheira permanente de todos quantos analisavam o desenvolvimento dos fatos nesta extremidade do Brasil.

A gestão que ora encerra veio romper com esse *status quo*. Ela lançou as bases sólidas para a economia gaúcha se preparar para o século XXI antes que o atual chegasse ao fim. Após uma interminável espera, a esperança foi reaparecendo surpreendentemente junto à população gaúcha. Os lamentos de ontem foram caindo no esquecimento, ao mesmo tempo em que foi tomando forma a convicção que esta terra dispunha de um potencial ainda não aproveitado e que carecia de iniciativas que pudessem provocar uma grande inflexão à trajetória da economia regional.

No começo da nova fase, o Rio Grande do Sul está pronto para projetar-se com uma economia totalmente reformulada, contando com um setor industrial invejável, cujo destaque passa a ser, sem sombra de dúvida, o parque automotivo que está sendo instalado no Estado. O período 1995-98 ficará registrado como um momento ímpar no desenvolvimento estadual: cumulativamente, registraram-se a retomada de expectativas quanto ao porvir, o intenso fluxo de capitais externos, a institucionalização de uma reforma do Estado, a modernização significativa da infraestrutura e a renegociação adequada da dívida pública. No futuro, certamente a história registrará este final de década como aquele em que houve um esforço gigantesco, com grande dose de imaginação e com imenso poder de transformação. Em resumo, um elenco de porte para o benefício daqueles que habitam o Estado de Todos.

1. Introdução

A economia gaúcha chegou ao final de 1997 com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 68.037.784.270,00 e um PIB per capita de R\$ 7.001,00. Os valores constam na nova série do PIB do Rio Grande do Sul para o período 1985-1997, divulgada pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Esses indicadores econômicos foram produzidos a partir de um convênio celebrado pela FEE com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Basicamente, a nova série do PIB atende a uma exigência de homogeneização da metodologia de cálculo do Produto para todos os estados brasileiros. A fórmula utilizada inova com relação à metodologia anterior, ao incorporar os seguintes tópicos: um sistema de ponderação móvel; o cálculo do valor agregado para cada atividade ano a ano; o rendimento dos autônomos para todas as atividades; o rendimento dos trabalhadores sem carteira; e uma nova abertura da economia a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Tendo em vista que a inovação é recente, cabe o registro de que o PIB estadual para 1997 apresenta uma alteração de R\$ 57,3 bilhões para a R\$ 68 bilhões, embora a taxa de crescimento do período 1985-97 esteja bastante próxima: 2,5% ao ano na metodologia anterior para 2,7% ao ano na metodologia atual.

PIB Global, População, PIB "per capita" e Índice do Produto "per capita" do Rio Grande do Sul - 1995-97

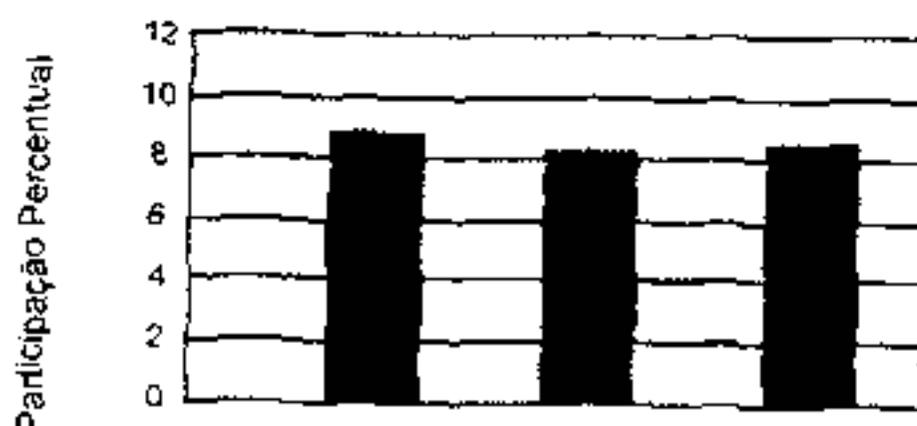
ANOS	UNIDADE MONETÁRIA	PIB GLOBAL	POPULAÇÃO (HAB.)	PIB "PER CAPITA"	ÍNDICE DO PRODUTOS "PER CAPITA" (1)
1995	R\$	52.883.172.555	9.540.715	5.543	111,85
1996	R\$	59.998.848.274	9.637.682	6.225	111,88
1997	R\$	68.037.784.270	9.718.154	7.001	119,46

Fonte: FEE/ Núcleo de Contas Regionais.

(1) O Índice do Produto per capita refere-se a valores constantes com escala em 1985.

Uma observação atenta dos resultados divulgados evidencia que o PIB per capita gaúcho cresceu de R\$ 5.543,00, em 1995, para R\$ 6.225,00, em 1996, e atingiu a expressiva soma de R\$ 7.001,00 em 1997. Com relação à presença do Rio Grande do Sul na economia brasileira, a nova metodologia indica que o Estado manteve uma participação na economia nacional em patamar levemente superior a 8%, no período 1995-97.

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no Brasil



FONTE: FEE/ Núcleo de Contas Regionais.
IBGE/ Departamento de Contas Nacionais.

A seguir, apresenta-se uma breve análise da economia gaúcha, a partir dos dados conhecidos até a divulgação da nova metodologia.

2. A Agropecuária

A agricultura gaúcha foi o setor mais afetado pelas transformações postas em prática em âmbito nacional. A abrupta mudança de um ambiente de convivência com a inflação para outro de preços estabilizados exigiu dos produtores rurais um grau quase insuportável de adaptação à nova conjuntura econômica. As dificuldades foram imensas, com as restrições tendo origem em um amplo elenco de razões, que envolveu a produção, a comercialização, os preços, a dívida dos produtores, o clima, a política econômica nacional e a crise internacional que teve origem na Ásia e que se desdobrou por toda a ordem econômica internacional.

Analisando o desempenho da agropecuária gaúcha no período que antecedeu à atual gestão do Governo Estadual, percebe-se que o Produto real do setor cresceu à taxa de 2,4% ao ano no período 1980-95. Esse comportamento médio decorreu de um incremento sistemático do Produto, quinquênio a quinquênio: 1,8% ao ano em 1980-85, 2,1% ao ano no quinquênio seguinte e 3,2% ao ano entre 1990 e 1995.

O quadriênio 1995-98 evidenciou a manutenção da trajetória que acompanhou a economia gaúcha nas últimas décadas, qual seja, a da perda de posição relativa da agricultura na renda do Estado: do início dos anos 50 - quando a agricultura participava com 40% da renda - para o final dos anos 90 - quando essa presença ficou reduzida a um patamar em torno de 10% da renda estadual.

A LAVOURA

No período 1980-95, a produção da lavoura gaúcha cresceu à taxa de 2% ao ano. Esse desempenho médio resultou de uma queda progressiva da taxa média de

crescimento do Produto real da lavoura estadual: 2,7% ao ano entre 1980 e 1985, 1,9% no quinquênio posterior e 1,6% no período 1990-95.

Especificamente com relação ao comportamento da lavoura no quadriênio 1995-98, houve intermitência no processo de crescimento do Produto do Setor Primário. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da lavoura apresentou um aumento de 4,5% em 1995, caiu 14,4% em 1996 e voltou a crescer 2,6% em 1997. Essa oscilação implica variações na composição da taxa global do PIB gaúcho: a lavoura participou com 0,94% em 1995, foi responsável pela queda de 1,51% do PIB estadual em 1996 e voltou a influir positivamente, com 0,23%, na estrutura do Produto em 1997.

O dado disponível para o primeiro semestre de 1998, medido pela taxa de crescimento do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) do Rio Grande do Sul, foi de um incremento de 6,77% sobre igual período do ano anterior, segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

Em nível de produtos, é indispensável recordar que, a partir de 1994, houve liberação de importações, combinada com a presença de estoques reguladores, implicando contenção dos preços e redução da rentabilidade da lavoura. Mesmo assim, o arroz, a soja e o milho lideraram o incremento da lavoura gaúcha em 1995, mas foram os responsáveis por parcela significativa da quebra da safra no ano seguinte. O clima desfavorável, o endividamento do setor e o nível dos preços em curso na lavoura estiveram no centro das preocupações dos produtores rurais durante o ano de 1996.

Em 1997, o desempenho da lavoura foi liderado pelo feijão, pelo fumo, pelo milho e pela soja, enquanto, no ano em curso, mais uma vez a soja e o milho permitiram que o ITAP do subsetor aumentasse 6,8%, na comparação do primeiro semestre de 1998 com igual período do ano anterior.

A economia gaúcha ressentiu-se da redução de um milhão de hectares na área colhida desde o início da presente década, fato que foi acompanhado por uma elevação da produtividade. As produtividades físicas dos principais produtos da lavoura apresentaram algumas oscilações que merecem registro no período.

A produção de arroz, que se encontrava em nível de 4,2 milhões de toneladas em 1994, após apresentar um desempenho extraordinário em 1995, foi sendo reduzida, ano a ano, para 3,6 milhões de toneladas em 1998. No período, essa queda na produção física foi acompanhada por uma diminuição da área colhida de 980 mil hectares para 830 mil hectares e de um decréscimo da produtividade física do produto de 5,1 toneladas por hectare para 4,3 toneladas por hectare.

No quadriênio, a produção de feijão oscilou entre um nível inferior de 89 mil toneladas e um patamar superior de 193 mil toneladas em 1996 e em 1995, respectivamente. Em 1998, a produção de feijão foi de 120 mil toneladas, a área colhida, de 181 mil hectares, e a produtividade, de 661 quilogramas por hectare.

A produção de milho, que conta com um grande contingente de pequenos produtores, tem mantido o Estado no ranking dos grandes produtores nacionais. A

produção esteve acima de quatro milhões de toneladas no período, exceção feita ao ano de 1996. Contando com adoção tecnológica diversificada, a produtividade do milho alcançou 2,9 toneladas por hectare em 1998, superando os níveis dos dois últimos exercícios.

A soja projeta o Rio Grande do Sul na economia nacional pela importância que o produto exerce nas relações comerciais do Brasil com o Exterior. O Estado produziu 6,6 milhões de toneladas de soja em 1998, contra 5,4 milhões de toneladas em 1994; nesses dois anos extremos, a área colhida manteve-se em 3,2 milhões de hectares, embora a produtividade da soja tenha se elevado de 1,7 tonelada por hectare, em 1994, para 2,1 toneladas por hectare em 1998.

A intermitência de crescimento do trigo manteve-se ao longo dos quatro anos da atual gestão da esfera pública estadual. A produção de trigo, de 807 mil toneladas em 1994, ficou reduzida a 335 mil toneladas em 1995, atingindo, no ano seguinte, o recorde do período, de um milhão de toneladas. Em 1997 e em 1998, o trigo produzido no Estado atingiu 590 mil e 548 mil toneladas, respectivamente. A área colhida de trigo acompanhou as oscilações da produção: foram 270 mil hectares em 1995; 587 mil hectares em 1996; 478 mil hectares em 1997; e 384 mil hectares em 1998. As alterações nos níveis de produção e de área colhida resultaram em mudanças nos níveis de produtividade no período. A produtividade física do trigo foi de 1,7 tonelada por hectare em 1996; 1,2 tonelada por hectare em 1997; e 1,4 tonelada por hectare no exercício atual.

A PECUÁRIA

A produção animal do Rio Grande do Sul cresceu à taxa de 3,3% ao ano no período 1980-95, um desempenho superior ao da própria agropecuária estadual. Depois de permanecer estagnada entre 1980 e 1985, ela apresentou incrementos de 2,7% ao ano em 1985-90, atingindo variações expressivas de 7,1% ao ano no primeiro quinquênio desta década.

No quadriênio 1995-98, correspondente ao período da gestão que se encerra, a pecuária gaúcha apresentou um desempenho caracterizado por oscilações extremamente acentuadas: o Produto real da pecuária cresceu 8,2% em 1995; 17,1% em 1996; e 1,7% em 1997.

Os dados disponíveis para o corrente exercício atêm-se ao cálculo do ITAP do Estado. Segundo estimativas realizadas pela FEE, houve um acréscimo de 7,11% no ITAP da produção animal referente aos valores acumulados dos três primeiros trimestres de 1998, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

No período analisado, cabe registrar que, inicialmente, ocorreu uma mudança na estrutura subsetorial da produção animal, com o aumento da produção de aves e a diminuição da produção bovina. Posteriormente, foram constatados também avanços na suinocultura e na produção leiteira, com a queda da bovinocultura no perfil da produção animal gaúcha.

A bovinocultura conseguiu reagir em 1997, crescendo à taxa de 19,6%, paralelamente aos incrementos de 4,5% na avicultura e de 12,8% na produção de leite, além de uma diminuição significativa na atividade da suinocultura. Nessa oportunidade, a par do elevado nível alcançado pelos grãos em termos de cotações internacionais, a relação entre os preços pagos e os preços recebidos pelos produtores - que contribui para a definição da rentabilidade do setor - não foi tão desfavorável como havia acontecido nos anos recentes.

Em 1998, os dados acumulados até setembro estavam a indicar a consolidação da mudança no perfil do mercado de carnes da economia gaúcha. Houve quedas de 4,9% na produção de bovinos e de 0,8% na produção de leite, que foram compensadas por incrementos de 16,3% na suinocultura, de 15% na avicultura e de 9,4% na ovinocultura. Essa alteração estrutural viabilizou incrementos da produção animal de 12,9%, de 3,7% e de 5,1% nos três primeiros trimestres do ano em curso contra os mesmos períodos de 1997.

3. A Indústria

No triênio 1995-97, a indústria evidenciou três momentos distintos: um de queda, seguido de um de crescimento nulo e de um de recuperação logo a seguir. Efetivamente, o Produto setorial foi reduzido em 8,1% em 1996, apresentou crescimento nulo no ano seguinte para, em 1997, acontecer a grande recuperação do setor secundário regional, com um incremento de 10,5% sobre o ano anterior.

Posteriormente, registraram-se mudanças bruscas na ordem econômica, com a corrida especulativa contra o real e com as medidas de política econômica adotadas pelas autoridades econômicas, que contrairam a atividade econômica no País e que refletiram decisivamente sobre o desempenho da indústria gaúcha em 1998. O ITAP do Rio Grande do Sul, calculado pela FEE, registrou uma queda de 4,7% no valor acumulado nos três primeiros trimestres de 1998 quando comparado a igual período do ano anterior.

A Indústria de Transformação

A indústria gaúcha vinha registrando taxas de crescimento modestíssimas desde há alguns anos. A década imediatamente anterior à posse do atual Governo do Estado foi um período em que o Produto real da indústria de transformação registrou avanços médios de apenas 1,2% ao ano. Por essa razão, era imperiosa a necessidade de implementar medidas que alterassem os rumos da economia gaúcha em geral e do Setor Secundário em particular.

Nos dois primeiros anos da presente gestão administrativa estadual, o desempenho insuficiente da indústria de transformação manteve-se com o Produto subsetorial decrescendo 9,3% em 1995 e 0,7% em 1996. O conjunto de iniciativas propostas pelo Governo Estadual, desde a sua posse, provocou uma mudança extraordinária de expectativas junto aos agentes econômicos regionais, com a vinda de

grandes investimentos para o Estado. A estabilidade monetária, aliada ao quadro favorável em âmbito regional, refletiu-se sobre o desempenho da indústria de transformação gaúcha, de modo que, em 1997, o Produto real cresceu à taxa de 10,5%.

A crise global que afetou a ordem econômica internacional a partir da Tailândia, em 2 de julho do ano passado, junto com a primeira corrida especulativa contra o real em 1997, mudaram o cenário nacional e deram um vultoso impacto sobre a indústria local. Depois de a indústria de transformação ter apresentado um expressivo desempenho no ano de 1997, o subsetor não conseguiu repetir o mesmo resultado no exercício de 1998. Os cálculos elaborados pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser mostram que o Índice Trimestral de Atividade Produtiva da indústria de transformação decresceu 1,4% e 5,9% no primeiro e no segundo trimestre de 1998, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior. Isso significa que houve uma redução de 3,9 no ITAP da indústria de transformação no primeiro semestre de 1998, frente ao correspondente semestre de 1997. Os últimos dados disponíveis sobre o ITAP da indústria de transformação sinalizavam uma queda de 4,6% até outubro de 1998, frente à semelhante período do ano anterior.

Em nível de composição da taxa global da indústria de transformação gaúcha, a contribuição dos gêneros apresentou algum nível de oscilação ao longo do período.

Em 1995, o comportamento da indústria mecânica foi o determinante do mau desempenho da indústria de transformação estadual, ao mesmo tempo em que os incrementos dos produtos alimentares e do material elétrico e de comunicações evitaram que a queda do Produto da indústria fosse ainda maior. No ano seguinte, o resultado acanhado da indústria decorreu do comportamento dos gêneros mecânica e material elétrico e de comunicações. Já em 1997, houve a recuperação do setor, ocasião em que os gêneros mecânica, fumo e metalúrgica estiveram à frente dos demais gêneros na explicação do que havia ocorrido com a indústria.

Os dados disponíveis para 1998 são, mais uma vez, as informações com origem no ITAP; desta vez, constatou-se que, por ordem de maiores decréscimos, aconteceram reduções nas atividades dos gêneros fumo, bebidas, vestuário, têxtil, couros e peles, perfumaria e borracha.

4.0 Comércio

O setor serviços vem aumentando sistematicamente a sua contribuição para o desenvolvimento da economia gaúcha, obtida a partir de incrementos progressivos da sua participação no perfil do Produto estadual. Em 1980, o setor serviços representava 50% da renda do Produto do Estado; essa fatia do Produto avançou para 53,8% em 1990 e para 54,3% em 1995. No contexto do setor serviços, o comércio tem uma presença importante porque representa 15% do PIB gaúcho.

No período 1995-97 o comércio obteve taxas de crescimento significativamente superiores àquelas alcançadas pela economia gaúcha como um todo: o subsetor cresceu 6,1% em 1995; 2,1% em 1996 e, novamente, 6,0% em 1997. A redução da inflação, as vendas de eletrodomésticos, de eletrônicos e de veículos novos foram os fatores mais importantes na definição do comportamento do comércio no período.

5. As Relações com o Exterior

As Exportações

As informações disponíveis até o dia 08.12.98, com origem no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, evidenciam que as exportações do Rio Grande do Sul atingiram a expressiva soma de US\$ 4.916.215.000,00 FOB em 1998. Embora não represente o valor final das exportações anuais, verifica-se que até aquele momento havia uma redução de 9,31% na comparação com as exportações de 1997.

As cinco principais mercadorias que lideraram a pauta de exportações foram: Outros calçados de couro natural; Fumo não manufaturado; Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; Outros grãos de soja, mesmo triturados, e Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado; perfazendo, em conjunto, um total de US\$ 1.926.714.000,99 FOB. A soma dessas cinco mercadorias, que havia representado 48% das exportações gaúchas no exercício passado, ficou reduzida a 43% até o início de dezembro de 1998.

Com relação ao destino das exportações, os Estados Unidos continuaram ocupando a primeira posição no ranking dos parceiros do Rio Grande do Sul, embora a participação dos norte-americanos tenha sido reduzida por causa dos avanços nas relações comerciais com a Argentina. Em 1997, os Estados Unidos e a Argentina representavam 23,9% e 9,71% da pauta das exportações gaúchas, respectivamente; neste ano, essas participações caíram para 21,3% com relação aos Estados Unidos e 12,1% no que diz respeito à Argentina. Como os maiores parceiros do Estado seguem, pela ordem, a Alemanha, a China, o Reino Unido, o Japão e o Uruguai, dentre outros.

Estrutura do valor das exportações por grupos de produtos segundo o grau de elaboração (%)

Grupos de produtos	Brasil			Região Sul			Rio Grande do Sul		
	1990	1993	1997	1990	1993	1997	1990	1993	1997
1. Produtos primários	21,1	17,0	19,5	20,2	14,6	18,6	21,1	18,3	20,8
2. Produtos industrializados	77,6	82,2	71,7	79,5	85,1	71,8	78,6	81,5	74,6
2.1 Semimanufaturados	32,2	30,2	27,8	40,6	36,8	32,0	32,0	24,8	23,1
2.2. Manufaturados	45,4	52,0	43,8	38,9	48,2	39,8	46,6	56,7	51,4
3. Outros	1,3	0,8	8,8	0,3	0,3	9,6	0,3	0,3	4,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: SECEX/MCT. Estruturação: Funtex/América Consultoria e Projetos Internacionais

As Importações

Em 1998, os dados disponíveis mostram que as importações até setembro atingiram a quantia de US\$ 3.164.611.000,00 FOB, refletindo um incremento de 12,7% sobre as importações de janeiro a setembro de 1997.

No que tange à pauta de importações, as mercadorias que ocuparam as cinco primeiras posições foram, pela ordem: os Automóveis com motor explosão 1500<cm³<=3000; os Óleos brutos de petróleo; as Naftas para petroquímica, as outras naftas; e o Arroz semibranqueado, etc, não parabolizado. Os automóveis e os óleos brutos de petróleo representaram 7,7% e 6,7% da pauta de importações gaúchas respectivamente.

Quanto à origem das importações, a liderança argentina consolidou-se ainda mais no corrente ano, pois a participação desse país na pauta gaúcha, que era de 29,8% até setembro de 1997, elevou-se para 34,8% nos nove primeiros meses de 1998. Os principais parceiros do Rio Grande do Sul nesse período foram, pela ordem, o Uruguai, a Itália, a Alemanha, a Argélia, o Japão, a França e o Reino Unido.

6. Conclusão

No início da atual gestão foram identificadas algumas restrições de natureza estrutural que mereceriam a atenção do Governo durante o quadriênio 1995-98. Entre as limitações, foram arrolados o desempenho insuficiente da economia, a deterioração da infra-estrutura, o agravamento das condições de vida da população de baixa renda e a desorganização do setor público.

Durante os últimos quatro anos, pôs-se em prática uma estratégia de ação compreendendo medidas de grande impacto para o futuro da economia do Rio Grande do Sul. Dentre elas, merecem destaque a redução da intervenção estatal através de uma reforma do Estado; a busca do saneamento financeiro, para reduzir a pressão sobre o Tesouro do Estado; a recuperação da infra-estrutura, para obter a eficiência do sistema; a melhoria dos serviços da área social para viabilizar as demandas da sociedade; e a criação de instrumentos específicos para implementar uma política de atração de investimentos.

A busca dos objetivos planejados, face ao diagnóstico elaborado no início do governo, implicou trabalho permanente, articulação intensa, parceria criativa, gerência inovadora.

Durante o curso desse processo, a economia gaúcha partiu de um biênio com baixo desempenho para uma fase posterior, em que o PIB gaúcho se recuperou, crescendo à taxa de 5,7% ao ano. A crise na Ásia não permitiu que as autoridades brasileiras prosseguissem com o cenário da continuidade do Plano Real, vendo-se

obrigadas a optarem por um processo de desaquecimento nacional que trouxe reflexos imediatos sobre o desempenho da economia gaúcha em 1998.

Quando da elaboração desta análise, os dados disponíveis até o terceiro trimestre do ano em curso sinalizavam para um aumento de 6,17% no Índice Trimestral de Atividade Produtiva da agropecuária e para uma queda de 4,69% no Índice Trimestral de Atividade produtiva da indústria geral do Rio Grande do Sul. Paralelamente, a balança comercial gaúcha evidenciava, até setembro do corrente ano, um superávit comercial da ordem de US\$ 1.294.124.000,00, calculado a partir de exportações de US\$ 4.458.735.000,00 FOB e de importações de US\$ 3.164.611.000,00 FOB.

Os números acima dão uma dimensão da importância da economia gaúcha no contexto nacional, tanto pela contribuição nas relações da sua economia com o Exterior como pelo imenso potencial que se descortina para a região, às vésperas do novo século que se avizinha.

A estabilidade da moeda brasileira no plano macroeconômico, associada à continuidade do fluxo de investimentos para a economia regional, viabilizou as transformações postas em prática nos últimos quatro anos, cujos resultados positivos começaram a se fazer sentir no ano de 1997. Ao final desta profícua gestão, fica a convicção de que as realizações do quadriênio, ainda em período de maturação, resultarão em benefícios extraordinários para a população do Estado do Rio Grande do Sul.

ANEXO II - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

1. Atração de Investimentos

O Governo do Estado, considerando a existência de um parque industrial diversificado no território gaúcho, elencou alguns setores prioritários para investimento, tendo em vista as oportunidades e as potencialidades para um maior desenvolvimento econômico. Entre eles estão os setores Automotivo, 3ª Geração Petroquímica, Madeireiro, Celulose e Papel, Recursos Minerais, Alta Tecnologia e Agroindústria. Foi colocado à disposição dos investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, um sistema competitivo de incentivos fiscais. Neste sentido, cabe destacar o Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP.

O SEADAP destina-se a apoiar, mediante incentivo financeiro, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande porte, em nível regional e setorial, visando o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Busca também o fortalecimento das microempresas do Estado, possibilitando a geração de novos empregos. O Sistema é apoiado pelos seguintes fundos: Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS; Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR; Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN; e Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte - FUNAMEP.

a) Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul - FUNDOPEM/RS

O FUNDOPEM/RS destina-se a apoiar, mediante incentivos financeiros, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado. O FUNDOPEM/RS contempla seis programas: Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Químicos do Estado - PROPLAST/RS; Programa Setorial das Indústrias de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - PROENERG/RS; Programa Setorial para o Desenvolvimento da Indústria de Cigarros - PROINCI/RS; Programa Setorial para a Interiorização da Indústria - PROINTERIOR/RS; Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Autopeças - PROPEÇAS/RS; e Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria de Alta Tecnologia - PROTEC.

b) Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR/RS

O Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR/RS, instituído pela Lei n.º 10.895, de 26 de dezembro de 1996, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto n.º 37.800, de 22 de setembro de 1997, tem como objetivo prover recursos para o incremento do setor automotivo, visando a implantação ou a ampliação de indústrias do setor que vierem a instalar-se no Complexo Automotivo de Gravataí. Apenas a COIMEX INTERNACIONAL S.A., credenciada da General Motors do Brasil Ltda. - GMB, teve os seguintes valores financiados pelo FOMENTAR/RS:

FOMENTAR/RS - Investimentos

Período	R\$
1997	1.079.523,81
1998 (jan a set)*	9.540.198,11
TOTAL	10.619.721,92

Obs.: (*) mês de vencimento do ICMS
Fonte: SEDA

c) Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN/RS

O Fundo para Recuperação Industrial do Rio Grande do Sul - PRIN/RS, instituído pela Lei n.º 10.715, de 16.01.96, com regulamento aprovado pelo Decreto n.º 36.490/96, visa apoiar, mediante incentivo financeiro, a redução da capacidade ociosa de plantas industriais no Estado.

Empresas de cinco gêneros industriais contaram com o apoio financeiro do PRIN/RS, a saber: vinhos; curtumes; máquinas e implementos agrícolas; máquinas e equipamentos para curtumes; calçados; e conservas.

PRIN/RS - Repasses

Repasses/Período	Valor - R\$
Repasses realizados Dez/96 a Dez/97	6.480.020,90
Repasses realizados - Jan/98 a Out/98	4.457.761,64
TOTAL	10.937.782,54

Fonte: SEADAP

d) Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte - FUNAMEP

Instituído pela Lei n.º 10.145, de 29 de dezembro de 1993, com regulamento aprovado através do Decreto n.º 36.495, de 06 de março de 1996, destina-se a

financiar investimentos fixos e capital de giro; prestar aval ou garantia de fiança; e subsidiar juros de financiamentos obtidos em instituições financeiras oficiais por microempresas, microprodutores rurais e empresas de pequeno porte.

FUNAMEP- Empresas Beneficiadas e Valor Financiado

Período	Empresas Beneficiadas	Valor Financiado em R\$
1997 a set/98	177	963.814,00
Jan/98 a Set/98	95	573.487,00
Previsão (1º/10 a 31/12/98)	330	1.800.000,00

Fonte: BANRISUL S.A

e) *Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais - FDI/RS*

O Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais - FDI/RS, criado pela Lei n.º 11.085, de 22 de janeiro de 1998, destina-se à implantação, desenvolvimento e ampliação de complexos industriais formados por empresas cujas atividades incorporem *avançada tecnologia, estratégicas para o desenvolvimento do Estado* e que possibilitem a diversificação e integração da produção, aprimoramento tecnológico, geração de empregos, ganhos de produtividade e redução das disparidades regionais. Cabe ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul a gestão financeira do FDI/RS.

Os recursos do Fundo destinam-se ao financiamento de capital de giro e de investimentos necessários à implantação ou ampliação de complexos industriais, em áreas especialmente destinadas para esse fim. Também, em casos especiais, poderão ser destinados recursos para subsidiar investimentos em máquinas, equipamentos e *demais bens destinados ao ativo fixo da empresa beneficiada, inclusive obras de infraestrutura do complexo industrial* e despesas pré-operacionais, bem como para complementar o capital de giro necessário à consolidação do projeto, na forma e limites previstos em regulamento e no ato de aprovação do projeto pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM/RS.

2. Montadoras

Para o Estado, o êxito maior do Governo na busca de empreendimentos significativos, registrou-se com a vinda das montadoras de veículos da General Motors, Ford, Navistar, e da fábrica de pneus da Goodyear.

General Motors

A primeira montadora que decidiu instalar-se no Estado foi a General Motors em 1996. O efeito multiplicador da nova indústria deverá ser sentido em vários segmentos: serviços, comércio e sistema bancário, entre outros, sendo, ainda,

fortalecida a arrecadação tributária e a cadeia produtiva, este último de extrema importância para o desenvolvimento do Estado.

Estima-se que os investimentos da montadora serão da ordem de R\$ 755 milhões, dando ensejo à geração de 2.708 novos empregos diretos, bem como impulsionando o setor de autopeças do Estado, que conta com mais de 600 empresas.

Além do FOMENTAR/RS, já referido, objetivando agilizar e facilitar a instalação da montadora, o Governo Estadual, através da Lei nº 10.894, de dezembro de 1996, constituiu a Companhia Especial de Implantação do Complexo Automotivo - CEIC. A CEIC destina-se a prover a infra-estrutura básica necessária à implantação ou à ampliação de indústrias do setor automotivo.

Em 1997, a Lei nº.11.025 autorizou o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito junto ao BNDES, até o limite de R\$ 85 milhões, para custear os investimentos de infra-estrutura para a implantação do Complexo Automotivo de Gravataí.

Ford

Dando continuidade ao processo de atração de novos investimentos, o Governo Estadual, em 1997, não mediu esforços para trazer ao Estado a nova fábrica da Ford, juntamente com 08 a 12 empresas-chave.

O investimento global com a vinda da montadora foi estimado em R\$ 1 bilhão, devendo abrir cerca de 1.500 empregos diretos e outros 7 a 8 mil indiretos.

O Protocolo de Intenções celebrado entre o Governo do Estado e a Ford definiu para o Estado o compromisso de doar o terreno onde será instalado o Complexo Ford e dotá-lo de infra-estrutura. Coube à Ford, por sua vez, iniciar as atividades da unidade industrial em um prazo de 48 meses, a contar do recebimento do terreno, devidamente preparado e apto às obras de construção civil; produzir 100 mil veículos por ano; incorporar tecnologia industrial avançada, desenvolvida pela empresa em nível mundial, à unidade e aos produtos a serem nela fabricados; implantar laboratórios de desenvolvimento automotivo de última geração, integrada à rede mundial da Ford, para operar em conjunto com as universidades e centros de pesquisa de desenvolvimento gaúchos, assim como preocupar-se com a preservação ambiental.

A previsão inicial é de que serão instalados no Complexo Ford 15 outras empresas sistemistas, bem como 50 fornecedores de peças e componentes automotivos. Foi estimado um faturamento de R\$ 1,5 bilhão/ano e o empreendimento irá gerar 1,5 mil empregos diretos na Ford, mais 3 mil empregos indiretos no Complexo, em sua primeira fase, além de outros 15 mil empregos indiretos no Estado.

Navistar/Agrale

Também em 1997, instalou-se no Estado, na cidade de Caxias do Sul, a montadora *Navistar/Agrale*, cujos investimentos serão da ordem de US\$ 60 milhões, gerando 1 mil empregos diretos.

Fábrica de Pneus da Goodyear

Já em 1998, outro empreendimento de vulto foi trazido para o Rio Grande do Sul, com a instalação da fábrica de pneus da *Goodyear*, que também elegeu o Estado para aplicar seus investimentos. Inicialmente, serão investidos US\$ 100 milhões e, após o ano 2.000, mais US\$ 80 milhões.

Com relação à geração de empregos, essa será da ordem de 150 empregos diretos, e de 1.500 novas vagas em termos de empregos indiretos.

3. Grandes Projetos Industriais em Andamento

Com a situação econômica estável e crescente, o Rio Grande do Sul, face aos novos investimentos, públicos e privados, experimentou, ao longo do período de 1995 a 1998, significativas transformações. A seguir apresenta-se a relação dos grandes projetos privados no Estado.

Grandes Investimentos no Rio Grande do Sul (*)

Investimentos Industriais/ Localização	Setor/Projeto	Empregos	Valor (R\$ Milhões)
Complexo Ford Guaíba	Montadora de automóveis	1.500	1.000
Souza Cruz Cachoeirinha	Agroindústria - Produção de cigarros	2.300	860
Copesul Triunfo	Petroquímica-1ª geração	54	782
Complexo General Motors Gravatá	Montadora de automóveis	2.708	755
Petrobrás/Refinaria Alberto Pasqualini Canoas	Refino de petróleo - duplicação	50	613
Parapanema São José do Norte/Rio Grande	Complexo Minerquímico	1.220	538
Grupo Gerdau/ Laminadora do Sul Nova Santa Rita	Laminadora	350	350

(*) Investimentos acima de R\$ 10 milhões

Grandes Investimentos no Rio Grande do Sul (*)

Investimentos Industriais/ Localização	Setor/Projeto	Empregos	Valor (R\$ Milhões)
OPP Triunfo	Petroquímica - 2º geração Ampliação e nova planta	148	293
Ipiranga Petroquímica Triunfo	Petroquímica - 2º geração Ampliação e nova planta	100	215
Innova Triunfo	Petroquímica - 2º geração três plantas	288	249
Philips Morris Santa Cruz do Sul	Agroindústria - produção de cigarros	265	227
Casa Blanca Forest Rio Grande	Agroindústria - beneficiamento de madeira	1.605	195
Grupo Gerdau Sapucaia do Sul	Aços Finos Piratini	0	190
Goodyear Glorinha	Pneus	150	180
Pirelli Gravataí	Pneus	700	170
Brahma Viamão	Bebidas	400	168
Petroquímica Triunfo Triunfo	Petroquímica - 2º geração três plantas	50	130
Dell Computer Alvorada	Informática	700	128
DHB Componentes Porto Alegre	Autopeças	475	95
Clorosul Gravataí	Produtos químicos para limpeza	205	95
Pólo Ind. e Com. Montenegro	Filmes especiais de polipropileno	291	91
Josapar (2) Itaquí	Indústria alimentícia	163	86
Crown Cork Viamão	Fábrica de latas	140	84
ATH - Albarus Porto Alegre	Autopeças	871	79
SLC/ John Deere Horizontina	Máquinas agrícolas - tratores	816	70
Josapar (1) Pelotas	Indústria alimentícia	185	68
Agrale / Navistar Caxias do Sul	Montadora de caminhões	585	60
Perdigão Marau	Agroindústria - 2 projetos	1.204	59
Klabin São Leopoldo	Indústria de papel	338	56
Santer - Pedras Brancas	Indústria de papel	100	52

(*) Investimentos acima de R\$ 10 milhões

Grandes Investimentos no Rio Grande do Sul (*)

Investimentos Industriais/ Localização	Setor/Projeto	Empregos	Valor (R\$ Milhões)
Borrachas Vipal Nova Prata	Pneumáticos	534	51
Coca-Cola/Vonpar Porto Alegre	Bebidas	0	50
Grupo Gerdau Charqueadas	Siderúrgica Rio-Grandense	0	45
Dana Albarus Porto Alegre	Autopeças	538	43
El Detalle do Brasil Gravataí	Autopeças - chassis para ônibus	500	43
Universal Leaf Tabacos Santa Cruz do Sul	Agroindústria - processamento de fumo	575	42
Marcopolo Caxias do Sul	Montadora de veículos pesados	355	41
Zaroplast Montenegro	Indústria plástica	500	39
Defensa Taquari	Defensivos agrícolas	150	38
Isabela Bento Gonçalves	Indústria alimentícia	139	36
Ioschpe-Maxion Canoas	Autopeças	300	33
Frangosul Montenegro	Agroindústria- avicultura	500	32
Air Products Guaíba	Gases industriais	44	32
Elegê Região do Alto Jacuí	Laticínios	230	31
Elegê Santa Rosa	Laticínios	430	30
Innova 2 (Unistar) Triunfo	Poliestireno biorientado	50	30
Paramount Lansul Sapucaia do Sul	Têxtil	40	29
Paramount Esteio	Têxtil	495	26
Petropar Sul Venâncio Aires	Embalagens plásticas	115	25
Calçados Azaléia Novo Hamburgo	Calçados	2.000	24
Yolat/Parmafat Carazinho	Agroindústria - laticínios	243	23
Metalúrgica Mor Santa Cruz do Sul	Metalúrgica	125	22
Dakota Calçados Nova Petrópolis	Calçados	570	22

(*) Investimentos acima de R\$ 10 milhões

Grandes Investimentos no Rio Grande do Sul (*)

Investimentos Industriais/ Localização	Setor/Projeto	Empregos	Valor (R\$ Milhões)
Bebidas Fruki Lajeado	Bebidas	83	21
Sociedade de Cimentos do Brasil Candiota	Cimento	40	21
Santa Lúcia Alimentos Camaquã	Agroindústria	220	20
Sanremo Esteio	Utensílios plásticos	189	20
Tramontina Carlos Barbosa	Cutelaria	85	19
Crow Cork Venâncio Aires	Tampas plásticas	63	19
Avipal Lajeado	Agroindústria - avicultura	600	17
Duratex São Leopoldo	Painéis de madeira	190	16
Capri Industrial Osório	Têxtil	80	16
Veja Indústria de Produtos Alimentares Pelotas	Produtos alimentares - conservas	64	16
Central Agroindustrial Coop. Alto Jacuí Sarandi	Agroindústria	466	15
Calçados Beira Rio Roca Sales	Calçados	1.836	14
Recrusul Sapucaia do Sul	Equipamentos de refrigeração	130	14
Freios Controil São Leopoldo	Autopeças	39	14
Endutex Três Coroas	Laminados de poliuretanos	112	13
Formax São Leopoldo	Calçados - componentes	17	13
Tecnovin Vacaria/Bento Gonçalves	Bebidas	63	13
Bruning Technometal Panambi	Metalúrgica	245	13
Pincéis Atlas Esteio	Pincéis	540	12
Brasilata Estrela	Embalagens metálicas	100	12
Açodorio Cachoeirinha	Metalúrgica - ferro e aço	95	12

(*) Investimentos acima de R\$ 10 milhões

Grandes Investimentos no Rio Grande do Sul (*)

Investimentos Industriais/ Localização	Setor/Projeto	Empregos	Valor (R\$ Milhões)
Instaladora São Marcos São Marcos	Plásticos	301	11
Kaiser Gravataí	Cervejaria	83	11
Vinhos Salton Bento Gonçalves	Indústria vinícola	0	11
Cemaq Caxias do Sul	Componentes elétricos	202	10
Eletrônica Selenium Nova Santa Rita	Eletrônico	80	10
Perto Periféricos Gravataí	Informática	78	10
Plasc - Plásticos Santa Catarina Triunfo	Plásticos	65	10
Total		32.247	9.175

(*) Investimentos acima de R\$ 10 milhões

Fonte: SEDAI

4. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Automotiva do Rio Grande do Sul

Para o gênero Automotivo foi criado, na gestão 1995-1998, o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Automotiva do Rio Grande do Sul, mediante o Decreto n° 38.780, de 18 de agosto de 1998, cujas finalidades consistem em apoiar a consolidação do Pólo Automotivo no Estado, preservar e modernizar o Parque Industrial de Autopeças já instalado, através da promoção de atividades de ensino, pesquisa, consultoria e atualização dos Métodos de Gestão Tecnológica e Empresarial.

O Programa tem como objetivos: difundir uma nova cultura de gestão no conjunto da Economia Gaúcha; contribuir para a efetiva absorção das novas tecnologias, processos e procedimentos; pesquisar e interpretar as necessidades e tendências do setor, identificando os recursos e infra-estrutura disponíveis; promover ações voltadas ao processo de melhoria contínua, dentro do Programa; e estabelecer uma política de ações voltadas ao desenvolvimento de um processo articulado para a formação de recursos humanos, com ênfase na gestão tecnológica e capacitação de mão-de-obra operacional.

5. Programa Gaúcho de Alta Tecnologia - RS

O Governo Antônio Britto, face ao processo de globalização em que a economia brasileira está inserida, o qual obriga a busca do desenvolvimento da tecnologia, fator decisivo para a competitividade, e à necessidade de fortalecimento das empresas que fazem da tecnologia a base de seus empreendimentos, instituiu, através do Decreto n.º 38.344, de 24 de março de 1998, o Programa Gaúcho de Alta Tecnologia – RS.

O Programa, a cargo da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, objetiva estimular o desenvolvimento empresarial do Rio Grande do Sul, mediante ações, no âmbito do Estado, que permitam a formação de mão-de-obra e a capacitação de recursos humanos para a viabilização de empreendimentos em alta tecnologia.

**ANEXO III - INDICADORES DA ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO**

O DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O Estado do Rio Grande do Sul deve fechar o quadriênio com uma arrecadação corrente de 24,8 bilhões de reais, que somados às receitas de capital em valor superior a 6 bilhões, traduzem um orçamento público superior a 30 bilhões de reais. Este volume de recursos despendidos pelo setor público gaúcho representa, anualmente cerca de 15% do PIB estadual

As informações disponíveis sobre o desempenho do produto estadual permitem identificar um crescimento acumulado do índice do produto real de 1994 a 1997 de 3,6%, segundo recente recálculo da FEE. No mesmo período, as receitas correntes não foram suficientes para acompanhar este desempenho, devido ao decréscimo real verificado no ano de 1997. Acumula-se, em igual período, 1,4% de crescimento real. Não obstante, a previsão para a arrecadação tributária e demais receitas correntes de 1998 deve refletir um significativo crescimento real em relação ao ano anterior, certamente capaz de suplantar o crescimento verificado no PIB gaúcho.

Apresentaremos a seguir uma breve análise do comportamento e da composição desta importante parcela de recursos aplicados na economia gaúcha nos últimos quatro anos.

1. O DESEMPENHO DAS RECEITAS PÚBLICAS

O desempenho das finanças públicas estaduais no quadriênio que hora se encerra, é apresentado na tabela 01 que faz um paralelo das informações sobre os valores arrecadados da receita de 1995 até outubro de 1998.

TABELA 01
RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 1995 a Out/98

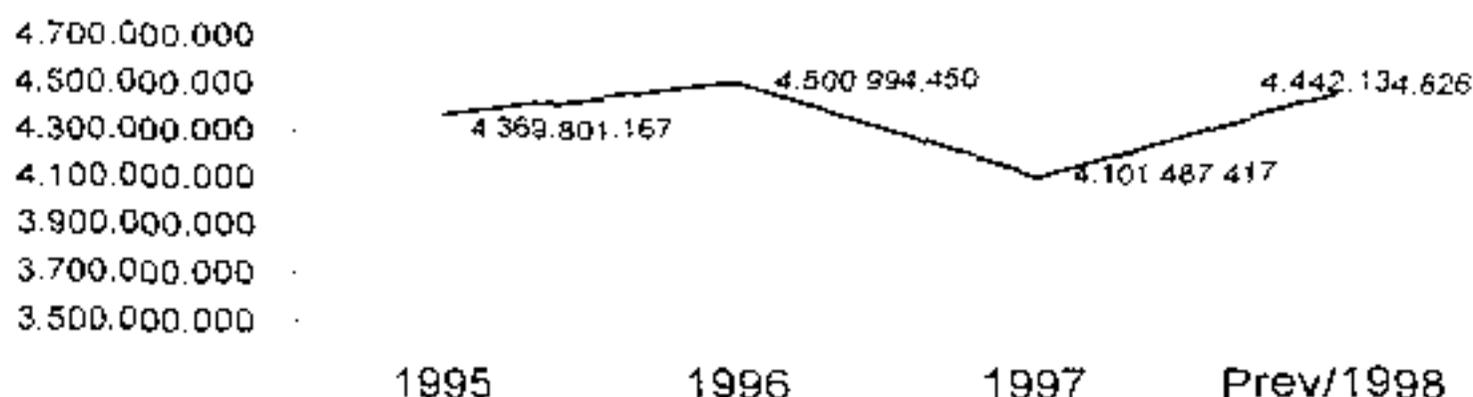
ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADAÇÃO 1995	ARRECADAÇÃO 1996	ARRECADAÇÃO 1997	ARRECADAÇÃO JAN/OUT/98
RECEITAS CORRENTES	5.922.591.247	6.212.683.389	6.059.756.704	5.421.328.973
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.571.945.780	4.701.426.475	4.400.835.798	3.707.325.294
IR	1.340.526	1.447.515	1.756.969	807.927
IPVA	188.809.702	218.671.947	251.337.742	305.574.048
ITC	25.343.680	25.893.940	24.428.298	22.706.132
ICMS	4.228.007.493	4.347.740.414	4.005.894.855	3.382.004.307
TAXAS	78.334.120	97.658.058	38.006.705	56.197.110
ADICIONAIS	107.257	23.677	17.637	1.030
JULGARE	56.281.653	15.470.817	181.677.557	124.987.007
RECEITAS DE OUTRAS RECEITAS PATRONIAIS	42.215.498	32.574.800	29.501.899	37.742.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	922.331.947	936.413.731	921.030.887	119.268.907
PARTICIPAÇÃO REC DA UNIÃO	879.825.875	897.308.497	905.627.519	762.300.687
COTA PARTE DO FPE	220.419.234	230.562.448	259.789.567	213.681.724
TRANSFER. (R. T. 141)	257.316.177	253.297.475	260.321.340	224.397.290
COTA PARTE DO IPI-EST. EXPORT.	297.488.987	303.748.274	264.902.003	243.337.907
SALÁRIO EDUCAÇÃO	97.908.731	108.541.585	104.839.892	67.874.249
DEMAIS PARTIC. EM REC. UNIÃO	692.751	1.158.715	16.075.027	19.397.410
CONVENIOS COM A UNIÃO	20.497.835	37.082.950	55.873.779	59.007.328
DEMAIS TRANSFER. CORRENTES	22.008.238	2.022.274	115.405.056	357.943.257
MULTAS E JUROS DE MORA	112.259.325	139.431.877	94.756.300	70.669.459
RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	71.158.967	70.637.286	107.068.217	50.517.151
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	174.408.092	312.726.383	425.614.523	366.700.728
RECEITAS DE CAPITAL	1.216.747.110	2.574.577.782	3.886.359.424	3.243.300.284
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.155.722.283	1.355.059.353	1.544.134.603	1.321.086.319
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	34.753.093	6.152.009	114.119.739	109.160.950
ALIENAÇÃO DE BENS	111.556	952.172.899	1.860.146.212	1.500.741.017
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	26.160.068	261.193.461	247.958.869	111.426.979
TOTAL GERAL	7.139.338.358	8.787.261.171	9.946.116.128	8.664.629.257

Fonte: Balanço Geral do Estado
última coluna até o mês de Outubro/98

A principal fonte arrecadadora do Estado é o ICMS que representa 90% da arrecadação tributária total do Estado e 65% das receitas correntes. Este último percentual é atualmente um pouco superior se comparado ao período inflacionário da economia brasileira, onde as receitas tributárias sofriam os efeitos da corrosão inflacionária e as receitas patrimoniais eram significativas. Evidencia-se, assim, uma pequena alteração estrutural nas contas de receita. A importância do ICMS tributo, no entanto, está não somente em seu alto peso relativo no agregado das receitas, mas também porque o desempenho de sua arrecadação, sendo função do crescimento da atividade econômica estadual e do esforço fazendário, é responsável pelas perspectivas de longo prazo do orçamento público.

Nos últimos dois anos a arrecadação do ICMS vem sofrendo perdas decorrentes de uma variável exógena – a lei complementar 87/96. A chamada lei Kandir desonerou todos os bens de exportação, bem como permitiu a geração de crédito na aquisição de bens de uso e consumo das empresas e no consumo de energia elétrica. Criou um mecanismo de seguro receita que, em tese, garantiria ressarcimento na medida das perdas que alguns estados sofreriam, mas que na prática, por levar em consideração a arrecadação histórica e indicadores de desempenho pré-fixados, não é capaz de compensar adequadamente o montante desonerado.

ICMS - A qualquer título



Assim, além de reduzir o ingresso de receitas, no aspecto formal acabou por deslocar parte da arrecadação do grupo de receitas tributárias para o de transferências da União.

O gráfico acima demonstra a evolução do ICMS arrecadado a qualquer título, ou seja incluso dívida ativa, multas, juros e transferências da Lei Kandir, entre 1995 e 1998. Os valores arrecadados apresentaram um crescimento de 11% em relação ao quadriênio anterior. Foi 1,7 bilhão de reais que entrou a mais nos cofres do Estado comparativamente à arrecadação dos quatro anos do governo anterior. Após o ano de 1997, quando verificaram-se valores arrecadados significativamente inferiores aos dos anos anteriores, retoma-se, já em 1998, a trajetória de crescimento.

A segunda maior arrecadação tributária do Estado corresponde ao recolhimento do IPVA, cujas alterações na legislação com atualização e expansão da base de cálculo culminaram em expressivo crescimento no montante arrecadado. Se compararmos o valor arrecadado em 1994 com o ano de 1997, podemos verificar um crescimento real de mais de 75%. Projeta-se para 1998 uma receita deste imposto superior a 300 milhões.

Este bom desempenho das receitas públicas, corresponde a iniciativas adotadas pela atual administração no quadriênio, as quais implementaram um rol de realizações destinadas a incrementar e modernizar a arrecadação tributária. Foram criados programas de estímulo à emissão de notas fiscais com o objetivo de combater a sonegação, como o programa "Paguei Quero Nota" e o Plano Básico de Ações, este último, uma colaboração entre o Governo Estadual e Municípios, construindo uma parceria voltada para o incremento da Receita Tributária. Em 1995 foi instituída uma multa mínima para casos de não emissão de notas fiscais ou de etiqueta de caixa de máquina registradora.

Na instância administrativa cabe destacar a iniciativa relativa à questão fiscal, com medidas no sentido de indeferir sumariamente os processos que claramente tivessem por objetivo protelar a ação fiscal.

Houve continuidade da Operação Cobrança de Créditos Tributários, medida para a agilização do procedimento tributário, através da redução das multas e flexibilização nos prazos de parcelamento de créditos tributários, e da priorização da cobrança executiva dos 500 maiores devedores e do ajuizamento de medida cautelar fiscal, e indisponibilidade patrimonial contra devedores inadimplentes.

O Cadastro de Inadimplentes Estaduais – CADIN – foi criado em 1996 para que as pessoas físicas e jurídicas em débito com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, não venham a receber benefícios e financiamentos, excetuando os constantes em lei.

No tocante as Receitas de Capital, a captação de recursos internacionais representou importante ingresso de recursos destinados, principalmente para a ampliação do volume de investimentos em áreas de grande abrangência social. O programa PRÓ-GUAÍBA sozinho já utilizou 142 milhões de dólares e o PRÓ-RURAL 2000, 8 milhões, despendidos nestes 4 anos. Outros 105 milhões de dólares já foram gastos no programa de Reforma e Modernização do Estado, cerca de 20 milhões de dólares em projetos na infra-estrutura de transportes e ainda 39 milhões integralizados no Programa Integrado de Melhoria Social. Até o ano de 2002, em conjunto estão previstos a aplicação de 652,3 milhões de dólares de recursos oriundos de organismos internacionais e outros 372 milhões de contrapartida do tesouro estadual em projetos de melhoria das condições sociais, meio ambiente e infra-estrutura do Estado do Rio Grande do Sul.

Do conjunto de receitas significativas para o atual modelo de financiamento

QUADRO 01
PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS COM RECURSOS INTERNACIONAIS
CONTRATADOS E A CONTRATAR

Agência/Ano							em US\$ mil.		
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	SOMA	CONTRAP	TOTAL
BIRD	53.000	106.339	43.550	38.000	36.584	17.527	295.000	208.800	503.800
- PRÓ-RURAL	3.000	15.923	23.550	20.000	20.000	17.527	100.000	108.800	208.800
- Reforma do estado	50.000	75.000					125.000	-	125.000
- PNMRE		15.416	20.000	18.000	16.584		70.000	100.000	170.000
BID	48.523	97.247	58.530	40.000	38.000	-	282.300	163.200	445.500
- Corredores de Exportação	-	25.183	46.817	40.000	38.000		150.000	75.000	225.000
- PRÓ-GUAÍBA	48.523	72.064	11.713				132.300	88.200	220.500
EXIMBANK	-	12.814	17.500	20.000	24.686	-	75.000	-	75.000
- Corredores de Transporte	-	12.814	17.500	20.000	24.686	-	75.000	-	75.000
TOTAL	101.523	216.400	119.590	98.000	99.270	17.527	652.300	372.000	1.024.300

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento

do Setor Público, além das Receitas Tributárias e dos financiamentos internacionais, se inclui o expressivo ingresso de recursos realizado através do Programa de Privatizações do Estado. A alienação de participações societárias das duas maiores empresas estatais gaúchas resultou em ingressos líquidos de 3,6 bilhões de reais (1,7 bilhões da CRT e 1,9 bilhões da CEEE).

QUADRO 02
RESULTADO COM ALIENAÇÕES DE
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

CEEE	4.398.858.000
Distrib Norte-Nordeste	1.670.460.000
Distrib Centro-Oeste	1.547.596.000
Cia Geração Térmica	502.130.000
35% das ações remanescentes à Eletrobrás	678.672.000
CRT	1.717.825.000
União de Seguros	50.100.000
Total das Alienações	6.166.783.000

O quadro 02 apresenta o saldo bruto da alienação das participações societárias do Governo do Estado em empresas estatais. O valor correspondente a distribuidora centro-oeste, diz respeito a valores originalmente destinados a CEEE remanescente, com posterior redução de capital de 400 milhões a favor do tesouro do Estado. Em relação a geração térmica e ao percentual alienado à Eletrobrás, corresponde a alienação feita à União na renegociação da dívida mobiliária. Ao valor de 1,7 bilhões de reais da alienação da CRT, deve-se adicionar o valor das ações a serem negociadas com empregados, processo a ser concluído em março de 1999. A alienação da União de Seguros destinou recursos ao Bannrisul.

2. A DESPESA REALIZADA

No tocante a despesa, apresentamos a execução orçamentária dos últimos quatro anos até outubro deste ano, segundo os grupos de despesa. As informações estão resumidas na tabela abaixo. A expectativa é de que venhamos a realizar uma despesa total no ano de 1998 de 9,8 bilhões. Terão sido gastos um total de 36 bilhões de reais, nos últimos quatro anos, na execução dos serviços públicos à comunidade rio-grandense.

TABELA 2
Evolução das Despesas por Grupo de Despesa
Administração Direta e Repasses do Tesouro à Indireta

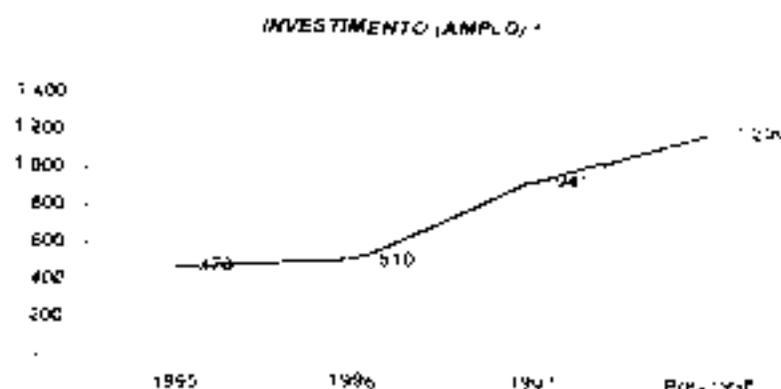
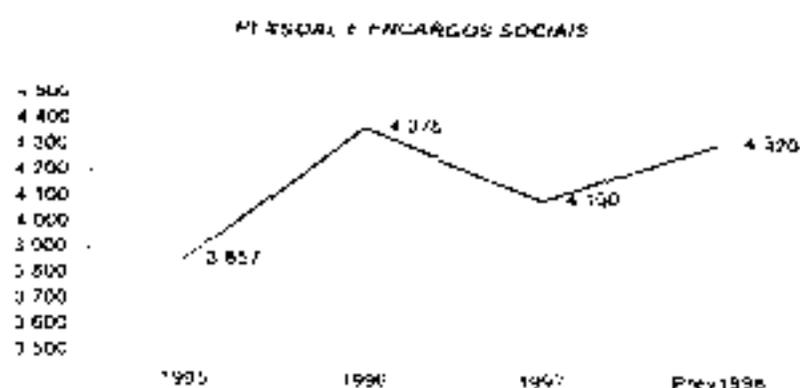
GRUPOS DE DESPESA	1995	1996	1997	Out 1998
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.840.065.266	4.356.794.952	4.081.426.439	3.535.866.000
MANUTENÇÃO	608.342.554	738.041.551	790.669.532	580.880.000
SERVIÇO DA DÍVIDA	1.554.977.074	1.408.058.288	1.800.830.722	1.497.285.000
Juros e Encargos da Dívida	231.594.624	265.646.364	286.983.699	122.028.000
Amortizações da Dívida	1.323.383.050	1.141.410.025	1.513.847.023	1.375.257.000
INVESTIMENTO (AMPLO) *	471.019.878	508.163.519	936.839.294	1.132.716.000
TOTAL	7.759.934.364	8.749.339.898	9.496.485.934	7.905.772.000
RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	4.663.334.000	6.071.013.768	7.006.675.078	6.168.773.954
PESSOAL / RCL (Lei Camata)	80,80%	83,40%	79,50%	76,60%
SERVIÇO DA DÍVIDA / RPL	33,34%	23,19%	25,70%	24,27%
MANUTENÇÃO / RPL	13,05%	12,16%	11,28%	9,42%
INVESTIMENTOS AMPLIO / RPL	10,10%	8,37%	13,37%	18,36%

Fonte: Balanço Geral do Estado

Corrigido pelo IGP-DI médio

*Excluídas as despesas financeiras decorrentes da operação de alienação de participações societárias, R\$ 350.867.392,80 em 1996 e R\$ 583.019.864,18 em 1997

Gráficos Evolutivos dos Grupos de Despesa



a) Pessoal e Encargos Sociais

O dispêndio com Pessoal e Encargos de responsabilidade do tesouro do Estado tem representado significativa parcela da Despesa Total. A previsão é que alcance em 1998 o montante de 4,3 bilhões de reais, tendo praticamente duplicado em relação ao valor despendido em 1994.

O governo iniciou processo de correção das distorções salariais. Categorias com salários menores e defasados, como os professores e os escalões iniciais da Brigada Militar e da Polícia Civil, tiveram os maiores aumentos reais nos últimos quatro anos. Para viabilizar estes aumentos reais, o governo gastou com a folha de salários, em quatro anos, a metade de tudo o que arrecadou como receita, incluindo ICMS, repasses do Governo Federal, recursos de privatizações e financiamentos internacionais. Outro cálculo permite demonstrar que este gasto representa 91% das receitas tributárias do Estado de 1995 a 1998.

Não obstante, diversas iniciativas foram tomadas pela administração estadual no sentido de reverter a tendência de crescimento das despesas com pessoal e encargos. Podemos destacar o Plano de Demissões Voluntárias (PDV) que deferiu cerca de 13 mil pedidos em todos os níveis da administração, provocando uma redução na folha de pagamento da ordem de 14 milhões mensais (ver quadro abaixo). Outras tantas iniciativas foram tomadas e encaminhadas à assembleia Legislativa na predisposição de atingirmos o percentual estipulado pela, assim chamada, Lei Camata (Lei Complementar Federal 82/95), como por exemplo: (i) Iniciativa do Teto Salarial, (ii) alterações na legislação que define os adicionais por tempo de serviço e triênios (iii) fim das incorporações, (iv) Extinção de diversos quadros, (v) Ponto Eletrônico e (vi) reforma da legislação previdenciária estadual.

QUADRO 03
RESULTADOS DO PROGRAMA DE DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS

<i>Tipo de Administração</i>	CUSTOS	REDUÇÃO DA FOLHA MENSAL
ADM DIRETA	104.776.286	5.263.618
ADM INDERETA E EMATER	110.947.714	8.838.837
TOTAL	215.724.000	14.102.455

Fonte: Secretaria Geral de Governo

b) Manutenção

Os gastos com manutenção dos serviços públicos são de difícil compressão, na medida em que crescem, por um lado, na proporção em que são ampliados os investimentos públicos, e por outro, pelo envelhecimento do estoque de capital fixo do Estado. *Importa ressaltar que após o significativo aumento do volume gasto em Manutenção no ano de 1996, tem-se conseguido diminuir o ritmo de seu crescimento nos anos subsequentes. O percentual decrescente deste gasto em relação a Receita Própria Líquida em níveis superiores, conforme mostra a tabela 03, decorre do crescimento da receita pública, uma vez que, em termos absolutos o dispêndio é tendencialmente crescente. Se expurgarmos o efeito das privatizações no agregado da receita podemos obter um parâmetro mais seguro para estes gastos, que se situam na ordem de 15,5% da RPL.*

c) Investimentos Públicos

No tocante aos investimentos públicos, estes alcançaram, em 4 anos, 3 bilhões de Reais em obras e ações sociais. Impulsionado por recursos de privatizações, o atual governo está investindo só em 1998, último ano da Administração, 1,2 bilhão de reais. Já foram entregues à comunidade 1.221 quilômetros de estradas asfaltadas, além de o equivalente a 600 quilômetros de asfalto em terraplenagem, obras de arte, sub-base e base. Nesta área de infra-estrutura rodoviária, já estão garantidos, em financiamentos internacionais, mais 200 milhões de reais.

Na educação, o problema da falta de vagas foi enfrentado com a construção e reforma de 2.205 novas salas de aula. Foi investido um total de quase 200 milhões. A segurança pública contou com 32 obras de presídios já concluídos e 21 em andamento, 1579 veículos novos já entregues para policiamento, implantação de telecentro e centros integrados, além de cerca de 17 milhões de reais para compra de equipamentos de trabalho e proteção pessoal para policiais e bombeiros.

O quadro abaixo permite visualizar a distribuição do investimento nos últimos quatro anos segundo as áreas de atuação do Governo Estadual.

QUADRO 04
QUADRO DE INVESTIMENTOS (de Jan/95 a Nov/98)

Especificação	R\$ Milhões
ESTRADAS	1.076
ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS	722
EDUCAÇÃO	199
SAÚDE	306
AGRICULTURA	102
SEGURANÇA PÚBLICA	269
HABITAÇÃO	90
DIVERSOS	330
TOTAL	3.094

Fonte: Secretaria d Fazenda

d) Serviço da Dívida

O agravamento do processo de endividamento estadual, decorrência da elevação das taxas de juros e da dependência aos mercados internacionais, motivou as iniciativas de renegociação objetivando condições exequíveis para honrar os compromissos herdados das administrações anteriores, bem como possibilitar o gerenciamento dos recursos públicos de forma mais planejada e no longo prazo.

Com a assinatura do contrato de refinanciamento, firmado com a União em 15/04/98, ficaram estabelecidos os parâmetros de comprometimento sobre a Receita Real Líquida do Estado de 12,5% para 1999 e 13% para os exercícios seguintes, prazo de 30 anos para amortização, taxa de juros real pré-fixadas de 6% ao ano e correção monetária segundo a variação do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A alteração no perfil da dívida pode ser visualizado no quadro que segue.

A partir deste momento rompe-se o ciclo de rolagem da dívida pública, responsável por sucessivas operações de crédito visando cobrir comprometimentos vencidos. O resultado destas novas operações de crédito era, de forma geométrica, o de elevar o estoque total da dívida, comprometendo, já no médio prazo, a capacidade financeira do Estado.

QUADRO 05
SALDOS DA DÍVIDA FUNDADA ESTADUAL

	Posição em 31/12/96		Posição em 31/12/97		Posição em Nov/98	
		Comp %		Comp %		Comp %
INTERNA	8.698,0	98,2%	10.753,0	97,7%	10.911,1	96,8%
- Contratos	2.154,9	24,3%	2.608,9	23,7%	10.878,6	98,5%
- Títulos	6.543,1	73,9%	8.144,2	74,0%	32,5	0,3%
EXTERNA	158,4	1,8%	252,3	2,3%	356,7	3,2%
TOTAL DÍVIDA FUNDADA	8.856,4	100,0%	11.005,3	100,0%	11.267,8	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda

3. ANÁLISE DO RESULTADO

Neste cenário de execução orçamentária, o Estado do Rio Grande do Sul vem apresentando crescentes superávits orçamentários. Muito embora a posição de outubro deste ano demonstre um superávit de 900 milhões, é certo, contudo, que não será possível manter este desempenho até o final do exercício, uma vez que os empenhos tendem a se elevar no final do ano, regularizando saldos no decorrer do exercício.

O quadro 5 revela como evoluíram as contas de resultado nos últimos quatro anos, em seus diversos conceitos.

QUADRO 06
Quadro Evolutivo das Contas de Resultado
Responsabilidade do Tesouro

	<i>em Milhões</i>				
	1995	1996	1997	Out98	Orç1999
3- RESULTADO OPERACIONAL	(257)	75	595	1.044	550
6- RESULTADO DA DÍVIDA	(366)	(37)	(143)	(144)	(550)
7- RESULTADO ORÇAMENTARIO	(623)	36	452	900	0
8- RESULTADO PRIMÁRIO (STN)	(507)	(696)	(800)	(868)	(512)
9- RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA	4.684	6.098	7.038	6.236	6.338
Resultado Operacional / RPL	5,5%	1,2%	8,5%	16,7%	8,7%
Resultado Orçamentária / RPL	13,3%	0,6%	6,4%	14,4%	0,0%

Corrigido pelo IGP-DI médio

Fonte: Balanço Geral do Estado

Secretaria da Coordenação e Planejamento

Secretaria da Fazenda

Os resultados Operacional e da Dívida, isolam os efeitos das contas que atuam sobre o estoque da dívida pública. Assim, o primeiro, conceito que exclui tanto as operações de crédito quanto as despesas com serviço da dívida, vem se demonstrando extremamente favorável na medida em que incorpora o saldo da conta de privatizações. O Resultado da Dívida indica que mais recursos são gastos com o pagamento do serviço do que com a tomada de novos empréstimos. Com o acordo em torno da dívida estadual com a União, a tendência é de crescentes déficits no Resultado da Dívida, demonstrando amortizações efetivas e pagamento de juros sem operações de rolagem, ou seja com redução do estoque total.

O Resultado Primário, entretanto, indica um fluxo de despesa mais significativo do que o fluxo de receitas. Este conceito está sendo recentemente utilizado, principalmente em decorrência do acordo de renegociação da dívida pública com a União. De fato ele nos revela o montante das Necessidades de Financiamento do Setor Público, que vem sendo cobertas, pelas privatizações.

O quadro que segue demonstra como está sendo orçado o Resultado Primário nos anos de 1999 comparativamente ao ano de 1998. A análise criteriosa deste quadro permite visualizar a estrutura das contas primárias das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul e conseqüentemente, vislumbrar desafios de longo prazo. O atual momento da administração pública permitiu o financiamento deste déficit com receitas de privatizações, mas ações futuras e efetivas devem ser negociadas, principalmente no processo de reforma fiscal ainda em discussão pelo governo federal, no sentido de alterar o peso relativo dos grupos de despesa no agregado da receita, seja mediante reformas na estrutura arrecadatória, seja mediante ações de controle rígido das despesas de custeio.

QUADRO 06

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO

- Orçamento Administração Direta e Repasse a Indireta -

(em R\$ MILHÕES Nominais)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇ 1998	ORÇ 1999
I - RECEITA BRUTA (Exceto Finan e Privat)	6.333,1	6.514,6
RECEITA PRÓPRIA	5.331,8	5.227,6
ICMS	4.226,1	4.372,5
ICMS - Aliquota	169,0	-
Outras Receitas Próprias	936,8	855,1
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS (expurgado)	1.001,2	1.287,0
FPE	236,1	274,3
Outras Transferências	745,1	843,2
Ressarcimento Lei Kandir	20,0	169,5
II - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.402,3	1.397,0
III - RECEITA LÍQUIDA	4.930,8	5.117,6
IV - DESPESA	5.534,8	5.629,5
PESSOAL E ENCARGOS	4.013,1	4.134,2
MANUTENÇÃO EXPURGADO	810,8	801,9
Exceto: Duplic do Fund Val Magist		
INVESTIMENTO EXPURGADO	710,9	693,4
Exceto: FEDUC e Concessão Empréstimos		
V - RESULTADO PRIMÁRIO	(604,0)	(512,0)
VI - JUROS E ENCARGOS	487	599
VII - NECESSIDADE DE FINANÇ LÍQUIDA	(1.091)	(1.111)
VIII - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	204	165
IX - NECESSIDADE DE FINANÇ BRUTA	(1.295)	(1.276)

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento

ANEXO IV - MEIO AMBIENTE

1. Programa PRÓ-GUAÍBA

O Governo do Estado, através do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba - PRÓ-GUAÍBA, busca dotar a Bacia Hidrográfica do Guaíba das condições necessárias ao desenvolvimento racional de seus recursos naturais e recuperação da qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais, bem como executar o manejo ambiental sustentado da produção agrícola, pecuária, florestal e ambiental.

Abrangendo uma área de 85.950 km², equivalente a 30% da área total do Estado, a Bacia Hidrográfica do Guaíba concentra 2/3 da população, distribuída em 251 municípios onde são gerados 86% do PIB gaúcho.

Para dar andamento ao PRÓ-GUAÍBA, foram necessários recursos externos no montante de US\$ 220,5 milhões, dos quais US\$ 132,3 milhões provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 88,2 milhões como contrapartida do Estado, compreendendo R\$ 17 milhões da FINEP.

Esses recursos estão destinados, principalmente, à realização de obras em saneamento e esgoto sanitário nas cidades de Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre, e para a recuperação dos parques Delta do Jacuí, Itapuã, Jardim Botânico, Jardim Zoológico e da Serra Geral.

Além da Secretaria da Coordenação e Planejamento, coordenadora do Programa, integram o PRÓ-GUAÍBA os seguintes órgãos públicos estaduais: Secretaria da Educação; Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA; Fundação Zoobotânica - FZB; EMATER; Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN; Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM; Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, e os municipais: Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE e Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU.

Ao longo da gestão Antônio Britto, o PRÓ-GUAÍBA teve início com a implantação do Módulo I, no qual diversas ações foram implementadas, apresentando os resultados a seguir indicados.

a) Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos em Cachoeirinha e Gravataí

Nessa ação, desenvolvida pela CORSAN, destacam-se:

- assentamento de 264,4 km de rede coletoras, 129,6 km de ramais domiciliares com 23.130 ligações;
- a conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto de Cachoeirinha;
- a conclusão de, aproximadamente, 85,01% das Estações de Tratamento de Esgotos de Gravataí, com término previsto para janeiro de 1999;

- a conclusão de 3 Estações de Bombeamento, restando mais uma com 77% executados.

Na coleta e tratamento de esgotos domésticos em Cachoeirinha e Gravataí foram investidos US\$ 69,03 milhões.

b) Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico em Porto Alegre

No que se refere à coleta e tratamento de esgoto doméstico em Porto Alegre, foram realizadas obras pelo DMAE, visando a melhoria das condições ambientais e hídricas do Guaíba.

Das metas referentes a Zona Sul foram executados 70,13%, (78,55 km) de redes coletoras e ramais domiciliares, 43,21% equivalentes a (4.086 unidades) caixas para ligações domiciliares, e 60,00% das Estações de Bombeamento.

Na Zona Norte, foram realizados 55,82% das metas de aquisição de equipamentos e 63,84% dos investimentos - US\$ 26,79 milhões - restando US\$ 15,17 milhões do previsto.

c) Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre

No que concerne ao Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre, foram desenvolvidas as seguintes atividades, pelo DMLU: implantação da unidade de reciclagem da Lomba do Pinheiro, da Capatazia Humaitá e Galpão de Reciclagem da Vila Pinto; aquisição de equipamentos e de multimeios; e aterro sanitário da Extrema. Foram dispendidos US\$ 590,00 mil – 21,69%, restando gastar US\$ 2,13 milhões.

d) Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos

No Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos, desenvolvido pela EMATER, 96 municípios foram atingidos, beneficiando 2.453 famílias. Outros resultados da implantação do Sistema são os seguintes:

- Nº de microbacias trabalhadas: 128;
- Área corrigida com calcário: 24.303 ha;
- Área com correção da fertilidade do solo: 26.199 ha;
- Área terraceada: 4.995 ha;
- Fechamento de voçorocas: 39.585 m;
- Nº de equipamentos de proteção individual adquiridos: 2.168;
- Nº de estrumeiras concluídas: 871;
- Nº de armazéns para agrotóxicos construídos: 870;
- Nº de postos coletivos para abastecimento de pulverizadores: 265;
- Nº de pulverizadores adquiridos: 951;
- Áreas reflorestadas: 2.549 ha;
- Valores realizados US\$ 8,17 milhões: 34,13%;
- Valores a realizar US\$ 15,78 milhões: 65,87%.

e) Sistema de Parques e Reservas

No Sistema de Parques e Reservas, desenvolvido em conjunto entre a SAA e a FZB, foram concluídas as obras do Jardim Botânico; Parque Zoológico; Parque Delta do Jacuí e Parque Itapuã. Nessas ações foram investidos US\$ 8,99 milhões.

f) Treinamento de Recursos Humanos

Na área de capacitação de recursos humanos para o PRÓ-GUAÍBA, foram realizados, pela FDRH, 314 eventos com 16.540 participantes, representando um custo de US\$ 860 mil.

g) Plano de Comunicação Social

No Plano de Comunicação Social, conduzido pela SCP, foram gastos US\$ 1,34 milhão, o que representa o alcance de 79,73% das metas a que se propõe o Plano.

h) Sistema de Informações Geográficas

Para que se disponha de uma base única e uniforme de informações geográficas e cartográficas, que sirva às instituições co-executoras como apoio ao planejamento, ao monitoramento e para a execução das ações do PRÓ-GUAÍBA, foram adquiridos equipamentos, compiladas informações, realizado treinamento de pessoal e firmados convênios e/ou contratos.

A cartografia 1.100.000 deu origem a todos os mapas temáticos publicados na Atlas Sócio- Econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

i) Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba

Durante a gestão 95/98, os resultados do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, executado pela SCP, foram: diagnóstico e formulação de estratégias; realização de seminários regionais; conclusão da priorização de estratégias, assim como identificação de projetos de importância significativa para o desenvolvimento do Programa. Nessas ações foram gastos US\$ 306 mil.

j) Rede de Monitoramento Ambiental

No que concerne à Rede de Monitoramento Ambiental, módulo realizado pela FEPAM, foram implantadas duas estações de coleta nos rios dos Sinos e Gravataí para monitoramento da água.

l) Plano de Ações para o Controle da Poluição Industrial na Bacia do Guaíba

Foram cadastradas, pela FEPAM, 32.400 empresas, ao custo de US\$ 1.64 milhão, visando o maior controle da poluição industrial na Bacia do Guaíba.

m) Plano Diretor de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Porto Alegre

Concluído, pela METROPLAN, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Porto Alegre, no qual foram investidos US\$ 606 mil. O Plano Diretor concluído identificou as áreas passíveis de serem utilizadas para tratamento e disposição final de resíduos sólidos, cujo benefício atingirá 3.100.000 pessoas.

n) Aquisição de Terrenos

Na questão envolvendo a aquisição de terrenos, houve a indenização de áreas necessárias à consolidação do Parque Estadual de Itapuã, ação executada pela SAA, FZB, ao custo de US\$ 1,38 milhão.

o) Educação Ambiental

A Educação Ambiental, de responsabilidade da Secretaria da Educação, desenvolveu ações, através de convênio com a FDRH, para capacitação de 980 professores, os quais serão os multiplicadores de outros professores e alunos nas escolas identificadas como pólos dentro do Programa. Além disso, nesse período, foi concluído o Plano Diretor Estratégico de Educação Ambiental. A referida ação teve investimentos da ordem de US\$ 563 mil.

p) Administração e Gerenciamento

Na administração e gerenciamento do PRÓ-GUAÍBA, a SCP gastou US\$ 6,5 milhões.

q) Estudos para a Consolidação de Parque e Reservas Naturais - FZB

Estão sendo realizados estudos para a identificação de novas áreas de preservação pela FZB, ao custo de US\$ 157 mil.

2. Programa MAR DE DENTRO

O Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas dos Patos e Mirim - MAR DE DENTRO objetiva o desenvolvimento sustentável e racional, a recuperação e gerenciamento ambiental das bacias hidrográficas das lagoas dos Patos e Mirim, abrangendo uma área de 60.000 km² e 29 municípios da Metade Sul, com uma população a ser beneficiada de 1 milhão de habitantes.

No ano de 1997, as atividades realizadas pelo Programa consistiram na realização de um seminário em São Lourenço do Sul e aprovação, pelo Governo japonês, de cooperação técnica para desenvolvimento do Programa - 1ª fase.

De outro lado, no ano de 1998, houve a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA, tendo início a elaboração do Plano Diretor das Bacias Hidrográficas das Lagoas dos Patos e Mirim.

**PARTE 2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS
GOVERNAMENTAIS - 1998**

1 - ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1 - CASA MILITAR

PROGRAMA: Administração

O Programa Administração, na Casa Militar, consiste no conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Reestruturação do Sistema Estadual de Defesa Civil

Esse projeto visa a preparação para os desastres, através da criação, reativação, instalação e estruturação de Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDECs, nos municípios que ainda não as possuem, bem como a integração das COMDECs aos Sistemas Estadual e Nacional de Defesa Civil. Em 1998, foram reestruturadas as comissões em 11 municípios: Arroio do Meio, Barra da Guarita, Barra do Rio Azul, Cachoeira do Sul, Dilermando de Aguiar, Pedro Osório, Rosário do Sul, Santo Cristo, São Francisco de Assis, Vista Gaúcha e Turuçu.

Houve 181 eventos adversos de origem natural, com pico no mês de abril (38 eventos dos quais 30 foram enxurrada) e no mês de setembro (49 eventos dos quais 42 foram granizo), em decorrência dos efeitos do fenômeno climático denominado "El Niño".

- Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

O Projeto objetiva a melhoria das condições do transporte rodoviário de produtos perigosos. Desenvolvido através da fiscalização e pesquisa, simultaneamente com os estados-membros do CODESUL, sua implementação conta com a parceria do INMETRO, DNER, PRF, DAER, BRIGADA MILITAR, SSMA (Vigilância Sanitária e FEPAM), Universidades (UDESC e PUC) e entidades patronais (FETRAM-SUL e SETCERGS).

Os dados da pesquisa são tabulados, analisados e repassados às instituições parceiras, com vista à correção das irregularidades constatadas, e o resultado tem sido a significativa redução de acidentes com os veículos transportadores, o que evitou o dispêndio de vultosos recursos do Estado, além da prevenção de perdas de vidas humanas e poluição ambiental.

Foram realizadas, em 1998, operações em vias rodoviárias cuja escolha é baseada no estudo de suas vulnerabilidades, intensidade de fluxo interno, interestadual e internacional. Nelas foram fiscalizados 504 veículos, 84 autuados e 43 retidos, conforme quadro:

**Recursos Humanos envolvidos e Resultados Setoriais Alcançados por
instituição fiscalizadora - Ano 1998**

Instituição Item	Defesa Civil	Brigada Militar	Polícia Rodoviária Federal	INMETRO
Recursos Humanos	11	144	49	21
Veículos fiscalizados/ pesquisados	504			
Veículos autuados		25	32	27
Veículos retidos		14	13	16

Fonte: Casa Militar

PROGRAMA: Segurança Pública

O Programa Segurança Pública na área de defesa civil, compreende ações voltadas à limitação dos riscos e perdas de população civil em casos de calamidade pública declarada.

- Prevenção às Enchentes

O Programa de Prevenção às Enchentes é desenvolvido através do levantamento dos municípios que são vulneráveis a enchentes, de definições das prováveis causas, da quantificação da população atingida e das áreas de risco, identificando, assim, as ações a serem realizadas.

Através do mapeamento das áreas urbanas e sistemas viários vulneráveis, são plotadas as cartas topográficas. A antecipação em 48/72 horas a ocorrência do evento permite emitir o alerta preventivo imediato às comunidades ameaçadas, via rádio, telefone ou correio eletrônico. Busca-se, por fim, uma maior otimização dos recursos destinados à prevenção, socorro e assistência da população atingida, através da priorização do atendimento das áreas de risco.

Em 1998, os eventos adversos de maior incidência foram as enxurradas (104 ocorrências) e o granizo (53 ocorrências), motivo pelo qual os esforços foram concentrados nas ações de assistência e recuperação dos danos causados.

Foram auxiliados 36 municípios nas diversas regiões do Estado através da recuperação de 412 residências de famílias de baixa de renda que sofreram enormes perdas com as enchentes.

Em termos preventivos, foram visitados 11 municípios, ocasião em que buscou-se sensibilizar as administrações municipais para priorizarem ações nesse sentido.

Foram repassados aos municípios, no ano de 1998, aproximadamente R\$ 7 milhões, com vista a sanar as questões envolvendo a defesa civil.

1.2 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA: Processo Judiciário

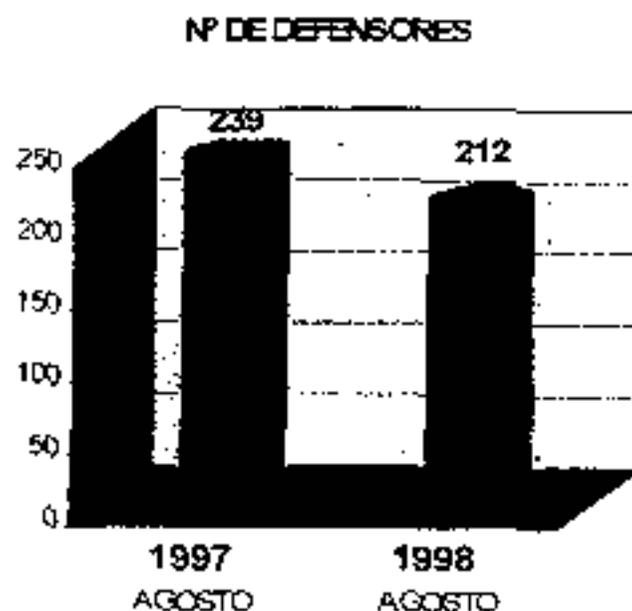
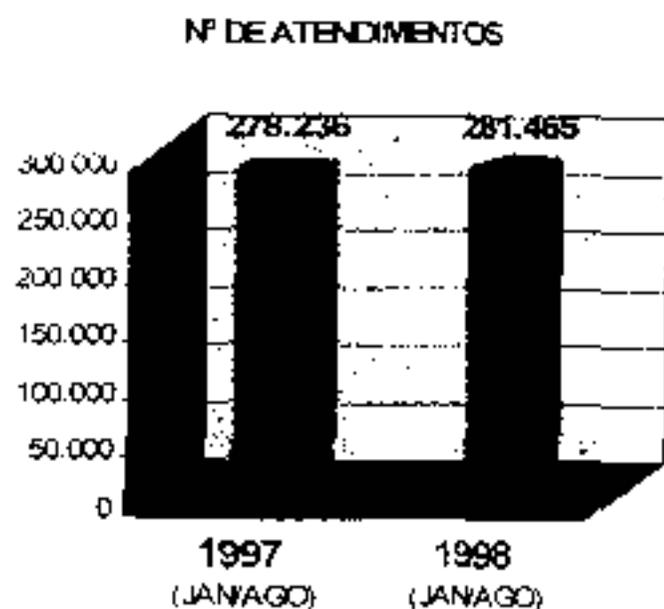
A missão da Defensoria Pública - DPE, é assegurar o acesso à justiça através da assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, em todos os graus e instâncias, aos que comprovarem insuficiência de recursos e aos servidores públicos acionados, civil ou criminalmente, por ato praticado no exercício de suas funções.

- Ampliação do Atendimento

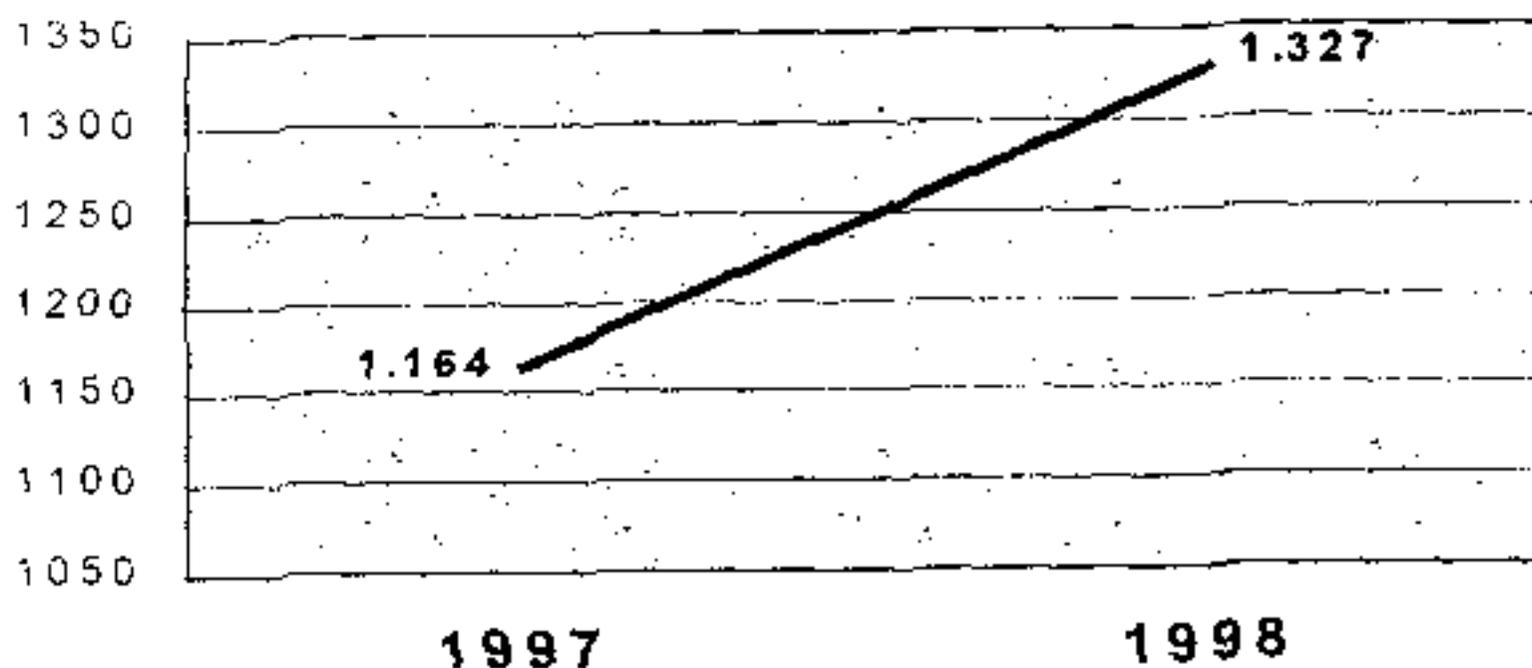
Esse atendimento da DPE oportunizou que as comunidades de baixa renda do Estado do Rio Grande do Sul tivessem acesso à justiça, através do atendimento jurídico gratuito. Essa ação foi possível através da realização de convênios, designações excepcionais e programas sociais desenvolvidos pela Instituição.

A assinatura de Convênios com o Poder Judiciário, Universidades, Prefeituras Municipais, Entidades e Órgãos Públicos permitiu a melhoria da qualidade na prestação dos serviços, propiciando o enriquecimento dos currículos universitários, criando condições para a ampliação desse atendimento, beneficiando cada vez mais a população carente do Estado, que não possui recursos financeiros para garantir o acesso à justiça.

Com esses procedimentos, foi possível um aumento considerável dos atendimentos em 1,2% no Estado, comparado ao ano anterior.



MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR DEFENSOR (ATÉ AGOSTO)



Programas sociais envolvendo importantes projetos foram criados dentro da Instituição no decorrer de 1998, objetivando promover ações de interesse da sociedade. Alguns desses projetos já estão em fase de execução.

- Ações de Usucapião

Essas ações visam à elaboração de plantas e memoriais descritivos de imóveis urbanos para ajuizamento de Ações de Usucapião, demarcatórias, possessórias, etc., através de termos de cooperação com a PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), beneficiando aos clientes da DPE sem recursos para custear as despesas, em especial, os custos da planta e memorial descritivo.

- Projeto DNA

Esse Projeto objetiva proporcionar aos clientes da DPE, gratuitamente, exames de DNA, prova imprescindível na Ação de Investigação de Paternidade. O direito à paternidade conhecida é uma questão de cidadania da criança e do adolescente, prioridade do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. É realizado através de convênios entre a DPE, Hospital de Clínicas (UFRGS) e laboratórios especializados, beneficiando pessoas sem condições para custear o exame de DNA.

- Projeto Mutirão de Execução Penal

Esse Projeto visa ao cumprimento da Lei das Execuções Penais - LEP; diminuição da ansiedade dos apenados e fiscalização do atendimento aos direitos do apenado, através de convênio com o Ministério da Justiça - MJ, DPE (gestor e executor) e Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE.

beneficiando a massa carcerária dos estabelecimentos prisionais: da Capital, Complexo de Charqueadas e interior do Estado, sendo prioridade governamental. Foi desenvolvido desde 1995 em caráter permanente.

O atendimento aos apenados nos estabelecimentos prisionais permite realizar uma avaliação permanente dos direitos e benefícios executórios a que fazem jus. Esse procedimento objetiva a redução das tensões existentes e diminuição da população carcerária nos estabelecimentos prisionais

- Ressocialização e Cidadania do Adolescente

Esse Programa é constituído de 3 Projetos e tem por objetivos:

- Atender a dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de operacionalizar a ressocialização do adolescente que cumpriu medidas sócio-educativas de liberdade assistida e semiliberdade, assegurando-lhe a inserção na comunidade e no mercado de trabalho;
- Ampliar e transformar a visão que o adolescente tem de si e da sociedade, reconhecendo-se como sujeito de direitos e obrigações; e
- Proporcionar ao adolescente experiências no mercado de trabalho, bem como prepará-lo para a reinserção no convívio familiar e social.

O principal desses Projetos é o "Infância e Juventude I", que oportuniza cursos profissionalizantes formativos. De fato, através de Termos Cooperativos firmados entre a DPE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e entre a DPE e o Serviço Nacional da Indústria - SENAI, assegura-se aos adolescentes percentual de 10% de vagas em diversos cursos, sendo que a DPE, através de seus agentes, se obriga a proferir palestras e promover encontros sobre assuntos de abrangência jurídica nos projetos SENAC e SENAI Comunidade.

- Projeto Integração DPE/Comunidade

Esse projeto visa a aproximação da DPE com a comunidade, prestando orientação e atendimento jurídico diretamente às comunidades periféricas da Capital.

- Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Esse projeto presta orientação e atendimento jurídico às mulheres, vítimas de violência doméstica, e filhos albergados na Casa de Apoio Viva Maria, através de convênio entre a DPE e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

- Descentralização

A criação de projetos que beneficiam as comunidades mais carentes, através do deslocamento periódico de Defensores Públicos, permite capilarizar os locais de atendimento e ampliar o serviço prestado pela Instituição, ao mesmo tempo em que facilita o acesso à DPE. Também constitui forma de divulgar esse

serviço essencial que o Governo do Estado oferece através da DPE às comunidades carentes do Estado.

1.3 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PROGRAMA: Processo Judiciário

O Programa Processo Judiciário envolve o conjunto de ações relativas ao processo judiciário, estando estas contidas nas principais competências da Procuradoria Geral do Estado.

A Procuradoria-Geral do Estado obteve êxito na defesa de processos judiciais envolvendo a privatização da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT, tendo sido efetuada sua venda total. A defesa realizada envolveu 19 demandas relativas à etapa de desestatização da Companhia, inclusive junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, e Superior Tribunal de Justiça -STJ, além do acompanhamento de outras 25 ações relativas à primeira venda de ações, muitas das quais continuam em andamento. Dentre as liminares contra o Estado, 8 foram indeferidas com base nas informações da PGE e 3 foram cassadas.

No que concerne à privatização das estatais, houve a obtenção do deferimento, junto ao STF, do pedido de Medida Cautelar para suspender, até o julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, a execução e a aplicabilidade do § 1º do art. 161 da Constituição do Estado, o qual dispunha que, na hipótese de privatização das empresas públicas ou sociedades de economia mista, os empregados teriam preferência em assumi-las sob forma de cooperativas.

- Cobrança de Pedágio

Obtenção da suspensão, junto ao Presidente do Tribunal de Justiça, de liminar concedida pela Juíza da Comarca de Farroupilha em duas oportunidades, envolvendo a cobrança de pedágio na RS-122, Caxias do Sul - São Vendelino, além da orientação relativamente às ações que envolviam o interesse do Estado, nas quais nem o Estado nem o DAER eram demandados.

- DETRAN

Defesa do Estado nas ações relativas ao Departamento de Trânsito - DETRAN – relativas à inspeção veicular, obtendo-se, inclusive, decisão favorável em Mandado de Segurança, no qual o autor alegava graves vícios no Edital de Licitação. Na ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público - MP, foi obtida a cassação da liminar que suspendia a licitação.

- Delegados de Polícia

Êxito da defesa na ação ajuizada por delegados de polícia que buscavam reconhecimento de isonomia salarial com os Procuradores do Estado. A ação foi julgada improcedente.

- UGEIRM

Êxito da defesa do Estado na Ação Ordinária promovida pela União Gaúcha dos Escrivães, Inspetores e Investigadores do Rio Grande do Sul - UGEIRM, em que postulava o reconhecimento do direito à vinculação dos vencimentos dos policiais civis ao vencimento básico do Delegado de 4ª Classe. Ação julgada improcedente.

- Agente Fiscal do Tesouro do Estado

Julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal - STF, a ADIN que pretendia ver declarada inconstitucional a lei estadual que criara a nova carreira e que dispunha sobre o ingresso na mesma, mediante opção e enquadramento dos atuais titulares das carreiras de Auditor de Finanças Públicas e de Fiscal de Tributos Estaduais.

- CORSAN

Êxito nas defesas apresentadas nas ações contra o Estado referentes à licitação da CORSAN para realização de levantamento econômico-financeiro da empresa e estudo da modelagem para venda.

- Área Trabalhista

Nas questões de ordem trabalhista, foram alcançadas várias vitórias de grande significação financeira, dentre as quais:

- O afastamento da responsabilidade do Estado relativamente aos empregados contratados por Círculos de Pais e Mestres, legitimando, desta forma, a atuação dos CPMs em benefício da comunidade escolar;
- A negativa de natureza salarial às parcelas do SUS, derivadas de convênio;
- A negativa de incorporação de gratificações de função suprimidas após longo período de exercício, especialmente no IRGA; e
- O reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo contratação emergencial temporária, autorizada por lei estadual, o que fortalece o regime administrativo próprio das relações com o Estado.

- Área Estatutária

Em relação às questões estatutárias, destacam-se as seguintes ações:

- O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da remissão do art. 47 da Constituição Estadual - CE/89. ao art. 29, I, da mesma CE - relativa à fixação do soldo básico dos policiais militares;
- Manutenção pelo TJRS da tese da PGE quanto à redução do valor da gratificação de retorno à atividade paga aos policiais militares da reserva, que

integram o Corpo de Voluntários Militares Inativos - CVMI, da BM, efetuada pela Lei Estadual n.º 10.916/97; e

- ♦ Cassação de todas as liminares que determinavam a aplicação integral das denominadas "leis salariais", as quais implicavam em aumento de remuneração dos servidores públicos estaduais, contra expressa disposição de lei em contrário.

- Consultoria

Participação em comissão para acompanhamento dos trabalhos voltados ao estudo da viabilidade de instituição de fundo de previdência destinado ao financiamento de aposentadorias, pensões e benefícios dos servidores públicos estaduais. Elaboração de parecer sobre a interpretação da legislação eleitoral aplicável ao pleito de 1998, o que viabilizou, inclusive, a nomeação recente de novos Delegados de Polícia, bem como de outros sobre a situação dos servidores "transpostos" em 1994, e que, agora, em virtude da decisão proferida pelo STF na ADIN n.º 1.150-2, são considerados extranumerários submetidos ao Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado.

Foi aprimorado o trabalho que esta administração criou em caráter pioneiro com a instituição dessa especialização, alcançando-se a realização dos descontos fiscais e previdenciários, quando do pagamento dos precatórios. Citem-se como exemplos: de um repasse total de R\$ 12,9 milhões ao Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul - TJRS, foi obtida a redução de R\$ 2,6 milhões; de outro repasse, cujo total era de R\$ 3,4 milhões, ao Tribunal Regional do Trabalho, foi obtida redução de R\$ 930,1 mil. Em consequência, alcançou-se a legítima diminuição do valor total da dívida em 22,5%, e a análise técnica dos peritos aponta uma redução de R\$ 13,6 milhões.

- Área de Recursos Judiciais

Foi obtida a admissão de recurso extraordinário que versa sobre movimentos multitudinários - invasão de grande área por colonos, com prejuízos aos particulares. Não obstante a ausência de jurisprudência (local e nacional) em favor do Poder Público, acatados os argumentos da PGE, foi reconhecida a necessidade pelo Judiciário de que melhor se questionem tais relações, suscitada a dúvida quanto à justiça de persistir o Estado responsável por tais práticas.

A equipe foi exitosa no PEDIDO DE SUSPENSÃO, perante o Presidente do STF, de decisão não concessiva de efeitos suspensivos de lavra do Tribunal de Justiça, a qual obstaculizava a imissão do Estado do Rio Grande do Sul em áreas destinadas ao Complexo Industrial Ford.

- Execuções Fiscais

O valor total das certidões encaminhadas à cobrança judicial, no período de janeiro à setembro de 1998, foi de R\$ 104 milhões.

Durante o período de vigência das Leis Estaduais n.º 11.079 e 11.146, foram atendidas 461 empresas, com negociação de 3.868 créditos tributários que, pagos ou parcelados, atingiram o valor de R\$ 99,1 milhões.

- Assistência Jurídica aos Municípios

Durante o período de vigência das Leis Estaduais n.º 11.079 e 11.146, foi negociado, no âmbito das Procuradorias Regionais, o pagamento integral ou parcelado de 7.828 créditos em cobrança judicial, abrangendo 1.377 empresas devedoras e atingindo um montante de R\$ 153,3 milhões.

Acompanhamento administrativo e judicial das desapropriações das áreas destinadas aos complexos industriais da GM e da Ford, em Gravataí e Guaíba, respectivamente, e à fábrica de bebidas da Brahma S/A, em Viamão, bem como ao Parque de Itapuã, também em Viamão.

1.4 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

PROGRAMA: Administração

O Programa Administração consiste no conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas aos objetivos estaduais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Arquivo Público

O Arquivo Público assessorou, através de visitas técnicas, treinamentos e fornecimento de subsídios teóricos e práticos na área de arquivos, em municípios, como Lajeado, e órgãos públicos, como FEBEM, Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - Sanatório Partenon e IPERGS. Além disso, concluiu o cadastramento dos 3.000 processos-crime do Cartório do Júri de Porto Alegre.

Com relação à participação em diversos eventos em nível nacional e internacional, destacam-se os seguintes: Fórum Nacional de Arquivos do Poder Judiciário - Brasília, IX Conferência de Arquivos Públicos realizada em São Paulo, Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos, 8º Encontro Catarinense de Arquivos na cidade de Jaraguá do Sul - Santa Catarina, 12º Congresso Brasileiro de Arquivologia em João Pessoa - Paraíba, Seminário "O Papel da Ibero-América na Comunidade Arquivística Internacional" e o Workshop "Padronização da Descrição em Arquivos e sua Aplicação nos Arquivos Públicos Brasileiros" no Rio de Janeiro e na realização do II Encontro de Arquivos Municipais do Rio Grande do Sul.

Em suas ações voltadas diretamente para o público, a Instituição prestou atendimento a 12.554 pessoas e a 1.429 pesquisadores, fornecendo 17.328 cópias, além das restaurações de documentos.

- Área Organizacional

Nas questões envolvendo planejamento organizacional, em 1998, a SARH promoveu as seguintes atividades:

- Estruturação Organizacional - Definição da estrutura formal da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, e do Novo Detran;
- Reestruturação Organizacional - Redefinição da estrutura formal da Fundação Zoobotânica - FZB; Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO; Fundação de Economia e Estatística - FEE; Secretaria da Educação; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Secretaria da Cultura; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER; Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos; Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM; Fundação de Amparo ao Deficiente e ao Superdotado - FADERS; e Corregedoria da Superintendência dos Serviços Penitenciários;
- Consultoria e Desenvolvimento Organizacionais - Racionalização; identificação de perfis funcionais; informatização de processos e procedimentos; aumento de produtividade da Defensoria Pública do Estado, Junta Comercial, Central de Licitações, Departamento de Perícia Médica e FADERS;
- Estudo da situação funcional - Revisão dos benefícios e vantagens salariais para o servidor público da administração direta e indireta do Estado, envolvendo as Secretarias de Saúde e Meio Ambiente; Justiça e Segurança; da Administração e dos Recursos Humanos; Educação; Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Fazenda; Obras Públicas; Casa Civil; Superintendência de Portos e Hidrovias e o SINDISEPE;
- Informações funcionais - Análise comparativa dos dados da progressão salarial entre os Estados de Tocantins, Ceará e São Paulo;
- Análise de Quadro de Cargos, Modernização e Adequação da Estrutura Funcional da Polícia Civil - PC, Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN, Companhia Estadual de Abastecimento - CEASA, Companhia Rio-Grandense de Mineração - CRM, Fundação Zoobotânica - FZB, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG, Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS, Fundação de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO e FEBEM;
- *Benchmarking* - Estabelecimento de novas metas e objetivos baseados em realidades do mercado, assim como incorporação de melhores práticas como parte do nosso desenvolvimento funcional promovidos pela Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, GERDAU - Aços Finos Piratini, SPRINGER CARRIER, COPEL, STHIL, EFFEM, GERDAU e Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria da Administração;
- Código de barras em processos administrativos - Agilização dos procedimentos e redução de pessoal operacional - envolvendo todo o Poder Executivo.

- Administração do CAFF

As ações envolvendo a administração do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, foram voltadas para a conservação do complexo, dentre elas, foi realizada a pintura e impermeabilização do prédio; plantio de 600 árvores na área de estacionamento; além de procedimentos destinados a propiciar maior segurança aos servidores e usuários como, por exemplo, aquisição de equipamentos e instalação de circuito fechado de televisão, além de colocação dos redutores de velocidade visando a diminuição de acidentes.

- Área de Recursos Humanos

Com o objetivo de obter um melhor acompanhamento, controle e competência das atividades envolvendo a administração dos recursos humanos do Poder Executivo Estadual, foi implantado o Sistema de Informações Gerenciais - SIG - com as seguintes finalidades: conhecer os totais de atos publicados no Diário Oficial do Estado (aposentadoria, revisão de proventos, vantagens, provimento e vacância, infortunistica e medicina do trabalho), por mês e ano; totais de servidores ativos, inativos e pensionistas, referentes a Administração Direta e Indireta e acompanhamento diário de processos referentes à recursos humanos.

Através do Boletim de Atualização de Informações Cadastrais - BAIC - a administração e o controle da Folha de Pagamento de Pessoal da administração direta e indireta do Estado passaram a ser feitos mediante a atuação conjunta de todos os órgãos que interagem no processo, cabendo em especial à SARH providenciar a criação de estrutura física e operacional para viabilizar a atualização cadastral (recadastramento) de ativos, inativos e pensionistas; acompanhar, supervisionar, divulgar e adotar as providências necessárias para a execução do recadastramento; e manter atualizados os cadastros de todos esses servidores.

- Transportes

Objetivando a recuperação do cadastro de veículos da administração direta e indireta, em 1998, houve a dedicação à busca das informações, chegando-se ao número de 10.000 veículos cadastrados.

No decorrer do exercício de 1998, foram iniciados os procedimentos visando a implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento e *manutenção parcial de veículos automotores dos órgãos da administração direta do Estado*. Destaca-se que, num primeiro momento, somente a administração direta disporá desse serviço, possuindo hoje uma frota de cerca de 5.000 veículos e que, num segundo momento, tal serviço será estendido à administração indireta.

- Perícia Médica

Assumindo a competência para os procedimentos de readaptação profissional no âmbito do Poder Executivo Estadual, a SARH possibilitou o efetivo

controle das readaptações no período, tendo sido readaptados cerca de 80 servidores.

Por sua vez, outra ação desenvolvida nessa área foi a implantação da Ginástica Laboral, que consiste num processo de prevenção e tratamento de doenças, através de atividades físicas laborais com o intuito de diminuir o número de licenças decorrentes de doenças, como, por exemplo, problemas posturais e outros decorrentes da rotina de trabalho.

- Patrimônio

Na área de patrimônio, foi concluída a negociação de permuta de *próprios do Estado pelos terrenos invadidos do IPERGS, situados em Porto Alegre - Vilas São Borja, Nova Esperança e Santa Clara - no montante de R\$ 4,1 milhões. Além disso, foi retomado o projeto de alienação de imóveis inservíveis à Administração Pública, interrompido face à extensa negociação com o IPERGS, encontrando-se em fase de preparação de documentos e do rol de imóveis a ser enviado à CELIC.*

Foram realizadas avaliações em imóveis de propriedade do Estado, num total de 23 laudos, resultando em economia ao Erário, de aproximadamente, R\$ 100.mil pela desnecessidade de contratação de Técnicos externos.

Outra ação importante foi a regularização em nome de Estado de mais de 150 imóveis (escrituração, registro imobiliário e tombamento), assim como os lançamentos no Sistema de Administração Patrimonial do Estado de, aproximadamente, 300 imóveis, em fase de "regularização", oriundos das extinções ocorridas nas Empresa Públicas e nas Autarquias, tais como CEDIC, CINTEA, Caixa Econômica Estadual, entre outras.

- Central de Licitações - CELIC

Através da CELIC, órgão responsável por todos os procedimentos licitatórios de interesse da Administração Pública, promoveu-se uma redução de 144 famílias (materiais), o que representou em um ano uma economia de 1 728 processos licitatórios; 32.832 trâmites no sistema SPI; e 8.640 Publicações Legais.

1.4.1 - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG

PROGRAMA: Administração

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG, tem como objetivo a execução de serviços gráficos em geral, cabendo-lhe, em especial, a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Justiça, do Diário da Indústria e Comércio e do Diário da Assembleia Legislativa do Estado.

Na perseguição de metas de gerenciamento capazes de habilitar seus processos operacionais, a CORAG, juntamente com seus colaboradores, elaborou um Planejamento Estratégico para o triênio 1998/2000, contendo as

diretrizes da ação da Companhia no período em referência. Esse documento tem a função de oferecer uma visão estratégica para a Companhia no mercado, definindo com clareza as metas que se propõe alcançar. Essa nova ferramenta agregada ao ordenamento administrativo da empresa, juntamente com a evolução do Programa de Qualidade, são as referências utilizadas pela CORAG para incremento de seu processo de gestão.

Os resultados econômico-financeiros obtidos pela empresa atestam a correção das medidas adotadas. A receita, do exercício de 1998, foi estimada em R\$ 15 milhões. O resultado auferido pela empresa pode ser medido pelos índices de liquidez alcançados, com coeficiente superior a 4,5, que a diferenciam em comparação com outras empresas do setor. Essa situação está sendo destacada pela Gazeta Mercantil, em sua publicação Balanço Anual/1998, com base nas demonstrações financeiras de 1997, que determina a CORAG como a 16ª colocada, em receita líquida, no *ranking* Nacional e a 1ª colocada no Rio Grande do Sul.

Não só os resultados financeiros podem ser destacados. Várias metas projetadas foram implementadas pelo Programa de Qualidade CORAG. Entre elas a da redução dos resíduos industriais em mais de 50% com relação ao ano anterior, o que vem a somar melhores resultados financeiros, pela diminuição dos custos oriundos das perdas de matéria-prima.

A CORAG, ampliando sua atuação na área social, firmou neste exercício contrato com a Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE - para apoio à recuperação dos apenados em regime semi-aberto. Há, atualmente, oito apenados exercendo funções auxiliares no parque gráfico.

Para manter a excelência de seu quadro funcional no atendimento das metas traçadas, a empresa destinou, para o exercício de 1998, um investimento na ordem de R\$10 mil para a capacitação de seus recursos humanos.

Além da capacitação dos recursos humanos da Companhia, o Planejamento Estratégico elaborado para o triênio 1998/2000 estabelece como objetivos: modernizar o produto "jornal"; promover a renovação do parque gráfico da empresa até dezembro de 2000; implantar programas de qualidade de vida no trabalho de acordo com os padrões de mercado até dezembro de 2000; fortalecer a imagem organizacional promovendo melhorias de desempenho de até 10% até dezembro de 2000, no cumprimento de prazos, qualidade de impressão no jornal e agilidade no atendimento da área comercial; e incrementar a receita operacional na proporção de 2 por 1 em relação à despesa no exercício de 1998.

Dentre as importantes ações realizadas pela Companhia, no ano de 1998, cabe destacar o processo de informatização do Setor de Fotomecânica, capaz de proporcionar a interligação em rede com os serviços de fotocomposição. Com essa atualização tecnológica serão obtidas significativas melhorias na qualidade e velocidade dos trabalhos da empresa.

A alteração da iluminação do parque gráfico foi uma obra concluída no presente exercício, com um custo de R\$ 77,8 mil, e que proporcionou melhorias nas condições de trabalho de nossos colaboradores e, por conseqüência, melhor qualidade dos serviços gráficos realizados.

1.4.2 - Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos - FDRH

PROGRAMA: Ensino Supletivo

O Programa Ensino Supletivo é o conjunto de ações que visam proporcionar aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos, contribuindo para a Qualificação Profissional.

A Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, no exercício de 1998, realizou programas voltados à valorização e qualificação do servidor público.

Foram desenvolvidos, com esse propósito, o Programa Pró-Município, com a realização do Curso para Gestores Sociais e os Programas Especiais de Treinamento, quais sejam:

- Plano Verão: cursos de informática, com a participação de 743 alunos;
- Plano Servidor: cursos de informática com a participação de 4.145 servidores públicos;
- Plano FAT: cursos de informática e qualidade, com a participação, respectivamente, de 2.512 e 2.490 servidores;
- Plano Oferta ao Público: curso de informática com 2.071 alunos;
- Plano Assessoria de Qualidade: com 1.440 alunos.

Já no Programa de Estágio, gerenciado pela Fundação, houve, mensalmente, um atendimento a 117 órgãos, entre públicos e privados, com a concessão média mensal de 6.000 bolsas educacionais para o nível de 2º e 3º graus.

1.4.3 - Instituto de Previdência do Estado - IPERGS

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, autarquia criada através do Decreto n.º 4.842/31, objetiva a prestação de serviços e benefícios na área da previdência e assistência à saúde os servidores públicos estaduais e municipais conveniados.

Com esse objetivo, o Instituto procurou dotar-se de novas tecnologias buscando tanto a qualificação dos serviços prestados aos seus 837.897 beneficiários, quanto a de seus servidores, responsáveis pelo bom desenvolvimento e crescimento do Órgão.

PROGRAMA: Administração

Tem por finalidade dar o suporte necessário aos demais programas da Autarquia, quer em nível de recursos materiais como de qualificação de recursos

humanos, onde, neste exercício, a Autarquia investiu significativamente no aprimoramento do seu corpo funcional, propiciando treinamento a 334 servidores no decorrer do ano de 1998.

O Programa Interno da Qualidade desencadeado em 1995, vinculado ao Programa de Qualidade na Administração Pública, atingiu em 1998 as metas propostas do Planejamento Participativo.

Na área de informática implantou-se o acesso do Instituto via Internet, com informações particularizadas a servidores e prestadores de serviços, assim como, informatizando as 24 Agências Regionais até outubro/98, mais 46 Escritórios de Atendimento no interior do Estado.

No que se refere à alienação de prédios de propriedade do Instituto, foram encaminhados à Central de Licitações 7 processos, totalizando 133 imóveis avaliados e com documentação completa para fins de licitação e venda. Com respeito às obras dos anos de 1998/1999, foram concluídas as dos Municípios de Osório, Bagé e o teatro, em Porto Alegre.

PROGRAMA: Previdência

Na área de previdência foram executadas, em 1998, as seguintes ações:

- Controle sobre contas correntes de pensionistas sem movimentação a mais de noventa dias;
- Controle estatístico das pensões com determinação judicial para pagamento integral de 100%;
- Relatório de auditoria sobre valores comandados do benefício pensão;
- Crédito da pensão em ordem de pagamento para pensionistas com conta bancária conjunta;
- Confecção e distribuição de 25.000 prospectos com informações dos planos PAC/PAMES e PECÚLIO FACULTATIVO;
- Liberação de concessão dos planos PAC e PAMES via sistema para agências do interior;
- Geração via sistema das cartas de apresentação para os convênios com outros estados;
- Término do recadastramento das pensionistas via BAIC, na Capital e no interior e atualização via sistema;
- Coordenação para implantação, representando o IPERGS, do "Tudo Fácil";
- Término do levantamento e Auditoria sobre as pensionistas com mais de noventa anos (Capital e Interior);

- Emissão via sistema de certidão de dependentes e
- Envio mensal de cerca de 15.725 fichas de compensação, referentes aos planos de segurados que não possuem desconto em folha.

PROGRAMA: Saúde

O Programa Saúde tem por objetivo a prestação de atendimento médico e hospitalar, cobrindo despesas, inclusive, de atos necessários ao diagnóstico e/ou tratamento, respeitando a livre escolha dentre os profissionais e entidades credenciadas e com a participação financeira dos beneficiários nos custos.

No presente exercício do Instituto cabe ressaltar:

- Ações de supervisão, controle e avaliação, mediante auditorias internas e pontuais, na busca de indicadores de frequência das ocorrências médicas mais favoráveis nas várias regiões do Estado;
- *Manutenção de permanente negociação com as entidades representativas dos prestadores de serviços (Sindicato Médico, Associação dos Hospitais, Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, Associação Gaúcha de Empresas Prestadoras de Serviços Ambulatoriais e Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas).*

Ocorrências cobertas pelo IPERGS em todo o Estado, no período de janeiro/1998 a setembro/1998.

Atividades	N.º de Ocorrências
Consulta Médica	1.625.879
Serv. Diagnose e Terapia	2.391.548
Atendimento Ambulatorial	53.909
Internações	107.366
Emergências	218.365
Reembolso	19.501

Fonte: IPERGS

Os valores gastos no mesmo período, como indenização pelos serviços prestados, dentre médicos, farmacêuticos, odontólogos, hospitais, laboratórios, prontos-socorros, fisioterapeutas, fornecedores de órteses/próteses e clínicas, no total de 9.363 prestadores, atingiram aproximadamente R\$ 200 milhões.

Feita implantação, ainda, dos pacotes para Transplante Hepático e para Endoscopia Digestiva; do Guia Farmacêutico - BRASÍNDICE Eletrônico, que visa controle automático dos medicamentos indenizados pelo IPERGS; ao Convênio Global com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre; regulamentação da assistência psiquiátrica; elaboração de subsídios para controle interno das contas médicas; expansão no sistema de autorização *on line* junto aos prestadores de serviços; e ampliação da TOPME (Tabela de Órteses, Próteses e materiais especiais.

PROGRAMA: Administração Financeira

O Programa representa uma das fontes de recursos necessários à segurança do desempenho do Instituto, nele estão resguardados os recursos necessários à formação de reservas técnicas, assim como para pagamento da dívida interna relativa aos financiamentos habitacionais.

- Habitação

Programa que visa o gerenciamento do Plano Habitacional, no que tange à manutenção e/ou conclusão de conjuntos habitacionais, onde, no presente exercício, foram realizadas ações visando a alienação dos imóveis retomados, com a abertura de licitação e venda de 15 imóveis, quitação de 302 imóveis e aprovação do projeto de loteamento do Condomínio Heróphilo de Azambuja, que compreende 272 unidades habitacionais, resultando no total da administração do plano um superávit de 26,97%.

Outra, dentre as ações mais importantes do ano de 1998, foi a Assinatura do Protocolo de Intenções entre o Instituto e o Departamento Administrativo do Patrimônio do Estado, visando a permuta das áreas invadidas: Vila São Borja, Vila Esperança, Vila Santa Clara, as mesmas de propriedade do IPERGS, por imóveis pertencentes ao Estado, perfazendo um valor real de R\$ 4 milhões, regularizando a situação fundiária de duas mil famílias.

1.4.4 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

PROGRAMA: Administração

A PROCERGS atua no Mercado Administração Pública, para atender a administração direta estadual, municipal e federal, no Mercado Corporativo, para os vários níveis da administração indireta e empresas, e no Mercado Varejo para os cidadãos em geral. De acordo com essa segmentação, durante o ano de 1998, além do atendimento desses mercados, houve um grande esforço no sentido de adequar os sistemas de informação de todos os clientes para a troca do século, o chamado "Bug do Ano 2000". Encerrando-se o ano com cerca de 70% do trabalho concluído.

Também ocorreu a atualização tecnológica dos sistemas que estão migrando fortemente para redes locais e interface gráfica, com a conseqüente substituição de terminais por microcomputadores. Foram instalados 1.191 micros, prevendo-se ainda a instalação de mais 1.000, totalizando, na gestão, 3.700. Considerando-se equipamentos de informática em geral (impressoras, terminais, etc.) estes quatro anos fecharão com um total de 6.700 unidades entregues, totalizando 15.300 em funcionamento.

- Mercado Administração Pública

Na Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, está em implantação o Projeto de Ponto Eletrônico no Estado, que fará o registro automatizado da frequência diária dos servidores da Administração Direta e Indireta do Estado.

Na Secretaria da Coordenação e Planejamento - SCP, foi implantado o Projeto para Elaboração da Programação e Proposta Orçamentária, adaptação para o processo de orçamentação do exercício de 1999, em atendimento ao disposto na Lei n.º 10.988, que determina o encaminhamento à Assembléia Legislativa da proposta orçamentária única do Poder Executivo.

Também, sob a coordenação da SCP, a PROCERGS foi responsável pela elaboração do projeto para instalação da central de serviços ao cidadão "TUDO FÁCIL".

A central "TUDO FÁCIL" reúne, num só local, vários órgãos, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços oferecidos pelo Estado ao cidadão.

O projeto englobou: adequação do ambiente físico, instalação da rede de micros e desenvolvimento de sistema para gerenciamento e controle da central. Está sendo implantado o Tudo Fácil Virtual, o acesso a esse serviço será feito através da Internet.

No Gabinete do Governador foi consolidada a implantação do Projeto da Rede de Informações do Governo, disponibilizando um ambiente que permite maior eficácia na coleta, organização e distribuição das informações através de uma rede de computadores, independente de sua localização geográfica. Um novo site na internet, do Estado do Rio Grande do Sul, está disponível na rede.

Para a Secretaria da Fazenda foram desenvolvidos serviços como:

- Auto-atendimento ICMS; Projeto Emissão de Cupom Fiscal - ECF; Projeto Guia de Informação e Arrecadação-GIA ;
- Implantação na Delegacia Modelo de Caxias do Sul: INTERNET; Guia de Arrecadação - GIA; Autenticação de Livros Fiscais; Certidão Negativa; e
- Integração do Sistema AFE com: DETRAN (lançamento automático da arrecadação e outras receitas); IDORT - Instituto responsável pelas pesquisas de preço de mercado; CELIC (manutenção do cadastro de itens e preços de mercado); SEC (lançamento automático das prestações de contas dos repasse à escolas).

No site da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul na Internet foram disponibilizados, durante as Eleições de 1998, os resultados do pleito, a partir do momento em que o TRE-RS os liberava. Paralelamente, a PROCERGS colocou à disposição na internet o arquivo gerado pelo TRE-RS, para que pudesse ser utilizado por todos. O empreendimento teve a parceria de esforços e de tecnologia dos três poderes, promovendo o direito constitucional de informar e de ser informado, a serviço do desenvolvimento social.

O produto PROCERGS-Legislativo, para o acesso às informações sobre a tramitação dos processos legislativos nas câmaras municipais, está pronto e disponível para a comercialização.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, foi desenvolvido e implantado o projeto de Unificação dos Tribunais de Justiça e Alçada em um único Tribunal de segundo grau. E, como extensão dessa mudança, a rede local do novo prédio do Tribunal de Justiça foi expandida. Foi disponibilizado, também, o acesso dedicado à Internet, e está sendo implantado em todas as Câmaras do Tribunal de Justiça o Sistema de Automação de Câmaras, que já estava em funcionamento no Tribunal de Alçada. Está sendo implantado o novo sistema de Automação da Processual, que irá modernizar o trabalho de distribuição automática de processos.

Quanto ao Tribunal de Justiça de primeiro grau, foi finalizada a migração do Sistema de Acompanhamento de Processos (APJ). Durante 1998, o novo Sistema foi implantado no Foro de Canoas, nos 5 Foros Regionais de Porto Alegre (Alto Petrópolis, Partenon, Sarandi, Tristeza e Restinga) e no Foro Central de Porto Alegre. O Sistema teve o desenvolvimento de novos módulos, prevendo a implantação, em Porto Alegre, de: Automação do Depósito Judicial e Arquivo Judicial, Central de Mandados Especiais com procedimentos específicos para os mandados da Fazenda Pública Estadual, Projeto Conciliação, Postos dos Juizados Especiais Cíveis, Módulo com modelos de despachos para os juizes.

Na Procuradoria Geral da Justiça foi modificada toda a estrutura da rede local, possibilitando uma série de melhorias nos aplicativos já disponíveis. Nesta nova rede foi disponibilizado o acesso dedicado à Internet.

A Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul - PGE, foi pioneira entre as Procuradorias Estaduais no lançamento de um site Institucional na Internet. Através desse site, a PGE colocou à disposição do cidadão as informações: Estatísticas sobre o seu trabalho, Base de Pareceres e Base de Legislação Estadual.

Na Secretaria da Justiça e da Segurança, destaca-se a participação da PROCERGS em grandes projetos de âmbito nacional, do Ministério da Justiça:

- Integração Nacional de Informações de Justiça e de Segurança Pública - INFOSEG - consolidado em 25 Estados da Federação, está sendo implantado em Maranhão e Rondônia, com 5.328.263 indivíduos cadastrados, está em andamento a sua integração com os países do MERCOSUL, começando pelo Uruguai.
- Projeto de Integração de Informações Penitenciárias e Informatização de Estabelecimentos Penais - INFOPEN - após sua implantação-piloto no Presídio Central de Porto Alegre, foi promovida sua extensão para os demais estabelecimentos penais do RS: Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e novas penitenciárias modulares de Charqueadas, Montenegro e Osório, bem como o Presídio de Caxias do Sul.

- Sistema de Informações para a Infância e Adolescência - SIPIA, após a conclusão do projeto, implantou-se um projeto-piloto no Conselho Tutelar de São Leopoldo, em julho/98.
- Registro de Identidade Cível - RIC - documento único do cidadão brasileiro, foi apresentada a proposta para informatização do novo Sistema de Identificação Cível, que contemple a digitalização de imagens, tanto as fichas, como as fotografias e impressões digitais dos indivíduos.
- DISQUE-DENÚNCIA - implantação desse sistema de apoio na Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.
- Expansão do Sistema de Automação de Delegacias - possibilita o registro informatizado da ocorrência policial e flagrantes, para as Delegacias de Guaíba e de Tramandaí e também para a 19ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, no Morro da Cruz.
- Conexão do Departamento de Polícia Federal - através de sua Superintendência no RS, com canal de alta velocidade e com consultas autorizadas aos sistemas da área de Segurança Pública, a SJS obteve acesso aos sistemas da Polícia Federal através da conexão junto à PROCERGS.

Na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Controle de Sementes e Mudas, visando controlar a produção e comercialização destas no Estado do RS. Também o Sistema de Controle Florestal foi ampliado com módulos de licenciamento de pessoas para corte e transporte de madeira e fiscalização de reposição florestal. Além disso, foram geradas informações para publicação do Anuário Estatístico Florestal juntamente com a FEE.

Na Secretaria de Educação, o sistema Informática na Escola - INE, que propicia o gerenciamento das atividades de secretaria dos estabelecimentos de ensino, foi implantado em mais 385 escolas da rede estadual, totalizando 979 escolas. A nova versão desse sistema foi concluída em setembro, apresentando como principal característica uma nova interface com o usuário final. A PROCERGS participou do Projeto "Toda Criança na Escola", fazendo o cadastramento e emissão dos relatórios, o mesmo foi disponibilizado na Internet para que as Instituições de Ensino façam consultas e mantenham contato com a administração do Projeto de maneira mais rápida e eficiente. O Projeto "Nenhuma Escola sem Internet" teve a participação da PROCERGS. No Estado do Maranhão foi concluída a consultoria fornecida para implantação do módulo "Professor Presente". Para o Amazonas, foi fornecida a consultoria e assessoria para implantação do Sistema de Matrícula na Escola Pública em Manaus, para o ano letivo de 1999.

O produto PROCERGS-Escola, auxiliar da administração escolar que automatiza os serviços de secretaria, está implantado em 18 estabelecimentos, 11 deles municipais, 6 particulares e 1 federal.

Na Secretaria de Estado da Cultura, foi apresentado projeto para participação da PROCERGS no "Memorial do Rio Grande do Sul", que prevê a transferência do Arquivo Histórico do Estado para o antigo prédio da EBCT.

disponibilizando, através de multimeios, uma parte da história do nosso povo. Para a Biblioteca Pública do Estado, foi viabilizada a infra-estrutura necessária para implantação da segunda fase da rede local.

O Serviço Descentralizado de Informações Estaduais - PROCERGS Informação, cujo principal público alvo são as Prefeituras Gaúchas, passou a dispor de novas informações através da liberação das bases de dados do Cadastro de Inadimplentes - CADIN, por parte da Secretaria da Fazenda e do Sistema de Infrações de Trânsito - SIT, por parte do DETRAN gaúcho. Esse serviço possibilita que as Prefeituras gaúchas utilizem informações armazenadas e mantidas pela esfera estadual, evitando a duplicidade de esforços para a obtenção e manuseio de informações do interesse público e incentivando a cooperação entre as duas esferas da Administração Pública. Atualmente, 79 Prefeituras utilizam esse serviço, o que representa um crescimento de 75% em relação ao ano anterior, e 44 outras Prefeituras estão em negociação.

- Mercado Corporativo

No Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul foi implantada a Rede Local, substituindo os terminais por microcomputadores. Implantaram-se novos módulos nos sistemas atuais, como controle e pagamento de integralidade de pensões no Sistema de Pensões, controle e cobrança de medicamentos, controle de autorizações de procedimentos em consultório no Sistema Médico e cálculo do Fundo de Compensação de Valores Salariais - FCVS, no Sistema Habitacional. Foram, ainda, desenvolvidos e implantados o Sistema de Controle de Devedores e o novo Sistema Financeiro.

No Departamento Estadual de Trânsito foram implantados:

- Centros de Cadastramento de Veículos Automotores - CCVA, vinculados às concessionárias de veículos novos e que terceirizam a função de primeiro cadastramento dos veículos novos;
- Centros de Registro de Veículos Automotores - CRVA, vinculados aos Cartórios de Registro Civil, responsáveis pelos processos de registro, transferência e alterações cadastrais de veículos em geral;
- Sistema de Infrações de Trânsito - SIT, em consonância com o processo de municipalização previsto no novo Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Esse projeto foi iniciado de forma pioneira no Brasil e contou com a parceria da FAMURS e de suas associadas;
- Recibo de Pagamento de Veículos - RPV, que unificou todas as taxas e impostos relativos a veículos.

Cabe destacar, também, as ações desenvolvidas nas seguintes empresas e autarquias:

- Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Consolidou-se o *outsourcing* dos Sistemas Corporativos. A PROCERGS está realizando a totalidade das operações e, também, a manutenção do parque de equipamentos daquela

Estatal. A PROCERGS contratou um novo sistema, na plataforma cliente-servidor, para a Gestão Comercial, Gestão Administrativa e Contábil da CEEE, com implantação prevista para 1999.

- Rio Grande Energia S. A. Foram realizados os trabalhos de *outsourcing* dos Sistemas Corporativos, gerenciamento da infra-estrutura de rede, manutenção de equipamentos e serviços de *print center*.
- AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S. A. Realizado o *outsourcing* dos Sistemas Corporativos, o gerenciamento da infra-estrutura de rede e a manutenção de equipamentos.
- Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN. Teve a expansão do Sistema de *Data Warehouse* abrangendo novas áreas da empresa. A Intranet está iniciando a sua utilização com as consultas ao Sistema Comercial. O programa de *Multimídia Institucional* foi instalado na sede principal após sua atualização para 98, devendo ser replicado para as regionais do interior. Está sendo implantado o sistema de leitura através dos coletores de dados.
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER. Promovida a Consultoria Organizacional, com foco na área de informática, em toda a organização.
- Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS. Foram elaboradas todas as necessidades iniciais de informática.
- Fundação Estadual de proteção Ambiental - FEPAM. Foram implantados a *home page* da Fundação, canal dedicado de Internet e consultoria de informática aos projetos vinculados ao Prô-Guaíba.
- Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS. Está em andamento projeto de consultoria para identificar todas as necessidades no que tange à informatização da Fundação e à adequação de um *software* de gestão integrada.
- Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC. Está em implantação um sistema integrado de suporte, treinamento e operação do Sistema de Atendimento ao Cliente, Sistema Financeiro e Sistema Gerencial.

- Mercado Varejo

O Produto VIA RS, rede de valor agregado que atende o mercado composto por empresas, profissionais liberais e pessoas físicas, como usuários ou provedores de informações, especialmente aquelas que dizem respeito aos serviços públicos, conta atualmente com mais de 13,5 mil contratos. Chegou ao final de 1998 como o maior provedor Internet do Estado. Possui serviços disponíveis na Área Jurídica, no Balcão de Atendimento aos Prestadores de Serviços do IPERGS, no Balcão de Atendimento aos Beneficiários do IPERGS, na Área de Trânsito, no Andamento de Processos Administrativos, em Consulta à Bolsa de Negócios do MERCOSUL e a Eventos do MERCOSUL, entre outros. Em implantação o *Via Shopping*, produto que viabiliza o comércio eletrônico na rede.

1.5 - SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROGRAMA: Planejamento Governamental

Esse Programa visa um conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados, planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

Foram realizadas, no exercício de 1998, as seguintes ações dando ênfase aos projetos prioritários de Governo.

- COREDES

Através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, foram agilizados e realizados contatos e reuniões com os municípios do Rio Grande do Sul. Desta forma, destacam-se as seguintes ações:

- *Participação em reuniões do Fórum dos COREDES para definição do programa de trabalho conjunto para a implantação da Consulta Popular, integrante da descentralização do Orçamento de Investimentos do Governo do Estado;*
- *Participação em reuniões setoriais e em assembleias de todos os COREDES, buscando orientar os trabalhos e discussões sobre a montagem do rol de projetos prioritários da região a serem submetidos à chancela da Consulta Popular nas 22 regiões de abrangência dos COREDES;*
- *Participação em reunião da FAMURS e Associações de Prefeitos no sentido de incentivar a integração e participação dessas instituições nos trabalhos desenvolvidos para a realização da Consulta Popular pelos COREDES;*
- *Realização de estudos para subsidiar a política de desenvolvimento regional no que tange à identificação de mecanismos e aplicação de indicadores regionais;*
- *Participação em trabalhos de elaboração dos instrumentos legais que fundamentaram o conjunto de projetos de lei e de decretos que materializam a política de desenvolvimento regional; e*
- *Repasse de recursos destinados a 13 dos 22 COREDES.*

- PRÓ-GUAÍBA

O Programa Pró-Guaíba, que destina-se a dotar a Bacia Hidrográfica do Guaíba das condições para o desenvolvimento racional de seus recursos naturais, realizou as seguintes ações, em 1998:

- *Plano de Destinação de Resíduos Sólidos;*
- *Obras do DMAE na Zona Sul;*

- Aquisição de veículos;
- Aquisição de equipamentos de informática;
- Aquisição de equipamentos GPS (Sistema de Geoprocessamento),
- Aquisição de equipamentos para monitoramento do ar;
- Obras da Fundação Zoobotânica.

Permaneceram em andamento:

- Obras da CORSAN em Cachoeirinha e Gravataí, com 80% do cronograma concluído e pago;
- Obras do Delta do Jacuí, com 80% do cronograma concluído e pago;
- Parque de Itapuã, obras de infra-estrutura viária concluídas em 90%; e
- Em processo de licitação os trabalhos de Reforma da Ilha da Casa da Pólvora.

- Desenvolvimento Regional

No decorrer do ano de 1998, a Secretaria da Coordenação e Planejamento articulou a elaboração de uma Política de Desenvolvimento Regional para o Estado do Rio Grande do Sul. A necessidade dessa política ficou evidenciada pelo fato de que os grandes investimentos industriais atraídos para o Estado no decorrer da atual administração tenderam a concentrar-se na Região Metropolitana, indicando um fortalecimento da tendência de intensificação das desigualdades regionais no território gaúcho.

As linhas gerais dessa Política foram definidas pelo Decreto n.º 38.438, de abril de 1998, e os instrumentos que a compõem são:

Fundo de Desenvolvimento Regional

Tem como objetivo incentivar investimentos nas regiões ou municípios de menor desenvolvimento, caracterizadas por apresentarem um PIB por habitante inferior a 80% da média do Estado. Contando com uma dotação de R\$ 100 milhões, poderá ser utilizado no financiamento de projetos de investimento, na equalização de taxas de juros, na concessão de avais e garantias e na tomada de participações societárias em empreendimentos de interesse estratégico.

Contrato de Plano Regional

Participação, em conjunto com o Fórum de Presidentes dos COREDES, na definição da região piloto para desenvolvimento da proposta de projeto de Contrato de Plano Regional, atividade orientada pela DATAR (Consultoria francesa especializada em desenvolvimento regional), definindo-se a região do COREDE Nordeste Colonial para desenvolvimento dos estudos.

Preparação do pré-projeto que será submetido à Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, o que possibilitará a celebração de convênios entre os Governos do Brasil e da França, bem como a execução dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional.

Incentivos Regionais do FUNDOPEM

Tem como objetivo incentivar investimentos privados nas regiões de menor desenvolvimento relativo, criando um diferencial favorável para as mesmas através da concessão de benefícios máximos e da possibilidade de abatimentos na liquidação do financiamento.

Consulta Popular

A Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, complementa a Política de Desenvolvimento Regional, estabelecendo condições segundo as quais a população gaúcha pode participar conjuntamente com o Governo na definição das ações vinculadas a investimentos característicos do Estado, através de votação direta, em propostas definidas a partir de ampla discussão. Assim sendo, com a participação dos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, foi desenvolvida, no período de 20 a 25 de julho de 1998, consulta a toda a população residente nas áreas geográficas abrangidas pelos COREDES.

Desse processo de consulta direta resultou a escolha, por parte do eleitorado, de 170 projetos de investimentos a serem incluídos na proposta orçamentária a ser executada em 1999, totalizando aplicação de recursos da ordem de RS 100,5 milhões. Cumpre ressaltar o elevado nível de participação do eleitorado gaúcho que atingiu o expressivo número de 379.205 eleitores votantes e que representa 5,77% do eleitorado do Rio Grande do Sul. Esse percentual é muito superior ao mínimo exigido pela Lei acima citada para que as propostas tivessem caráter vinculativo e obrigassem o Executivo a não só incluí-las na programação orçamentária do próximo ano, mas também a executá-las, ao mesmo tempo em que o Poder Legislativo se compromete a não apresentar, em relação a esse conjunto de investimento, qualquer tipo de emenda.

Tratamento Diferenciado nas Condições do FUNDOPIMES

Adequação do FUNDOPIMES à Política de Desenvolvimento Regional, mediante a concessão de abatimento de três pontos percentuais nos financiamentos concedidos a municípios cujo PIB por habitante for menor que 80% da média do Estado ou que estejam localizados em regiões cuja renda per capita se situe abaixo desse patamar.

- Linha Rápida

O Projeto de Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - Linha Rápida, destina-se ao estudo da racionalização das linhas de transporte coletivo metropolitano, visando a eficiência e a modernização do serviço entre Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí. Dentre as ações desenvolvidas, em 1998, destacam-se:

- Assinatura do Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, perfazendo um total de R\$ 104,6 milhões, R\$ 36,1 milhões como contrapartida do Estado e R\$ 4,4 milhões comprometidos pelas Empresas Concessionárias do Serviço de Transporte Coletivo Metropolitano, para a construção de 31km de corredores exclusivos de ônibus em ruas e avenidas do sistema viário principal nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Porto Alegre; sete estações terminais de transporte; e aquisição de aproximadamente 300 ônibus, beneficiando cerca de 315.000 passageiros/dia na RMPA.
- Elaboração de Termos de Referência para contratação de serviços especializados de consultoria; e
- Execução dos Projetos Finais de Engenharia para as Avenidas que compõem o Corredor Nordeste da RMPA.

- Caixa Estadual S/A - Agência de Desenvolvimento

Com a aprovação da Lei Estadual n.º 10.959/97, que autorizou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a promover a reestruturação do Sistema Financeiro Público Estadual, de acordo com o Protocolo de Intenções firmado com a União Federal, o Sistema, em sua configuração final, passou a ser formado apenas por um banco múltiplo, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, e por uma agência de fomento, a Caixa Estadual S.A - Agência de Desenvolvimento, criada a partir da extinção da autarquia Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.

A reestruturação do Sistema Financeiro Público Estadual conta com apoio do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados - PROES, cujos contratos firmados com o Governo Federal foram aprovados pelo Senado Federal, em 01 de julho de 1998, conforme Resolução n.º 63/98.

A Caixa Estadual S.A - Agência de Desenvolvimento desempenhará um papel estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, principalmente através do financiamento dos investimentos. É a primeira instituição do gênero instalada no país e, dependendo dos entendimentos em curso com o Banco Central, buscará operar o repasse de recursos captados no país e no exterior, originários de instituições nacionais e internacionais de fomento. A partir de sua instalação e funcionamento, autorizada em 07 de dezembro de 1998, responderá pelo gerenciamento e aplicação dos recursos alocados em fundos estaduais.

- Projeto RS 2010

O Projeto RS 2010 constituiu um marco para a retomada das atividades de planejamento no Estado, principalmente por tentar compatibilizar as dimensões global, estratégica e participativa desta atividade com a ampliação dos horizontes do planejamento tradicional de quatro anos (plano Plurianual), para mais de dez anos, ou seja 2010.

Esse Projeto foi desenvolvido em conjunto pela SCP, FEE e METROPLAN, com o apoio da FAPERGS, desde maio de 1996, com o objetivo de gerar o mais amplo e atualizado conhecimento, capaz de subsidiar a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de médio prazo para o Estado.

Nas suas três etapas – a retrospectiva, a prospectiva e a de escolhas estratégicas - foi realizado um extenso conjunto de atividades, das quais destacamos :

- a produção de doze (12) documentos temáticos (Agregados Macroeconômicos, Agribusiness, Indústria, Comércio e Turismo, Desequilíbrios Regionais, Pobreza Rural, Pobreza Urbana, Emprego, Educação, Infra-estrutura e Financiamento do Desenvolvimento) contendo um diagnóstico com ênfase em questões emergentes para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul;
- a realização de 74 reuniões de trabalho dos grupos temáticos com o consultor sênior, para discussão e orientação dos trabalhos;
- a realização de 15 reuniões de trabalho com convidados, para discutir temas específicos;
- a realização de vinte e dois (22) simpósios, em quinze (15) eventos, em Porto Alegre e no interior do Estado, para a apresentação e discussão dos diagnósticos contidos nos documentos temáticos;
- realização de um (01) Seminário Internacional com o tema "Desenvolvimento Econômico: reforma do estado, financiamento e política industrial";
- a realização de doze (12) reuniões de trabalho do grupo de sistematização do Projeto, de caráter já mais prospectivo, buscando configurar cenários alternativos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul;
- a produção e publicação de sete (7) cadernos (Cenários, Indústria, Agribusiness, Capacitação Competitiva, Mapa dos Investimentos, Infra-estrutura e Exportações e Desenvolvimento) resultantes das discussões do grupo de sistematização;
- a realização de seminário interno com o objetivo de discutir propostas para uma estratégia de desenvolvimento para o Estado, a partir dos documentos até então elaborados;
- a produção do documento "Notas Para Uma Estratégia de Desenvolvimento contendo as alternativas para alguns setores da economia gaúcha, resultante do seminário interno;
- a realização de um seminário para a discussão das propostas contidas nos cadernos publicados;
- a publicação de 12 documentos temáticos e do de "Notas Para Uma Estratégia de Desenvolvimento".

- Atlas Sócio Econômico do RS

O Atlas Sócio-Econômico do RS foi realizado com objetivo de representar de forma espacializada um número significativo de informações sobre as mais diversas áreas do Rio Grande do Sul, de forma a apresentar a distribuição das potencialidades do Estado pelo território, através de sua infraestrutura básica, população, condições de vida e economia. O trabalho teve início em junho do ano anterior, foi concluído em setembro e lançado em novembro de 1998 na Feira do Livro de Porto Alegre.

PROGRAMA: Administração

É o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de buscar a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas aos objetivos estaduais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Programa de Valorização do Serviço Público

O Programa baseia-se em duas fases distintas: a primeira para estabelecer critérios de aferição do desempenho do servidor público e incentivá-lo a uma maior participação através de estímulos compensatórios.

A segunda fase busca otimizar os recursos pessoais e materiais da administração estadual, através de projetos inovadores e de aumento da produtividade, cujos resultados revertam em melhores serviços à população.

O gerenciamento do Programa é realizado por um Comitê, integrado por representantes da Secretaria da Coordenação e Planejamento, da Secretaria de Administração, da Assessoria Técnica do Gabinete do Governador, da Federação das Associações de Funcionários Públicos e do Sistema de Proteção dos Consumidores - SISTECON.

- Tudo Fácil - Central de Atendimento

A Central "TUDO FÁCIL" reúne em um só local os serviços públicos mais demandados, facilitando, assim, o acesso pela população, através de um atendimento ágil e resolutivo, reduzindo tempo e esforços dos usuários.

Dentro do Projeto TUDO FÁCIL, a inter-relação com outros órgãos é um ponto de fundamental importância para a realização e sucesso do projeto. Existem hoje, atuando na Central, quatorze órgãos públicos estaduais, sendo doze voltados à área-fim e ligados diretamente à prestação de serviços (SINE, DPP, CORSAN, CEEE, Instituto de Identificação, Secretaria da Educação, FDRH, DETRAN, IPVA, Defensoria Pública, IPERGS e BANRISUL - Central Arrecadadora) e dois à área-meio (Secretaria da Coordenação e Planejamento - responsável pelo Gerenciamento e Administração; PROCERGS - responsável pelo suporte técnico de Informática e Sistemas de Comunicação), ligados diretamente ao processo de gestão.

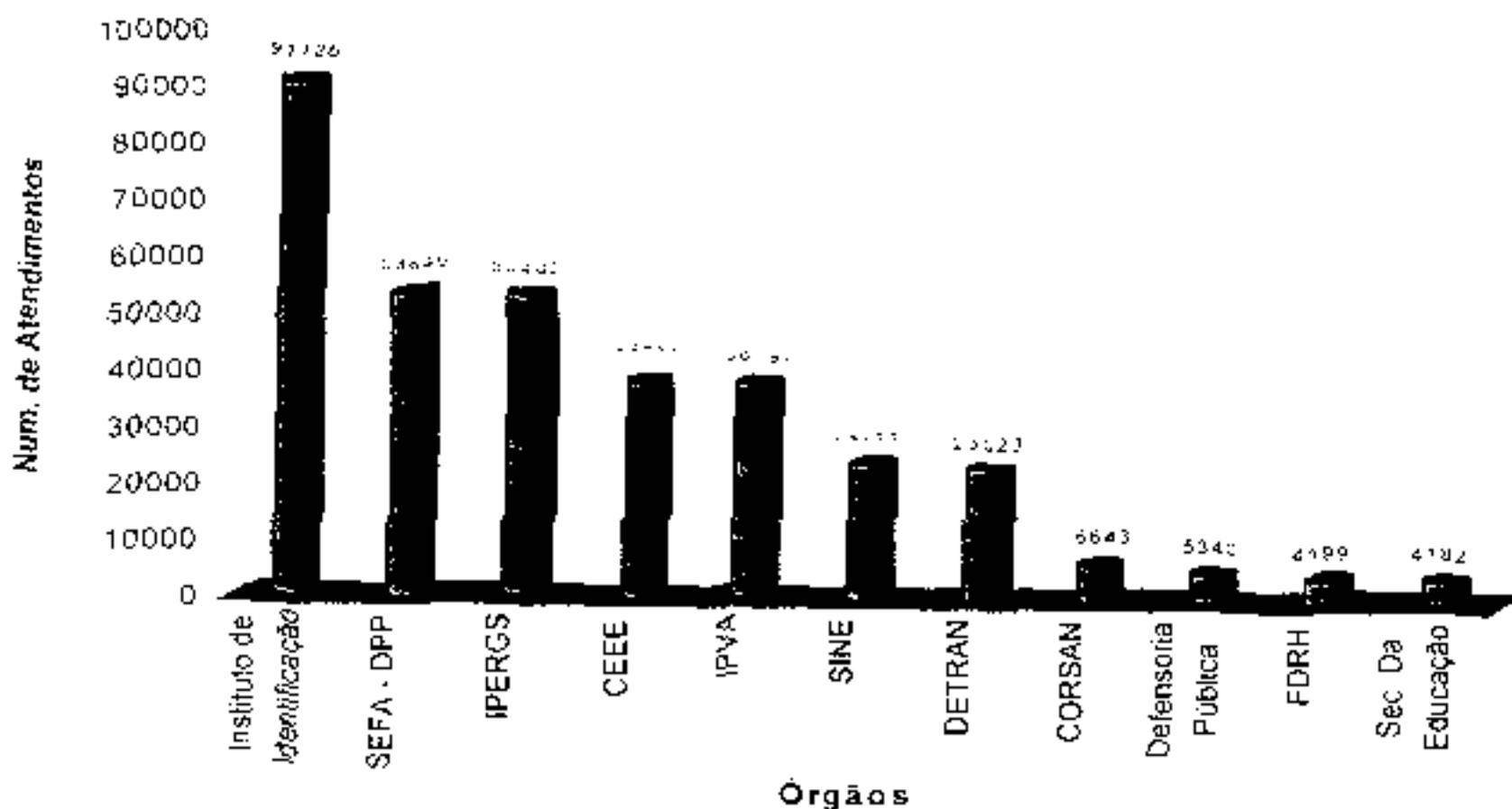
Os resultados alcançados, desde a implantação da Central, podem ser visualizados conforme quadro abaixo:

Atendimentos da Central Tudo Fácil De junho a outubro de 1998

Órgão	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro *	Total Geral	%
Instituto de Identificação	9.052	20.609	22.812	22.652	16.001	91.126	26,56%
SEFA - DPP	7.962	11.621	9.899	15.149	9.215	53.846	15,69%
IPERGS	5.056	12.333	15.358	13.527	7.128	53.402	15,56%
CEEE	8.328	8.866	8.405	7.862	4.941	38.402	11,19%
IPVA	7.701	9.626	10.078	6.914	3.878	38.197	11,13%
SINE	1.927	5.985	5.923	6.771	3.660	24.266	7,07%
DETRAN	4.522	6.147	4.174	5.053	3.627	23.523	6,86%
CORSAN	1.024	1.245	1.514	1.636	1.224	6.643	1,94%
Defensoria Pública	1.378	1.241	996	1.144	581	5.340	1,56%
FDRH	579	913	1.144	982	581	4.199	1,22%
Sec. da Educação	444	1.134	828	936	840	4.182	1,22%
Total da Central	47.973	79.720	81.131	82.626	51.676	343.126	100,00%

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento

* de 01/10/98 a 20/10/98



Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento

- Contratos de Gestão

A SCP implementou o Programa de Contratos de Gestão, instrumento gerencial utilizado pelo Governo do Estado, para melhorar o desempenho de suas empresas e órgãos nos aspectos de qualidade, universalização dos serviços, produtividade e econômico-financeiro.

Dando continuidade ao Programa, a SCP elaborou, em 1998, os Contratos de Gestão com a FEPAM e CORAG e termo aditivo com a CEEE; emitiu também relatórios de acompanhamento do desempenho da CORSAN, PROCERGS, FEPPS e CRM.

- Código de Qualidade do Serviço Público

O Código de Qualidade dos Serviços Públicos, instituído pela Lei nº 11.075, de 06 de janeiro de 1998, tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado e demais órgãos.

O espírito da Lei, de iniciativa do Legislativo, é garantir ao cidadão gaúcho um serviço mais adequado e satisfatório, proporcionando à população *oportunidade de opinar e manifestar-se através do Cadastro de Usuários Voluntários*.

Desde o início da implantação deste projeto, a SCP, conjuntamente com as Secretarias da Saúde e Meio Ambiente, Justiça e da Segurança e Educação, estabeleceu metas e indicadores que foram enviados, aos cidadãos cadastrados, para *avaliação e manifestação*; cujos resultados serão enviados à Assembleia Legislativa juntamente com a proposta Orçamentária do Estado.

- Pesquisas de Opinião

A SCP elaborou e aplicou, junto com a Secretaria da Educação e a Federação das Associações de Círculo de Pais e Mestres do Rio Grande do Sul, duas pesquisas de opinião, sendo uma sobre a escola pública estadual, entre os pais dos alunos matriculados nas escolas públicas mantidas pelo Estado. O objetivo dessa pesquisa foi avaliar a opinião da comunidade escolar sobre os indicadores das seguintes esferas:

- quanto aos alunos: aproveitamento escolar;
- quanto à escola: condições materiais e equipamentos disponibilizados nas escolas;
- quanto ao ensino: avaliação e evolução da qualidade do ensino;
- quanto às dificuldades: identificação das maiores dificuldades do ensino público.

Para tanto, foram enviados 24.000 questionários à 2.965 escolas do Estado. Destes, retornaram 52,35%, distribuídos em 450 municípios. A pesquisa envolveu aproximadamente 1% da matrícula total inicial do Estado.

Uma segunda pesquisa, denominada "Os Serviços Públicos na Opinião dos Gaúchos", foi elaborada e aplicada, em março/abril de 1998, envolvendo as áreas de saneamento, energia elétrica, comunicações, educação, saúde, segurança e estradas.

Nesta, foram enviados 29.000 questionários a cidadãos dos 467 municípios do Estado, tendo retornado com respostas 6.080 questionários que correspondem à 21% do total distribuído. Os endereços foram obtidos a partir de amostras do Cadastro de Contribuintes da CEEE e CORSAN.

Esta pesquisa faz parte de um processo, iniciado em 1995, de interação entre o cidadão e a administração estadual, buscando maior integração entre as expectativas dos usuários dos serviços públicos e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

1.5.1 - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE

PROGRAMA: Planejamento Governamental

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, tem por disposição estatutária a atribuição de realizar estudos, pesquisas e análises sobre a economia do Estado, bem como de elaborar estatísticas, funcionando como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual.

Em 1998, a FEE manteve o seu comprometimento com a tarefa de *analisar a realidade sócio-econômica nacional e, em especial, a do Rio Grande do Sul.*

Neste sentido, serão apresentados os resultados obtidos pela FEE, *conforme as suas duas grandes áreas de atuação: análise sócio-econômica e estatísticas sócio-econômicas.*

Na área de *análise sócio-econômica*, destacaram-se as atividades de cunho permanente e temporário. Nas atividades permanentes, os trabalhos foram direcionados à elaboração da Carta de Conjuntura e o Informe Conjuntural/RS, a Revista Indicadores Econômicos FEE e a Revista Ensaios FEE.

Como atividade temporária, destacaram-se as seguintes publicações no decorrer de 1998:

- As mudanças Político-Institucionais nas Telecomunicações no Brasil: 1986-1998;
- Balanço Energético Consolidado do Estado do RS: 1997-98 (financiamento PETROBRÁS);
- Comércio Exterior do RS - uma análise;
- Estudo do Setor Florestal do RS (Recursos do Fundo Florestal Estadual);
- Estudo Comparativo sobre inserção dos Estados do RS e de SP no federalismo fiscal brasileiro na Primeira República (financiamento FAPERGS);

- Flexibilização e Resposta Sindical na Região Metropolitana de Porto Alegre (financiamento FINEP);
- Impacto das Inovações Tecnológicas e Organizacionais sobre o perfil da mão-de-obra e das qualificações requeridas e sobre as relações de trabalho no RS: indústria mecânica (financiamento FINEP);
- Impacto Espacial das Transformações da Economia Industrial: a aglomeração urbana da Região Nordeste do RS (financiamento FINEP);
- Informática no RS: força de trabalho e capacitação na produção e em serviços (financiamento FINEP);
- Manifestações da Exclusão Social no meio urbano do RS (financiamento FINEP);
- Mercado de Trabalho Industrial no Brasil - 1920-1970 - homogeneização e trajetórias regionais comparadas - RS e SP ;
- *Novas Tecnologias, Trabalho e Competitividade: um estudo de firmas de automação industrial* (financiamento FINEP);
- Pró-Rural 2000 - Avaliação e Acompanhamento (financiamento Banco Mundial);
- Panorama da Fruticultura no RS;
- Produção e Difusão de Biotecnologias na Agroindústria do RS (financiamento FINEP);
- Projeto Gastos Sociais no RS (financiamento IPEA);
- RS: trajetória singular de desenvolvimento econômico e social (financiamento FAPERGS);
- Transformações nas Estratégias de Produção da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do RS (financiamento FINEP);
- Transformações nas Estratégias de Produção das Indústrias Processadoras de Uva e Cítricos no RS (financiamento FINEP).

Durante o ano de 1998, foram concluídos os seguintes trabalhos:

- Balanço Energético Consolidado do Estado do RS: 1989-1996 (financiamento FINEP);
- Breve Inventário de Temas do Sul (FEE/UFRGS/UNIVATES);
- Competitividade e Inovação na Indústria Gaúcha (FEE/UNISINOS);
- Cadastro Florestal do RS 1998 (financiamento Fundo Florestal Estadual);

- Carta de Conjuntura - (Ano 8, nºs 2 a 8);
- Ensaio FEE - (Ano 19, nº 1, V.37);
- Estratificação dos Municípios Gaúchos (parceria FGTAS/FEE);
- Indicadores Econômicos FEE - (V.25, nºs. 1, 2, 3, 4 / V.26 nºs 1, 2);
- Informe Conjuntural RS - (Ano 3, nºs 1 a 7);

Já na área de *estatísticas sócio-econômicas*, destacaram-se os seguintes trabalhos, de *cunho permanente*:

- Atualização do PIB Municipal e das Estimativas do PIB do RS;
- Indicador Trimestral da Atividade Econômica e Indicadores da Agropecuária;
- Informe Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED;
- Pesquisa Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (Convênio FEE, FGTAS/SINE - RS, SEADE/SP e DIEESE, financiamento Fundo de Amparo ao Trabalhador /MTb);
- Projeção e Estimativas Demográficas para o RS;
- SIVEIPEÇAS (Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e de Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Rio Grande do Sul) - Desempenho do Mercado (Convênio com SIVEIPEÇAS);
- Termômetro de Vendas de Porto Alegre - TV POA (Convênio CDL/POA);

E, em relação aos trabalhos temporários, são os seguintes:

- A mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Crianças e adolescentes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: ocupação e renda;
- Formação profissional da Força de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Indicadores Sociais Municipais para o RS (financiamento FAPERGS);
- Índice de Preços dos Serviços em Porto Alegre (Convênio com SENAC).

Em relação aos projetos concluídos, cabe destacar os seguintes:

- Matriz Insumo - Produto (financiamento FAPERGS);
- Indicadores Sociais selecionados para o Brasil e o RS nas décadas de 80 e 90;

- TV Porto Alegre - (Ano 22, nº 12, Ano 23 nºs 1 a 8);
- Informe PED - (Ano 6, nº 7 , Ano 7, nºs 1 a 7);
- SIVEIPEÇAS - (Ano 7 nº 12, Ano 8, nºs 1 a 8).

Segue abaixo um quadro mostrando o desempenho da Fundação ao longo do ano de 1998.

**Indicadores Seleccionados do Desempenho da
Fundação Siegfried Emanuel Heuser - Ano 1998**

Indicadores	Período Jan-Out/98
Participação da FEE na mídia	840
Títulos Editados pela FEE	55
Número de Projetos Financiados	14
Valor Total dos Projetos Financiados (R\$)	591.951,54
Eventos organizados pela FEE	06
Atendimentos da Biblioteca da FEE	4.699

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE

Desde julho de 1998, a FEE possui um *site* na Internet, onde consta um conjunto de informações como, por exemplo, as atividades da Instituição, os projetos em andamento e uma série de dados sócio-econômicos do Rio Grande do Sul, inclusive a nível municipal.

Registre-se, ainda, que no *site* oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul existe um *link* - dados estatísticos - que remete à página da FEE na Internet.

1.5.2 - Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

A Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN, de acordo com suas atribuições, desenvolveu, ao longo de 1998, diversas ações na área de planejamento urbano, visando principalmente o desenvolvimento de pequenas regiões do Estado.

PROGRAMA : Desenvolvimento de Microrregiões

Esse Programa envolve um conjunto de ações no sentido de promover e apoiar o desenvolvimento de pequenos núcleos, capazes de gerar crescimento para o restante da região.

- Plano de Ordenamento Territorial do Estado

Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional - Compreendem o trabalho de caracterização das regiões, através dos Planos do Vale do Rio Pardo, da Região das Hortênsias e do Vale do Taquari, beneficiando 817.991 habitantes. Foram elaborados o Plano Turístico e o Perfil Tecnológico de Setores Industriais que compreendem estudos sobre gêneros industriais.

Planos Diretores Municipais - Foram desenvolvidos os planos referentes ao Conjunto Rivera - Santana do Livramento - Plano de Desenvolvimento Urbano, através da elaboração de critérios e metodologias para o plano diretor binacional, levantamento de dados, análises e diagnósticos, beneficiando 150 mil habitantes. Também foram realizados diagnósticos e elaboradas propostas de zoneamento e sistema viário principal para os municípios de Vacaria e Rio Pardo, beneficiando 96.321 habitantes, bem como mapas temáticos básicos para os municípios de Porto Xavier, Terra de Areia e Osório, tendo como beneficiários 55.761 habitantes.

Assessoramento à Aglomeração Urbana do Nordeste - AUNE - Através da elaboração do documento técnico, informações físico-territoriais, demográficas e sócio-econômicas, foi prestado assessoramento para as áreas urbanas da Região Nordeste, sendo beneficiados 554.041 habitantes.

Estudos de Compatibilização das Bases Geográficas Regionais - Foram realizados o mapeamento e os estudos básicos de compatibilização, abrangendo as regiões dos COREDES e Associações de Municípios.

Programa Mar de Dentro e Projeto RS 2010 - Com relação ao Programa Mar de Dentro, a METROPLAN participou de sua concepção e da definição do escopo do trabalho; no Projeto RS 2010, contribuiu na concepção de dois cadernos técnicos: Investimentos - Mapa dos Novos Investimentos no RS e Infra-estrutura - Saneamento.

Consultoria Técnica aos Municípios - Assessoramento aos municípios de Santiago, Estrela Velha, Santo Cristo, Ilópolis, Montenegro, Santa Maria, Iraí, Soledade e Tramandaí em assuntos urbanos como: legislação urbanística, parcelamento do solo, regularização de loteamento, zoneamento de uso, perímetro urbano, etc.

Estudo da Rede de Cidades do Rio Grande do Sul - Foi realizada a caracterização de 51 cidades, selecionadas em etapa anterior, através da sistematização de informações sobre as seguintes variáveis: emprego, PIB, exportações, consumo de energia e indústria. Esse estudo beneficiou 5.700.000 habitantes.

Arquivo Gráfico Municipal - Realizado trabalho de campo de verificação dos limites dos 184 municípios, incluídos na Faixa II - Região Centro-Oeste.

Zoneamento Ecológico Econômico - Foi elaborada proposta técnica para a Região Serramar, aprovada pela Comissão Nacional do Zoneamento Ecológico-Econômico, bem como foi assinado Convênio de Cooperação Financeira junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, visando a definição e consolidação de um banco de dados sócio-econômicos e cartográficos, beneficiando cerca de 839.000 habitantes.

Programa URBE 2000 - Em parceria com a FAMURS, foi realizado o Seminário Internacional - Novos Modelos de Gestão Urbana.

Caracterização Territorial e Ambiental do Estado - Foram elaborados os seguintes estudos: Estudo dos Problemas Ambientais no RS e Índice de

Desenvolvimento Urbano dos municípios do Estado, bem como informações básicas sobre produção e consumo de energia elétrica no Estado. Foram realizadas as divisões morfoclimática e morfo-estrutural da Metade Sul do Estado e morfoclimática, geomorfológica e fitogeográfica da Metade Norte do Estado.

- Prorenda Urbano

Cooperação Técnica e Financeira - Gerenciamento e planejamento participativo em áreas urbanas de população de baixa renda, nos quais foram contemplados os seguintes municípios: Caxias do Sul, através da criação de instância colegiada municipal por projeto de lei, visando plano urbanístico e contratação de estudos técnicos de zoneamento de áreas de risco, beneficiando 1.800 famílias; Pelotas, criação de instância colegiada e estudos urbanísticos e de desenvolvimento social em áreas selecionadas, beneficiando 2.000 famílias; Alvorada e Viamão, foram criados Comitês de Desenvolvimento, visando a capacitação de técnicos e de lideranças comunitários, atingindo cerca de 5.000 famílias.

Assessoramento a Projetos de Autogestão na Implantação do PRORENDA URBANO em Porto Alegre - Essa ação busca incentivar a iniciação de crianças e adolescentes em atividades culturais e recreativas, assim como o desenvolvimento de atividades de emprego e renda, em conjunto com educação ambiental. Foram beneficiadas 500 famílias pelo projeto Tchê e 80 famílias pelo Centro de Educação Ambiental.

Melhorias Urbanas em 5 Vilas da Fase Piloto em Porto Alegre - Foram implantadas obras de 2.730 m de rede de água, 3.083 m de rede de esgoto, 3.033 m de pavimentação e 785 m de abertura entre becos e acessos, beneficiando 4.400 famílias.

Cooperação com a Caixa Econômica Federal - CEF - Assessoramento municipal em metodologia de planejamento participativo de projetos habitacionais, sendo realizado através de convênio.

PROGRAMA: Regiões Metropolitanas

Trata do conjunto de ações desenvolvidas no sentido de planejar e coordenar, de forma integrada, a execução de programas para serviços básicos nas regiões metropolitanas, criadas por lei.

- Planejamento e Ordenação do Espaço Metropolitano

Plano de Desenvolvimento Metropolitano - Foi realizada a compilação e a interpretação de diagnósticos para a avaliação dos aspectos demográficos, educacionais, finanças públicas, bem como a comercialização de produtos hortigranjeiros na Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA/RS, beneficiando 3.300.000 habitantes.

Consultoria Técnica aos Municípios da RMPA - Foi prestado assessoramento em assuntos urbanos, junto a diversos municípios, além da participação nos Conselhos Municipais de Planos Diretores dos seguintes municípios: Cachoeirinha, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova

Hartz, Porto Alegre, Portão, Sapiranga e Viamão. Participação da METROPLAN no Conselho Municipal de Desenvolvimento de Esteio e na Comissão de Adequação das Associações de Municípios do Estado do RS - FAMURS, sendo beneficiados 3.300.000 habitantes.

Planos Diretores - Foram incorporados, ao Plano Diretor de Gravataí os efeitos gerados pela implantação do Complexo Automotivo da General Motors, beneficiando 210.000 habitantes. Com relação ao Plano Diretor de Sapiranga, foi feita a avaliação dos estudos básicos e a proposta de legislação, cujos beneficiários serão da ordem de 62.545 habitantes.

Parcelamento do Solo Metropolitano - Foram emitidos 140 termos de Anuência Prévia para parcelamento do solo, o equivalente a 1.022 hectares, beneficiando 3.300.000 habitantes.

Consultoria Técnica aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES/RMPA - Como atividade permanente, foi elaborada a caracterização da Região Metropolitana por COREDES, bem como a Proposta de Metodologia para o Plano Estratégico, além de participação na Comissão Regional da Consulta Popular, visando beneficiar 3.300.000 habitantes.

Análise Locacional da Atividade Industrial na RMPA - Através dessa análise foi realizado o levantamento das indústrias com mais de 10 postos de trabalho, bem como o mapeamento e análise das informações. Serão beneficiados cerca de 3.300.000 habitantes.

Produção Programada - Foi elaborada uma proposta para a implantação desse projeto, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, CEASA/RS e EMATER, beneficiando toda a população do Estado.

- Sistema de Transportes na RMPA

Organização do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros/RMPA - Através da aprovação da Lei n.º. 11.127, foi instituído o Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros - SETM, bem como o Conselho Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros - CETM. Com essa ação serão beneficiados cerca de 5.700.000 habitantes.

Linha Rápida - Para a RMPA, foi elaborado o relatório final, sendo este composto por 17 volumes, referentes ao Estudo e Projetos Básicos de Tráfego, Transporte, Circulação, Sinalização, Localização e Projeto Arquitetônico das Estações do Corredor Norte-Nordeste. Foram acompanhados também os Projetos Finais de Engenharia dos 5 lotes do Corredor Norte-Nordeste, sendo beneficiados com este projeto cerca de 1.753.455 habitantes dos municípios de Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Porto Alegre.

Pesquisa Entrevista Domiciliar - EDOM - No que concerne à pesquisa sobre transportes na RMPA, foram realizadas: avaliação dos resultados da Pesquisa Domiciliar e Pesquisa de Embarque e Desembarque, conclusão da avaliação e organização das bases de dados para o planejamento do transporte metropolitano, beneficiando cerca de 3.300.000 habitantes.

Asfalto nas Ruas - No Programa de Melhoria nas Vias de Transporte Coletivo na RMPA, foram licitados 126.605 m de pavimentação de vias urbanas, dos quais foram executados 52.913 m e mais 73.692 m encontram-se em fase de execução. Serão beneficiados 1.947.557 habitantes, compreendendo os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Charqueadas, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Novo Hamburgo, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Parobé, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

Avenida do Trabalhador - Foi recuperado o Módulo do Centro do Trabalhador Guajuviras e reformado o prédio do Módulo do Centro do Trabalhador no Hospital de Alvorada, foram assinados os Termos de Cessão de Uso, junto à Brigada Militar e Prefeitura de Canoas. Foi realizado o gerenciamento, fiscalização e monitoramento do Sistema de Transporte Coletivo na Avenida do Trabalhador, assim como a vistoria mensal dos 08 Centros do Trabalhador.

Banco de Dados do Transporte Coletivo Intermunicipal na RMPA - Foi instalado o Banco de Dados, contendo o cadastro de empresas, de linhas, de horários, de itinerários e de frotas. Como resultado, serão beneficiadas cerca de 5.700.000 habitantes.

- Centro de Feiras e Eventos

Com relação a esse projeto, foram realizadas no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, ao longo de 1998, as seguintes ações: plano diretor, estacionamento para visitantes (iluminação, colocação de separadores e asfalto), complexo de animais rústicos e eqüinos (pavilhão coberto para remates, bebedouros, iluminação, pista de provas iluminada) e, entre outros, o cercamento das novas áreas do Parque e o Estudo de Acessibilidade e Tráfego.

- Sistema de Informações Georreferenciadas do Planejamento Metropolitano e Regional

Esse sistema é composto por cartografia digital, informações georreferenciadas e levantamentos topográficos. No ano de 1998, foram executadas as seguintes ações:

Organização da Base Cartográfica Digital da RMPA - Foram elaborados dados cartográficos para os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos, cujos resultados beneficiarão 3.300.000 habitantes.

Cartografia Digital da Bacia do Guaíba - Foram digitalizadas cartas na escala de 1:250.000, com cobertura de 84.000 km², para uma população beneficiada de 5.900.000 habitantes.

Sistema de Informações Georreferenciadas - SIG/RMPA - Foram elaborados mapas temáticos, visando o planejamento metropolitano, abrangendo os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos.

Levantamentos Topográficos - Foram elaborados os levantamentos topográficos para o Parque de Eventos Assis Brasil e áreas industriais de Alvorada e Viamão.

PROGRAMA: Proteção ao Meio Ambiente

Esse Programa engloba um conjunto de ações desenvolvidas visando a proteção dos recursos naturais e o controle da poluição ambiental.

- Planejamento e Gestão Ambiental

Através do Projeto de Planejamento e Gestão Ambiental, em 1998, foram desenvolvidas diversas ações visando o controle e equilíbrio do meio ambiente.

Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba - Convênio METROPLAN/FUNDO PRÓ-GUAÍBA - Foram elaborados diagnósticos e quadros de usos e fontes para o Módulo II, bem como a produção de 40 mapas temáticos, tendo como população beneficiada cerca de 5.900.000 habitantes.

Pró-Guaíba - No monitoramento do uso e da ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Guaíba foram realizados o levantamento das informações e estudos, bem como uma versão preliminar das Cartas de Uso e Ocupação do Solo e Aptidão do Uso Agrícola. Serão beneficiados cerca de 5.900.000 habitantes.

Ainda no Programa Pró-Guaíba, foi desenvolvido o Plano Diretor de Resíduos Sólidos na RMPA, no qual foram realizadas coletas de informações, diagnósticos, prognósticos, soluções e sistema de atualizações e avaliações para serem implementados nos municípios.

Programa Técnico para Gerenciamento da RMPA - PROTEGER - Elaborado o Projeto Potencial Mineral para Não-Metálicos, bem como uma versão preliminar da seleção de áreas para o tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos da RMPA, além de capacitação das Prefeituras para a utilização das propostas contidas no Projeto.

Plano da Bacia do Rio Gravataí - Foram realizados Estudos Sócio-Econômicos, Pré-dimensionamento do Cadastro dos Usuários, aquisição de imagens de satélite, Cadastro dos Usuários da Água da Bacia e o Mapeamento Geoambiental.

Parque Estadual do Delta do Jacuí - Foram elaborados os seguintes relatórios: Legislação Incidente na Área do Delta e Mapeamento das Faixas de Restrição, Evolução da Ocupação do Solo, no período de 71 a 91, e Pesquisa Sócio-Econômica da população do Delta, realizada pelo DEMHAB em 1990. Outras atividades também foram realizadas como: mapeamento das tipologias das áreas ocupadas do Delta, caracterização sócio-econômica da população residente e Carta de Uso e Ocupação do Solo do Parque.

Defesa contra Inundações em Áreas Urbanas na RMPA: Contratada a execução e fiscalização de obras de drenagem, abrangendo os municípios de Alvorada, Porto Alegre, Viamão, Guaíba e Gravataí, numa extensão total de 8.414m.

1.6 - SECRETARIA DA FAZENDA

PROGRAMA: Administração Financeira

Esse Programa compreende um conjunto de ações visando a captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros.

Programa de Combate à Sonegação

Em função da nova política de Combate à Sonegação Fiscal, o volume de autuações realizado pela Secretaria da Fazenda, até setembro de 1998, cresceu 109% em relação a igual período de 1997, apresentando uma variação absoluta de R\$ 141 milhões.

Esse salto no volume de autuações, de R\$ 128,7 milhões, até setembro de 1997 para R\$ 269,4 milhões, até setembro de 1998, só foi possível graças ao programa de Monitoramento Setorial implementado a partir do fim de 1997, o qual objetiva controlar previamente o desempenho das empresas contribuintes do ICMS.

- Aumento de Arrecadação

Comparando o período setembro 1997/1998, as receitas globais do Estado cresceram 47,9% em termos reais, alcançando R\$ 6,8 bilhões, com um aumento absoluto de R\$ 2,2 bilhões. Excluídas as receitas provenientes de privatizações e operações de crédito, a taxa de crescimento das receitas permanece positiva em 12,2%, totalizando R\$ 4,9 bilhões.

- Plano de Ação

A partir de 1996, a Secretaria da Fazenda adotou o gerenciamento pela Qualidade. Esse gerenciamento é materializado no Plano de Ação da Secretaria, onde constam os Propósitos da Administração, cujas definições e detalhamentos descrevemos abaixo.

Equilíbrio Financeiro

Entende-se o "equilíbrio financeiro no longo prazo" por resultado primário positivo: Receita Líquida (não inclui receitas financeiras, operações de crédito e alienações de bens), maior que as despesas correntes e de capital (excluídas as despesas com serviços da Dívida). O resultado primário deve ser suficiente para saldar o pagamento da dívida correspondente ao período apurado.

No curto prazo, em 1998, buscaram-se as bases para alcançar a situação acima descrita, através de um adequado resultado primário que, somado

ao resultado de privatizações e empréstimos, seja suficiente para saldar o total dos serviços da dívida que competem ao período e para efetuar o depósito da provisão inicial para a formação do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado - FAP.

Modernização da Gestão Fazendária

O propósito modernizar a gestão fazendária é decomposto por diversos objetivos, cada qual com um número variável de metas, são elas:

- Elaborar plano de metas e ações por área;
- Migrar do Plano de Ação anual para um sistema de planejamento estratégico;
- Desenvolver sistemas gerenciais de informação;
- Racionalizar Processos;
- Direcionar os sistemas de controle para resultados e custos;
- Executar o Programa de Modernização Fazendária (programa destinado à modernização fazendária com recursos do BID);
- Consolidar o Programa de Qualidade;
- Consolidar a nova estrutura da Secretaria da Fazenda.

Melhoraria no Atendimento ao Cliente

- É desdobrado em dois objetivos:
- Ampliar o relacionamento com o Cliente através das seguintes metas:
 - introdução de urnas de sugestões nos 15 balcões de maior fluxo da Secretaria;
 - ter os 30 serviços de maior demanda informados em mídia adequada aos respectivos usuários;
 - ter dois serviços melhorados por departamento.
- Simplificar normas e procedimentos referenciados aos produtos críticos.

Valorização e Qualificação dos Servidores

Através dos seguintes objetivos:

- Desenvolver política de recursos humanos;
- Revisar a política salarial;
- Oferecer treinamento permanente aos funcionários.

1.7 - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO

PROGRAMA: Administração

Além de promover a coordenação e o controle de todos os Projetos Prioritários do Governo, coube também à Secretaria-Geral executar alguns programas, atuando especialmente na área social e no enfrentamento à problemática da criança e do adolescente em nosso Estado.

- Programa Piá 2000

O Programa Piá 2000 foi criado há 2 anos e destina-se a atender crianças e adolescentes oriundos de grupos sociais caracterizados por baixos níveis de renda.

O Programa envolve ações relativas a: Projeto Todos na Escola, Projeto Alfabetização e Cidadania, Projeto Garantia e Reabilitação Nutricional (Renda Mínima), Projeto Apoio a Creches Assistenciais e Comunitárias, Prevenção da Mortalidade na Infância, Prioridade Educação Redes Municipais de Atendimento (Renda Mínima), Escola Aberta / Referência, Programa Estadual do Leite, Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

- Programa Estadual "Viva Bem a 3ª Idade

Esse Programa é uma iniciativa do Governo Gaúcho no sentido de promover e consolidar a valorização do Idoso. Implantado e em desenvolvimento em 48 municípios, oferece alimentação gratuita através de distribuição de cestas básicas mensais às pessoas idosas e carentes. O desenvolvimento do programa pode ser visualizado no resumo que segue:

Especificações	Realizado (até Setembro/98)	Previsto (Outubro a Dezembro/98)
Idosos beneficiados	10.057	13.000
Cestas distribuídas	36.793	35.782
Recursos aplicados	R\$ 632.839,60	R\$ 615.450,40

- Programa Juventude Solidária

O Programa Juventude Solidária é operacionalizado através de parcerias com as Instituições de 3º Grau, com o objetivo específico de mobilizar universitários para atuarem, no período de férias, com ações de mapeamento, visitas, entrevistas, palestras e intervenções, dentre as quais destacam-se:

- ações educativas, preventivas e saneadoras;
- ações de acompanhamento e controle de projetos;
- identificação e acompanhamento de crianças desnutridas nos postos de saúde;
- localização de crianças em situação de rua;

- identificação e encaminhamento de analfabetos a classes de alfabetização;
- orientação em hábitos de higiene;
- identificação das pessoas sem registro de nascimento e encaminhamento ao órgão competente.

Um resumo do desenvolvimento do Programa nos dois últimos anos desta administração é indicado a seguir:

Mês/Ano	Investimento R\$	Municípios Beneficiados	Universitários Envolvidos
Fevereiro/97	119.700,00	09	200
Julho/97	197.999,23	19	440
Janeiro/98	235.698,79	28	545
Fevereiro/98	235.698,79	28	545
Julho/98	299.807,20	33	695

O programa envolve 33 municípios, 13 universidades e 2.425 universitários e atinge 52.101 famílias e 222.809 pessoas, utilizando, em 1998, R\$ 1.088.904,00.

- Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI

O Programa objetiva garantir a ação conjunta entre o Governo do Estado, Município e Sociedade Civil, na consolidação de uma rede de serviços articulados de atendimento/atenção integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PPD, assegurando a sua participação e integração na sociedade.

Implantado em 1997, atua hoje em 44 municípios-pólo. A população alvo é formada por crianças, jovens, adultos e idosos portadores de deficiência, sendo as linhas básicas centradas na prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidades, conforme as linhas de ação explicitadas a seguir:

- **Prevenindo as Deficiências – Teste do Pézinho**
Nº de municípios envolvidos: 31
Órgão Executor: Faculdade de Farmácia da UFRGS
Quantidade de exames por ano: 268.184
Investimento Realizado até Setembro/98: R\$ 1.811.642,50
- **Disponibilizando a reabilitação clínico-terapêutica comunitária**
Realização: Convênio para concessão de órteses e próteses
Nº de municípios envolvidos: 41
Órgão Executor: Grupo Hospitalar Conceição
Investimento Realizado até Setembro/98: R\$ 1.100.000,00
Investimento Previsto de Outubro a Dezembro/98: R\$ 500.000,00
- **Implementando a política de Assistência Social**
Realização: Convênio com 17 entidades
Nº de municípios envolvidos: 16

Investimento Realizado até Setembro/98: R\$ 252.000,00

Investimento Previsto de Outubro a Dezembro/98: R\$ 597.097,92

- **Garantindo o atendimento educacional**

Realização	Nº de Municípios Envolvidos	Investimento	
		Realizado (até Set/98)	Previsto (Out/98 a Dez/98)
Cursos de Capacitação de RH	3	R\$ 120.000,00	R\$ 130.000,00
Implantação de 19 Salas de Recurso	17	R\$ 89.800,00	R\$ 80.000,00
Cursos de Atualização	7	R\$ 27.400,00	R\$ 15.000,00

- **Viabilizando a geração de emprego e renda (Recurso FAT)**

Realização	Nº. de Pessoas Beneficiadas (até Set/98)	Investimento Realizado (até Set/98)
Curso de Qualificação Profissional (149 turmas)	2.260	R\$ 507.043,61
Colocação da PPD no Mercado de Trabalho	203	---

Destacam-se, ainda:

- *reestruturação da FADERS (implantação de 10 núcleos regionais, constituição de uma equipe itinerante, implantação da unidade de referência de atendimento odontológico, etc.) e*
- construção de 2 abrigos residenciais para PPD na FEBEM.

- Programa Mulher Gaúcha

O Programa Mulher Gaúcha tem como objetivo valorizar a mulher das classes menos favorecidas de nosso Estado, oferecendo benefícios para o desenvolvimento pessoal e profissional. Foi composto por estandes de serviços dirigidos à mulher, como por exemplo: exame de câncer de mama, diabetes, acuidade visual, exames odontológicos, orientações sobre AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, etc.

Em outras áreas, as mulheres são orientadas quanto a financiamento para criação de empresas, Direito de Família, seguro desemprego, Delegacia da Mulher, confecção de carteira de trabalho, etc.

As entidades parceiras desse projeto são: SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAE, Secretaria da Justiça e da Segurança, Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social, Defensoria Pública, Prefeituras e Secretarias Municipais. Os Municípios que participam do referido projeto são: Santa Rosa, Gravataí, Erechim e Santana do Livramento. O Total de Investimento no Programa Mulher Gaúcha foi de R\$ 384,9 mil.

- Programa Pra Mamãe

O Programa Pra Mamãe tem como foco garantir o atendimento pré-natal, através do fornecimento de medicamentos básicos e suplementação alimentar, quando constatada a desnutrição, bem como a disponibilização de leitos hospitalares em seus municípios. Visa, ainda, oferecer remoção e leitos em maternidades adequadas.

Concretamente, contabiliza-se um investimento na ordem de R\$ 308 416,99, distribuídos na instalação de:

- 6 Centros no município de Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, Glorinha, Guaíba, Alvorada e Canoas;
- Central de Ambulâncias com 4 veículos adaptados;
- Central de Leitos (01).

- Programa Minha Terra

O Programa Minha Terra tem como objeto a promoção do desenvolvimento sustentado da Metade Sul do Estado, através da criação de 12 Pólos de Desenvolvimento Rural Integrado, com 600 famílias de agricultores, visando à diversificação de alternativas econômicas e o melhor aproveitamento do fator terra e dos recursos humanos.

Na área da Saúde destaca-se ainda:

Conclusão de Hospitais

Visa descentralizar o atendimento hospitalar, bem como aumentar a oferta de leitos hospitalares no Estado.

Podemos destacar os seguintes resultados, contabilizados até setembro/98:

- 27 convênios firmados;
- recursos investidos na ordem de R\$ 1.169.532,70 (até 08/98);
- previsão de investimentos no montante de R\$ 3,5 milhões, no período de setembro a dezembro 1998.

Hospital Pólo, Subpólo e de Apoio

Objetiva regionalizar e hierarquizar o atendimento do SUS no Estado. Foram firmados 101 convênios no montante de R\$ 5,9 milhões, até setembro/1998.

A previsão de investimentos no período de outubro a dezembro de 1998 é de R\$ 11,1 milhões.

Fornecimento de Ambulâncias

Foram firmados 108 convênios no montante de R\$ 1,6 milhão para aquisição de ambulâncias aos municípios previamente selecionados pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (até 09/98). A previsão de investimento é de R\$ 150 mil, no período de outubro a dezembro de 1998.

Implementação de Assistência Ambulatorial e Hospitalar

Destina-se a repassar recursos para as despesas correntes e de capital, visando o atendimento de serviços ambulatoriais e hospitalares, através de convênios firmados com os municípios beneficiados. Totalizam 192 convênios celebrados, até agosto/98, somando R\$ 6,9 milhões em investimentos. A previsão de investimento, no período de setembro a dezembro de 1998, é de R\$ 7.1 milhões.

Reestruturação da Rede Assistencial

Tem como finalidade a construção, recuperação e/ou ampliação da área física das unidades assistenciais. Foram investidos R\$ 5,2 milhões, em 104 unidades da rede assistencial conveniada, até setembro/98.

A previsão de investimento, no período de outubro a dezembro de 1998, é de R\$ 591,7 mil.

2- ÁREA ECONÔMICA

2.1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROGRAMA: Produção Vegetal

Esse Programa compreende um conjunto de ações voltadas ao planejamento e à promoção dos produtos agrícolas, a fim de se obter a elevação da produção e/ou da produtividade.

- Troca-Troca de Sementes

O Programa realiza a distribuição de sementes fiscalizadas para pequenos agricultores, visando a melhoria do material genético utilizado para plantio das lavouras de produtos básicos para a alimentação. Nesse programa participam a SAA/FEAPER, como executora; a EMATER-RS, como interveniente e responsável pela assistência técnica direta aos produtores; a FETAG, que participa da distribuição das sementes aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; e as Prefeituras Municipais, sendo FETAG e prefeituras avalistas do Programa.

Para a safra 1998/99, foram adquiridos 7.501.640 kg de sementes de milho híbrido, 80.480 kg de sementes de feijão e 105.120 kg de batatas-semente que foram repassadas através de 623 instituições parceiras (sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras municipais, associações e cooperativas) de 382 municípios. O valor do Programa neste ano foi de R\$ 11,2 milhões.

- Abastecimento de Hortigranjeiros

Visa o estabelecimento de um Programa de Produção Programada entre 467 municípios do Estado do RS, com 79 produtos hortigranjeiros (hortaliças, frutas e flores), carnes e básicos, diminuindo a dependência de produtos produzidos fora do Estado, de 38% para 10%, evitando as perdas, facilitando acesso aos mercados e mantendo o produtor informado da conjuntura e dos preços dos produtos.

A partir do diagnóstico realizado em 1996-97, foram definidas três linhas de ação:

- Organização de Núcleos de Hortigranjeiros - Já foram preparados projetos e encaminhados para financiamento com recursos do PRONAF, para dois núcleos de hortigranjeiros, os de Cachoeira do Sul e Santa Rosa;
- Pico de Safra - Neste ano foi realizada a primeira reunião sobre comercialização de hortigranjeiros em pico de safra, com o comparecimento de 11 municípios;
- Acompanhamento Especial - Ainda não foi implantado. Por enquanto, o acompanhamento está sendo feito de forma contínua, através da CEASA, da EMATER e das Secretarias Municipais da Agricultura.

- Terra Boa (Troca-Troca de Calcário)

Esse projeto foi criado através do Decreto nº 38.136, de 23/01/98, como decorrência da prioridade estabelecida pelos COREDES para a área agrícola. O objetivo é viabilizar a correção da acidez do solo e, através desta, a melhoria do nível de fertilidade dos solos gaúchos, contribuindo para a qualidade da situação econômica dos pequenos produtores rurais do Estado. O programa conta com a parceria dos municípios, que são responsáveis pela aquisição, transporte e distribuição de calcário. Em julho de 2001, um percentual do valor a ser restituído poderá retornar aos municípios, desde que aplicado em Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, para financiar programa municipal de melhoria da fertilidade dos solos. O lançamento do Projeto ocorreu dia 14/04 em Caçapava do Sul e Pantano Grande. Participaram do programa 332 municípios, beneficiando 70.000 pequenos produtores rurais. Através do FEAPER, foram financiadas 700.000 toneladas de calcário, no valor de R\$ 7 milhões.

- Citricultura

Esse Programa visa desenvolver a citricultura do Estado, pelo aumento da área cultivada com cítricas de qualidade superior, tendo como estímulos a concessão de financiamento e a assistência técnica aos produtores, na formação de pomares. Financia, ainda, viveiros de alta tecnologia. Associativamente, financia a instalação de *packing houses*.

Em 1998, foram financiados e implantados 87 pomares em 20 municípios. A área financiada foi de 166,1 ha, sendo plantadas 83.050 mudas. Para esse fim, 87 produtores foram contemplados com financiamentos do FEAPER no valor de R\$ 273,2 mil. Além dos pomares, também uma *packing house* foi financiada, no valor de R\$ 11,1 mil, no município de Montenegro. No município de Ijuí, foram financiados 3 viveiros de alta tecnologia, no valor de R\$ 101,9 mil, beneficiando a 3 produtores.

- Fiscalização da Produção de Sementes e Mudanças

Em 1998, pode-se considerar que houve a consolidação dessa atividade, praticamente todos os produtores de sementes e viveiristas estão registrados, bem como um número expressivo de comerciantes. Toda a atividade foi informatizada com ganhos significativos de produtividade nos procedimentos administrativos, foram elaboradas as Normas e Padrões da Produção de Mudanças no Rio Grande do Sul (ainda não publicadas) e um Protocolo de intenções entre diversas instituições com vistas à execução de um Programa de Produção de Mudanças Certificadas (ainda não assinado).

Foram fiscalizadas 90 unidades de beneficiamento de sementes para fins de credenciamento; registrados 720 estabelecimentos comerciais de sementes e mudas; registrados 90 produtores de sementes e 280 de mudas; feitas 1.281 amostragens de lotes de sementes fiscalizadas e certificadas, inspecionadas 980 lavouras e comércios de Sementes Certificadas; e fiscalizados 1.800 estabelecimentos comerciais de sementes e mudas.

- Defesa Sanitária Vegetal

Nessa atividade houve a intensificação do trabalho no controle de pragas e doenças, especialmente na citricultura, com o controle do Cancro Citrico. Destaque especial para as atividades desenvolvidas em Tenente Portela, Ijuí e Montenegro, em colaboração com as Prefeituras e Ministério da Agricultura, tendo sido identificados e mapeados 20 focos da doença. Foram inspecionados e credenciados 100 viveiros fornecedores de mudas cítricas; inspecionadas 18 beneficiadoras de frutas cítricas e industriais, além de 1.245 pomares cítricos; e reinspecionados 111 pomares e viveiros erradicados.

Quanto ao comércio e uso de agrotóxicos, foi importante a ampliação da fiscalização do uso de agrotóxicos em imóveis rurais, tendo sido fiscalizados 480 estabelecimentos e realizadas 480 inspeções. Foram também fiscalizados 1.028 estabelecimentos de comércio e prestadores de serviço na aplicação de agrotóxicos fitossanitários nas 650 inspeções realizadas, tendo sido autuadas 234 empresas.

A maior realização nessa área foi a desativação total do depósito de agrotóxicos de Canoas, cujo total de 67.560 kg foi removido para São Paulo, para desativação. Ao longo do ano, foi concluído o levantamento dos demais depósitos. Destes, 40 locais ainda possuem resíduos que foram embalados, totalizando 50 toneladas. Estão prontos todos os procedimentos para a licitação com vistas à destruição dos resíduos restantes.

- Fiscalização de Vinhos

De longa data, a atividade de fiscalização do vinho vinha sendo mantida em níveis mínimos, fosse por sucateamento dos laboratórios, falta de condições de trabalho ou ausência de uma política que definisse o rumo do setor vitivinícola.

Através da Lei Estadual da Uva e do Vinho, que além da legislação vitivinícola criou o FUNDOVITIS, o Governo Estadual, juntamente com o setor vitivinícola, encaminhou a construção de uma política estadual para o setor. Uma decorrência importante desse fato foi a criação do Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVI.

Com os recursos já arrecadados, o Conselho do FUNDOVITIS aprovou oito projetos, seis dos quais encaminhados pelo IBRAVIN, encontram-se em fase de elaboração de documentos para contratação. O Conselho liberou, também, recursos para reaparelhamento do Serviço de Fiscalização do Vinho, cujos processos tramitam para as licitações necessárias.

As atividades Desenvolvidas em 1998 foram a emissão de 300 Certificados de demanda externa com análise, 1.950 Certificados de demanda externa sem análise e 290 Certificados de demanda interna com análise. Foram fiscalizados 170 estabelecimentos na indústria e no comércio, tendo sido expedidas 17.000 guias de trânsito e desembaraçados 250 milhões de litros para comercialização.

PROGRAMA: Preservação de Recursos Naturais Renováveis

O Programa contempla o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da preservação e utilização racional dos recursos naturais renováveis.

- Desenvolvimento Florestal

Visa desenvolver a atividade florestal no Estado do RS, englobando os aspectos preservacionistas e econômicos.

Descentralização das Ações da Política Florestal Estadual

Visa descentralizar e agilizar as atividades de licenciamento de proprietários rurais para utilização da matéria-prima florestal e uso alternativo do solo, através da participação de municípios devidamente conveniadas com a SAA; com ressarcimento de valores através do FUNDEFLO.

Em 1998, foi implantada a descentralização em 15 municípios. Foram repassados R\$ 2,7 mil a prefeituras conveniadas, como compensação pelo serviço de licenciamento a 273 produtores rurais.

Linha de Financiamento para o Setor Florestal

Linha de financiamento para plantio de 400.000 hectares de novas florestas para fins energéticos e industriais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná no período de 04 anos, através do investimento de US\$ 280 milhões. Esse projeto permanece na dependência de aprovação pelo BNDES/BRDE.

Unidades de Conservação

Parque Estadual de Itapuã - Integra o PRÓ-GUAIBA, com o objetivo de implantar o PLANO DE MANEJO DO PARQUE, através do estabelecimento de infra-estrutura para visitação, fiscalização, manejo de recursos, educação ambiental, administração e pesquisa científica; bem como da aquisição de veículos, equipamentos e do aporte e treinamento de pessoal necessário. Visa a reabertura do Parque (fechado desde 1991) à visitação pública. Em 1998, vencidos os problemas iniciais, as diversas obras do Parque tiveram andamento normal, destacando-se: Praia das Pombas: estacionamento, acessos internos, 20 churrasqueiras, ancoradouros, bar, sanitários, pórtico secundário, casa de guarda, instalações elétricas e hidráulicas; Praia da Pedreira: estacionamento, ancoradouro, 20 churrasqueiras, bar, guarita, canalização do arroio; Praia de Fora: melhoria da estrada de acesso concluída, iniciada drenagem superficial da área, aguardando sentença judicial para iniciar demolições das casas e excussão das demais obras; Núcleo de Pesquisa: não iniciadas as obras de construção do laboratório, alojamento para pesquisadores, viveiro e 3 casas de guarda devido a atraso no acordo com desapropriado residente na área; Setor Administrativo: sede administrativa, alojamento da Brigada Militar, garagem, baias, casa de guarda. Durante o ano, foram aplicados recursos no montante de R\$ 6,8 milhões, tendo como fonte o PRÓ-GUAIBA.

Reserva Biológica da Serra Geral - Incluída no PRÓ-GUAÍBA, teve os trabalhos suspensos por problemas fundiários surgidos.

Parques do Turvo, Rondinha e Espigão Alto, Reserva Biológica de Ibirapuitã e Horto Florestal do Litoral Norte - estão incluídos no PRÓ-RURAL 2000.

Em 1998, foi realizada a licitação, através de carta-convite, para a realização de levantamentos objetivando a elaboração dos planos de manejo para as cinco unidades de conservação. Essa licitação encontra-se em fase de negociações para a assinatura de contrato com a empresa ganhadora, Magna Engenharia Ltda. O ano encerra-se sem desembolso financeiro no projeto.

Parque Estadual de Nonoai - Está temporariamente excluído dos programas de melhoramento por estar invadido por índios, aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em 1998, mais uma UC (Unidade de Conservação) foi criada, a da Mata Paludosa, com área de 113 ha. Com a nova aquisição, a SAA, passa a contar com 11 UCs. Também foram criadas duas novas APAs (Área de Proteção Ambiental): a de Aratinga, no município de São Francisco de Paula, com 52.000 ha e a de Banhado Grande, município de Gravataí, com 100.000 hectares.

Cadastro Florestal Estadual

A atividade é desenvolvida pela SAA, em parceria com a FETAG, por delegação do IBAMA. Foram cadastrados 1.994 produtores, consumidores ou comerciantes de produtos florestais em 1998.

Licenciamento e Controle Florestal

Em 1998, foram realizados 6.507 licenciamentos de obras e em propriedades rurais para manejo de recursos florestais nativos. Foram ainda realizadas 125 perícias para o Ministério Público.

Fiscalização Florestal

Nessa atividade a SAA atua em conjunto com a Brigada Militar, Polícia Civil, Secretaria da Fazenda e com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente. Em 1998, foram efetuados 350 laudos de infração e julgados 933.

Biodiversidade

Esse projeto, desenvolvido com recursos do PRÓ-GUAÍBA, realizou a recuperação de 27,5 hectares de florestas localizadas em áreas de preservação permanente, através do plantio de 30.645 mudas, em 11 municípios, com a colaboração de 49 proprietários rurais.

Reflorestamento Ambiental

Com recursos do PRÓ-GUAÍBA, foi feito o credenciamento de 36 viveiros para garantir a produção de 3.262.450 mudas de espécies nativas e exóticas para atender a demanda desse programa.

Fomento Florestal - ARFOR's

Foram implantados 496 hectares de florestas com 992.824 mudas, em 496 propriedades, para cumprimento da obrigatoriedade de comprovação de estoque de matéria-prima.

ICMS Ecológico

Para implementação da lei estadual que permite o retorno financeiro aos municípios detentores de Unidades de Conservação – Ucs, que integrem o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, foram feitas as medições de 481.857,69 hectares de terras localizadas em UCs, beneficiando 40 municípios.

- Anuário Estatístico

Através de convênio firmado com a FEE/RS, foi realizada a edição do 1º Anuário Estatístico Florestal, com 600 exemplares, contendo a compilação e a análise dos dados relativos ao consumo, beneficiamento, produção e comércio de produtos e subprodutos florestais, bem como outras informações pertinentes tendo como fonte os registros do Cadastro Florestal Estadual do ano de 1997

- Jardins do Rio Grande do Sul

Esse Projeto tem como objetivo despertar o interesse das comunidades em conhecer as plantas de sua e de outras regiões do Estado, ao mesmo tempo em que as conscientiza da necessidade de todos atuarem na defesa e conservação das plantas. Através de uma parceria entre o Jardim Botânico de Porto Alegre e as Prefeituras Municipais, buscará a implantação, em cada cidade gaúcha, de uma praça com 39 exemplares de espécies arbóreas representantes das diferentes regiões florestais do Estado.

Em 1998, foi realizada a complementação para 10 jardins implantados em 1997, com a distribuição de mais 14 mudas para cada um, e a implantação de 75 novos jardins, estes já com o número meta de 39 mudas. O Tesouro do Estado liberou R\$ 20 mil em apoio ao projeto, que foram aplicados em investimentos nos viveiros florestais R\$ 12,2 mil e aquisição de material de consumo R\$ 7,7 mil.

PROGRAMA: Promoção e Extensão Rural

Esse Programa engloba um conjunto de ações com vistas ao desenvolvimento do cooperativismo, bem como o oferecimento de assistência técnica e fomento à produção agrária.

- Profissionalização de Agricultores

Tem por objetivo reestruturar o sistema oficial de treinamento e profissionalização de agricultores do RS, com a construção e reforma de 13 Centros de Treinamento – CTs, distribuídos pelo Estado e de 1 Centro de Treinamento de Excelência - CTE, em Montenegro-Capela e 231 unidades didáticas (sendo 7 em Montenegro- Capela e 224 distribuídas pelo Estado), a serem implantados com recursos do PRÓ-RURAL 2000, no que se refere aos investimentos. Em 1998, foi realizada a integração de 3 Centros de Treinamento da EMATER-RS ao sistema, que passa para 16 CTs e 1 CTE.

Realizações em 1998:

- Foram concluídas as obras de hotelaria e inauguradas as 2 unidades do Centro de Treinamento de Excelência Montenegro-Capela, dias 27/3 e 01/07, respectivamente;
- Os Centros de Treinamento de Bom Progresso, Caçapava do Sul, Canguçu, Carazinho, Erechim, Guaporé, Hulha Negra, Lagoa Vermelha, Maçambará, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã, Venâncio Aires e Viamão estão com as obras de hotelaria prontas e em fase de inauguração. Dessa forma, o ano encerra-se com as 18 unidades do sistema oficial de treinamento e profissionalização aptas para sediarem cursos que não exijam uso de unidades didáticas;
- O Sistema já conta com 35 unidades didáticas em funcionamento. Estão sendo encaminhadas as licitações para as obras de mais 39 unidades didáticas para 13 Centros de Treinamento, com recursos do Pró-Rural;
- Foram incorporados ao Projeto 3 Centros de Treinamento da EMATER-RS, já implantados e em operação em Caxias do Sul, Nova Petrópolis e Teutônia. Nessas unidades, em 1998, já foram ministrados 130 cursos, sendo treinadas 1.950 pessoas;
- Os recursos aplicados nesse projeto, em obras, móveis e equipamentos, já alcançam R\$ 11,7 milhões de Reais, sendo R\$ 10 milhões aplicados em 1998.

- Eletrificação Rural - PROLUZ II

O Programa de Eletrificação Rural - PROLUZ II, tem como objetivo estender o insumo energia elétrica a 39.000 propriedades rurais do Estado. Sob a coordenação da SAA, o Programa conta com a participação integrada da CEEE, AES-SUL, RGE, Cooperativas de Eletrificação Rural, BANRISUL, EMATER-RS e Prefeituras Municipais. O PROLUZ II conta com recursos do BNDES, tendo sido assegurados R\$ 23,4 milhões, necessários às 18.400 ligações previstas em 1996/98. O recurso adicional na ordem de R\$ 30,6 milhões necessários ao atingimento da meta original será negociado com o BNDES à medida que os recursos já assegurados tenham sido efetivamente aplicados.

**Pró-Luz II - Ações Desenvolvidas e Recursos Dispendidos
Ano 1998**

Especificação	Quantidade/Valor
Municípios com projeto implantado (acumulado 1996-98)	285
Número de ligações (famílias beneficiadas) - 1998	6.776
Número de habitantes rurais beneficiados - 1998	27.104
Investimento total dos projetos - 1998 - R\$	18.387.653,00
Valor financiado pelo PROLUZ II - 1998 - R\$	10.631.746,00

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA

- PRÓ-RURAL 2000

O Projeto Conservação de Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural Através da Geração de Renda e da Promoção Social - PRÓ-RURAL 2000, teve sua elaboração concluída. Aprovado pelo BIRD, foi contratado e entrou em execução no decorrer do ano de 1997. A aprovação ocorreu em 22 de abril de 1997, tendo o Projeto recebido o número 4148-BR do BIRD. O Contrato foi assinado em 11 de julho de 1997. As ações preparatórias para a implantação do Programa aconteceram no 2º semestre de 1997, e a plena implementação, no 1º semestre de 1998.

Resultados Obtidos pelo Projeto PRÓ-RURAL 2000 através das Propostas em Execução e das Propostas Aprovadas - Ano 1998

Especificação	Realizado
Número de municípios beneficiados	330
Número de propostas	302
Famílias beneficiadas	21.782
Pessoas beneficiadas	83.135
Valor total das propostas - R\$ 1,00	29.489.166,36
Valor financiado das propostas - R\$ 1,00	19.754.578,16

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA

Resultados Obtidos pelas ações do Projeto PRÓ-RURAL 2000 - Ano 1998

Especificações por Ação	Realizado
Geração de Renda com Retorno	
. Número de projetos	139
. Famílias beneficiadas	1.080
. Pessoas beneficiadas	4.152
. Valor total das projetos - R\$ 1,00	1.413.407,31
. Valor financiado dos projetos - R\$ 1,00	985.732,03
Geração de Renda sem Retorno	
. Número de projetos	239
. Famílias beneficiadas	1.014
. Pessoas beneficiadas	3.907
. Valor total das projetos - R\$ 1,00	259.409,27
. Valor financiado dos projetos - R\$ 1,00	215.961,84
Infra-estrutura Social Básica	
. Número de projetos	1.303
. Famílias beneficiadas	17.422
. Pessoas beneficiadas	67.179
. Valor total das projetos - R\$ 1,00	24.981.519,70
. Valor financiado dos projetos - R\$ 1,00	17.425.683,97
Manejo e Conservação de Recursos Naturais	
. Número de projetos	50
. Famílias beneficiadas	2.266
. Pessoas beneficiadas	7.897
. Valor total das projetos - R\$ 1,00	2.834.830,08
. Valor financiado dos projetos - R\$ 1,00	1.127.200,32

Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA

- Nenhum Município sem EMATER-RS

A expansão das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural tem como principal objetivo implantar, durante o período governamental 1995-98, unidades da EMATER-RS em todos os municípios do Estado com atividade agrícola relevante. Para isso foi estabelecida a meta de aumentar o número de Escritórios Municipais de 280 para 451. Como finalidade complementar, o Projeto visa viabilizar a execução dos principais Programas de Governo para o meio rural em todos os municípios, entre eles o PRÓ-RURAL 2000, o PRÓ-GUAÍBA, o PROLUZ II, o Programa Profissionalização de Agricultores, o PRONAF e outros. Em 1998, a EMATER-RS instalou Escritórios Municipais em 45 municípios. Para dar suporte a essa expansão, contratou 28 novos técnicos.

- Microbacias Hidrográficas

O Programa objetiva promover o planejamento e a ocupação racional do espaço rural, dentro de um novo padrão de desenvolvimento integrado (Microbacias Hidrográficas), que viabilize o aumento sustentado da produção e produtividade agrossilvopastoril, a elevação dos níveis de renda e a obtenção da melhoria das condições de vida da população rural.

Em 1998, o projeto manteve sua atuação em 469 microbacias de 237 municípios, atingindo uma área de 367.740 hectares pertencentes a 20.537 famílias organizadas e assistidas pela EMATER-RS e que estão recuperando as microbacias hidrográficas em que vivem e produzem.

Com recursos do PRÓ-GUAÍBA, 3.227 produtores rurais receberam financiamento no valor de R\$ 12,08 milhões para implementação de práticas de conservação de solos, reflorestamento ambiental e controle de agrotóxicos em 144 microbacias de 118 municípios. Já o PRÓ-RURAL 2000, atuando em outros 50 municípios, financiou R\$ 1,1 milhão a 2.266 produtores rurais de 50 microbacias hidrográficas.

PROGRAMA: Recursos Hídricos

Esse Programa compreende um conjunto de ações desenvolvidas no sentido de conhecimento e utilização do potencial hídrico.

- Irrigação e Ajudagem na Pequena Propriedade

O Projeto consiste em estimular a captação de água em pequenos açudes, com a finalidade de irrigar, reduzindo a instabilidade da produção agrícola decorrente da irregularidade das precipitações pluviométricas no Rio Grande do Sul, com acentuados déficits hídricos durante o verão. O Projeto tem dois componentes: a) a construção de pequenos açudes; e b) o financiamento da aquisição de equipamentos de irrigação, que pode ser feito para açudes construídos anteriormente ao presente Projeto. A operacionalização do Projeto está a cargo da SAA/Departamento de Comandos Mecanizados-DCM responsável pela construção dos açudes, e da EMATER-RS, responsável pela elaboração dos projetos de irrigação e pela assistência técnica aos produtores.

Em 1998, foram construídos mais 158 pequenos açudes beneficiando 158 produtores distribuídos por 18 municípios gaúchos. A execução das obras ficou abaixo da meta devido ao excepcional volume das precipitações pluviométricas ocorridas no último verão, sob a influência de "El Niño", que impossibilitou o trabalho das máquinas. No que se refere ao financiamento de equipamentos de irrigação, foram beneficiados 175 pequenos produtores rurais de 29 municípios, que receberam financiamentos no valor de R\$ 456.070,18, sendo 164 com recursos do FEAPER, no valor de R\$ 379,07 mil, e 11 com recursos do PRONAF, no valor de R\$ 77 mil.

PROGRAMA: Produção Animal

Esse Programa compreende um conjunto de ações voltadas ao planejamento e à promoção da pecuária, a fim de se obter a elevação da produção e/ou da produtividade.

- Carne de Qualidade

Usando como incentivo para os frigoríficos a redução do ICMS e, aos produtores, o recebimento de melhores preços, o programa visa promover a melhoria da qualidade da carne bovina produzida no Estado através do abate de

animais mais jovens, aumentar o número de animais abatidos com inspeção sanitária e harmonizar a oferta de carnes nos períodos de safra e entressafra.

Em 1998, chegou-se a 129 frigoríficos/abatedouros homologados pelo programa, assim como 93 distribuidores, totalizando 222 estabelecimentos. Os abates dos estabelecimentos vinculados ao PCQ (Programa Carne de Qualidade), no ano, atingiram 273.428 bovinos do Tipo 1 (23,5%, contra 16,7%, em 1997 e 6,9%, em 1995/96); 287.406 bovinos do Tipo 2 (24,6%, contra 22,3%, em 1997 e 13,9%, em 1995/96) e 605.245 bovinos do Tipo 3 (51,9%, contra 61,0%, em 1997 e 79,2%, em 1995/96). A renúncia fiscal, no ano, atingiu a R\$ 18,5 milhões.

- Defesa Sanitária Animal

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento desenvolve ações de defesa sanitária, tais como combate à febre aftosa, raiva herbívora e doenças parasitárias; fiscalização de produtos de origem animal, além de uma participação efetiva em programas de aumento de produção desse setor.

As principais realizações de 1998 podem ser resumidas como: a) Certificação de zona livre de febre aftosa com vacinação; b) Ausência de focos de peste suína clássica e newcastle; c) Controle do abigeato e abate clandestino; d) Aumento da arrecadação de impostos; e) Maior e melhor fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal; f) Aumento do número de matrizes no rebanho gaúcho; g) Melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais; h) Melhoria da saúde animal e, por consequência, da saúde pública.

Para atingir esses objetivos, foram realizadas 11.000.000 de vacinações e atendidas 415.000 propriedades, efetuadas 2.000 barreiras sanitárias e inspecionados 50.000 veículos, além de terem sido inspecionados 1.200.000 animais.

- Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal

Em 1998, mais 42 estabelecimentos foram registrados no Centro de Inspeção Sanitária de Porto Alegre - CISPOA, totalizando 365 estabelecimentos registrados, em benefício, principalmente, da população consumidora de carnes, leite e derivados oriundos daqueles estabelecimentos, por consumirem produtos inspecionados e com garantia de qualidade. Foi realizada Inspeção Sanitária em 11.893.284 animais abatidos; 328 vistorias a estabelecimentos, sendo 20 deles em estabelecimento sob inspeção municipal; 468 estabelecimentos receberão supervisão periódica; 168 estabelecimentos foram interditados. As taxas de serviço ligadas ao CISPOA foram da ordem de R\$ 946,3 mil.

- Coordenação e Transferência de Tecnologia Zootécnica

Atua em apoio aos produtores de bovinos de corte, bovinos de leite, suínos, ovinos, aves, coelhos, chinchilas, peixes e aquicultura. Foram realizados 27.443 atendimentos a produtores rurais; foram acompanhadas 940 reuniões de CITE's; foi realizado o levantamento e a implantação do Perfil Genético do Rebanho Bovino; foram organizadas 234 exposições feiras.

PROGRAMA: Organização Agrária

Esse programa compreende um conjunto de ações voltadas para o assentamento e reassentamento de produtores rurais sem terra ou com terra insuficiente.

- Colonização da Metade Sul (Minha Terra)

O Programa visa promover o desenvolvimento sustentado da Metade Sul do Estado mediante a criação de 12 pólos de desenvolvimento rural integrado e a migração de 600 famílias da Região Norte para a Região Sul.

Os recursos necessários são da ordem de R\$ 31 milhões e têm como fonte o BNDES e como agente financeiro o BANRISUL, sendo concedidos aos produtores rurais sob a forma de financiamento fundiário com prazo de 20 anos, com 4 de carência, e de financiamento à produção, com prazo de 8 anos, com 2 de carência. A assistência técnica será de responsabilidade da EMATER-RS.

Em 1998, foi implantado o primeiro pólo, assentando 20 famílias cooperadas em 1.185 hectares, no Município de Santana do Livramento. O financiamento fundiário concedido foi de R\$ 948.mil e o financiamento de produção foi de R\$ 457,7 mil.

Até 31 de dezembro, espera-se concluir a operação de aquisição de mais 5.239 hectares de terras, no valor de R\$ 4,1 milhões, para a implantação de outros três pólos, beneficiando mais 106 famílias.

O Estado do Rio Grande do Sul é responsável por 65 assentamentos com uma área total de 34.800 hectares, divididos em 1.820 lotes, sendo que, deste total, 1.716 lotes estão ocupados e 104 sem ocupação. Foram medidos os perímetros em 65 assentamentos, sendo que nas Estações Experimentais, em número de 11, ainda não foi realizada essa medição.

No que diz respeito à Divisão de Terras Públicas em 1998, foram realizadas expedição e certidões de 15 títulos de propriedades, 1.300 informações de busca em processo de usucapião, além de diversos serviços de topografia, que incluíram medição topográfica de áreas públicas, confecção de plantas e croquis.

PROGRAMA: Planejamento Governamental

Esse Programa compreende o conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados, de planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

- Geografia e Cartografia

Foram trabalhadas 111 cartas topográficas, totalizando trabalho em aproximadamente 300 municípios, para fazer parte do Arquivo Gráfico Municipal.

Além disso, foram realizados 3 cálculos de áreas de municípios. Foram também calculadas 23 áreas de alagados por barragens e 01 área de unidade de conservação (em função de nova determinação legal para atender exigência do ICMS Ecológico) e publicado mapa atualizado do Estado. Através de convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, encontra-se em implementação o Cadastro Técnico Rural.

- Infra-Estrutura Rural

Foram realizadas, pela SAA, diversas obras de apoio à infra-estrutura rural, tais como poços tubulares profundos, construção de açudes, terraplanagens, obras de conservação do solo, drenagem e irrigação.

O número de famílias atendidas com o serviço de abastecimento de água potável, através dos poços tubulares profundos realizados pela SAA em 85 municípios, foi de cerca de 4.925, beneficiando aproximadamente 19.700 habitantes das zonas rurais do RS.

A vazão total obtida atinge cerca de 1.066 de litros por hora (1.066 metros cúbicos por hora), sendo suficiente para irrigar, com sistema de aspersão, cerca de 15.000 ha de áreas específicas para oleicultura e/ou fruticultura ou prover cerca de 5.000 pessoas anualmente (segundo as normas da OMS).

2.1.1 - Associação Rio-Grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS

Em 1998, as atividades desenvolvidas pela EMATER-RS atingiram diretamente 562.619 pessoas, sendo 314.287 homens, 219.101 mulheres e 35.231 jovens. Uma parcela não mensurada da população rural, mesmo não participando dos eventos promovidos pela Empresa, foi alcançada através de processos de comunicação como programas de rádio, artigos de jornal, programas de TV em canal aberto e publicações educativas.

PROGRAMA: Promoção e Extensão Rural

- Ampliação da Área de Atuação

O Programa do Governo Estadual, denominado "Nenhum Município sem EMATER", cuja implantação completou-se durante o ano, permite a presença da EMATER-RS em 451 municípios conveniados, através de igual número de unidades operativas.

Essa expansão da assistência técnica e extensão rural, além de agregar novo público aos beneficiários da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, assegura a execução dos programas governamentais em um número maior de municípios. Em 1998 foram contratados 28 técnicos e instalados escritórios em 45 municípios.

- Organização Rural

A organização dos pequenos produtores em associações para o desenvolvimento de projetos econômicos tem se constituído numa forma eficiente de enfrentar o processo de exclusão sócio-econômica e de frear o êxodo rural.

Os programas governamentais de crédito (FEAPER, PRONAF, PRÓ-LUZ) e de alívio à pobreza (Pró-Rural 2000, RS Emprego, Comunidade Solidária, Pró-Renda) incluem orientações claras para o associativismo.

Durante o ano de 1998, foram assistidas 2.744 organizações com 58.573 participantes. Estas, denominam-se, pelas suas peculiaridades, Condomínios e Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica - APSATS, em número de 525, com 10.051 membros.

- Programa de Profissionalização e Capacitação de Agricultores

Durante o período, consolidaram seu funcionamento vários Centros de Treinamento, somando atualmente oito (8) Centros nos Municípios de Capela, Canguçu, Caxias do Sul (Fazenda Souza), Hulha Negra, Montenegro, Nova Petrópolis, Teutônia e Tupanciretã.

Esses Centros agregaram novos cursos, como conservação de solo, operação de moto-serra, manutenção de ordenhadeiras, curtimento de peles, gado leiteiro, processamento artesanal de carnes e agricultura orgânica. Também instalaram novas unidades didáticas com recursos do PRONAF, nas áreas de processamento de frutas e oleícolas, gado leiteiro, conservação do solo, produção artesanal de carnes, artesanato de lã, apicultura, fruticultura e gerenciamento da propriedade. Ao todo foram ministrados 113 cursos profissionalizantes até setembro, tendo participado 1.704 produtores. Até o final do ano estão sendo previstos mais 28 cursos e 426 participantes.

Além desses, foram realizados 1.726 cursos de curta duração nas comunidades rurais, com a participação de 27.098 produtores, visando a capacitação dos agricultores. Esses cursos foram desenvolvidos em ação conjunta com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, com 137 turmas em 70 municípios do Estado e financiados pelo PRONAF, em outros 700 eventos. Estão previstos para o último trimestre do ano mais 432 cursos e 6.924 participantes.

- PRÓ-RURAL 2000

Este órgão, na condição de co-executor desse projeto, participou de diversos eventos como reuniões, seminários e encontros de âmbito municipal e regional, objetivando a divulgação do Programa e de treinamentos de capacitação. Também participou da elaboração e encaminhamento de 1.913 projetos no valor de R\$ 32,8 milhões relativos a 340 municípios.

- Programa Estadual de Eletrificação Rural - PRÓ-LUZ III

A EMATER-RS participa do Programa como co-executora, elaborando os planos de financiamento e, em muitos casos, auxiliando na implantação das redes elétricas nas propriedades.

PRÓ-LUZ III – Realizações em 1998

Especificação	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Total
Nº de Projetos	1.936	1.072	3.008
Nº de Ligações	4.428	2.453	6.881
Nº de Famílias atingidas	5.676	3.144	8.820
Valor Financiado em R\$	7.102.440	3.935.000	11.037.440

Fonte: Associação Rio-Grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-RS

- Pró-Guaíba - Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos - SIMCCA

O Subprograma constitui-se numa ação governamental que visa criar, para áreas da Bacia, condições necessárias à recuperação, à preservação e ao desenvolvimento agrícola sustentável, através do gerenciamento ambiental.

A execução está alicerçada no desenvolvimento de ações envolvendo o planejamento das microbacias hidrográficas selecionadas, o treinamento de pessoal, a formalização de parcerias e a aplicação de recursos do PRÓ-GUAÍBA.

Durante o ano, foram implementadas novas linhas de investimento como agroecologia, máquinas para manejo do solo e melhoria de condições de bem-estar das famílias.

A implementação das ações e a aplicação de recursos do Fundo é caracterizada a seguir em Valores Acumulados.

Realizações com Recursos do PRÓ-GUAÍBA no Subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação Por Agrotóxicos/Simcca
Ações em 1998

Especificação	Realizado (Jan-Set/98)	Previsto (Out-Dez/98)	Total
Treinamentos	19	---	19
Técnicos Treinados	1.097	---	1.097
Microbacias Planejadas	125	19	144
PIPs Elaborados	3.219	---	3.219
Municípios Envolvidos	96	22	118
PA's Elaborados: (Quant.)	2.766	850	3.237
Valor (R\$)	8.901.277	4.377.500	12.088.431
PA's Contratados: (Quant.)	2.387	---	---
Valor (R\$)	7.710.931	---	---

Fonte: EMATER-RS

Obs: Entende-se por PIP os projetos individuais de propriedade e por PA os planos de aplicação de crédito.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Nos 57 municípios do Estado onde o PRONAF financia atividades produtivas e apóia projetos de desenvolvimento de *infra-estrutura e serviços* nas comunidades rurais, a EMATER-RS participou da elaboração dos projetos que investirão recursos da ordem de R\$ 600.000,00.

Quanto a elaboração e assistência técnica aos projetos de crédito de *custeio e investimento*, em todo Estado, os números são altamente expressivos.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Investimento e Custeio - Ano 1998

Especificação	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Total
PRONAF - INVESTIMENTOS			
Número de Projetos Elaborados pela EMATER-RS	1.343	657	2.000
Valor em R\$ 1.000	11.061	5.939	17.000
PRONAF - CUSTEIO			
Número de Projetos Elaborados pela EMATER-RS	17.519	2.481	20.000
Valor em R\$ 1.000	44.169	6.831	51.000

Fonte: EMATER-RS

- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER

O Fundo, administrado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, direciona seus recursos, prioritariamente, para as políticas e programas daquela

pasta. Conta com a assistência técnica da EMATER-RS, que acompanha os beneficiários do Fundo desde a elaboração dos projetos de investimento até sua implantação. No ano de 1998, registramos os seguintes resultados:

FEAPER - Realizações em 1998

Especificação	Individuais		Condomínios ou Grupos		Total de Projetos	
	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Individual	Condomínio
Nº de Financiamentos	341	50	115	15	391	130
Nº de Beneficiários	345	60	895	120	405	1.015
Valor Atualizado (R\$)	710.987	150.000	1.779.109	384.000	860.987	2.163.109

Fonte: EMATER-RS

- Programa Minha Terra

O Programa constitui-se de um projeto de expansão e modernização agropecuária na Metade Sul do Estado, através de um processo migratório de pequenos agricultores selecionados e suas famílias, originários da Região Norte.

É uma iniciativa do Governo Estadual no sentido de promover o desenvolvimento sustentado da Metade Sul do Estado, mediante a criação de pólos de desenvolvimento rural integrado, promovendo a diversificação de alternativas econômicas e o melhor aproveitamento do fator terra e dos recursos humanos.

A meta é constituir 12 pólos, fixando 600 famílias com uma área média de 28 hectares por família numa distância, também média, de 30 quilômetros da sede dos municípios.

Numa parceria entre o Governo do Estado, BNDES, municípios e agricultores, a fonte principal para os investimentos é um financiamento de R\$ 31 milhões.

Os beneficiários são trabalhadores rurais assalariados, parceiros, meeiros, arrendatários, posseiros, proprietários de terra insuficiente, cuidadosamente selecionados, receptivos a inovações e capacitação técnico-gerencial e com, no mínimo, cinco anos de atividade agropecuária.

A EMATER-RS, como um dos braços executores do Governo no Programa, incumbe a seleção dos agricultores, exame da adequação das áreas identificadas, planejamento dos lotes e das atividades agropecuárias e, sobretudo, a assistência técnica na implantação dos doze pólos. A seguir poderemos verificar as realizações de 1998.

Programa Minha Terra -Desempenho em 1998

Especificação	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Total 1998
Pólos Implantados (nº)	1	3	4
Famílias Cooperadas Assentadas (nº)	20	106	126
Áreas Financiadas (nº)	1.185	5.239	6.424
Valor do Financiamento Fundiário (R\$)	948.000,00	4.191.200,00	5.139.200,00
Financiamento de Produção (R\$) Valor	457.708,95	2.268.879,00	2.744.587,95

Fonte: EMATER-RS

- Programa de Microbacias Hidrográficas

As microbacias hidrográficas são as unidades técnicas e estratégicas para o planejamento rural integrado. A organização e capacitação das famílias residentes sistematiza os esforços relacionados à solo, água e matas para a obtenção de melhores resultados econômicos, ambientais e sociais.

Programa de Microbacias Hidrográficas Ações em 1998

Especificação	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez (*)	Total
Municípios Abrangidos	237	-	237
Microbacias Trabalhadas (nº)	469	-	469
Famílias Beneficiadas (nº)	20.537	-	20.537
Área das Microbacias Assistidas (ha)	367.741	-	367.741

Fonte: EMATER-RS

(*) Após outubro não realizam trabalhos de implantação de microbacias.

Obs.: as microbacias assistidas, técnica e financeiramente, sob a égide do componente conservação dos recursos naturais renováveis do Programa PRÓ-RURAL 2000, estão relatadas no próprio Programa.

- Programa Estadual de Desenvolvimento da Citricultura

A implantação de novos pomares abrangeu 89 produtores, tendo sido implantada uma área de 172 ha, com 85.000 mudas, e o valor financiado atingiu o montante de R\$ 194,2 mil.

A diversificação das variedades nos novos pomares veio agregar vantagens, especialmente em termos de rendimento e comercialização. A laranja Valência, praticamente a única no início do Programa, foi reduzida para 31,5%. Também a melhoria no padrão das mudas fez-se presente.

- Programa Piscicultura

A produção de peixe cultivado de água doce apresenta a cada ano maior número de municípios envolvidos com a atividade.

Hoje atinge 223 municípios do Estado trabalhados pela Extensão Rural, tendo o número de produtores, nos últimos cinco anos, passado de 400 para 10.500.

O sistema de produção predominante é baseado no POLICULTIVO de carpas, utilizando carpa húngara, carpa de capim, carpa cabeça-grande e carpa prateada. Por trabalhar com espécies filtradoras e que utilizam alimentos naturais (capim), o policultivo constitui-se em um sistema com baixo custo de produção no sistema semi-intensivo utilizado pela maioria dos produtores.

Esse sistema se caracteriza pela utilização de calagem, uso de adubação dos viveiros e fornecimento de alguma alimentação suplementar. A produtividade gira em torno de 3.000 kg/ha/ano.

Iniciou-se também a difusão da rizipiscicultura, que é o cultivo consorciado de peixe com a lavoura de arroz. É uma alternativa de redução de custos da lavoura de arroz, porque o peixe prepara o solo para o próximo cultivo do arroz, recicla a matéria orgânica e consome as sementes de plantas invasoras contidas no solo (arroz vermelho, capim arroz, entre outros), larvas de insetos, restos culturais e sementes perdidas durante a colheita. Reduz o uso de agrotóxicos e mão-de-obra, com aumento de renda em um sistema de produção sustentável. O cultivo do arroz deve ser no sistema pré-germinado, com tabuleiros sistematizados em nível e criação de peixes no sistema de policultivos de carpas.

Ainda durante o ano de 1998, iniciou-se no Estado a implantação do Programa dos Pólos Regionais de Aqüicultura. Trata-se de um Programa ligado ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e ao Departamento de Pesca e Aqüicultura.

- Programa de Bem-Estar Social

As ações desenvolvidas com as 219.101 famílias beneficiárias nas Áreas de Alimentação e Nutrição Humana, Saúde Humana, Saneamento Básico e Ambiental, entre outras, deram origem à incorporação das seguintes práticas:

Práticas Introduzidas pelo Programa de Bem-Estar Social - Ano 1998

Práticas	Beneficiados
Fabricação Produtos Higiene e Limpeza	22.887 famílias
Educação Ambiental	63.724 pessoas
Produção de Alimentos	68.323 famílias
Armazenamento Adequado e Indústria Caseira	53.043 famílias
Saneamento Ambiental e Básico (água, esgoto e lixo)	61.305 famílias
Prevenção de Doenças em Geral	232.616 famílias
Melhoria da Habitação e Arredores	21.302 famílias
Produção de Plantas Medicinais	10.154 famílias
Artesanato para Lazer e Comercialização	34.309 pessoas

Fonte: EMATER-RS

- Classificação de Produtos de Origem Vegetal

O Serviço de Classificação executado pela EMATER-RS, por delegação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura, conta com 54 Postos de Classificação interiorizados, todos já informatizados.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal Ações em 1998

Especificação	Realizado Jan-Set	Previsto Out-Dez	Total
Nº Certificados Emitidos	195.740	78.555	274.295
Quantidade de Produto Classificado	5.200.000	1.799.000	6.999.000

Fonte: EMATER-RS

2.1.2 - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA/RS

PROGRAMA: Abastecimento

Em continuidade ao Programa Abastecimento, objetivando criar melhores condições para o fornecimento de hortigranjeiros ao mercado gaúcho, a CEASA/RS, em 1998, promoveu o melhoramento e manutenção da estrutura física do mercado, mediante a realização de 15 obras e projetos, destacando-se, entre as obras, a infra-estrutura do pórtico sul, a pintura geral do complexo, o asfaltamento ou recuperação asfáltica de 13.072 m², a recuperação do pavilhão E-1 e a recuperação estrutural de mais 4 pavilhões (esta, em andamento).

A comercialização de hortigranjeiros, atividade-fim da instituição, em 1998, alcançou ao montante de 491.318.995 kg, no valor de R\$ 235,4 milhões. No referente a informações de mercado, a CEASA/RS atendeu a 5.704 consultas à cotação diária, 89 consultas a preços históricos, 759 consultas.

2.1.3 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA

PROGRAMA: Abastecimento

A retirada do Governo Federal da Política de Formação de Estoques Reguladores privou a CESA de seu mais importante cliente, reduzindo sua receita de armazenagem em mais de 60%. Esse fato levou o Governo e a Administração da CESA a buscarem solução para esse problema através de duas linhas de ação: a) redução de custos, através do fechamento e venda de unidades deficitárias sem potencial de recuperação, redução do quadro de servidores e medidas administrativas diversas; b) busca de novos clientes, captando produtos de lavoura e de indústria e continuação dos programas "tarifa-produto", "dação em pagamento" e "descontos tarifários". Além dessas medidas, foram realizados investimentos nas unidades de Porto Alegre, Ibirubá, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul, Santa Bárbara do Sul e São Gabriel, em parceria com a

Maltaria Navegantes (Brahma), objetivando capacitar essas unidades para recebimento da safra de cevada de 1998. O montante de investimentos foi de R\$ 85 mil.

Durante o ano de 1998, a CESA operou com a seguinte estrutura de armazenagem:

- *Armazenagem a Meio Ambiente*: 20 filiais próprias, com capacidade total de 650.400 toneladas (uma unidade, a de Carazinho, foi vendida no período), 8 filiais arrendadas, com capacidade total de 578.300 toneladas (destas, no período, 4 tiveram os contratos desfeitos e 1 está sendo renegociado). No conjunto, essas unidades receberam 900.960 toneladas de produtos, apresentando um estoque médio de 246.935 toneladas, ao longo do ano;
- *Armazenagem a Frio*: 2 filiais próprias, com capacidade total de 66.000 m³. Essas unidades receberam 89.951 m³ de produtos, com um estoque médio anual de 27.360 m;
- *Armazem de Carga Geral*: 1 filial arrendada, com capacidade de 17.000 m³.

Os produtos recebidos para armazenagem em 1998 foram: a) Arroz: 55.890 t; b) Cevada: 149.820 t; c) Milho: 85.880 t; d) Soja: 214.849 t; e) Trigo: 263.309 t; f) Outros: 17.662 t. No total, atingiu-se 787.410 toneladas de produtos armazenados.

2.1.4 - Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul - FZB

PROGRAMA: Recursos Naturais Renováveis

Através da determinação funcional, a Fundação Zoobotânica atingiu a realização das ações e metas propostas pela coordenação da casa. Seguiu seu caminho de continuar realizando ações consagradas e de ter o reconhecimento da comunidade Sul-Rio-Grandense, que redescobre a cada momento um número cada vez maior de afinidades com a Instituição na área científica e educacional.

Dentro das ações Governamentais, a Fundação Zoobotânica esteve incluída em dois projetos prioritários do Rio Grande do Sul, o de Jardins do Rio Grande do Sul e do Museu da Vida.

Destacamos as obras implementadas pelo projeto PRÓ-GUAÍBA, nas áreas do Jardim Botânico, 100% concluídas; Parque Zoológico, 80% concluídas; e no Parque Estadual do Delta do Jacuí, 80% concluídas, que proporcionarão um grande impulso e avanço à Instituição.

Como prestadora de serviços, destacamos o transplante de 500 figueiras na área da GM, em Gravataí, sob a coordenação da FZB, e em Guaíba, na área destinada ao empreendimento da FORD. A FZB atuará em parceria com o Governo Estadual na implantação da cortina florestal no perímetro do complexo Industrial.

Por fim, as finalidades da Zoobotânica, em consórcio com a política geral de governo, contemplam uma ação permanente na busca de soluções sérias e duradouras para importantes problemas da natureza, que desafiam as administrações e ameaçam a qualidade do meio ambiente e, por decorrência, a qualidade de vida das pessoas, objeto maior de todo nosso trabalho.

- Parque Zoológico

Dentro do Subprojeto "Proteção da reserva florestal e biológica e restauração da flora nativa original do Parque Zoológico", foram concluídas as obras do Centro de Educação Ambiental, com 448m², visando o atendimento da população de visitantes; Galpão-Garagem, com 104m², visando o abrigo de veículos e implementos; Depósito de Equipamento, com 44m², para a guarda de equipamentos sensíveis; Quarentenário, com 219m², visando o atendimento dos animais recém chegados ao Zoológico, ou residentes, conforme oportuno; além da Casa da Guarda, visando abrigar o plantão dos vigilantes ou da Brigada Militar em serviço no Parque.

Estão em fase de conclusão, Recinto de Acimação de Animais, com 650m², para abrigar os animais a serem reintroduzidos na área do Horto Florestal, bem como criadeiras e chocadeiras.

- Museu de Ciências Naturais - MCN

Projeto Museu da Vida

O Museu da Vida integra os projetos prioritários do Governo do Estado e prevê sua localização em um complexo Biocultural, no Jardim Botânico de Porto Alegre. O referido complexo oferecerá aos estudantes, pesquisadores, turistas, trabalhadores e público em geral, centro cultural e de pesquisa, auditórios, biblioteca e o Museu da Vida propriamente dito, com uma exposição de longa duração que prevê a inserção do homem no ambiente natural.

- Projeto COPESUL

Esse Projeto realizou atividades de monitoramento, manejo e estudo da biota do Parque COPESUL, com 20 saídas a campo. Está em elaboração o relatório técnico referente às atividades de monitoramento, manejo e estudo da biota COPESUL de proteção Ambiental. Estão em implementação as atividades do programa de monitoramento biológico do ar e estudo da diversidade específica dos ecossistemas aquáticos, no Arroio Bom Jardim e Rio Caí (até 35 km da foz).

- Estudo da Biodiversidade

A FZB presta apoio aos trabalhos dos pesquisadores do museu no desenvolvimento de projetos relativos à biodiversidade do RS e do País e a comunidade científica, através do laboratório de microscopia eletrônica de varredura; foram também atendidas equipes dos Institutos de Biociências, Física, Faculdades de Odontologia e Farmácia da UFRGS, Instituto de Biociências da PUCRS, pesquisadores visitantes do Instituto Butantã de São Paulo e dos

Institutos de Biociências da USP e Universidade Federal do Paraná, realizando trabalhos em co-autoria com pesquisadores do MCN, totalizando 332 horas. Estão em realização 164 projetos de pesquisa, tendo sido concluídos 7.

- Incremento das Coleções Científicas do MCN

Incremento de 9.823 novos registros, representados por coleções científicas: zoológicas de invertebrados e vertebrados; botânicas de vegetais inferiores e superiores; bem como coleções paleontológicas.

- Atendimento ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e Polícia Federal

Esse órgão ainda participou em atividades referentes à perícia, vistorias e laudos, em apoio aos serviços do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

- Parque Estadual do Delta do Jacuí

Subprograma do Sistema de Parques e Reservas Naturais do Pró-Guaíba, implementou várias ações no sentido da conservação e manejo do Delta do Jacuí. Em 1998, Na Ilha da Pintada, Bairro Mauá, foram concluídas as obras do núcleo administrativo do Parque, laboratório de pesquisas, casa do administrador, alojamento para pesquisadores e guardas, garagem para veículos e lanchas, baia para 6 cavalos, ancoradouro.

No Balneário Paquetá, em Canoas, estão em andamento as obras dos projetos de edificação de restaurante, *camping* e edificação de uma torre mirante, que se constituirão no primeiro núcleo de lazer do Parque. Também estão em implementação as tratativas legais junto à Prefeitura da cidade de Canoas para a viabilização das obras. Neste sentido, em 1998, foi assinado o Termo de Cessão de Uso do Município para o Estado.

Quanto à Ilha da Pólvora, no último trimestre de 1998, foi assinado contrato e iniciadas a execução das obras de restauração, reciclagem e revitalização dos prédios, que compreendem: Casa da Chácara, unidade de apoio, casa da guarda, paiol de pólvora, urbanismo e estação de tratamento de água, entre outras.

- Jardim Botânico

Dentro do Projeto Jardins do Rio Grande do Sul, foram preparadas as mudas para a complementação dos jardins implantados em 1997 (85 jardins, com mais de 14 mudas para cada um) e a implantação de 180 novos jardins, o que deverá ocorrer no segundo semestre. O Tesouro do Estado liberou R\$ 20 mil em apoio ao projeto, que foram aplicados em investimentos: nos viveiros do Jardim Botânico, R\$ 12,2 mil e na aquisição de material de consumo, R\$ 7,7 mil.

Obras concluídas dentro do subprojeto "Complementação do Jardim Botânico como Unidade de Conservação" foram a construção de caramanchão, estufa de propagação, estufa de pesquisa, prédio de apoio, células de serviço, banco de sementes, orquidário, sementeiras e restauro da estufa existente.

2.1.5 - Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA

PROGRAMA : Comércio

Nesse Programa foram desenvolvidas pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA, ações visando o planejamento, a promoção e a expansão da comercialização de produtos agrícolas.

- Programa Troca-Troca do Arroz

Face à boa receptividade do Programa Troca-Troca de Arroz, o mesmo está sendo repetido, de forma ampliada, na safra 1998/99. Alcançando um maior número de municípios e beneficiando um maior número de produtores, o Programa também ampliou a relação de insumos disponíveis, incluindo sementes e óleo diesel aos insumos financiados em 1997/98 (herbicidas, uréia e adubos de base), com a finalidade de oportunizar aos produtores o acesso a mecanismos de financiamento oficial, incrementar a área cultivada e, sobretudo, aumentar a qualidade e produtividade de sua produção. O IRGA adquire os insumos básicos em escala, obtendo a melhor combinação de prazo e preço, e os repassa aos produtores através das prefeituras.

Principais Indicadores do Programa Troca-Troca do Arroz - Safra 1998/99

Indicadores	Quantidade
Número de produtores atingidos	650
Número de municípios participantes	28
Área total abrangida em hectares	48.047
Valor dos insumos adquiridos em R\$	11.719.000,00

Fonte: Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA

- Programas Especiais de Extensão

Foram produzidos e comercializados 33.364 sacos de sementes básicas, sendo, destes, 12.071 sacos produzidos pelo IRGA/Estação Experimental do Arroz e os demais por produtores cooperantes. Esse órgão, ainda, realizou acompanhamento dos custos individuais de 100 produtores e reuniões sobre o fenômeno La Niña. Foram prestadas 14.779 visitas de Assistência Técnica.

Quanto à Irrigação e Drenagem, foram efetuados 214 levantamentos altimétricos e 446 projetos de irrigação, foram nivelados 268.389 m de canais e 65.986 m de drenos, sistematizadas 40.000 ha de várzeas, totalizando uma área beneficiada de 86.956 ha.

PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

O Programa Ciência e Tecnologia contempla o conjunto de ações que visam promover e assegurar o desenvolvimento científico e tecnológico.

- Pesquisa em Arroz

Os 134 experimentos programados para a safra 1997/98 foram todos instalados e os resultados coletados e analisados nesse período, gerando informações para transferência de tecnologia através da rede de assistência técnica aos produtores.

Em 1998, os investimentos foram destinados ao melhoramento de sua infra-estrutura de pesquisa, destacando-se: equipamentos para o laboratório de biotecnologia e fitopatologia; equipamentos para o laboratório de solos e águas; ampliação do viveiro de mudas; estufa para secagem de solo e tecido; aquisição de semeadeira de parcelas; aquisição de semeadeira para caixa de mudas; ampliação da área física do laboratório de biotecnologia.

Foi contratada consultoria internacional para avaliação do Programa de Pesquisa, com a participação dos doutores Peter J. Jennings, E. L. Pulver e James Gibbons, de 15 de junho a 3 de julho de 1998, os quais apresentaram sugestões de melhorias e mudanças de diversos procedimentos e metodologia de pesquisa.

- Eventos

No decorrer de 1998, o IRGA fez-se presente em 15 eventos técnico-científicos, entre os quais destacam-se: Seminário de Biotecnologia e Produtos Transgênicos, realizado em Porto Alegre; III Simpósio de Arroz Irrigado, em Rio Brilhante, MS; I Jornada de Producción de Arroz en Alta Tecnologia, no Paraguai; 1º Seminário de Arroz Pré-Germinado no MERCOSUL, em Torres, RS; International Symposium on Rice Germoplasm Evaluation and Enhancement, em Arkansas, USA; I Seminário Latino-Americano Sobre Arroz Vermelho, em Porto Alegre.

PROGRAMA: Ensino Supletivo

Esse programa visa proporcionar aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos técnicos.

- Cursos

No exercício, foram realizados os seguintes cursos, visando a transferência de tecnologia: sistematização de Solo para Cultivo de Arroz Irrigado; manejo do Sistema de Cultivo do Arroz Pré-Germinado (2 cursos); transplante de Mudas.

2.2 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

As ações desenvolvidas em ciência e tecnologia visam propiciar o aumento da capacidade de desenvolvimento sócio-econômico das diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul através de projetos de cunho

tecnológico, que busquem modernização e melhoria da competitividade dos diversos agentes econômicos voltados à produção de bens e serviços, prioritariamente agropecuários e industriais, bem como à criação de novos agentes. Os programas buscam estabelecer um modelo institucional capaz de valorizar a autonomia dos agentes regionais no sentido de buscarem suas próprias trajetórias de desenvolvimento, a partir da interação entre universidades, Poder Público Municipal, Governo Estadual e setor produtivo.

- Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica

Durante o ano de 1998, as ações em ciência e tecnologia objetivaram *consolidar projetos definidos como prioritários pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento*. Os principais projetos apoiados pela Secretaria da Ciência e Tecnologia foram:

Núcleo de Automação de Pequenas e Médias Empresas

O objetivo central do projeto é a implantação de um núcleo para desenvolvimento de sistemas de automação pneumática, eletro-pneumático e/ou servopneumático para automação de tarefas perigosas, insalubres e repetitivas e treinamento de recursos humanos.

Esse projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste Colonial, tendo como instituição gestora a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

Complementação do Laboratório de Análises Químicas da UNIJUÍ

Objetivo central: modernizar a etapa de dissolução das amostras, visando aumentar a exatidão dos resultados e dar consistência aos métodos de dissolução, necessários ao atendimento das empresas do setor metal-mecânico da região.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste Colonial, tendo como instituição gestora a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

Atualização e Formação de Produtores Rurais

Objetivo central: apoiar a recuperação das instalações do Instituto Regional de Desenvolvimento Rural, destinados às atividades de formação e atualização de produtores rurais e técnicos.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste Colonial, tendo como instituição gestora a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

Extração de Óleos Essenciais de Frutas Cítricas

Objetivo central: desenvolver um processo integrado de obtenção de óleos essenciais contidos em cascas de frutas cítricas - incluindo a produção de enzimas hidrolíticas por fungos filamentosos e a sua aplicação na etapa de

extração desses óleos - com o fim de aumentar o rendimento da extração e agregar valor a esses materiais de produção.

O projeto faz parte do Pólo de Modernização Industrial da Região da Serra, tendo como instituição gestora a Universidade de Caxias do Sul.

Produção de Hortaliças em Estufas Plásticas

Objetivo central: difundir o uso de estufas plásticas e tecnologia de produção de olerícolas nos municípios do COREDE Sul.

O projeto faz parte do Pólo Tecnológico de Alimentos da Região Sul, tendo como instituição gestora a Universidade Federal de Pelotas.

Ampliação do Laboratório de Tecnologia de Cereais

Objetivo central: geração de tecnologias para processamento de cereais compatíveis com as matérias-primas regionais.

O projeto faz parte do Pólo Tecnológico de Alimentos da Região Sul, tendo como instituição gestora a Universidade Federal de Pelotas.

Implantação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UNISINOS

Objetivo central: apoiar a formação e consolidação de empresas de base tecnológica e promover o desenvolvimento da região, aumentando a renda e criando novas oportunidades de trabalho.

O projeto faz parte do Programa de Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, tendo como instituição gestora a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Implantação do Instituto Tecnológico de Reprodução Vegetal-INTEC - Fase I

Objetivo central: apoio à reforma, ampliação da sede e aquisição de material permanente para o Instituto Tecnológico de Reprodução Vegetal.

O projeto faz parte do Pólo de Modernização Tecnológica da Campanha, tendo como instituição gestora a Universidade Regional da Campanha.

Incubadora Tecnológica do Campus da CIENTEC

Objetivo central: apoiar a formação e consolidação de empresas de base tecnológica e promover o desenvolvimento da região, aumentando a renda gerada e criando novas oportunidades de emprego.

O projeto faz parte do Programa de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC.

Implementação do Centro Tecnológico Integrado Regional - CETIN

Objetivo central: construção de infra-estrutura física para implantar os laboratórios de soldagem e processos de transformação mecânica.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora o Colégio Evangélico de Panambi.

Controle da Leptospirose usando as técnicas de detecção de antígeno pela imunofluorescência e anticorpos pela microaglutinação

Objetivo central: aquisição de equipamentos para a implantação de um laboratório de controle da leptospirose.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO.

Pesquisa de tecnologia de cultivo de plantas medicinais e aromáticas para a pequena propriedade

Objetivo central: pesquisar tecnologia de cultivo de plantas medicinais e aromáticas, direcionada à realidade da pequena propriedade; incentivar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, através do conhecimento e da tecnologia.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO.

Núcleo de apoio tecnológico em soldagem

Objetivo central: apoio à aquisição de equipamentos para implantação do laboratório de ensino em soldagem, com a finalidade de fortalecer o núcleo para torná-lo centro de referência em soldagem da região, inclusive do País.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS - UNIJUÍ.

Núcleo do Laboratório de Diagnóstico de Doenças Infecto-Contagiosas em Ovinos

Objetivo central: aquisição de equipamentos para a ampliação do Laboratório de diagnóstico de doenças de ovinos.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Universidade de Passo Fundo - UPF.

- Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado

As principais ações realizadas objetivaram consolidar os centros de excelência em biotecnologia e química, conforme as metas estabelecidas no programa. Na área de informática, as ações objetivaram aumentar a velocidade da Rede Tchê e apoiar os "pontos de presença" no Estado. Além disso, foi apoiada pela SCT a segunda etapa do projeto Centro de Testes e Qualificação em Interferência Eletromagnética do RS. Neste sentido, os principais projetos apoiados foram:

Capacitação do Laboratório de Interferência Eletromagnética em Impulsos Elétricos

Objetivo central: complementação do laboratório de Interferência Eletromagnética em Impulsos Elétricos da CIENTEC, que passará a ofertar serviços de ensaios que qualificarão os equipamentos do Pólo Regional de Informática.

O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como instituição gestora a Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC.

Ampliação do Laboratório de Óleos Essenciais

Objetivo central: desenvolvimento de tecnologias de produção, avaliação e transferência para o setor produtivo-industrial de produtos e processos de interesse ao setor oleoquímico gaúcho.

O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como instituição gestora a Universidade de Caxias do Sul -UCS.

Implantação de um laboratório de Citometria de Fluxo

Objetivo central: desenvolvimento de testes na área de biotecnologia molecular aplicada à saúde humana, utilizando a citometria de fluxo como instrumental a ser aplicado no sentido do aumento da confiabilidade, não apenas no diagnóstico, como também no acompanhamento e tratamento de doenças genéticas e infecto-contagiosas, tais como a AIDS e a tuberculose.

Trata-se de um laboratório de referência no âmbito do MERCOSUL. O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como instituição gestora a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Ampliação de Base Tecnológica da UFRGS para Promover a Extração de Bases Oleoquímicas

Objetivo central: desenvolver tecnologia na área de oleoquímica gaúcha, no tocante a metodologias de extração de óleos e de produção de essências, com aplicação em múltiplos setores de atividade do Estado.

O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como instituição gestora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Implantação de Centro Avançado em Biotecnologia Animal

Objetivo central: desenvolver tecnologias de produção e avaliação de produtos e processos de base biotecnológica para a agropecuária gaúcha, na área do gado leiteiro, promovendo a transferência de tecnologia ao setor produtivo.

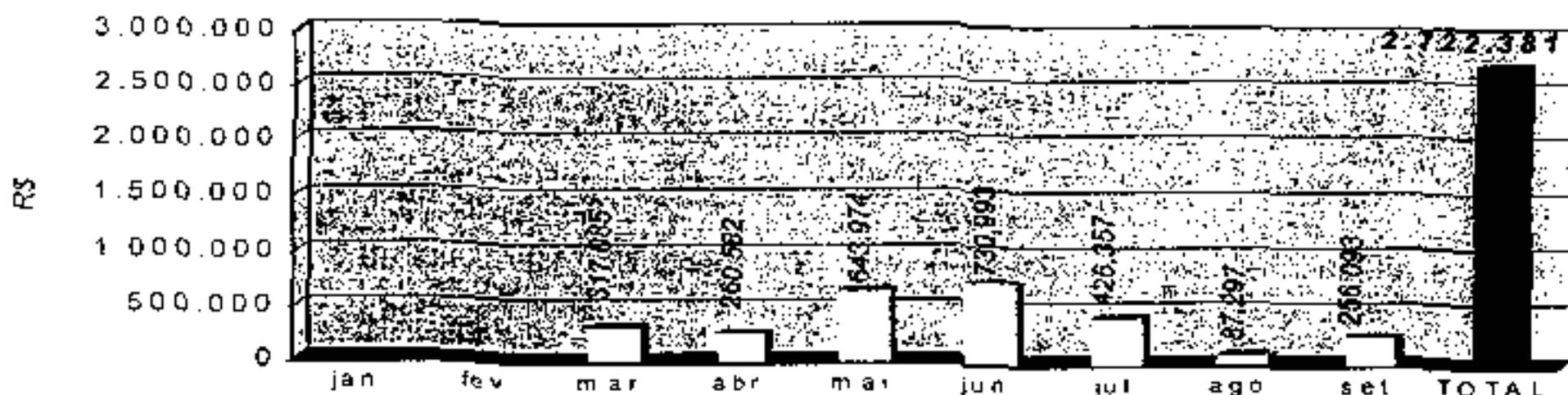
O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como instituição gestora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Aquisição de roteadores para a melhoria de tráfego do Backbone da Rede Tchê

Objetivo central: substituição de um roteador por um equipamento novo, com melhor performance e capacidade de acomodação de protocolos multimídia que, atualmente, estão sendo usados na Rede Tchê.

O projeto faz parte do Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado, tendo como beneficiadas as seguintes instituições gestoras: a Universidade Federal do RS (UFRGS); a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); a Universidade de Lajeado (UNIVATES); e a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

**Total de Investimentos Realizados
Janeiro a Setembro/1998
em milhões de R\$**



Fonte: Secretaria da Ciência e Tecnologia

- Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica

Centro de Pesquisa e Treinamento da Cadeia Agroindustrial de Alimentos

Objetivo central: propiciar o desenvolvimento de agroindústrias de pequeno porte em frutas e hortaliças, junto aos pequenos produtores.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Norte, tendo como instituição gestora a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI - Campus de Erechim.

Desenvolvimento de Tecnologia para Produção de Mudas Frutíferas de Alta Qualidade

Objetivo central: dar prosseguimento ao projeto de desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de porta-enxertos de frutíferas, contribuindo para o desenvolvimento da fruticultura na região.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Norte, tendo como instituição gestora a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI - Campus de Erechim.

Rede de Cooperação - Indústrias de Matrizes

Objetivo central: qualificar indústrias de matrizes da região, capacitando-as a cooperar no contexto de empresas virtuais, visando explorar novas oportunidades de negócio, tornando-as competitivas no mercado internacional.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região da Serra, tendo como instituição gestora a Universidade de Caxias do Sul - UCS.

Desenvolvimento Experimental em Plasticultura e Implantação de Laboratório de Fitopatologia

Objetivo central: difundir e dar suporte técnico-científico à produção de hortícolas em plasticultura, aos agricultores dos municípios de Santiago, Itacurubi, Bossoroca, São Francisco, Jaguarí, Nova Esperança do Sul, São Vicente, Mata e Unistalda.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Centro, tendo como instituição gestora a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Santiago, URI.

Desenvolvimento de Anticorpos Monoclonais Específicos Contra a Proteína gE do Herpesvírus Bovino Tipo 1 (BHV-1)

Objetivo central: desenvolver anticorpos monoclonais, para que ocorra o efetivo controle das infecções por BHV 1 no RS e no País.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, FEPAGRO.

Controle e Erradicação da Tuberculose Bovina no Brasil

Objetivo central: desenvolver técnicas de Biologia Molecular para a aplicação no estudo da epidemiologia, controle e erradicação da tuberculose bovina no Brasil

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, FEPAGRO.

Controle Estratégico do Carrapato Bovino

Objetivo central: implantar e difundir uma alternativa de controle de carrapato bovino, através de tratamento estratégico com avermectinas injetáveis e verificar o efeito dessa estratégia sobre a estabilidade enzoótica na babesiose bovina.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, FEPAGRO.

Desenvolvimento de Equipamento para Processar Aparas de Papel - TURBOPULPER

Objetivo central: desenvolver equipamento e processo, que permitam a utilização do cozimento soda - Oxigênio, no tratamento de aparas de papel velho.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Sul - Industrial, tendo como instituição gestora a Universidade Católica de Pelotas e como unidade executora a Escola Técnica Federal de Pelotas.

Laboratório de Análise de Sementes e Plantas

Objetivo central: implantar um laboratório de patologia de sementes e mudas, visando o acompanhamento sanitário das mudas e sementes produzidas na região, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura regional.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região da Campanha, tendo como instituição gestora a Universidade da Região da Campanha - URCAMP.

Desenvolvimento da Apicultura

Objetivo central: criar um apiário demonstrativo, que sirva de apoio aos técnicos extensionistas e aos produtores rurais, oferecendo, ainda, serviço de diagnose de doenças, fornecimento de equipamentos padronizados, rainhas

fecundadas, extração de mel, pólen, própolis e certificação do produto, através de selo da qualidade.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região da Produção, tendo como instituição gestora a Universidade de Passo Fundo - UPF.

Tecnologia de Processamento e Produção de Peixes de Água Doce

Objetivo central: aumentar o consumo de peixe e seus derivados, produzidos em pequenos e médios açudes, visando uma alternativa de renda para os pequenos produtores.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região da Produção, tendo como instituição gestora a Universidade de Passo Fundo - UPF.

Prospecção de Recursos Pesqueiros Pelágicos e Demersais

Objetivo central: efetuar o levantamento dos recursos vivos, na zona econômica exclusiva, ZEE, do Brasil, na costa do Rio Grande do Sul.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Sul Pesqueiro, tendo como instituição gestora a Fundação Universidade do Rio Grande - FURG.

Viabilidade da Piscicultura como Atividade Alternativa

Objetivo central: introduzir a piscicultura, como atividade alternativa para os pescadores artesanais e outros interessados nas cercanias da Lagoa dos Patos, no Município de Rio Grande e vizinhanças, buscando a viabilidade econômica da pequena propriedade rural.

O projeto faz parte do Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Sul - Pesqueiro, tendo como instituição gestora a Fundação Universidade do Rio Grande - FURG. O apoio financeiro previsto é de R\$ 31,7 mil.

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Novo Hamburgo

Objetivo central: apoiar a formação e consolidação de empresas de base tecnológica e promover o desenvolvimento da região, aumentando a renda e criando novas oportunidades de trabalho.

O projeto faz parte do Programa de Apoio aos Pólos de Modernização Tecnológica, tendo como instituição gestora a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo - FEEVALE.

2.2.1 - Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC

PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

Até o mês de setembro a CIENTEC atendeu 1.129 clientes, entre os quais, 663 eram novos, as categorias foram as mais variadas, incluindo entidades públicas e privadas, micro, pequenas, médias e grandes empresas. No que diz respeito aos serviços prestados e ao valor arrecadado, 82% do montante são do Rio Grande do Sul e 18%, dos Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro, entre outros.

Quanto aos serviços prestados em nosso Estado, 57% das empresas são de Porto Alegre e 43%, do interior do Estado. As maiores demandas dos clientes se dirigiram para controle da qualidade de alimentos, produtos químicos em geral, materiais de obras civis; caracterização de carvões, solos e rochas; determinação de compatibilidade eletromagnética em produtos eletrônicos; *vistorias e consultorias técnicas.*

Ao todo, aproximadamente 126 diferentes serviços, foram prestados pelas 7 áreas de atuação da CIENTEC Alimentos, Construção Civil, Eletro-Eletrônica, Metal-Mecânica, Química, Recursos Minerais e Processos Industriais, sendo que o faturamento total, até setembro, foi de R\$ 1,14 mil, sendo estimado, até o final de 1998, um montante de R\$ 1,52 mil.

- Combustão de Resíduos de Couro em Leito Fluidizado

Os resultados alcançados até agora confirmam a adequação da tecnologia CIENTEC como solução definitiva para resolver o problema da queima do couro, preservando o meio ambiente. Os resultados técnicos foram apresentados no Seminário Internacional de Qualidade Ambiental realizado em Porto Alegre. O estudo comparativo será realizado com o Centro de Investigações Meio Ambientais e Tecnológicas da Espanha, para a combustão de resíduos de curtumes e de indústrias de calçados.

Economias prováveis apenas no RS: R\$ 2,4 milhões em aterros; R\$ 640 mil em cromo desde que possa ser reutilizado no próprio processo ou em alternativas, tais como produção de refratários para indústria siderúrgica e adição ao concreto para construção de plataformas marítimas a fim de evitar corrosão. Estima-se, ainda, uma redução no consumo de lenha, pelos curtumes, da ordem de 40-50%.

Para a CIENTEC, o retorno provável, pela venda de tecnologia, seria da ordem de R\$ 15 mil por, aproximadamente, 70 caldeiras, totalizando R\$ 1,05 milhão.

Espera-se que a tecnologia possa ser comercializada em outras partes do país e exterior, uma vez que se trata de inovação tecnológica absolutamente pioneira, protetora do meio ambiente e redutora de custos de produção de forma apreciável.

- Projeto Pró-Guaíba

O projeto tem por objetivo melhorar as condições ambientais da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Compete à CIENTEC, dentro desse projeto, a garantia da qualidade das obras dos Sistemas de Esgoto de Cachoeirinha (concluídas) e Gravataí (em andamento), bem como testes de desempenho dos componentes construtivos das mesmas.

- Convênio com a Central de Licitações do RS - CELIC

Pelo convênio, compete à CIENTEC realizar ensaios para verificar a conformidade ou proceder inspeções em produtos adquiridos pela CELIC, tendo em vista assegurar sua qualidade. Está sendo atendida toda área de material de higiene e limpeza, produtos domo-sanitários e equipamentos de proteção individual, entre outros.

- Projeto Qualidade em Serviços Tecnológicos

Visando a garantia da qualidade dos serviços tecnológicos prestados, atendendo às necessidades dos clientes e superando suas expectativas, a CIENTEC está implementando um Sistema da Qualidade com base nos requisitos da norma ISO 9000 e do Guia 25 da ISO. Além disto, visa obter o credenciamento da CIENTEC como Organismo de Certificação de produtos junto ao INMETRO.

Muitas das ações previstas já foram concluídas, iniciando-se o credenciamento de 08 laboratórios junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, para participação na Rede Brasileira de Calibração - RBC, e Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios - RBLE.

Com esse reconhecimento, beneficia-se a CIENTEC, que tem sua capacitação na realização de ensaios e calibrações comprovada e atestada por Órgão Oficial Brasileiro, beneficia-se a sociedade rio-grandense, que passa a contar com infra-estrutura de serviços tecnológicos reconhecida regional, nacional e internacionalmente, capaz de atestar a qualidade de produtos importados ou aqui produzidos.

Até o fim de 1998, a CIENTEC dará continuidade à consolidação do processo de gestão pela qualidade, através do treinamento dos recursos humanos, da otimização e padronização de processos, da adequação dos laboratórios, do programa de auditorias internas e do projeto confiabilidade metrológica.

Além desses projetos, aproximadamente 30 outros estão em andamento, relacionados com o aumento da capacidade de produção dos laboratórios e, ainda, com as seguintes áreas:

- Aproveitamento de cinzas de carvão para o desenvolvimento de vários produtos;
- Secagem de grãos;

- Purificação de reagentes (Produção de Fármacos - Química Fina);
- Construção de um modelo econométrico para o Rio Grande do Sul.

- Pólo Oleoquímico

Promover a ampliação da infra-estrutura existente na CIENTEC, especialmente na área química, com o objetivo de incrementar a extração e transformação de bases oleoquímicas, oportunizando sua utilização como instrumento do Programa Gaúcho de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, pretende-se utilizar fontes de matérias-primas abundantes no estado e transformá-las em produtos de alto valor agregado.

- Parque Tecnológico da Região Metropolitana

O Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre situa-se na CIENTEC, no seu Campus de Cachoeirinha, sendo por esta gerenciado. É constituído por duas incubadoras de base tecnológica, um Condomínio Industrial e uma Área Industrial.

As incubadoras situam-se em dois locais diferentes, uma na Sede da CIENTEC e a outra no Campus de Cachoeirinha, computando, respectivamente, 11 e 23 módulos à disposição dos incubados. A incubadora Sede situar-se-á no prédio que anteriormente abrigava o Departamento de Informação e Documentação, requerendo obras civis de adaptação programadas para novembro de 1998, devendo ocorrer a ocupação dos módulos em março de 1999. Já a Incubadora Campus terá seu projeto arquitetônico concluído no final de outubro, prevendo-se para janeiro de 1999 o início de suas obras civis, com ocupação prevista para o 2º semestre do próximo ano. A Área Industrial ocupará 100.000 m². Seu "Plano Diretor" deverá ser elaborado através de concurso público, de âmbito nacional, e está sendo contratado junto ao IAB/RS.

Por último, realçamos que o objetivo do Parque é "facilitar e agilizar o processo de inovação tecnológica". Para tanto, apoiará o desenvolvimento de novos empreendimentos através de ações em tecnologia industrial básica, em pesquisa e desenvolvimento, em transferência de tecnologias e, também, mediante o fornecimento de infra-estrutura administrativa, gerencial e mercadológica.

Foram investidos R\$ 158 mil nas obras de realocação da biblioteca, e mais R\$ 130 mil estão previstos para o último trimestre de 1998. Há, também, a previsão de investimentos da ordem de R\$ 400 mil, para 1999.

- Centro de Química Fina

No Centro de Química Fina da CIENTEC foram investidos, até a inauguração de parte de suas instalações, em agosto deste ano, aproximadamente, R\$ 1,6 milhão. O Centro é composto por Planta Multipropósito e Laboratórios de Reatores e Cinética aplicada, de Processos de Separação e de Análises Químicas:

A Planta Multipropósito foi Inaugurada em agosto de 1998, funciona como uma escala intermediária ou semi-industrial, para obter e comprovar dados de cada etapa de um processo produtivo, possibilitando a prestação dos seguintes serviços:

- comprovar a viabilidade e confiabilidade de processos químicos;
- obter informações de projeto de equipamentos, instalações instrumentação e leiaute;
- obter informações técnicas para a mudança de escala de processos;
- obter dados para o planejamento do controle de poluição do processo em estudo;
- adquirir tecnologia de processos, testar materiais de construção dos equipamentos e acessórios, treinar pessoal em operação de planta química;
- permitir correção de processos produtivos sem afetar o próprio processo industrial;
- produzir em escala comercial produtos especiais (valor social para a comunidade ou Estado, produto com pequena demanda, etc.).

O Laboratório de Reatores e Cinética Aplicada realiza levantamento de parâmetros cinéticos, avaliação de catalisadores, estudo de parâmetros de processo objetivando o projeto de reatores, etc. O laboratório está em reformas, o que possibilitará o trabalho em condições de alta pressão.

Já o Laboratório de Processo de Separação realiza estudos de alternativas de separação de substâncias contidas em misturas, determina a eficiência real de separação, etc.

Quanto ao Laboratório de Análises Químicas, é composto de vários laboratórios como Análises Orgânicas, Análises Inorgânicas, Cromatografia, Combustíveis, Materiais, Águas, etc., realiza análises químicas diversas, em materiais das mais diferentes composições. Estuda, também, reações em nível laboratorial para apoio aos diversos projetos da CIENTEC. Seus objetivos são:

- Produzir princípios ativos que constem da lista dos medicamentos de interesse público e desenvolver processo para síntese e posterior produção, em parceria com a iniciativa privada ou com a FEPPS. Foram enviados para órgão financiador (FAPERGS) dois projetos para início das pesquisas de desenvolvimento de fármacos;
- Atender o Pólo Oleoquímico do Estado, objetivando atuar em conjunto com diversas Secretarias de Estado, de modo a desenvolver o Pólo, permitindo a diversificação da produção agrícola, com culturas de maior valor agregado; a utilização racional dos recursos já existentes no setor primário; a criação de novos nichos de mercado; a expansão e criação de empresas de química fina;

e a redução da importação de produtos especializados. Dois Projetos já foram iniciados, visando efetivar os objetivos citados;

- Desenvolver o plantio de vetiver, visando adaptá-lo ao solo gaúcho e obter dados para melhor aproveitamento e rendimento de óleos. Visa também desenvolver metodologias para identificação e quantificação de óleos;
- Pesquisar para obter o orizanol a partir de óleo de arroz, de alto valor, utilizado nas indústrias farmacêuticas, cosméticas, alimentícias, etc.;
- Aumentar a qualificação e a competitividade do setor químico da região e do país, além de atuar como pólo irradiador do conhecimento desenvolvido;
- Incentivar o desenvolvimento industrial atrelado ao mercado de produtos, inclusive no que se refere ao Pólo Petroquímico e ao Setor Carboquímico.

Durante o ano de 1998, o Projeto do Centro de Química Fina teve um impulso com a aprovação de projetos visando a conclusão dos laboratórios e aquisição de equipamentos. Ainda não foi totalmente concluído devido a problemas de importação causados pela falta de anuência da autoridade responsável pelos equipamentos em nível estadual. Há grande probabilidade de estar concluído em 1999.

2.2.2 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS

PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

No ano de 1998, a FAPERGS deu continuidade ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contratando projetos dentro dos editais lançados em exercícios anteriores, formando recursos humanos qualificados através da contratação de bolsas nas suas diversas modalidades bem como colocando para a comunidade novos editais em áreas estratégicas para o Estado.

As ações da FAPERGS consubstanciaram-se nas seguintes linhas de atuação:

- Captação de Recursos

A FAPERGS encerrará o exercício com a maior entrada de recursos da sua história. Até setembro de 1998, os recursos foram da ordem de R\$ 15,1 milhões, devendo chegar, no final do ano a R\$ 19,5 milhões. Destes, R\$ 6 milhões foram de recursos extraordinários (adicionais aos pré-estabelecidos), de fontes federais, CAPES e FINEP, e do Estado. Comparando com os dois últimos exercícios, o de 1998 ficará 29% maior que 1997 e 14% maior que 1996. No quadriênio 1995/1998, a FAPERGS recebeu 3 vezes mais recursos que no quadriênio 1991/1994.

- Contratação através de Editais

O ano de 1998 foi caracterizado, também, como o da contratação dos projetos possibilitada por Editais lançados em anos anteriores, principalmente os do último ano. O edital que se intitula Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional do Rio Grande do Sul, representa uma estratégia estabelecida para apoiar ações regionais com potenciais já identificados e, ao mesmo tempo, de grande relevância para o desenvolvimento do Estado. Foram contratados cerca de 300 projetos com recursos totais na ordem de R\$ 2 milhões.

O edital, Reestruturação Estratégica dos Centros de Pesquisa da Administração Estadual, lançado no ano anterior, possibilita contratação de 21 projetos referentes a 10 Centros de Pesquisa do Estado, com o valor total de R\$ 3 milhões. O objetivo desse edital é criar condições para uma modernização desses centros, tanto em nível laboratorial como de qualificação dos seus recursos humanos, contribuindo para que suas atividades-fim passem a ter a competência necessária para dar as respostas aos problemas emergentes da sociedade na área científica e tecnológica.

O edital, Programa de Apoio ao Plano Sul de Pós-Graduação, realizado em parceria com a CAPES, também foi lançado em 1997, tendo sido implantado neste exercício. O objetivo desse programa é capacitar professores com título de *mestrado nas instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul*. Foram contratados 14 cursos de mestrado nas diversas instituições. Também objetiva beneficiar cursos de pós-graduação com algumas deficiências, concedendo apoio à infra-estrutura dos mesmos: foram beneficiados 29 programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. O valor total do programa, compartilhado com a CAPES, foi de R\$ 3,3 milhões.

O edital, Programa de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Estado do RS e a República da Argentina, foi lançado em 1998. Os contratos estão sendo efetuados neste mesmo ano. Tem o objetivo de apoiar o intercâmbio de cientistas e/ou tecnólogos, integrando grupos de pesquisa gaúchos e argentinos que apresentem projetos de pesquisa com mérito e que comprovem ganhos por esse intercâmbio. Foram aprovados 16 projetos dos mais variados grupos de pesquisa do Estado, os quais deverão realizar intercâmbio com grupos das instituições argentinas, sendo os recursos financeiros compartilhados entre a FAPERGS e a Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCyT).

- Eventos Científicos e Tecnológicos

Dentro do objetivo maior, que é tomar o Estado um pólo avançado em ciência e tecnologia - ponto importante na análise locacional de investimentos de ponta - a FAPERGS continuou a incentivar, neste ano, a organização de eventos científicos e tecnológicos no Estado, bem como a possibilitar a participação de pesquisadores de nível em eventos realizados fora do Estado, objetivando tornar a comunidade científica e tecnológica atualizada, tanto na sua interação com *pares no exterior como trazendo pesquisadores qualificados ao Estado*. Foram despendidos cerca de R\$ 700 mil, auxiliando na organização de mais de 100

eventos no Rio Grande do Sul e na participação de mais de 200 pesquisadores em eventos fora do Estado.

- Programa de Transferência de Tecnologia

A FAPERGS mantém como uma de suas principais ações, há mais de 10 anos, esse Programa, o qual é subdividido em 2 subprogramas: Interação Centros de Pesquisas com o Setor Empresarial, o conhecido Interação Universidade/Empresa, e o convênio com o SEBRAE

No primeiro foram contratados, no ano de 1998, através do edital lançado em 1997, cerca de 43 projetos, totalizando um dispêndio total de R\$ 2 milhões por parte da FAPERGS, além de cerca de R\$ 400 mil que foram aportados pelas empresas componentes do programa.

Quanto ao subprograma do convênio com o SEBRAE, cabe a essa instituição o levantamento da pequena empresa e sua respectiva demanda tecnológica. Posteriormente cabe a FAPERGS determinar o pesquisador e o Centro de Pesquisa com competência para transferir a respectiva tecnologia. Foram aprovados 5 projetos com recursos compartilhados entre as duas instituições.

- Lançamento de Novos Editais

A FAPERGS utiliza editais públicos como instrumento para agilizar o desenvolvimento de áreas prioritárias para o Estado, bem como para buscar uma maior socialização das informações entre a comunidade científica e tecnológica do RS. Houve o lançamento de cinco novos editais, cujos projetos correspondentes deverão ser implementados ainda neste ano e em 1999.

O edital Programa de Apoio à Interação da Pesquisa Agropecuária com o Setor Empresarial, no valor de R\$ 1 milhão, possibilitará o financiamento de projetos cooperativos de pesquisa científica e tecnológica na área agropecuária, entre grupos de pesquisa e o setor empresarial, que visem solucionar problemas concretos nas cadeias de produção. Atenderam ao edital cerca de 80 grupos de pesquisa nas mais diversas áreas, cujos projetos serão avaliados para posterior contratação.

O edital Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde, no valor de R\$ 1,2 milhão, possibilitará o estímulo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica nessa área, mais especificamente voltados à ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças crônico-degenerativas, infecto-contagiosas e/ou associadas à atividade física. Atenderam ao edital cerca de 180 grupos de pesquisa, cujos projetos serão avaliados e selecionados para contratação.

O Programa de Apoio ao Melhoramento do Ensino de Ciências no 2º Grau- PRÓ-CIÊNCIAS, teve mais um edital lançado em 1998 no valor de R\$ 1,5 milhão, com recursos conveniados com a CAPES. O Programa, atuante desde 1995, tem por objetivo melhorar o domínio dos conteúdos específicos de professores das áreas de biologia, física, química e matemática no ensino médio da rede pública e/ou privada. O programa visa atender professores que estejam

em efetivo exercício da função e tem por meta aperfeiçoar cerca de 1300 professores. Nos 2 editais passados foram treinados cerca de 3.000 professores.

O Plano Sul de Pós-Graduação, programa também conveniado com a CAPES, teve mais um edital lançado em 1998, no valor de R\$ 2,6 milhões, e tem como objetivo capacitar docentes em nível de mestrado, professores atuantes nas instituições de ensino superior do Estado, melhorar a infra-estrutura de cursos de pós-graduação e informatizar Bibliotecas de centros de referência e dos cursos de pós-graduação.

O Programa de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Estado do RS e a República Argentina, como já foi mencionado anteriormente, é um edital, através da qual se visa apoiar o intercâmbio de cientistas e/ou tecnólogos, objetivando integrar grupos de pesquisa gaúchos e argentinos que apresentem mérito comprovado nesta relação. O edital foi lançado e encontra-se em fase de contratação dos projetos. É objetivo da FAPERGS realizar convênios nesses mesmos moldes com outros países do MERCOSUL.

PROGRAMA: Ensino Superior

Esse programa visa proporcionar a habilitação e o aperfeiçoamento de profissionais e a promoção de pesquisa voltada à ciência.

- Formação de Recursos Humanos, Recursos do Estado

A FAPERGS tem por objetivo qualificar, atrair e fixar recursos humanos qualificados para o Estado. Teve suas metas plenamente atingidas no ano de 1998. Foram concedidas 1200 bolsas de estudos, correspondendo a cerca de R\$ 3,5 milhões, nas mais diversas modalidades, começando pelo incentivo aos jovens a se iniciarem na área da pesquisa científica e tecnológica, através da concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Técnica, passando pela fixação no Estado de pesquisadores qualificados, através da concessão de bolsas emergenciais de mestrado, doutorado, recém-mestre e recém-doutor em áreas de interesse, e culminando com o incentivo à atração de pesquisadores qualificados, através das bolsas de pesquisador visitante e do auxílio recém-doutor.

- Interação com Outras Instituições Para a Formação de Recursos Humanos - Recursos de convênios

Outro programa de importância para o Estado é a indução na formação de doutores no exterior em áreas carentes no Estado, através de convênio com o CNPq. Cabe à FAPERGS, juntamente com o CNPq, escolher as áreas prioritárias em que o Estado encontra-se carente. Neste primeiro ano foram escolhidas as áreas de Automação Industrial e Robótica, Diagnóstico por Imagem e Meio Ambiente e Tecnologias Limpas. Dentro destas, a FAPERGS e o CNPq escolherão 25 candidatos anualmente.

Apesar de existirem relações consubstanciadas com a CAPES e FINEP em programas já determinados anteriormente, encontra-se em andamento a Bolsa Recém-Doutor em empresas industriais, em convênio com o CNPq e FIERGS, que visa atrair recém-doutores para trabalharem em projetos de

pesquisa tecnológica em indústrias localizadas no RS. Essas bolsas de estudo são compartilhadas entre a empresa e o CNPq, cabendo à FAPERGS conceder um auxílio no valor de R\$ 7,5 mil para aquisição dos bens necessários ao início de suas atividades na empresa. Essas ações visam, além da atração, sedimentar doutores que regressam ao Estado e encontram-se sem oportunidades, além de qualificar as empresas. Trabalha-se com a possibilidade de contratar 20 doutores dentro desse programa.

2.2.3 - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO

PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

A FEPAGRO é o braço técnico/científico do Governo do , destinado a gerar e adaptar tecnologias, multiplicar e disseminar insumos básicos, prestar serviços laboratoriais e divulgar/vulgarizar as inovações tecnológicas ao setor primário agropecuário do RS. A Fundação recebeu em 1998, o Prêmio da Qualidade, competindo no Programa da Qualidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Para atender às atividades-fim de Pesquisa, Multiplicação de Insumos, Prestação de Serviços e Difusão de Tecnologia, a instituição conta com 10 Centros de Pesquisa; 5 Estações de Pesquisa e Produção; 9 Equipes Técnicas; 22 laboratórios; e 5 Tipos de Publicações oficiais. Dispõe ainda, a divulgação através de palestras, reuniões técnicas, cursos teórico/práticos, simpósios, dias de campo, artigos de jornal, entrevistas a jornais, rádios, televisões e outros.

- Pesquisa Agropecuária

As atividades de pesquisa, em 1998, consistiram da realização de 165 projetos envolvendo as culturas de plantas de lavoura e olerícolas. Foram desenvolvidos projetos de pesquisa e coletados dados de observação com as frutíferas, como citros e rosáceas. *Trabalhos científicos sobre fixação biológica de nitrogênio* foram desenvolvidos, bem como foi feita a manutenção de uma coleção de mais de 1.300 estirpes de rizobium.

Mereceram a condução de coleções e atividades de pesquisa e observação no ano de 1998, plantas forrageiras e plantas protetoras de solo, recicladoras de nutrientes.

Também mereceram investigações científicas, espécies florestais, como erva mate, araucária, palmito e outras. As espécies nativas da Mata Atlântica estão sendo estudadas e preservadas através de um Banco Ativo de Germoplasma, que está sendo organizado e desenvolvido na Estação de Pesquisa e Produção de Maquiné.

Foram alvo de pesquisa e observações para gerar tecnologias e informações aos produtores rurais e consumidores as plantas medicinais, aromáticas (óleos essenciais), condimentares e ornamentais (floricultura).

Na área da produção animal as investigações científicas contemplaram a realização de projetos com gado de corte (seis raças), bubalinos, gado leiteiro, ovinos, caprinos, eqüinos, suínos e aves, envolvendo o melhoramento genético, nutrição e alimentação dessas espécies, assim como tecnologias de manejo. No que respeita à sanidade animal, foram concluídos 24 projetos, e 36 encontram-se em andamento, envolvendo as mais diferentes doenças de importância econômica para os rebanhos e criações da zootecnia estadual. Pesquisas de novos métodos de diagnóstico de doenças, assim como obtenção de novas vacinas e imunobiológicos diversos foram realizadas.

A aquicultura e a pesca constituíram focos de atenção para ações de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A pesquisa nessa área fundamenta-se no estudo das espécies nativas de água doce. Pesquisas em aquicultura de águas lagunares também estão sendo desenvolvidas em parceria com a Universidade de Rio Grande, especialmente na criação de camarões.

- Multiplicação de Insumos

A produção vegetal priorizou a de sementes e mudas de plantas de lavoura, frutíferas, olerícolas, florestais (nativas e exóticas), ornamentais, aromáticas, medicinais, forrageiras. Houve também a produção de inoculantes para a fixação simbiótica do nitrogênio atmosférico pelas leguminosas.

Os Projetos de Produção Animal

Dentre vários projetos de produção animal, destacam-se: manutenção e melhoramento do plantel de eqüinos da raça Crioula; da raça Ideal; do núcleo PO e PPC da raça Holandês; do núcleo caprino da raça Saanene; dos núcleos das raças Devon e Aberdeen Angus; da raça Santa Gertrudis, Holandês e cruzamento absorvente do rebanho SRD por Nelore, para incorporar ao núcleo da raça Pampiano/Braford.

Além desses, foram realizadas, formação e manutenção do rebanho de cria, cotejando os melhores cruzamentos de base Devon e Hereford, destinados à produção de terneiros; recria e terminação de novilhos; formação de núcleo da raça Charolês PPC; núcleo de preservação da raça Charolês PO; núcleo de preservação de bubalinos PO da raça Mediterrâneo; formação de rebanho de cria para produção de terneiros(as); manutenção de rebanho de cria e terminação de bovinos de corte; cria e recria de bovinos mestiços.

Cabe ainda, mencionar a produção de matrizes leiteiras PPC da raça Holandês; definição do rebanho ovino da raça Corriedale; formação de rebanho de bovinos de corte; produção de alevinos de espécies nativas e exóticas; e no setor de apicultura houve a produção de mel, cera, colméias e rainhas.

Sanidade Animal

Nessa área foram desenvolvidas as atividades de: produção de vacinas, antígenos e bacterinas para o diagnóstico, prevenção e tratamento das diversas enfermidades que acometem as espécies domésticas.

- Prestação de Serviços

A FEPAGRO, além de dar suporte às áreas de saúde pública (diagnóstico de zoonoses) e segurança alimentar, possui estrutura para oferecer esses serviços em caráter permanente, atendendo inclusive demandas de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A prestação de serviços laboratoriais está concentrada em sua sede Central, em Porto Alegre, e no Centro de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor, em Eldorado do Sul. A instituição conta ainda, com Centros de Pesquisa e Estações de Pesquisa e Produção, através dos quais foram recebidos 46.500 materiais e realizados 151.093 exames; tendo sido fornecidos dados meteorológicos e laudos para 756 demandas, além de laudos técnicos diversos para 1.024 demandas e informações técnicas diversas para 3.457 demandas.

-Convênios/Parcerias

Esse órgão participa de convênios e realiza parcerias com diversas instituições, entre elas o Ministério da agricultura, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Centro de Diagnósticos Patologia Aviária; UNIMEVE - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Veterinários Ltda; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; além de diversas outras entidades públicas e privadas objetivando prestar seus serviços.

- Difusão de Tecnologia

A principal meta da FEPAGRO é gerar novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade do Setor Primário. Para atingir essa meta, a tecnologia gerada pelas pesquisas realizadas na FEPAGRO precisa ser amplamente divulgada além de atingir os órgãos de produção e o produtor rural. A Instituição tem os meios de divulgação oficiais através da revista científica, boletim, circular técnica, *folder* e cartaz.

O público alvo é toda a comunidade científica de instituições de pesquisa, tanto nacionais quanto internacionais; técnicos que atuam em pesquisa, ensino e extensão rural; entidades de classe; cooperativas; produtores rurais; e estudantes na área da agropecuária.

Dos resultados dessa ampla divulgação de tecnologia, advêm o intercâmbio de conhecimentos e atualização da difusão de técnicos pesquisadores da FEPAGRO; embasamento para geração de novas tecnologias; auxílio ao ensino de novos profissionais na área; transferência de tecnologia para os técnicos que atuam em extensão rural; segurança, racionalização, incrementação e dinamismo da produção rural; e intercâmbio de publicações, gerando ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca da FEPAGRO.

- Divulgação Técnica

Foram editados os volumes 3 e 4 da Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha, totalizando 45 artigos científicos publicados. Quanto aos Boletins da FEPAGRO, foram elaborados quatro, intitulados: "Teste de Avaliação de Bovinos

de Corte a Campo"; "Caracterização Preliminar do Perfil da Piscicultura Desenvolvida no Rio Grande do Sul"; "Cultivares de Kiwi com Potencial de Produção na Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul"; e "Feijão - Recomendações Técnicas para cultivo no Rio Grande do Sul".

A FEPAGRO emitiu, ainda, Circular Técnica com "Recomendações Gerais para Coleta e Remessa de Materiais para Diagnóstico de Doenças de Plantas" e "Estação de Pesquisa e Produção de Vacaria: histórico e contribuições à pesquisa agropecuária". Publicou, também, no Jornal da SEPA, a "Definição de Áreas Prioritárias para Investimentos em Pesquisa Agropecuária no Rio Grande do Sul", assim como editou *folders* e cartazes, além do Relatório de Avaliação da Qualidade - FEPAGRO/1998.

- Eventos Diversos

A Instituição realizou 315 palestras diversas, das quais participaram cerca de 9.500 pessoas (produtores, estudantes). Foram ministrados diversos cursos e treinamentos, em um total de 38, atingindo cerca de 825 participantes. Também foram propiciados estágios em diversas áreas para 92 participantes. Os 24 eventos realizados (seminários, simpósios, reuniões técnicas), contaram com 1.800 pessoas. A FEPAGRO realizou, ainda, 6 dias de Campo com a participação de 800 pessoas.

- Ihas de Excelência

O Programa de melhoramento da qualidade da fruta cítrica nos vales dos rios Caí e Taquari, contempla dois Projetos de Pesquisa; o primeiro é sobre a doença "Pinta Preta"; e o segundo trata da praga "Minador dos Citros".

Através de Convênio, a FEPAGRO recebeu o repasse do Governo do Estado - via Secretaria da Ciência e Tecnologia - no valor total de R\$ 61,7 mil para a execução dos dois projetos referidos. Ambos estão em pleno andamento, sem restrições de ordem física e/ou financeira.

- Pólos de Modernização Tecnológica

O Centro de Reconversão Agrícola e Formação Gerencial, junto ao Centro de Pesquisa da Pequena Propriedade de Veranópolis, está sendo implantado em Convênio com a Universidade de Caxias de Sul - UCS, Prefeitura Municipal de Veranópolis e FEPAGRO, com a aprovação do COREDE-SERRA. Os recursos são oriundos do Programa de Pólos de Modernização Tecnológica, da Prefeitura Municipal de Veranópolis, da UCS e da própria FEPAGRO. Houve atraso nas licitações de compra de materiais e equipamentos pela CELIC, porém estima-se sua inauguração até dezembro/98.

Através de Convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, EMATER-RS e Associação de Produtores de Batata-Semente de Silveira Martins, está em andamento um programa de produção de batata-semente básica para atender à demanda de sementes daquela região. Recursos repassados pelo Programa Pólos de Modernização Tecnológica estão viabilizando a infra-estrutura para a auto-suficiência na produção da batata-semente. No Centro de Pesquisa

de Sementes de Júlio de Castilhos foi instalada, em 1998, uma unidade de frigorificação para a conservação da batata-semente na entressafra.

- Financiamentos FAPERGS

A FAPERGS lançou, em julho/97, o Edital 02/97, que contemplava o financiamento de Projetos Institucionais de Pesquisa para as instituições estaduais voltadas à ciência e tecnologia. A FEPAGRO concorreu com 10 projetos, num total de R\$ 1,4 milhão. Todos os seus Projetos foram aprovados tecnicamente, e o valor a ela destinado é de R\$ 800 mil; o que corresponde ao valor máximo que o referido edital previa para cada Instituição. Os recursos passaram a ser liberados pela FAPERGS em agosto/98, através de 05 parcelas mensais. Os projetos contemplados estão em pleno andamento.

- Criação do Centro Escola de Agroindústria Familiar

O Projeto do Centro de Agroindústria pretende dar fomento ao desenvolvimento do Pequeno Produtor Rural, além de criar, implementar e desenvolver o Centro Escola de Agroindústria familiar, visando profissionalizar o pequeno produtor rural na produção de embutidos, laticínios, conservas, passas, massas, picles, glaceados, geléias, vinhos, licores, mel, própolis e outros. A mão-de-obra familiar será o instrumento básico para a agregação de valor aos produtos primários, gerados na propriedade, através de métodos que determinem padrão de qualidade. Busca-se instituir um "Selo de Qualidade aos Produtos Caseiros, Semi-industrializados" a fim de garantir qualidade e desenvolver o turismo ecológico/colonial/artesanal na região da Serra do Nordeste do Estado.

Vários cursos já foram ministrados, atendendo a formação de mão-de-obra familiar para a produção semi-industrializada da pequena propriedade rural. Em 1998, até setembro, foram realizados 27 cursos de treinamento, envolvendo a industrialização de produtos primários em nível familiar. Outros cursos estão programados para os meses de outubro, novembro e dezembro. Os recursos para o Projeto são da ordem de R\$ 288 mil, sendo R\$ 270 mil Estaduais; R\$ 30 mil Federais e os demais Próprios.

- Melhoria da Produtividade Agropecuária

O Projeto de Desenvolvimento de Tecnologias Agropecuárias visa gerar e difundir tecnologias de interesse dos produtores rurais. Estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa envolvendo experimentos e outras ações de pesquisa, além de dias-de-campo, reuniões técnicas de apresentação e discussão de resultados, publicações de artigos científicos e boletins técnicos que veiculam novas tecnologias e recomendações tecnológicas aos produtores e aos consumidores. O projeto tem como meta a elevação da produtividade, rentabilidade e agregação de valor aos produtos primários, além da qualidade, segurança alimentar e preservação ambiental. A partir de julho/98, Recursos Federais do PRONAF foram repassados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, num montante de R\$ 622,4 mil para atender 09 ações de pesquisa e desenvolvimento da agricultura familiar.

- Criação e Implementação do Sistema de Ciência e Tecnologia Agropecuária para o RS e MERCOSUL

O Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária - RS - SEPA-RS, visa criar, estruturar e implementar o Sistema de Ciência e Tecnologia Agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul e do MERCOSUL. O Sistema busca a racionalização de recursos humanos, materiais e financeiros, através de parcerias e complementaridade dentro da idéia maior de um *"Plano de Ação Integrada"*, em nível do Estado, e de ações de parceria e intercâmbio científico com os países do MERCOSUL no âmbito de produtos sensíveis para os distintos países.

Em junho de 1998, foi realizada a distribuição do documento "Definição de áreas prioritárias para investimentos em pesquisa agropecuária no Rio Grande do Sul", o qual será o norteador dos investimentos em pesquisa do setor para o RS.

- Pró-Sanidade Animal e Vegetal - Biotecnologia

O projeto representa o suporte ao fomento da produção animal e à exportação de carne de qualidade elevada aos mercados exigentes da Europa. Na área vegetal, contempla a eliminação de doenças em sementes e mudas via cultura de tecidos.

Objetiva utilizar Biotecnologia para gerar novas cultivares, matrizes, imunobiológicos, soros, vacinas e kits para diagnósticos de doenças animais; "limpar" cultivares existentes, visando a elevação da produtividade e rentabilidade; elevar a fixação simbiótica de nitrogênio; produzir mudas de espécies frutíferas, florestais e olerícolas a partir de técnicas meristemáticas; desenvolver processos e métodos biotecnológicos agroindustriais, buscando a qualidade e agregação de valor aos produtos primários.

PROGRAMA: Administração

O Programa Administração consiste no conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista aos objetivos nacionais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Estruturação e Implementação da FEPAGRO

Essa ação pretende estruturar e modernizar a FEPAGRO mediante a aquisição de máquinas e equipamentos; melhorar a infra-estrutura de recursos humanos de acordo com o compromisso de gestão; adequar o tamanho físico da FEPAGRO mediante cessão de uso de bases físicas e alienação de bens sucateados; construir um prédio para reunir os laboratórios no chamado Laboratório Central e outro para sediar escritórios de pesquisadores e da área administrativa da FEPAGRO, ambos em Eldorado do Sul, atendendo o Plano de Transferência da Sede de Porto Alegre para o município de Eldorado do Sul, na área física onde se localiza hoje o Centro de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor.

2.3 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS

PROGRAMA: Indústria

O Programa Indústria é o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de planejar e promover a expansão do parque industrial do País, seja através da iniciativa privada, seja da participação do governo no capital de indústrias.

- Programa RS: Uma Vocação Plástica

- Participação do Programa nas feiras de Hannover (Alemanha), Argenplás (Argentina) e Latinoplast (Bento Gonçalves). Realização de Seminário para divulgação do Programa em Passo Fundo, com 400 participantes, e de micro seminário em Bom Princípio;
- Realização de rodadas de negócios entre os empresários gaúchos e italianos durante a Latinoplast/98, e assinatura de uma Carta de Intenções entre o Rio Grande do Sul e a Região da Lombardia; assim como realização de visitas a empresas do setor, objetivando identificar as que estão interessadas em realizar parcerias com empresas/entidades italianas;
- Relações com entidades de classes e empresas do setor, de diversos países europeus, durante a Missão Europa realizada em fevereiro/98;
- Prospecção de facilidades na aproximação de empresas estrangeiras com empresas gaúchas do setor;
- Apoio à implantação de 07 novas indústrias transformadoras de plástico, com a geração de mais de 850 novos empregos.

- Incentivos Materiais, Venda de Áreas e Localização Industrial

- Assinatura, com 17 empresas, de Contrato Preliminar de Reserva de Área nos Distritos Industriais do Estado, estando em fase de projeto e/ou implantação. Até o final do ano, outras sete empresas deverão assinar Contrato Preliminar;
- Análise das solicitações e acompanhamento da concessão para seis empresas;
- Assinatura de Termo de Compromisso para a concessão a três Prefeituras Municipais;
- Análise da carta-consulta de 22 empresas para futura implantação nos Distritos Industriais do Estado, que representam investimentos da ordem de R\$ 165 milhões e cerca de 1.600 novos empregos. Estão em análise nove cartas-consultas, com investimentos superiores a R\$ 20 milhões. Serão gerados aproximadamente 250 novos empregos;

- Acompanhamento do projeto e da licitação das obras de pavimentação do sistema viário do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão;
- Tratativas para a regularização ambiental dos Distritos Industriais de Rio Grande e de Montenegro-Triunfo;
- Assessoramento na escolha de área e/ou interface com órgãos estaduais para a viabilização da infra-estrutura necessária a 15 empresas: Ford, Paranaapanema, Pirelli, Stamac, Flasc, Progome, Fasolo, Colombo, Dell, Pólo, Bepo, Hidropacific, Unifast, Siniplast, Grown Cork, Móveis D'Itália;
- Participação na elaboração do projeto urbanístico e acompanhamento dos projetos de implantação do complexo automotivo de Gravataí (General Motors).

- Apoio aos Municípios

- Projeto de Condomínios Industriais: análise dos projetos e documentos, bem como vistoria técnica das obras de 57 condomínios com obras em andamento.
- Assessoria Técnica para 15 municípios, que estão aguardando a aquisição da gleba por parte da Prefeitura, sendo 14 Planos Diretores, uma escolha de área e um assessoramento na implantação de Áreas Industriais. Além disso, assessoria técnica a oito municípios para a implantação de áreas industriais: escolha da gleba, elaboração do plano diretor, normas de uso do solo e individualização de loteamento.
- Distritos Industriais do Estado: descrição de áreas e confirmação de matrículas de lotes vendidos nos Distritos Industriais; locação de lotes; vistoria das obras das empresas que se instalam nos Distritos; e vistoria dos serviços na implantação de infra-estrutura e análise de projetos das empresas que se instalam nos Distritos, inclusive nos complexos automotivos (GM e FORD).
- Elaboração do Plano Diretor do Distrito Industrial de Montenegro-Triunfo; normas de uso do solo; individualização de loteamento; e análise de projetos das empresas que adquirem lotes.
- Assessoria Técnica às Prefeituras na implantação de unidades para triagem de resíduos sólidos, disponibilizando um projeto-padrão de galpão para triagem de resíduos sólidos.
- Projeto de Distritos Comerciais: assessoria e viabilização de recursos orçamentários às Prefeituras para a construção de "minishopping centers", nas cidades "Portais do Rio Grande", objetivando a comercialização e a degustação de produtos regionais.
- Assessoria Técnica aos Municípios e/ou Universidades para análise locacional; elaboração de planos diretores, normas de uso do solo e projeto de loteamento para a implantação de Parques Tecnológicos.

- RS Emprego

O Programa RS Emprego foi criado objetivando desenvolver o treinamento de trabalhadores, adequando seus conhecimentos para a nova realidade, assistindo às iniciativas convencionais ou inovadoras do empreendedorismo; incentivar a formação de associações; levantar potencialidades locais e investimentos; e formar representantes da comunidade que possam divulgar os subprogramas de geração de emprego e renda.

Em março de 1998, a ação de entrega de cheques do financiamento do Programa RS Emprego totalizou R\$ 60 milhões, e, em julho, houve uma entrega de cheque que integralizou R\$ 70 milhões. Nos dois anos do Programa, foram criadas, ainda, as linhas de financiamento CREDIBAIRRO, seja legal. A ação desse Programa também foi operacionalizada através de cursos, seminários.

- Caminhos para o Desenvolvimento

Perfis de Oportunidade de Investimento - POIs: esse projeto destina-se a impulsionar o desenvolvimento municipal através de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira que apresentem aos empreendedores locais as oportunidades existentes. Foram realizados 32 seminários, editados 35 Perfis, editados e entregues 2.095 POIs, em 180 municípios.

- Agentes de Desenvolvimento

No projeto Agentes de Desenvolvimento, destinado a conhecer de perto os problemas e potencialidades dos municípios, a fim de alcançar as soluções mais rapidamente, desenvolveu amplo Programa de Treinamento para os representantes da comunidade interessados na formação específica necessária ao andamento do projeto.

Participaram, no primeiro semestre de 1998, 47 Agentes, sendo que o total de municípios com Agentes de Desenvolvimento treinados (97/98) é de 263. Além disso, foram realizados Seminários Regionais em São Lourenço do Sul, Santa Rosa, Passo Fundo, São Gabriel, Lajeado e Porto Alegre.

- Jovem Empreendedor

Esse projeto destina-se ao levantamento da demanda de capacitação na área de gestão empresarial. Para tanto, foram realizadas Oficinas nas cidades de Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento, Rio Grande, Pelotas, Ijuí e São Leopoldo, perfazendo um total de 1.238 participantes.

- Integração Latino-Americana e Assuntos Internacionais

Dentro da prioridade determinada pelo "PROMOVER-RS", a SEDAI desenvolveu diretrizes setoriais no sentido de promover comercialmente esses setores no cenário internacional. Essas são as atividades e resultados:

- Recebimento de missão de especialistas do setor de autopeças da Japan External Trade Organization - JETRO, e Japan Overseas Development

Corporation - JODC, para encontros de negócios resultantes da missão governamental ao Japão em novembro/97;

- *Recepção de missão da holding japonesa - Sumitomo/Autopeças para estudar a viabilidade de instalação de empresa no complexo automotivo (missão Japão nov/97);*
- *Promoção comercial no cenário internacional dos exportadores de jóias de Guaporé, resultado do Seminário "RS Exportação", realizado na região;*
- *Walmart e Sumers Club, duas grandes cadeias americanas, buscam o pólo de pedras preciosas gaúcho para desenvolver um kit, com produção em larga escala. A SEDA/ reuniu o setor e sugere a implantação de um Consórcio de Exportação, pois nenhuma empresa, isoladamente, poderá arcar com o volume de produção;*
- *Promoção comercial do Estado em Brasília, reunindo Embaixadores e Conselheiros Comerciais da Ásia/Oceania, Austrália e Oriente;*
- *Prêmio Exportação ADVB: a SEDA/ subsidiou a Comissão Julgadora em todas as informações técnicas que deram embasamento à seleção, classificação e premiação. O suporte do Governo do Estado em eventos consagrados no meio empresarial ressalta nossa nova postura e entrosamento com a iniciativa privada;*
- *Organização da missão comercial de jovens empresários à Bolívia e Chile: a participação, cada vez maior, do jovem empresário a prospecções internacionais é resultado do esforço do Estado em formar cultura empreendedora e sem fronteiras;*
- *A Secretaria integra, como órgão fundador, o Comitê ALCARS: que é o resultado da integração com a classe produtiva;*
- *Coordenação na elaboração da Cartilha do Exportador;*
- *Organização da participação do Estado no Salão Internacional da Agricultura: reforço das negociações no Centro de Epizotíaze francês que coordenou o reconhecimento da pureza da carne gaúcha para comercialização no mercado europeu;*
- *Organização e coordenação de seminários internacionais para apresentação do RECONVERSUL;*
- *Apoio na abertura do consulado chileno;*
- *Envio de 25 especialistas à Província de Shiga, Japão, para estágio técnico em diversas áreas;*
- *Divulgação e orientação sobre Cooperação Técnica para todas as instituições do RS;*

- Envio, às instituições do Estado, de 21 oportunidades de cursos no Japão, oferecidos pela Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA;
- Acompanhamento das reuniões com os peritos japoneses, que vieram ao Estado através da JICA, para tratar do escopo final do Projeto Pró-Mar-de-Dentro;
- Apoio institucional à organização do evento "Canadá nos Pampas";
- Organização e acompanhamento de missão governamental da Província-Irmã de Manitoba, quando da realização da EXPOINTER; inauguração do Espaço Manitoba, na SEDA, e assinatura do Adendo ao Acordo de Fraternidade na área de fomento ao investimento;
- Apoio à organização e participação de reuniões institucionais do MERCOSUL: Subgrupo de Trabalho número 3 (Regulamentos Técnicos); Comitê de Cooperação Técnica; e Grupo Mercado Comum;
- Articulação da participação do Estado na Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina;
- Co-organização do IV Encontro dos Municípios do MERCOSUL;
- Participação na rearticulação do Grupo de Integração Temática Aspectos Institucionais no VII Foro dos Governadores do CODESUL/CRECENEA;
- Recepção, com o objetivo de divulgar as potencialidades do Rio Grande do Sul e incrementar as relações bilaterais, até 31/10/98, a 39 autoridades, entre elas, Embaixadores, Conselheiros Comerciais, Cônsules-Gerais, Cônsules Comerciais e Econômicos, de países da Ásia, Oceania e América do Norte;
- Cadastramento, na Bolsa de Negócios do Disque MERCOSUL, 1.940 empresas, foram oferecidas 28.317 oportunidades de negócios e efetuados 18.750 atendimentos às consultas sobre comércio exterior e MERCOSUL;
- Elaboração de boletins bimensais distribuídos para 150 entidades voltadas ao comércio exterior, divulgando oportunidades de cooperação empresarial da Rede BRÉ. A partir de 1998, passou-se a utilizar novas redes, como a *Brazil Trade Net*, do Ministério de Relações Exteriores, e o Banco de Dados da ALADI.
- Elaboração do programa de *Promoção às Exportações*, exercício 99;
- Apoio na abertura do escritório comercial dos EUA;
- Recebimento de missões da Província-Irmã de Shiga, para intercâmbio técnico nas áreas de Educação; Prevenção a Incêndios; Auxílio aos Nipo-Brasileiros; Assistência Social; Agricultura; Paisagismo; Engenharia de Controle e Automação; e Pesquisa Conjunta CITIS/CIENTEC;

- Harmonização das gestões do Parque do Turvo e Parque Moconã, junto ao Ministério das Relações Exteriores;
- Realização de visitas de representações de Portugal, Hungria, Estados Unidos da América, Polônia, Angola, Cabo Verde, Países Baixos e Noruega.

- Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade

O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade/PGQP, tem como objetivo divulgar a filosofia e os principais conceitos da qualidade na busca de promover as iniciativas voltadas ao aprimoramento dos produtos e serviços das empresas gaúchas e, conseqüentemente, e melhorar a qualidade de vida da população do Estado. É um programa integrado por empresas, trabalhadores, universidades, consumidores, ou seja, toda a sociedade. A sua estratégia de ação está embasada numa estrutura matricial capacitada a possibilitar um funcionamento prático e objetivo, com transparência nas decisões e procedimentos, ancorada num trabalho voluntariado.

Na estrutura do PGQP, foi criada e regulamentada a Comissão Estadual da Qualidade e Produtividade, cuja finalidade é proceder a orientação estratégica do PGQP e estabelecer as suas diretrizes de ação. Essa Comissão é integrada por 35 entidades públicas e privadas, presidida pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter.

Buscando cumprir a sua finalidade, têm sido agilizadas a divulgação do Programa e motivação para a Qualidade, destacando-se os 56 comitês regionais, setoriais e das entidades que integram a estrutura do PGQP.

Nesse sentido, em 1998, foram efetivadas:

- Realização da segunda edição do Prêmio Qualidade na Administração Pública;
- A terceira edição do Prêmio Qualidade RS, com 33 organizações vencedoras e 358 organizações diplomadas com mais de 100 pontos;
- A quinta edição do Sistema de Avaliação, com 190 empresas auto-avaliadas e 1900 avaliadores treinados;
- Criação de uma Comissão Técnica para o Selo da Qualidade, com representantes de Secretarias de Estado e de entidades como FIERGS, FEDERASUL, FARSUL, dentre outras;
- Instituição do Selo de Qualidade RS para o setor da Saúde sendo agraciadas, em dezembro de 1998, com esta certificação as seguintes organizações: Clínica Olivé Leite (Pelotas); Companhia Hospitalar Nossa Senhora de Fátima (Caxias do Sul); Hospital Mãe de Deus, Hospital Moinhos de Vento e Hospital São Lucas da PUC (Porto Alegre);
- O PGQP conta com a adesão de 3.914 organizações, envolvendo 780.269 pessoas;

- O PGQP conta, também, com o engajamento da administração pública estadual, através do Programa de Qualidade na Administração Pública - PQAP, que conta com adesões nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contabilizando um grande número de ações ou resultados práticos alcançados, *os quais modificam o comportamento de atendimento dos órgãos públicos, com ganhos efetivos para os contribuintes, através da melhoria dos serviços prestados.*

- Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS

Dentre as ações realizadas, foi dada continuidade à criação do Banco de Dados do Registro Mercantil do Estado do Rio Grande do Sul, chegando a setembro/98 com mais de 100.000 empresas cadastradas, ou seja, 40% das empresas ativas do Estado.

Também foi assinado Convênio com a Universidade Federal – UFRGS, para a automatização da Junta, além de ser realizada a implementação da Ouvidoria e Central de Informações; Disque-Junta, e do quiosque de informações no andar térreo.

A JUCERGS enviou, ainda, Missão de Estudos aos Estados Unidos, no âmbito do Programa de Qualidade na Administração Pública.

- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Rio Grande - ZOPERG

Foram promovidos pela Zona de Processamento de Exportações - ZPE, o seminários na Casa do Rio Grande do Sul em Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevídeu, Feira de Hannover (com subsídio do SEBRAE), além de Porto Alegre e interior do Estado, especialmente junto às entidades associativas de empresários, sindicatos, EXPOINTER, Feira do Empreendedor e MERCOPAR.

À Assembléia Legislativa, foi encaminhado o Projeto de Lei nº 155/98 de 09.06.98, que concede isenção do ICMS para as empresas que se estabeleçam na área da ZPE.

Está em tramitação o Projeto de Lei nº 146/96 do Senado Federal, com aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos e a reformulação das ZPEs prevista no mesmo projeto, proporcionando condições de competitividade com as demais do exterior. Conforme informação da Associação Internacional da Zona de Processamento de Exportação - WEPZA, existem hoje mais de 800 áreas incentivadas.

Foi efetuada a vistoria, pela Receita Federal, para alfandegamento da área da ZPE, havendo manifestação favorável, pendente da aquisição dos veículos, equipamentos de rádio comunicação, computadores e interligação do SISCOMEX, para o que a Receita Federal aceitou um Termo de Responsabilidade, fixando a aquisição desses bens para a ocasião em que se instalar a primeira empresa exportadora.

No que concerne a Investimentos, foram concluídos, em 1998, os serviços complementares de urbanização da área da Receita Federal, com total de 10.000 m². Na área de serviços, foram executadas terraplenagens, recuperando áreas baixas no total 10.000 m². Foi executada a rede secundária de água, em convênio com a CORSAN, no total de 1.800 m lineares.

Das dezessete ZPEs autorizadas a funcionar no Brasil, quatro estão em vias de conclusão (Rio Grande, Teófilo Otoni, Araguaina e Imbituba), sendo a do Estado do Rio Grande do Sul a mais adiantada e, como todas, dependente da reforma legislativa para se tornar competitiva internacionalmente.

- Câmaras Setoriais

As câmaras setoriais, instituídas na gestão 1995/1998, destinam-se à busca da integração e mútua colaboração entre o Governo do Estado e a iniciativa privada, com vistas a traçar políticas e estratégias de ação para o desenvolvimento dos principais setores econômicos do Rio Grande do Sul que compõem a cadeia produtiva. As principais ações das Câmaras Setoriais desenvolvidas são:

Alimentos Industrializados

Foi realizada a harmonização nos procedimentos aduaneiros, inspeção e liberação, bem como o revigoramento integrado da cadeia produtiva e da linha de crédito (Fomento/Estocagem).

Base Florestal

Nessa Câmara Setorial, foram desenvolvidas as ações: Projeto de Recuperação do Déficit Florestal, estimado em 200 mil ha; viabilização de fonte para financiamento; e desregulamentação legal.

Borracha

Na Câmara da Borracha, foram apoiados os projetos em implementação, objetivando internacionalizar e qualificar o setor.

Comércio Varejista

Foram constituídos as Centrais de Compras (ICMS e Tributos Federais); Abertura e Funcionamento do comércio aos domingos; e Feiras Itinerantes.

Construção Civil

Elaborado o licenciamento para projetos de constituição de loteamentos para os seguintes órgãos: FEPAM, DRNR-SAA, METROPLAN: Na Área de Cerâmicas, foi verificada a competição desnivelada com Santa Catarina, e apresentado o Plano Habitacional do SINDUSCON.

Couro e Calçados

Foi proposta a revitalização do Setor através de reformulação da Política Mercadológica, Mercado Externo, Marca e Dimensionamento e a resolução tributária do ICMS, envolvendo a transferência de créditos.

Materiais Recicláveis

Nessa Câmara foi proposta a criação do FUNDOPEM RECICLAR, que é um incentivo à reciclagem de rejeitos sólidos.

Metal-Mecânica, Metalurgia, Maquinaria Agrícola e Material Elétrico

Foram propostas Linhas de Crédito para maquinaria e equipamentos com resolução duradoura.

Moveleira

Nesse setor, foi pleiteado o retorno do IPI ao percentual anterior, pois este subiu de 4% para 10%. Também foi discutida a competitividade com importados em "plástico", via Uruguai/Argentina cujos valores registrados no SISCOMEX (Relatório ALICE/CECEX) denunciam o subfaturamento. Além disso, foram apresentados os projetos integrados com segmento de Base Florestal.

Pedras Preciosas

Nessa Câmara foram discutidos os seguintes temas: Sistema de Avaliação Prévia; discordância do monopólio concedido ao Banco do Brasil; discordância das elevadas taxas cobradas pelo Banco do Brasil - de 1% a 2% sobre a fatura; competitividade - sugeriu-se modificações na Política Tributária do ICMS através da redução da alíquota de 18% para 12% com vistas ao aumento da competitividade do setor. Chegou-se a conclusão que a Cadeia Produtiva (Pedras Preciosas e Rochas Ornamentais) está desestruturada e apresenta deficiências tecnológicas, além de baixa competitividade.

Têxtil

A Câmara Têxtil dispõe de um diagnóstico que apresenta um baixo nível de integração da Cadeia Produtiva. Foram implementadas ações para a criação do FUNDOTÊXTIL, Políticas fiscais e competição internacional.

Serviços

Foi proposta a criação da Central de Atendimento ao Empresário - CAE, com atendimento 24h.

2.4 - SECRETARIA DO TURISMO

PROGRAMA: Turismo

O Programa Turismo envolve um conjunto de ações que visam divulgar os atrativos turísticos, bem como planejar e fortalecer o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul.

- Zoneamento Turístico

Com base nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, através do Decreto nº. 35764, de 28/12/94, foi organizado o Zoneamento Turístico do Estado. Os 22 Conselhos foram distribuídos em 9 Zonas Turísticas, assim constituídas: Metropolitana, Litoral Norte, Serra, Hidrominerais, Missões, Pampa, Central, Vales e Sul, com as quais realizamos a Iª e a IIª etapas de Reuniões Regionais.

- Rotas Turísticas

Através das Rotas Turísticas, o Governo do Estado buscou incrementar o fluxo turístico e melhorar a qualidade dos serviços ofertados nas diferentes zonas do Rio Grande do Sul. Neste sentido, destacam-se as seguintes Rotas:

Rota Romântica

A Rota Romântica foi implantada e sinalizada e é composta por 13 municípios: Canela, Estância Velha, Dois Irmãos, Gramado, Ivoti, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Picada Café, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval, São Francisco de Paula e São Leopoldo.

Rota das Terras

Essa Rota encontra-se implantada, aguardando apenas a sinalização, sendo composta por 19 municípios: Alto Alegre, Campos Borges, Carazinho, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Ibiribá, Ijuí, Júlio de Castilhos, Lagoa dos Três Cantos, Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Panambi, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera, Tupanciretã e Victor Graeff.

Rota da Uva e do Vinho

Também foi implantada, aguardando sinalização, sendo composta por 20 municípios: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Bassano, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Santa Teresa, São Marcos, Serafina Corrêa, Veranópolis e Vila Flores.

Estão em andamento as Rotas: Rota do Calçado, Rota Caminhos do Frio, Rota das Águas e das Pedras, Rota das Missões, Rota Costa Doce, Rota Litoral Norte, Rota do Pampa e Rota dos Vales.

- Calendário de Eventos

É realizada semestralmente a seleção dos principais eventos turísticos do Estado, para divulgação e promoção em nível nacional, instituído através do Decreto nº 36.128, de 16/08/95. No 1º semestre/98, houve 139 municípios envolvidos e 335 eventos selecionados; já no 2º semestre/98, 152 municípios envolvidos e 455 eventos selecionados.

- Centro de Informações Turísticas

Através de assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Turismo e a Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S/A - CONCEPA, foram utilizados 3 postos de pedágio como Centros de Informações Turísticas, nas localidades de Santo Antônio da Patrulha, Eldorado do Sul e Gravataí. Também, através de Convênio com a Empresa de Consórcio UNIVIAS, foram estabelecidos mais 5 postos nas cidades de Guaíba, Lajeado, Estrela e dois na cidade de Caxias do Sul. Estão em funcionamento 8 Postos Fixos: Rodoviária, Aeroporto e nos municípios de Bagé, Chui, Jaguarão, Porto Vera Cruz, Santana do Livramento e Uruguaiana.

Durante a Operação Verão no Litoral são mantidos 7 Postos Móveis na região litorânea.

- Turismo Rural

Esse Projeto, implantado em parceria entre Secretaria de Estado do Turismo, Prefeituras Municipais e iniciativa privada, é caracterizada por ter seu desenvolvimento no ambiente rural, permitindo o contato do usuário com a natureza e com os valores culturais do meio, oferecendo acolhimento familiar e possibilitando o desfrute de serviços personalizados. Conta com 85 propriedades cadastradas, distribuídas em 35 municípios.

O Turismo Rural classifica-se em: Casas de Fazenda, Casas de Colônia, Fazendas- Hospedarias, Hospedarias Coloniais e Programas Especiais.

- Material Promocional e Informativo

Foram confeccionados os seguintes materiais para divulgação do turismo gaúcho: calendário de eventos (semestral); folhetaria em 06 idiomas (promocional e institucional); Guia de Turismo Rural; Guia de Turismo Ecológico; Caminhos Verdes; campanha institucional "Verão Numa Boa"; Guia Turístico em CD-room; Guia de Locais para Eventos do RS; Copa Governo do Estado; audiovisuais em Beta e U-Matic; reimpressão de "Paixão de Muitos Povos"; folhetaria das 09 zonas turísticas; cartazes de turismo rural; produção de banners; Centro de Gastronomia; Folder "Caminhos Verdes"; folder - "Seminário Qualidade para Eventos"; folder - "Turismo Rural, Colonial e Ecológico de Marcelino Ramos e Rio Pardinho", (Santa Cruz do Sul).

Encontra-se em andamento o Guia de Hotéis do RS.

Foram impressos 20 trabalhos, objetivando o auxílio a municípios na divulgação, promoção de eventos e suas potencialidades.

- Seminários, Fóruns e Eventos Promovidos

- II Seminário Estadual de Turismo Náutico em Pelotas, 105 participantes;
- II Seminário Estadual de Turismo Ecológico em Bento Gonçalves e Cotiporã, 250 participantes;
- Fórum de Atualização de Guias de Turismo em Porto Alegre, 150 participantes;
- I Seminário Estadual de Turismo e Pesca em Torres e São José dos Ausentes, 150 participantes;
- Seminário RS Qualidade para Eventos em Porto Alegre, 350 participantes;
- *Seminário Estadual de Qualidade e Produtividade no Turismo em Porto Alegre*, 600 participantes. Na ocasião foi apresentada a proposta de criação do Comitê Setorial de Turismo no Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP;
- *Apoio ao show de Monserrat Cabelet*, realizado em Pelotas;
- Programado também, o Fórum das Águas Termais, em Erechim.

- PRODETUR-Sul

O objetivo desse projeto é dotar as Regiões Turísticas de infraestrutura pública capaz de atrair investimentos privados para exploração econômica dos atrativos existentes, bem como propiciar a integração turística com os países do MERCOSUL e estados vizinhos.

Está em elaboração a carta-consulta para a COFIEX. As entidades envolvidas são: BRDE, Secretarias do Turismo, Coordenação e Planejamento, Obras Públicas, Saneamento e Habitação (CORSAN) e a Consultoria da OEA.

- Portais do Rio Grande

Essa ação objetiva assinalar o ingresso nas fronteiras do Estado através de um programa de construção de Portais, com identidade e unidade em comum. Segundo dados da EMBRATUR o Rio Grande do Sul é a 3ª porta de entrada de turistas estrangeiros no Brasil, sendo Porto Alegre a 5ª cidade mais visitada no país. Foram concluídos postos nas cidades de: Vacaria, Iraí e Marcelino Ramos, e estão em construção os de Aceguá (Bagé), Chui, São Borja, e Jaguarão, Torres, Santana do Livramento e Uruguaiana.

- Operação Verão

Coordenação de ações intersecretariais para levantamento de necessidades e correção de deficiências da Região do Litoral (Norte, Costa Doce e Sul do Estado), voltadas à temporada de veraneio.

A Secretaria de Turismo é a coordenadora do programa e atua através de postos de informações turísticas; material informativo "Verão Numa Boa"; publicidade, junto aos pólos emissores de turistas; e treinamento de recursos humanos. A operação foi realizada no período de 1º/12/97 a 15/03/98.

No verão 97/98 funcionaram 15 Centros de Informações Turísticas no Estado, tendo sido atendidos 182.931 turistas no período de janeiro a março/98.

Nessa ação, foram investidos, no último período, cerca de R\$ 100 milhões em infra-estrutura e serviços, como melhoria em estradas, telefonia, saneamento básico, luz, saúde e segurança.

- Comercialização do Produto Turístico

Trata-se da participação em eventos estaduais, nacionais e internacionais, visando a fixação da imagem do estado do Rio Grande do Sul como pólo turístico nos mercados emissores com potencialidades de geração de fluxo turístico.

A Secretaria do Turismo participa de eventos com estandes institucionais, em seminários e convenções. No primeiro semestre de 1998, a SETUR participou de 18 eventos internacionais, 15 nacionais e 06 estaduais. Através do "Comitê Executivo de Promoção e Captação de Eventos", foram realizadas 09 reuniões, com objetivo de gerar e captar eventos para o Estado do Rio Grande do Sul. Num total, 27 eventos foram captados.

- Turismo da Terceira Idade

A Secretaria do Turismo coordena e gestiona o projeto nacional da EMBRATUR que congrega pessoas a partir de 50 anos para turismo em baixa temporada, mediante Convênio/desconto com empresas do "Trade".

No Rio Grande do Sul, já temos 06 clubes oficializados, e encontram-se em fase de recadastramento, através da Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade, outros 28.

- Programa de Controle de Qualidade do Produto Turístico

Esse programa envolve as atividades de assessoria técnica, cadastramento, controle e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, empreendimentos e equipamentos.

Existem as seguintes empresas classificadas: 1280 agências de viagens, 530 guias de turismo, 85 transportadoras turísticas e 21 empresas organizadoras de eventos.

- Organização da Oferta Turística

A SETUR atua ordenando o produto interno com objetivo de captar fluxo e atrair investimentos para o Rio Grande do Sul, através da manutenção e criação de Parques temáticos, Complexos Hoteleiros e de lazer.

- Centro de Gastronomia do Rio Grande do Sul

Trata-se de um Projeto Prioritário do Governo do Estado com o objetivo de desenvolver a gastronomia; difundir a cultura gastronômica regional, nacional e internacional, bem como eventos gastronômicos; e aprimorar cozinheiros profissionais e amadores.

O Curso Técnico Master em Gastronomia está instalado, provisoriamente, nas dependências da Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitschek", em Bento Gonçalves, e conta com 25 alunos.

PROGRAMA: Administração

O Programa Administração consiste no conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista aos objetivos nacionais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Informatização da Secretaria

Foram concluídos 80% da informatização da Secretaria, restando apenas alguns setores e postos de informações turísticas a serem informatizadas.

PROGRAMA: Ensino Supletivo

Esse Programa visa proporcionar aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos técnicos.

- Treinamento em Recursos Humanos

Foram realizados os seguintes treinamentos: Seminários de Conscientização Turística, Táxi Turismo, Brigada Militar, Vendedor Ambulante da Área de Alimentação e Recepcionista de Eventos, com um total de 1.220 participantes.

- Programa de Qualidade

A Secretaria de Turismo foi considerada pelo Programa de Qualidade na Administração Pública - PQAP, como *benchmarking* na área de capacitação e treinamento de recursos humanos, concorrendo ao Prêmio Gestão de Pessoas e Processos, na categoria básica, nível I.

2.5 - SECRETARIA ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA

PROGRAMA: Regiões Metropolitanas

Esse Programa envolve um conjunto de ações de planejamento e coordenação integrados da execução de programas para atender os serviços básicos de pavimentação, drenagem urbana e regularização fundiária, nas regiões metropolitanas.

- Drenagem Urbana

Esse Projeto visa contribuir para a canalização e desobstrução de córregos existentes a céu aberto, que cruzam vilas de áreas urbanas, as quais, ao transbordarem, alagam ruas, casas e pátios. Tem como meta atender os municípios de Alvorada, com a canalização do Arroio Formosa; Gravataí, com a canalização nas nascentes do Arroio Barnabezinho e nas ruas Major Batista Lessa, Carlos Linck e Dorival C. de Oliveira; Guaíba, com a canalização na Av. Nestor de Moura Jardim, Av. Lupicínio Rodrigues e R. Recife; e Viamão, com a dragagem dos Arroios Feijó e Santa Cecília. As obras iniciaram-se no II semestre de 1998 e estão em andamento.

- Parque do Trabalhador

Em setembro de 1998, através do Decreto 38.824, foi criada a Escola Estadual de Ensino Fundamental, localizada no interior do Parque do Trabalhador, que ocupará as instalações originalmente destinadas à Universidade do Trabalhador.

A Secretaria da Justiça e da Segurança, através da Brigada Militar, já publicou o edital n.º 002/98 CVMI, para contratação de 12 homens (Servidores Militares Estaduais Inativos da Brigada Militar) a fim de exercerem a atividade de Guarda do Parque.

Foi assinada uma autorização de uso em benefício da Sociedade Assistencial Dona Leopoldina, para funcionamento de uma creche. As instalações foram construídas na área do Parque, com recursos arrecadados pela comunidade.

Também foi assinado um Termo de Cessão de Uso, com a Secretaria Municipal de Saúde de São Leopoldo, para a instalação de um Posto de Pronto Atendimento - 12 horas, nas instalações destinadas inicialmente à administração do Parque. Foram concluídos os levantamentos e orçamentos para a recuperação das áreas de restaurante e auditório do Parque.

- Remoção de População das Vilas Dique e Nazaré com vistas à Expansão do Aeroporto Salgado Filho

Em outubro de 1998, a Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação entregou à Secretaria Especial da Região Metropolitana o relatório final do levantamento sócio-econômico da Vila Dique, sendo o próximo passo a determinação da área que será preparada para a sua realocação; tarefa a ser

preparada pelo Grupo de Trabalho composto por representantes do Estado, Município e INFRAERO.

O convênio, assinado pelo Estado e INFRAERO, responsabiliza o Estado do Rio Grande do Sul pela realocação de parte da Vila Dique, que é, na sua totalidade, área de risco.

- Auxílio Financeiro aos Moradores do Conjunto Habitacional Parque dos Maias

No que diz respeito às edificações, em outubro de 1998, foram repassadas para a Cooperativa a primeira parcelas do subsídio concedido pela Lei 11.083, de 15.01.98, referentes à poupança, entrada e primeiras prestações.

Quanto aos lotes desse conjunto habitacional, a METROPLAN, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, na busca de soluções para os moradores, estabeleceu inicialmente que, em terreno a ser indicado por ele, o Estado faria a infra-estrutura correspondente ao número de ocupantes que não se enquadram às regras do Sistema Financeiro de Habitação, tendo sido cadastradas 220 famílias.

Foi concluído Convênio entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul, que trata da desapropriação de área para a realocação dos ocupantes da área denominada Timbaúva. Ficou acertado que a Prefeitura faria o projeto e execução da referida infra-estrutura, e o Estado repassaria os valores correspondentes, no limite de até R\$ 5 mil por lote.

- Ação de Universalização dos Serviços de Água, Luz e Telefone

A METROPLAN exerceu a ação de intermediação da universalização dos serviços de água, luz e telefone na Região Metropolitana - RM. Após levantamento realizado das 37.000 famílias sem água na RM, a CORSAN já atendeu ou tem obras em andamento que atingem aproximadamente 30.000 famílias. Quanto à área de telefonia, já foram instaladas mais de 7.000 unidades da meta inicial de 9.227 telefones públicos, e quanto ao serviço de energia elétrica, as 18.000 famílias contabilizadas foram beneficiadas por investimentos da ordem de R\$ 6 milhões.

3 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Essa Secretaria atua em áreas fundamentais, como obras e saneamento, em todo o Estado. No entanto, no Governo Antônio Britto foram agregadas outras funções, voltadas, principalmente à formulação, coordenação e execução das políticas do setor, ou seja, àquelas direcionadas à habitação, assistência aos municípios, fiscalização de obras e promoção dos programas de recursos hídricos.

PROGRAMA: Habitação

Esse Programa envolve um conjunto de ações no sentido de promover, incentivar, coordenar, apoiar e executar a política habitacional, de maneira a buscar a melhoria das condições habitacionais, principalmente das populações de baixa renda.

Neste sentido, o Governo do Estado procurou desenvolver, ao longo de sua gestão, ações voltadas à amenização dessa situação, visando diminuir, progressivamente, o déficit habitacional. Desta forma, cabe destacar os seguintes programas:

- Programa Habitar Brasil

O desenvolvimento do Programa Habitar Brasil foi intensificado em 1997, em dezembro desse ano foram assinados os contratos, e os projetos foram elaborados nos primeiros meses de 1998. As obras da maioria dos municípios foram iniciadas em junho de 1998, beneficiando, num primeiro momento, 14.410 habitantes, com recursos da ordem de R\$ 11,8 milhões, tendo sido contemplados 82 municípios com a construção de 2.882 unidades.

Em 1998, foram assinados os convênios entre o Estado e os municípios contemplados, com obras marcadas para o mês de novembro. Essa etapa do programa buscou beneficiar, preferentemente, os municípios que englobam a Metade-Sul do Estado. Nela foram contemplados 103 municípios com recursos repassados pela União ao Estado, na ordem de R\$ 11,03 milhões para a construção de 3.351 unidades, beneficiando 16.755 habitantes.

- Programa Habitacional Especial do Governo do Estado

Inicialmente programado para ser desenvolvido no âmbito do Pró-Moradia/Estado RS, com recursos do FGTS/CEF e mediante a participação do BANRISUL, o programa habitacional precisou buscar outra fonte de financiamento, tendo em vista a CEF ter negado o empréstimo.

Esse programa, dividido em duas etapas, com vinte e um projetos já elaborados, vem atendendo 19 municípios, preferentemente da Região Metropolitana de Porto Alegre

Na primeira etapa, os recursos foram os oriundos da COHAB-RS, em liquidação, permitindo o desenvolvimento dos oito primeiros projetos, com as seguintes características:

Localização	Nº Unidades Atingidas	Previsão Financeira	Situação
CACHOEIRINHA (Esperança)	45 casas e 23 lotes	437.065,08	Obras em licitação
CAMPO BOM (Jardim do Sol)	500 casas	4.062.659,10	Obras em licitação
ESTEIO (Neuza G. Brizola)	200 casas	1.814.640,74	Obras em licitação
GRAVATAI (Rincão Madalena)	455 casa e 132 lotes	4.743.573,49	Obras em licitação
NOVA STA.RITA (B. Círio)	323 casas	2.854.220,00	Obras em licitação
PORTAO	145 casas	870.000,00	Obras em licitação
S.LEOPOLDO (Manteiga)	500 casas	4.760.626,18	Obras em licitação
SAPÍRANGA	233 casas	2.309.556,18	Obras em licitação
Totais	2.401 casas e 155 lotes	21.852.340,77	

Fonte: Departamento de Habitação - SOPSH

Para a segunda etapa, foi prevista uma licitação para o último trimestre de 1998, com recursos oriundos do Fundo de Reforma do Estado, visando a implantação de mais 8 projetos, cujos dados especificamos a seguir:

Localização	N.º Unidades Atingidas	Previsão Financeira	SITUAÇÃO
CHARQUEADAS (Laranjeiras)	31 casas e 1 lote	280.740,88	Projeto pronto
CHARQUEADAS (Sto. Antônio)	66 casas e 30 lotes	605.664,44	Projeto pronto
ELDORADO DO SUL (Medianeira)	253 casas	2.911.304,03	Projeto pronto
GLORINHA (Estr. Cooperativa)	100 casas e 14 lotes	984.330,80	Projeto pronto
IVOTI (Loteamento Popular)	33 casas	214.500,00	Projeto pronto
NOVA HARTZ (Campo Vicente)	58 casas	580.000,00	Projeto em elaboração
PEDRO OSÓRIO (Paraiso)	100 casas e 1 lote	842.325,26	Projeto pronto
PINHEIRO MACHADO (Poente)	100 casas	660.117,54	Projeto pronto
Totais	741 casas e 46 lotes	7.278.982,95	—

Fonte: Departamento de Habitação - SOPSH

- PROCRED Associativo

Através do PROCRED Associativo - programa habitacional para grupos, no ano de 1998, ainda com a disponibilização de crédito especial da CEF/FGTS, o Estado do Rio Grande do Sul continuou atuando como agente indutor para a produção de habitações de interesse social, preferentemente, no interior do Estado. Os resultados alcançados foram os seguintes: 4.334 unidades produzidas, beneficiando 21.670 habitantes em 45 municípios.

PROGRAMA: Saneamento

Esse Programa contempla um conjunto de ações que visam ao abastecimento de água de boa qualidade às populações que não dispõem desse benefício, bem como a melhoria das condições sanitárias das comunidades. A abrangência e a eficiência dos serviços de água e esgoto vêm consolidando o Estado como o melhor em termos de qualidade de vida do país.

Em 1998, foi dada continuidade a esse processo através de ações que, basicamente, consolidaram a proposta do Governo em termos de saneamento, destacando-se os programas a seguir:

- Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades

Uma das ações desse programa consiste no atendimento de sistemas simplificados de abastecimento de água, assim como na facilitação da compra de equipamentos no meio rural

Neste sentido, esse programa contou, no ano de 1998, com recursos da ordem de R\$ 2,13 milhões, já empenhados em projetos que beneficiaram 35.305 habitantes, em 223 sistemas simplificados de abastecimento de água, em 180 municípios gaúchos, ficando em andamento 95% das obras.

- Programa de Ação Social em Saneamento - PASS

Esse programa tem seus recursos oriundos do Orçamento Geral da União - OGU. Esses recursos, por sua vez, são repassados aos municípios através de convênio para implantação de obras de saneamento, com prioridade para pequenos sistemas de abastecimento de água na área rural.

No primeiro semestre de 1998, trabalhou-se nos projetos e foi dado início ao repasse de recursos da OGU/97 para 67 municípios que atenderão 288 comunidades, beneficiando 9.000 famílias rurais. Ainda nesse semestre, a Secretaria trabalhou no encaminhamento dos projetos dos municípios que serão contemplados com recursos do OGU/98, totalizando para o Estado R\$ 4,9 milhões a fundo perdido, os quais irão beneficiar 12.000 famílias organizadas em 269 comunidades, em 228 municípios gaúchos.

- Programa de Açudes e Poços - PAP

Através de uma parceria entre o Estado, Prefeituras e Comunidades, foi implementado o Programa de Açudes e Poços - PAP, destinado às comunidades rurais mais afastadas dos centros urbanos que ainda não dispõem de rede de distribuição de água, proporcionando um abastecimento prático, simples e eficiente, com a perfuração de poços tubulares profundos.

O PAP é constituído de duas etapas. Primeiramente, consiste na perfuração e no teste da quantidade e qualidade da água; num segundo momento, o Programa auxilia na montagem do sistema de distribuição, o que inclui bomba, reservatório e rede.

Em 1998, compreendendo os meses de janeiro à setembro, foram perfurados 393 poços, o que corresponde a 46.732,70m, sendo atendidos 143 municípios e 346 localidades, beneficiando 27.700 habitantes, e de outubro a dezembro, cerca de 196 poços, correspondendo a 23.366,35 m, abrangendo 71 municípios e 173 localidades, beneficiando 12.000 habitantes. Os recursos estimados para o Programa foram de R\$ 3,5 milhões.

PROGRAMA: Administração

É o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de buscar a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas

aos objetivos estaduais, ações essas asseguradoras da eficiência do processo decisório.

- Obras realizadas

O Governo do Estado, no interesse de desenvolver principalmente a área social, vem investindo cada vez mais em obras, no interior, consideradas prioritárias, de forma a beneficiar todas as cidades gaúchas.

Neste sentido, em 1998, através dos 28 Escritórios Regionais, foram atendidos 161 municípios, contemplados com 419 obras, com investimentos de cerca de R\$ 38,9 milhões. As obras que foram realizadas pelo Governo, de uma certa maneira, contemplaram, principalmente, a área social, como pode ser visto no quadro abaixo:

Área	Obras
Educação	- Escolas (Reformas, Ampliações, Novas), Escolas-Símbolo, Ginásio de Esportes, Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE.
Justiça e Segurança Pública	- Penitenciárias Moduladas, Presídios, Albergues, Instituto-Geral de Perícias, Instituto Médico Legal.
Assistência Social	- Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente, (Projeto PIA 2000), Casas de Integração do Adolescente Infrator - FEBEM.
Cultura	- Estância Histórica de Aguas Belas. - Restauração de Museus (MARGS, Museu Júlio de Castilhos, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa), Biblioteca Pública, Arquivo Público, Biblioteca Romano Reif, Instituto Estadual do Livro. - Casa de Cultura de Rio Pardo. - Anexo do Teatro São Pedro. - Casa de Cultura Mário Quintana. - Museu da Vida. - Museu Arqueológico de Taquara. - Restauração da Igreja das Dores. - Tetro da OSPA. - TVE. - Palácio Piratini, Casa Rosada, Casa Civil, Gabinete do Vice-Governador, Palácio das Hortênsias.

Saúde	- Hospital Getúlio Vargas - Sapucaia do Sul (Pronto-Socorro da Região Metropolitana). - Hospital Sanatório Partenon. - Postos de Saúde, Ambulatórios. - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa, LACEN. - Institutos de Pesquisas Biológicas.
Agricultura	- Centro de Treinamento de Agricultores CTA.
Turismo	- Portais do Rio Grande.
Administração	- Prédios da Administração Estadual, FEE, CAFF, CEASA, Postos de Fiscalização do ICM.

Fonte: Departamento de Obras - SOPSH

PROGRAMA: Recursos Hídricos

Esse Programa compreende um conjunto de ações desenvolvidas para conhecer e utilizar o potencial hídrico.

- Bacias Hidrográficas

Durante o ano de 1998, foram concluídos os contratos de avaliação quali-quantitativa das Bacias dos Rios Camaquã, Pardo-Pardinho, Taquari-Antas, Cai, bem como o cadastramento dos principais usuários do Rio Uruguai à montante da confluência do Rio Guarita no Rio Grande do Sul.

Cabe, também, destacar os estudos de bacias hidrográficas relacionados com os Rios Vacacaí, Ibicuí e Baixo Jacuí e demarcação de banhados do Rio Santa Maria, cujos recursos foram oriundos do repasse da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no montante de R\$ 772,9 milhões, do convênio com a União, no valor de R\$ 89,3 mil, e da contrapartida do Estado, no valor de R\$ 22,3 mil.

Foram contratados serviços de consultoria, objetivando a caracterização hidrológica e cadastro dos usuário do Baixo Jacuí, abrangendo uma área de 14.711 km², beneficiando 25 municípios, sendo investidos em torno de R\$ 530 mil.

Também foi implantado um Comitê de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas Taquari-Antas, envolvendo 110 municípios, e estão em fase de estruturação cerca de 07 comitês, envolvendo 145 municípios.

- Sistema Estadual de Recursos Hídricos

Em 1998, foram desenvolvidos os Estudos de Apoio ao Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul; a Estruturação do Sistema de Informações Georreferenciado para os Recursos Hídricos do Rio Grande do

Sul; e a Estruturação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Transfronteiriça do Rio Quaraí.

Os recursos utilizados para atender esses estudos foram oriundos do repasse da compensação financeira pela exploração de Recursos Hídricos, efetuados pela ANEEL, no montante de R\$ 167 mil, bem como o montante de R\$ 55,2 mil, oriundos de convênio firmado com a União, tendo como contrapartida do Estado o valor de R\$ 12,7 mil.

Para o desenvolvimento e aprimoramento do Sistema de Informações de Apoio ao Gerenciamento de Recursos Hídricos foram firmados convênios com instituições como a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Fundação Pró-Rio Taquari - PRÓ-TAQUARI e Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul - FEDERARROZ, com recursos da ordem de R\$ 270 mil.

Como forma de sistematizar os dados e metodologias de análise com vistas à implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, encontra-se em operação o Sistema de Informações Territoriais Aplicado ao Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIAGRH, de forma a abranger todos os municípios do Estado.

- Concessões de Barragens

Foi licitado o sistema Rio Vacacaí/Arroio Canas em São Gabriel. O consórcio de empresas vencedoras já está constituído, e, em breve, o contrato será assinado. O processo de licitação da Concessão do Arroio Gusmão, em Dom Pedrito, não encontrou licitante e, em face disso, deverão ocorrer mudanças nesse edital com o Estado desapropriando a área a ser inundada pela barragem.

Também foi elaborado um Projeto de Engenharia visando a construção de uma barragem para irrigação e abastecimento público no arroio Dona Josefa, localizado no município de Vera Cruz, com investimento na ordem de R\$ 63 mil.

- Construção de Barragens para Irrigação na Metade Sul do RS

Foram licitados os projetos de engenharia de barragens, sistemas de canais, distribuição de água às lavouras, planos de exploração agrícola e estudos de avaliação econômica dos sistemas irrigatórios do Rio Butuí, do Rio São Sepé/Arroio Santa Bárbara e Arroios Capané/Capanezinho, além dos Estudos de Impacto ao Meio Ambiente e dos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) das mesmas barragens, cujos recursos são da ordem de R\$ 5,04 milhões, dos quais 80% serão cobertos com recursos de Convênios com a União e 20% de contrapartida do Estado. Serão beneficiados 42 municípios, abrangendo uma área de 40 mil hectares.

- Programa de Recuperação do Rio Santa Maria

O Programa abrange uma área de 15.750 km², beneficiando 06 municípios, entretanto, durante o ano de 1998, foram licitados os projetos de engenharia de barragens, sistemas de canais de distribuição de água às lavouras,

planos de exploração agrícola e estudos de avaliação econômica dos sistemas irrigatórios dos Arroios Jaguari/Salso e Silva/Taquarembó, além dos Estudos de Impacto ao Meio Ambiente e dos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) das mesmas barragens, com recursos na ordem de R\$ 4,5 milhões, dos quais 80% serão cobertos com recursos de convênios com a União e 20% de contrapartida do Estado.

3.1.1 - Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN

PROGRAMA: Saneamento

Esse Programa é caracterizado por ações de abastecimento de água potável e coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, com vistas à melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida dos habitantes urbanos do Rio Grande do Sul.

A CORSAN, em 1998, continuou perseguindo as metas fixadas no Contrato de Gestão, desenvolvendo suas atividades com mais eficiência, chegando a expandir fisicamente seus serviços em 2,48%, com a seguinte discriminação:

- **ÁGUA:** abasteceu mais 45.996 economias;
- **ESGOTO:** coletou mais 1.305 economias;
- **BENEFICIÁRIOS:** foram beneficiados 231.000 novos usuários (está computada aqui também a alteração da densidade demográfica).

Com esse novo incremento de usuários (231.000), a população total beneficiada pelos serviços de saneamento básico (abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos), atingiu o patamar de 5.500.000 habitantes no Estado.

Resultados Setoriais Obtidos pela CORSAN - Ano 1998

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	1997	1998 *	Crescimento relativo ao ano 1997	
				Absoluto	Rel. (%)
Total de Economias	un	1.908.523	1.955.824	47.301	2,48
Economias com Água	un	1.737.677	1.783.673	45.996	2,65
Economias com Esgoto	un	170.846	172.151	1.305	0,76
População beneficiada	hab.	5.262.525	** 5.493.713	231.188	4,4
Volume produzido	m ³	485.138.231	476.000.000	-9.138.231	-1,92
Faturamento	R\$	414.109.005	448.495.826	34.386.821	8,30

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - GPO - CORSAN

Obs.* Dados projetados a partir de outubro

:** Ocorreu alteração na densidade demográfica

A seqüência de ações técnicas desencadeadas nos diversos sistemas produtivos operados pela Empresa resultou em uma redução do nível de perdas

físicas de água (NPA - fís.) de 44%, em 1997, para 42%, em 1998, e, também, no avanço do rendimento comercial de 50% em 1997, para 52% em 1998. Esses resultados positivos contribuíram para diminuir o volume produzido de água tratada em quase 2% em relação a 1997, apesar de terem sido abastecidas mais 46.000 novas economias.

Durante o exercício de 1998, houve uma expansão de R\$ 34 milhões no faturamento da Companhia, atingindo-se um total de R\$ 448 milhões, com crescimento de 8,3% sobre o exercício de 1997.

O Plano de Investimentos, incluindo a participação de recursos próprios e financiados (estes provenientes da CEF através do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano - PRONURB, Programa de Conclusão de Obras - PRÓ-CONCLUSÃO e Programa de Saneamento - PRÓ-SANEAMENTO; FUNDOPIMES e PRÓ-GUAÍBA/BID), buscou atingir no exercício de 1998 a ordem de R\$ 172 milhões, visando a implantação do sistema de esgotamento sanitário e a realização de obras de saneamento básico, buscando elevar o nível de atendimento, conforme detalhamento a seguir:

PRÓ-GUAÍBA
Investimentos em 1998

<i>Realizado (jan-set/98)</i>	<i>Previsto (out-dez/98)</i>	<i>Total</i>
R\$ 28.871.849	R\$ 6.666.698	R\$ 35.538.547

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

Esse projeto beneficiará 280.000 habitantes dos municípios de Cachoeirinha e Gravataí, que fazem parte do COREDE Metropolitano.

FUNDOPIMES III 4ª Operação
Investimentos em 1998

<i>Realizado (jan-set/98)</i>	<i>Previsto (out-dez/98)</i>	<i>Total</i>
R\$ 18.959.713	R\$ 3.600.000	R\$ 22.559.713

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

Os investimentos do FUNDOPIMES III viabilizaram a melhoria nas condições de abastecimento para 90.000 habitantes de Santa Cruz do Sul, que pertence ao COREDE Vale do Rio Pardo, com a construção da Barragem de Acumulação Lago Dourado, assim como melhoria do abastecimento para as cidades de Alvorada e Viamão, que fazem parte do COREDE Metropolitano.

FUNDOPIMES II 3ª Operação
Investimentos em 1998

<i>Realizado (jan-set/98)</i>	<i>Previsto (out-dez/98)</i>	<i>Total</i>
R\$ 563.957	R\$ 0	R\$ 563.957

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

Esse projeto já encerrado permitiu a implementação de pequenas obras visando a melhoria das condições de abastecimento em alguns municípios. Esse programa já está encerrado.

Investimentos com Recursos Próprios - Ano 1998

Realizado (jan-set/98)	Previsto (out-dez/98)	Total
R\$ 25.479.835	R\$11.076.721	R\$ 36.556.556

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

Com recursos próprios foi possível promover a melhoria nas condições de abastecimento de diversas localidades e ampliação geral do sistema de abastecimento nos municípios de Cachoeirinha e Gravataí, pertencentes ao COREDE Metropolitano.

**PRONURB
Investimentos em 1998**

Realizado (jan-set/98)	Previsto (out-dez/98)	Total
R\$ 2.613.866	R\$ 1.187.937	R\$ 3.801.803

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

Os investimentos através do PRONURB viabilizaram a melhoria nas condições de atendimento a 30 mil habitantes, com a ampliação geral do sistema de abastecimento no município de Montenegro, que pertence ao COREDE Vale do Caí.

**PRÓ-CONCLUSÃO
Investimentos em 1998**

Realizado (jan-set/98)	Previsto (out-dez/98)	Total
R\$ 7.493.080	R\$ 2.464.440	R\$ 9.957.520

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

O PRÓ-CONCLUSÃO promoveu a melhoria nas condições de abastecimento nos municípios de Caçapava do Sul, Ijuí, Lajeado e Torres, que pertencem aos COREDES Campanha, Noroeste Colonial, Vale do Taquari e Litoral, respectivamente, bem como ampliação da rede coletora e construção de elevatórias nos municípios de Cachoeira do Sul, Canoas e Tramandaí, pertencentes aos COREDES Central, Vale do Rio dos Sinos e Litoral.

PRÓ-SANEAMENTO

Realizado (jan-set/98)	Previsto (out-dez/98)	Total
R\$ 34.202.089	R\$ 29.077.234	R\$ 63.279.323

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - CORSAN

O projeto PRÓ-SANEAMENTO se destinou a melhoria nas condições de abastecimento para, aproximadamente, 700 mil habitantes, nos municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, Viamão, Bento Gonçalves, Santa Maria e outros, que pertencem aos COREDES Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano, Serra, Central e outros.

O montante de recursos financeiros aplicados através do Plano de Investimentos em 1998, se distribuem da seguinte forma:

Investimentos realizados de jan-set/98:	R\$ 118.184.389
Investimentos previstos de out-dez/98:	R\$ 54.073.030
Total de Investimentos:	R\$ 172.257.419

3.2 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

PROGRAMA: Planejamento Governamental

Esse Programa visa um conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados, planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

- Programa Reforma do Estado: Privatizações

De forma a construir uma base sólida para viabilizar novos investimentos em projetos de infra-estrutura, principalmente nas áreas de energia, gás, carvão, saneamento, telecomunicações e transportes, o Governo do Estado instituiu, no ano de 1995, o Programa de Reforma do Estado - PRE, a ser gerenciado pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - SEMC, com sua finalidade centrada na formulação de diretrizes, coordenação, orientação e supervisão das ações relativas à execução da desestatização de empreendimentos públicos que caracterizam a intervenção do Estado na atividade econômica, sendo essa ação um dos pilares que compõem esse Programa.

Com isto, o Estado buscou concentrar esforços, visando o resgate da dívida social, o aumento da eficiência global, mediante a ampliação da eficiência interna das empresas, a desestatização das atividades que não são, constitucionalmente, de sua competência, bem como a melhoria da qualidade do gasto público.

O PRE envolveu as seguintes áreas de atuação: Energia, Obras e Saneamento, Telecomunicações e Transportes. O andamento das ações desenvolvidas durante o ano de 1998, será apresentado a seguir:

Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT

Em maio de 1998, o Estado do Rio Grande do Sul, através do Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado - COD/PRE, publicou novo Edital de Licitação, com o objetivo de alienar o restante das ações ordinárias, em número de 406.024.791 (quatrocentos e seis milhões, vinte e quatro mil e setecentos e noventa e uma) de sua propriedade, correspondentes a cerca de 54,22% do capital votante da CRT. O preço mínimo para o arremate da Companhia ficou estipulado em R\$ 926,49 milhões.

O leilão ocorreu em julho de 1998, tendo apenas dois participantes: o consórcio Telefônica do Brasil Holding, formado pelas empresas Telefônica de Espanha, Rede Brasil Sul - RBS, e o Banco Oportunity. A proposta vencedora foi a do Consórcio Telefônica do Brasil Holding, arrematando a CRT pelo valor de R\$ 1,17 bilhão, correspondendo a um ágio de 26,92% sobre o preço mínimo, ao passo que a oferta do Banco Oportunity ficou em R\$ 1,02 bilhão, com um ágio de 11,07%.

Coube ao vencedor do leilão a obrigação de cumprir o Plano de Metas e Resultados, conforme previsto no Edital de Alienação do Capital Social da CRT, a saber:

Instalação de Telefones Convencionais

Período	N.º de Linhas Previstas (milhão)
Na data da privatização - jul/98	1.300
Até dezembro de 1999	1.522
Até dezembro de 2000	1.755
Em dezembro de 2001	1.991

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Instalação de Telefones Públicos

Período	N.º de Aparelhos (mil)
Na data da privatização - jul/98	31.300
Dezembro de 1999	37.470
No final de 2000	44.620
Dezembro de 2001	53.740

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Metas Qualitativas

Período	Objetivo
Até dezembro de 2001	Uma central telefônica em localidade com mil ou mais de mil habitantes.
No final de 2005	Instalação em localidades com população superior a 300 mil habitantes.

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Prazo para Instalação de Linhas

Período	Prazo
Em dezembro de 2001	Quatro semanas a partir da solicitação.
No final de 2005	Redução do prazo de instalação para uma semana.

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Tarifas

Período	Meta
Contados a partir de 1998	Ligações interurbanas nacionais, queda de até 24,8% nos próximos sete anos.
A partir de 2001	Ligações locais com redução tarifária, em torno de 4,9%.
Até 2005	Elaboração de um cronograma de redução tarifária.

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Do total das ações, 30.700.000 foram ofertadas aos empregados da Empresa, representando cerca de 4,10% do seu capital votante.

Quanto à fiscalização e aferição do cumprimento das metas, caberá à Agência Estadual de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul –

AGERGS, o monitoramento, ressalvada a competência da Agência Nacional de Telecomunicação - ANATEL.

Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN

No ano de 1997, foi elaborado o Edital para a contratação dos Serviços de Avaliação Econômico-Financeira e Modelagem da Sistemática de Venda, visando a alienação de 49% das ações da Companhia.

Em janeiro de 1998, por força de liminar concedida pela Justiça Estadual, esse processo foi interrompido, ficando impedida a abertura das propostas.

Todavia, em maio de 1998, o Tribunal de Justiça do Estado acolheu o Agravo de Instrumento interposto pela CORSAN, suscitando os efeitos da liminar concedida, autorizando o prosseguimento do processo que se realizou a partir de julho, tendo como participantes, além da Comissão de Licitação, os representantes dos Consórcios: Deutsche Bank S/A - Banco Alemão, Deloitte Touche Tomatsu, Capitaltec S/A, Consultoria Econômica e Consórcio Farroupilha.

Sagrou-se vencedor o Consórcio Farroupilha, composto das seguintes empresas: Paribas do Brasil, Banque Paribas, Banco Fator, Fator Projetos, Wald e Associados, Jaakko Pöyry Engenharia e Trevisan Auditores, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, de setembro de 1998.

Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS

Com o intuito de aperfeiçoar os negócios e as operações da PROCERGS, o Governo do Estado buscou agregar um sócio estratégico através da alienação de 75.322.082 ações ordinárias, correspondendo a 49% do capital votante.

Entretanto, em março de 1998, a Justiça do Estado concedeu liminar ao pedido da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre – PROCEMPA, que julgou-se prejudicada pelos critérios contidos no Edital. Assim sendo, ficou o Conselho Diretor no aguardo da solução do impasse para dar prosseguimento ao processo.

Companhia Rio-Grandense de Mineração - CRM

O processo que tratou da desestatização da Companhia permaneceu em fase de análise e avaliação por parte da Consultoria contratada, sem que fosse possível elaborar um cronograma das atividades a serem implantadas.

Foram previstas a conclusão dos trabalhos e a conseqüente decisão sobre os procedimentos a serem adotados, para o segundo semestre de 1998.

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG e Companhia de Indústrias Eletro-químicas - CIEL

Durante o ano de 1998, foram iniciados os processos de alienação de até 49% das ações de emissão da CORAG e de 100% das ações da CIEL, no

entanto, os mesmos ficaram em suspenso, aguardando soluções de ordem técnica de responsabilidade das mesmas.

- Transportes

PORTOS

Com relação à modernização do setor portuário, em 1998, foi dado continuidade às mudanças necessárias, principalmente quanto ao modelo de administração até então vigente, visando atrair parcerias com a iniciativa privada, buscando o Governo do Estado a melhoria dos serviços prestados.

Porto de Cachoeira

Foi iniciado o processo licitatório com a fase de elaboração do Edital para a concessão da operação portuária ao setor privado.

Porto de Pelotas

Nesse período foi também iniciado o processo licitatório, com a fase de elaboração do edital para a concessão ao setor privado das operações do Porto.

Entrepasto Frigorífico João Mascarenhas

Localizado no Porto de Rio Grande, faz parte integrante do programa de privatização, para posterior abertura de processo licitatório.

Projeto Porto dos Casais

Foi publicado, em abril de 1998, o Edital de Pré-Qualificação de empresa interessada no seu arrendamento. Foram habilitadas, conforme publicação no Diário Oficial do Estado, de 26 de agosto de 1998, as seguintes empresas: Construção - CCPS Engenharia e Comércio S.A, Consórcio Construtora Triunfo Ltda, SBS - Engenharia e Construções Ltda e Oyster Incorporadora e Administradora de Centros Comerciais Ltda.

Ficou a cargo da Secretaria de Transportes, em conjunto com o Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado, a elaboração do Edital de Preço, para posterior publicação.

Transferência das Operações Portuárias do Cais Mauá

No ano de 1998, foi concluído e devidamente aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária de Porto Alegre - CAP, o estudo para a transferência das operações portuárias do cais Mauá, hoje Porto dos Casais, para outro local, na área de administração do Porto de Porto Alegre. Caberá ao vencedor do processo licitatório do Porto dos Casais a implementação das modificações preconizadas no estudo.

Programa de Revitalização do Porto Velho

Em 1998, foi concluída a fase de julgamento do projeto de revitalização do Porto Velho de Rio Grande.

RODOVIAS

Dando continuidade ao processo de melhoria das rodovias, o destaque ficou por conta do projeto que segue:

Complexo Rodoviário Metropolitano

Esse complexo, cuja extensão é de 199,50 km, é formado pelas seguintes rodovias:

- BR 116 (Porto Alegre - Nova Petrópolis), com 86,20 km, onde serão executados serviços de restauração, manutenção e operação, incluindo a implantação de elevada ou túnel, com 800 m, no centro de Canoas;
- RS 118 (Sapucaia do Sul - Gravataí), com 22,40 m, onde serão executados serviços de duplicação, restauração, manutenção e operação, além de 10km de ruas laterais a serem implantadas;
- RS 010 (Entroncamento com a BR 290 - Entroncamento com a RS 118), com 11,50 m, onde serão executados serviços de construção de novo trecho, conservação, manutenção e operação;
- BR 386 (Entroncamento com a BR 116 - Tabai), com 51 km, onde serão executados serviços de conservação, manutenção e operação;
- RTS 386 (Entroncamento com a BR 116 - RS 010), com 7,60 km, onde serão executados serviços de construção de novo trecho, conservação, manutenção e operação; e
- Rodovia do Parque (Lote 1 e 2), com 20,80 km onde serão executados serviços de construção de novos trechos, conservação, manutenção e operação.

Esses projetos serão custeados pelo Tesouro do Estado, tendo a participação da iniciativa privada na execução e operação das obras. O valor estimado, inicialmente, foi de R\$ 1,2 bilhão, em investimento e custos operacionais, e de R\$ 2,6 bilhões, num prazo de 25 anos.

- GÁS

Inserção do Gás na Matriz Energética do Estado

Como fonte alternativa de energia, e por ser um combustível altamente limpo, o gás natural passará a fazer parte da matriz energética do Estado, uma vez que as empresas que o utilizam buscam, acima de tudo, a redução de seus custos, preservação do meio ambiente e aumento da competitividade.

Assim sendo, o Governo do Estado deu continuidade, em 1998, a esse processo alternativo, destacando-se as seguintes formas de fornecimento desse energético:

- **Gás de Refinaria:** em operação desde janeiro de 1997, continuou no ano de 1998 a distribuição do gás da refinaria, produzido pela Refinaria Alberto Pasqualine, cuja extensão de 15 km abrange as cidades de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul.
- **Gasoduto Bolívia-Brasil:** com uma extensão de aproximadamente 200 km no Estado, tem o início de sua operação previsto para o 4º trimestre de 1999. A sua entrada no Estado dar-se-á pelo município de Timbé do Sul, divisa com o Estado de Santa Catarina.
- **Usina Termoelétrica de Uruguaiana:** essa Usina, cujo ciclo combinado de energia compreende turbinas a gás e queima de carvão no ciclo a vapor, será de 600 MW, para um consumo estimado de 25 milhões de m³/dia, e terá um prazo de construção de 18 meses. O custo estimado ficará em torno de US\$ 29,21 por MW/h.
- **Gasoduto de Distribuição:** com extensão de 6 km, fará a ligação com o gasoduto de transporte vindo da Argentina, uma vez que as reservas de gás desse país ficam próximas ao Rio Grande do Sul.
- **Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre:** possibilitará a importação de até 15 milhões de m³/dia, bem como a interligação com o gasoduto boliviano, propiciando uma alternativa de aumento de consumo para a Região Metropolitana de Porto Alegre e Região da Serra, podendo, ainda, ser estendido a outras regiões do Estado.

Foi apresentada, através de outros estudos, a viabilização da implantação de Usinas Termoelétricas a Gás também para as regiões de Santa Cruz do Sul, RMPA e região da Serra.

3.3 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

PROGRAMA: Programas Integrados

Envolve um conjunto de ações para a realização de programas de caráter integrado, isto é, que abrangem, simultaneamente, diferentes setores.

- Porto dos Casais

O objetivo desse projeto consiste na revitalização da área portuária central de Porto Alegre, através do aproveitamento/reutilização do cais Mauá para fins culturais e turísticos, com a implantação de hotéis, restaurantes, centros comercial e empresarial, teatro para a OSPA e marinas no rio Guaíba. O projeto será implantado através de arrendamento de áreas do porto para a exploração de atividades pré-determinadas, com investimentos estimados em R\$ 140 milhões, a serem realizados pela iniciativa privada.

Até setembro de 1998, foram realizadas as seguintes etapas:

- Execução do Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais -EIA/RIMA e estudo da transferência das operações portuárias do cais Mauá;
- Realização de Estudo de Acessibilidade da Implantação do Projeto Porto dos Casais;
- Aprovação pelo Instituto Patrimonial, Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, dos projetos executivos de recuperação dos Amazéns A e B e Pórtico Central, bem como do Plano Diretor;
- Início do procedimento licitatório para o arrendamento, com a conclusão da pré-qualificação dos interessados.

Foi programado, para o final de 1998, o lançamento do edital para o arrendamento. Também foram pré-qualificados quatro empresas e um consórcio, cujas propostas de preços serão apresentadas até abril de 1999.

PROGRAMA: Transporte Aéreo

Esse Programa contempla um conjunto de ações voltadas à implantação da infra-estrutura aeroportuária, do controle e segurança do tráfego aéreo e da exploração dos serviços de transportes aéreos.

- Ampliação do Aeroporto Salgado Filho

Foi firmado convênio entre a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, e o Estado do Rio Grande do Sul para participação nas obras de ampliação do aeroporto, através da construção de um novo terminal de passageiros e demais instalações e infra-estrutura, no valor de R\$ 106,2 milhões, com prazo de 03 anos, a partir de 1997. As obrigações do Estado correspondem à desapropriação de áreas para a implantação do complexo aeroportuário, à ampliação das redes de energia elétrica e telecomunicações e à construção de viaduto para resolução do conflito de tráfego no cruzamento da Avenida dos Estados e BR 116, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Em 1998, foi dada continuidade à desapropriação de áreas, e contratado o projeto final de engenharia do viaduto sobre a BR 116.

- Aeroportos Regionais

No ano de 1998, com relação à implantação e ampliação de aeroportos, foram realizadas as seguintes ações:

Aeroporto de Torres

A implantação do Aeroporto Regional do Litoral Norte, no município de Torres, foi destinada a dotar a região, polarizada por esse município, de infra-estrutura aeroportuária para o desenvolvimento do setor de turismo, através da

construção de aeroporto, com pista de 1.500 m x 30 m e demais instalações, em convênio firmado entre o Estado, a Prefeitura Municipal de Torres e a iniciativa privada, representada por associação de várias entidades. O custo do investimento realizado pelo Tesouro do Estado foi de R\$ 4,3 milhões.

No primeiro semestre de 1998, foram concluídas as obras de terraplanagem, pavimentação e drenagem, e inaugurado o novo aeroporto. As obras de construção do terminal de passageiros, casa do administrador do aeroporto e demais serviços externos para ajardinamento foram conveniadas com a Prefeitura Municipal de Torres e a iniciativa privada. Dentre esses serviços, foi iniciada a construção do terminal, cuja estrutura de concreto armado está concluída, e o enleivamento das laterais da pista e do pátio de estacionamento de aeronaves. Está prevista para o primeiro semestre de 1999 a finalização dos serviços.

Aeroporto da Região das Hortênsias

A implantação do Aeroporto da Região das Hortênsias, uma porta de entrada do Estado, almeja induzir o desenvolvimento do turismo na Serra Gaúcha, pois poderá atender tanto o transporte aéreo regional como o doméstico e o internacional.

Através de uma moderna opção de interligação com os grandes centros econômicos do MERCOSUL, permitirá a operação de aeronaves com capacidade de 100 a 110 assentos, no padrão do Boeing 737, em escala direta com o centro do país, especialmente São Paulo. O projeto tem o custo estimado em R\$ 13 milhões.

Em 1998, foram concluídos os estudos de impacto ambiental, e o expediente licitatório para a contratação das obras encontra-se em fase final de julgamento. As propostas de preços foram recebidas até novembro, porém, por força de determinação judicial, a licitação foi interrompida temporariamente.

Aeroporto de Caxias do Sul

Em 1998, foi executada a obra de reforço do pavimento da pista de operações das aeronaves e adquirido um rádio-farol-direcional (VOR) para o aumento da segurança das operações aéreas por instrumento, além de iniciadas as obra de ampliação do terminal de passageiros.

3.3.1 - Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG

PROGRAMA: Transporte Hidroviário

Esse Programa contempla um conjunto de ações desenvolvidas no sentido do planejamento, construção e implantação da infra-estrutura hidroviária, controle e segurança do tráfego e operação dos serviços de transporte marítimo, fluvial e lacustre.

Em 1998, foram desenvolvidas pelo Governo do Estado diversas ações, visando, principalmente, tornar o setor portuário gaúcho competitivo perante os demais portos da federação. Nesse sentido, convém destacar os serviços de dragagem, os novos terminais, a movimentação de cargas e o Programa de Modernização Portuária.

- Dragagem de Manutenção do Porto

Dando continuidade aos serviços de dragagem de manutenção do Porto de Rio Grande, iniciados em 1995, a Superintendência do Porto de Rio Grande contratou a retirada de entulho do canal de acesso ao Superporto e bacia de evolução do Porto Novo, visando restabelecer o calado de 40 pés, serviço este que não estava sendo executado desde 1991. Esses serviços garantiram ao Porto de Rio Grande uma condição muito competitiva, ao diferenciar-se dos demais portos da região por seu calado de 40 pés.

Em 1997, houve a licitação para a manutenção dos mesmos canais, cujos serviços de dragagem foram executados, em 1998, tendo sido retirado um volume aproximado de 3,1 milhões de metros cúbicos de material. Foram escavados o canal de acesso à barra do Rio Grande, bem como o canal de acesso e a bacia de evolução do Porto Novo, garantindo ao Superporto o calado de 40 pés e nova condição de 30 pés, que antes era de 29, ao Porto Novo. Esse investimento atingiu o valor de R\$ 6 milhões.

- Revitalização do Porto Velho de Rio Grande

O processo de revitalização de áreas portuárias, não mais próprias para atividades comerciais, contemplou o Porto Velho de Rio Grande com a possibilidade de adaptar aquele espaço ao lazer da comunidade, o que será executado pela iniciativa privada sob forma de concessão para arrendamento de área.

Em 1997, foi lançado o Concurso Público de Arquitetura para escolha do melhor projeto para a Revitalização do Porto Velho e, no ano de 1998, foi divulgado o resultado do concurso, ficando em andamento a execução do Projeto Executivo.

Foi prevista ainda, em 1998, a abertura do edital de licitação para a execução do projeto de restauração dos armazéns e da área urbana do Porto Velho, para fins de arrendamento. A execução do projeto de revitalização terá um prazo de três meses.

- Terminais do Porto de Rio Grande

Durante o ano de 1998, foram executadas ações no sentido de transferir as operações dos terminais públicos especializados do porto de Rio Grande para a iniciativa privada, objetivando melhorar e ampliar os serviços, através de investimentos privados, ressarcidos via cobrança de tarifas pela exploração da operação portuária.

No ano de 1997, foram concluídos os processos de privatização dos terminais píer petroleiro, de contêineres e de trigo e soja. Em 1998, foram licitados os arrendamentos de dois terminais para movimentação de materiais de construção pela navegação interior.

Em 1998, foi dada continuidade ao processo de modernização do Porto de Rio Grande, uma vez que foram preparados os editais para a licitação de um terminal automotivo, um terminal para cargas perigosas, uma área para instalação de um estaleiro naval e uma área para estacionamento de caminhões graneleiros, destacando-se os investimentos já realizados de R\$ 15 milhões, projetando-se para os dois próximos anos o valor de, aproximadamente, R\$ 80 milhões.

Esse adiantado estágio de privatização rendeu, ao Porto, a primeira colocação em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, quando foram analisados os estágios atuais das privatizações de todos os portos brasileiros. A partir de 1998, foram batidos os recordes de movimentação de contêineres em relação ao ano anterior, iniciando-se com a operação de importação de automóveis da GM, Ford, Citroen, Jaguar, entre outros.

- Movimentação de cargas

A melhora da safra gaúcha de grãos fez com que a movimentação geral do porto atingisse o patamar de 12,7 milhões de toneladas, destacando-se a movimentação do complexo soja com 4,5 milhões, tendo sido exportados 1,8 milhão de toneladas de grãos, considerado o maior volume já exportado em um ano no porto.

O mais importante registro de movimentação de carga, na realidade, deveu-se ao sucessivo recorde alcançado na movimentação de contêineres, com a expressiva marca de 231.000 TEUs, 9% a mais do que o recorde registrado no ano anterior. Em 1998, foram operados cerca de 840 navios transportadores de contêineres.

Esses números, não apenas garantiram ao porto a segunda colocação em nível nacional, ficando atrás apenas do porto de Santos, como consolidaram o processo de recuperação de cargas iniciado nos últimos anos.

- Movimentação de veículos

A instalação de novas fábricas de veículos no RS fez com que o porto, tradicionalmente movimentador de cargas agrícolas, despontasse como novo centro para movimentação de automóveis, peças e componentes.

Com o desembarque de 60.000 veículos no ano de 1998, através de 73 navios, o porto de Rio Grande consolidou-se como um dos principais portos brasileiros na movimentação de automóveis.

- Programa de Modernização Portuária de Rio Grande

Esse Programa buscou, através de ações de caráter técnico-administrativo, adequar a estrutura da administração do porto (Superintendência

do Porto) às novas funções do órgão, face às modificações decorrentes dos processos de privatizações de terminais e às alterações no setor de operação portuária. Para tanto, foi realizado o Plano de Incentivo à Aposentadoria e Demissão Voluntária, bem como a contratação dos seguintes estudos: Plano de Desenvolvimento Portuário; Auditoria de Avaliação Patrimonial; e Reestruturação Organizacional da Superintendência do Porto de Rio Grande.

O Plano de Demissão Voluntária e Incentivo à Aposentadoria, necessário para desenvolvimento do porto, foi iniciado em fevereiro. Foram atingidas as metas pretendidas, sendo a adesão superior à 30%.

3.3.2 - Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH

PROGRAMA: Transporte Hidroviário

- Manutenção de Hidrovias

O objetivo dessa atividade é garantir as condições navegáveis das hidrovias durante todo o ano, através da realização de serviços de dragagem e balizamento dos Canais de acesso aos portos fluviais do Estado do Rio Grande do Sul.

No decorrer do ano de 1998, diversas ações se fizeram necessárias, buscando alcançar a melhoria das hidrovias, dentre elas destacaram-se:

- **Dragagens:** *Rio Jacuí* - objetivando atingir o calado oficial de 2,50m até o porto de Cachoeira do Sul - volume total dragado de 21.438m³, trecho este compreendido entre a cidade de Rio Pardo e o PK 148; *Pontal de Tapes* - volume total dragado de 86.725m³; *Canal de Acesso da Barra do Porto de Pelotas* - volume dragado de 323.420m³; *Rio dos Sinos* - volume dragado de 5.746m³ (Oleoduto PETROBRÁS); *Canal das Pedras Brancas* - na operação desencilhe do Navio Capetanissa - volume total dragado de 22.000m³; *Rio Gravataí* - volume dragado de 2.552m³.
- **Sinalização náutica:** foi feita a recuperação total nas hidrovias do Estado, atingindo o índice de eficiência de 98%, o qual mantinha-se, anteriormente, em torno de 20%; inclusive com a formação de um estoque mínimo de sinais para substituições, a fim de não baixar o nível alcançado.
- **Sistema de navegação:** foram iniciados os estudos para a implantação do sistema via satélite, nas hidrovias do Rio Grande do Sul (Carta Eletrônica). Foram iniciados, também, os serviços de sondagem batimétrica automatizada ao longo da linha de navegação de fundo natural, entre o Porto de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande, para estudo de novos canais com 19 pés de calado, com extensão de 240km e área estimada de 7.000.000m².
- **Contratação dos serviços de dragagem:** foram iniciados os procedimentos licitatórios para a *contratação dos serviços de dragagem* de aprofundamento dos canais artificiais, para o estabelecimento do calado de 19 pés das hidrovias do Estado, num volume total de 11.805.181m³, abrangendo os canais

hidroviários da zona sul da Lagoa dos Patos, do Rio Guaíba, do Delta do Jacuí e das bacias de evolução do Porto de Porto de Alegre. Em fase de licitação ficaram a execução do canal de acesso, da bacia de evolução e do terminal automotivo para a empresa Ford no município de Guaíba.

Durante o ano de 1998, foram realizadas, ainda, a ampliação de 3.900m² para 11.200m² de área coberta alfandegária no cais Navegantes para atendimento de mercadorias de importação e exportação de ou para países do MERCOSUL; a instalação na área alfandegária do Cais Navegantes, do SISCOMEX, interligando o porto à Receita Federal, com vistas ao monitoramento na movimentação de mercadorias de importação e exportação com os países do MERCOSUL; a repavimentação parcial do sistema viário do cais Navegantes (5.000m²); e a construção de novas cercas de tela na área alfandegária do Cais Navegantes, com 1.000m de extensão.

Também foram realizadas a recuperação parcial dos armazéns do Cais Mauá e Navegantes; da plataforma ferroviária do centro de pesagem; e de diversos equipamentos como empilhadeiras, pás-carregadeiras e autoguindaste e do guindaste elétrico de pórtico de n° 13, de 6,3t de capacidade, bem como do guindaste elétrico de pórtico de n° 18, de 12,5t de capacidade.

Até setembro de 1998, foram exportadas 182.364,77 toneladas e importadas 4.610,91 toneladas de mercadorias, exclusivamente em navegação interior, sendo estimado um movimento total de 260.000 toneladas até o final de 1998, o que representa um aumento de cerca de 25% em relação ao ano anterior.

- Porto de Pelotas

Foram recuperados os três armazéns portuários, e realizada, em dezembro de 1997, a audiência pública para o arrendamento de instalações e equipamentos do cais principal do porto.

Em 1998, foram realizados os procedimentos administrativos para a licitação de arrendamento do porto para posterior abertura das propostas de preço, ficando para o final do mesmo ano a assinatura do contrato de arrendamento.

3.3.3 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

PROGRAMA: Transporte Rodoviário

O Programa Transporte Rodoviário abrange um conjunto de ações no sentido de implantar a infra-estrutura rodoviária de terminais rodoviários, vias expressas e estradas vicinais, bem como o controle do tráfego rodoviário e dos serviços de transportes rodoviários.

- Concessão de Rodovias (Pólos Rodoviários)

O programa de terceirização tem por objetivos aumentar a participação do setor privado na administração e obter financiamento para a da construção de

estradas. O ressarcimento das empresas será através da cobrança de pedágio dos usuários dos trechos sob regime de concessão, onde, obrigatoriamente, por força do contrato, serão oferecidos benefícios que não existem em outras rodovias, tais como telefone, socorro mecânico e médico, sinalização com padrão avançado, etc.

Serão implantados 10 pólos de concessão rodoviária (1- Pelotas; 2- Metropolitano(POA); 3- Caxias do Sul; 4- Vacaria; 5- Gramado; 6- Carazinho; 7- Santa Maria; 8- Santa Cruz do Sul; 9- Lajeado; e 10-Complexo Rodoviário Metropolitano), num total de 3.000 km de rodovias com 44 praças de pedágio. Os pólos serão constituídos por um nó rodoviário englobando, pelos menos, três praças de cobrança de pedágio.

Até o final de 1997, foram elaboradas e realizadas as licitações para concessão dos Projetos de Engenharia Econômica dos nove primeiros pólos rodoviários.

Em 1998, foram assinados os contratos dos nove primeiros pólos, tendo sido privatizada e iniciada a recuperação de 2.817km de rodovias. A licitação para a concessão do Complexo Rodoviário Metropolitano foi interrompida por força de medida judicial. Devido à relevância do projeto, o DAER permanece aguardando o julgamento do mérito para dar continuidade ao processo.

Apresentamos a situação dos Pólos de Pedágio:

Situação dos Pólos de Pedágio em 1998

Pólo	Extensão (km)	Concessionária	Total de Trechos	Trechos com Trabalhos Iniciais Concluídos	Trechos Arrecadando Pedágio
Metropolitano	821,00	METROVIAS S/A	11	4	1
Caxias do Sul	173,75	CONVIAS S/A	4	4	2
Vacaria	132,66	RODOSUL S.A.	3	2	0
Gramado	131,97	BRITA RODOVIAS S/A	7	1	0
Carazinho	250,40	COVIPLAN S/A	5	3	2
Santa Cruz do Sul	196,83	SANTA CRUZ RODOVIAS S/A	4	2	0
Lajeado	318,80	SULVIAS S/A	7	7	3
Pelotas	551,60	ECOSUL S/A	6	0	0
Santa Maria	256,20	SANTA MARIA DE RODOVIAS S/A	6	0	0
Total	2.833,11	-	53	23	8

Fonte: Secretaria dos Transportes

- Programa de Pavimentação Rodoviária do Rio Grande do Sul

O programa prevê a complementação da rede rodoviária estadual através da construção de, aproximadamente, 850 km de rodovias com apoio de financiamento externo (BID e EXIMBANK) e com contrapartida do Governo do Estado, visando o escoamento da produção e ligações com o MERCOSUL.

Durante o ano de 1998, foram iniciadas as obras do grupo 2, num total de 207 km; licitadas e iniciadas as obras do grupo 3 num total de 155 km; tendo ficado em execução os projetos finais de engenharia das rodovias constantes do grupo 4, aproximadamente 310 km.

No ano anterior, foram executadas as seguintes etapas: assinatura do contrato de financiamento, continuação das obras dos 06 trechos, com 121,7 km, correspondentes ao grupo 1 (contrapartida do Estado); bem como licitação das obras de 207 km de rodovias do grupo 2.

- Programa Asfalto para Todos

Tem por objetivo assegurar a ligação rodoviária, por asfalto, de todos os municípios-sede do Estado do RS à rede pavimentada, atendendo 185 sedes, com 185 trechos de estradas, num total de 2.804 km de estradas financiadas pelo Tesouro do Estado, com recursos provenientes do Fundo de Reforma do Estado, no montante de R\$ 300 milhões.

Em 1998, a situação do programa apresentou os seguintes resultados: trechos concluídos ou em conclusão - 5, perfazendo 253 km; trechos em obras - 163, perfazendo 2.446 km; e trechos a licitar - 3, perfazendo 26 km.

- Construção de Estradas com Recursos do Tesouro do Estado

O objetivo desse projeto é ampliar a malha rodoviária estadual, através da pavimentação de rodovias com recursos próprios do Tesouro do Estado.

Foram investidos mais de R\$ 450 milhões, durante os anos de 1995, 96 e 97, sendo concluídos 30 trechos, totalizando 305 km; encontram-se em andamento 89 trechos, num total de 1.276 km; e estão paralisados 18 trechos, no total de 178 km. O total geral perfaz 137 trechos, correspondentes a 1.759 km.

Durante o ano de 1998, foram investidos R\$ 282 milhões, tendo sido executadas as seguintes obras de infra-estrutura: 2.290.000 m³ de terraplenagem, 390 km de rodovias pavimentadas e 3.760 m de obras-de-arte construídas.

4 - ÁREA SOCIAL

4.1 - SECRETARIA DA CULTURA

PROGRAMA: Cultura

O Programa Cultural, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura - SEDAC, e suas instituições, tem por finalidade garantir o pleno e efetivo exercício dos direitos culturais, bem como apoiar, incentivar, difundir e valorizar a produção cultural, além de proteger o patrimônio histórico-cultural.

A intensa programação cultural, desenvolvida pela SEDAC, marcou o ano de 1998 como o Ano da Cultura.

Inúmeras obras de restauração e conservação do patrimônio histórico, bem como eventos artístico-culturais foram realizados, através da aplicação direta de recursos orçamentários ou com recursos oriundos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - LIC. A LIC, como poderoso instrumento de promoção cultural, permitiu a união positiva entre instituições públicas e privadas, financiando ações culturais que beneficiaram a comunidade gaúcha - os artistas e agentes culturais sentiram-se estimulados a elevar seu nível de qualificação, e a sociedade rio-grandense teve oportunidade de assistir a eventos culturais qualificados, em todas as suas formas de expressão: música, dança, teatro e artes visuais.

As atividades culturais passaram, então, a apresentar-se como opção promissora de investimentos, de criação artístico-cultural, de geração de empregos e, conseqüentemente, de melhoria do nível de renda dos gaúchos.

Em 1998, no Programa Cultura, foram aplicados recursos orçamentários no montante de R\$ 25,9 milhões, dos quais R\$ 12,8 milhões na administração direta e R\$ 13,1 milhões na administração indireta. Enquanto que, através da LIC, foram aplicados recursos no montante de R\$ 32,1 milhões, em 180 projetos.

- Artes Cênicas

Com os objetivos de estimular, promover, acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades culturais relacionados a teatro, dança e ópera, o Instituto Estadual de Artes Cênicas - IEACEN, em 1998, desenvolveu inúmeras atividades, tais como: IX Festival de Teatro Amador (com a participação de 10 municípios); oficinas itinerantes de teatro e dança (em 23 municípios); projeto Dança Debate; festivais de dança (em 3 municípios); apoio a eventos diversos (12 eventos); workshops (3 em Porto Alegre); e oficinas com artistas internacionais (3 em Porto Alegre).

Além dessas atividades, coordenou e acompanhou a ocupação dos teatros Sala Bruno Kiefer (apresentação de 21 peças diversas); Carlos Carvalho (22 peças); e Teatro de Arena (5 apresentações diversas e atendimentos à pesquisa de textos teatrais). O IEACEN planejou, organizou e coordenou os concursos do Prêmio Anual de Incentivo à Produção de Artes Cênicas e o Prêmio de Incentivo à Dança.

Também, sob a coordenação desse Instituto, foi realizado o III Cone Sul Dança que trouxe a Porto Alegre artistas internacionais oriundos da Áustria, Alemanha, Itália, Inglaterra, Rússia, Estados Unidos, Venezuela e Uruguai, além de representantes de outros estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais). Esse evento caracterizou-se como uma grande oportunidade de **avaliação da produção regional e nacional**, em decorrência do contato com artistas de fora do país.

A troca de experiências, as novas tendências, as condições de trabalho e os sistemas de patrocínio, os quais foram temas de debate nas oficinas e seminários que ocorreram na Casa de Cultura Mário Quintana, além das apresentações teatrais nos teatros São Pedro e Renascença, assistidas por numeroso público, atingiram o objetivo de popularizar a dança.

- Música

A SEDAC, através do Instituto Estadual da Música – IEM, e da Discoteca Pública Natho Henn - DPNH, vem promovendo e apoiando o desenvolvimento de atividades relacionadas à música, com o objetivo de estimular a criação e o gosto por essa forma de arte.

Nesse sentido, a SEDAC desenvolveu, em 1998, inúmeros festivais, mostras, encontros, cursos e oficinas, tanto em espaços próprios como nos municípios do Estado.

O IEM apoiou e participou de vários projetos no interior do Estado: em Pelotas, através do projeto Gente da Noite, reuniu músicos da Região Sul do Estado, outros de renome nacional e representantes de países vizinhos. O grande potencial dos artistas da noite foi revelado com o lançamento de um CD dos *melhores momentos do encontro*. Outro projeto de iniciativa do IEM, que se realiza no interior do Estado, é o Festival Coração de Estudante, destinado a alunos de nível médio das redes pública e particular, composto de 2 modalidades - interpretação e composição. Busca resgatar a importância que os festivais estudantis tiveram na história da música popular brasileira (público estimado - 45 mil pessoas).

A Discoteca Pública Natho Henn desenvolve programação semanal através dos projetos Audições Comentadas, Video Clássico e Ópera Viva, contando com professores especializados que comentam as composições de grandes mestres da música erudita, objetivando desenvolver o gosto pela música e a educação musical. Também, com o mesmo objetivo, porém destinado a estudantes e novos talentos musicais, realiza o projeto Paulo Guedes, com apresentações periódicas, individuais ou em grupo.

A DPNH, através do projeto Apoio às Bandas de Música, distribuiu instrumentos musicais para 25 prefeituras, em acordo da SEDAC e Ministério da Cultura. Através do projeto Músicos de Rua de Porto Alegre, busca valorizar o trabalho dos artistas de rua, bem como despertar o público para outras formas de ver e ouvir um espetáculo musical. Dentre os projetos desenvolvidos pela DPNH, o mais importante, em termos de abrangência e resultados para a área da música, é o ENCOMPOR, que objetiva fortalecer o intercâmbio cultural e profissional entre artistas e professores, através da realização de concertos,

seminários, workshops e ensaios abertos. A realização do VI ENCOMPOR reuniu os mais expressivos nomes brasileiros da área, além de grandes instrumentistas internacionais, tendo-se fortalecido como um dos principais encontros de compositores de música erudita contemporânea da América do Sul.

- Cinema

A SEDAC conta com duas instituições na área do cinema, o Instituto Estadual do Cinema - IECINE, e a Cinemateca Paulo Amorim, ambos têm como finalidade básica apoiar e incentivar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao cinema. Cabe ao IECINE dinamizar e ampliar o mercado de produção cinematográfica local; enquanto a Cinemateca tem por objetivo desenvolver o espírito crítico e ampliar o mercado para o cinema nacional, através da exibição de ciclos, mostras e sessões. A programação cinematográfica das 3 salas de cinema apresentou 112 filmes, incluindo 42 títulos exibidos em Mostras de Cinema, com a participação do público chegando a 54.300 pessoas, tendo destaque os seguintes projetos: Projeto Escola - sessões especiais de filmes brasileiros para estudantes, público estimado de 4 mil pessoas; Projeto por Volta do Meio-Dia - iniciado em junho de 1998 com o objetivo de oferecer sessões em horários alternativos, entre 11h e 13h.

Projeto prioritário de Governo, a criação do Pólo Cinematográfico RS tem como meta, a médio prazo, transformar o Estado em um grande centro produtor audiovisual no Brasil e América Latina. A primeira etapa da implantação, lançada durante a 26ª edição do Festival de Gramado - Cinema Latino e Brasileiro prevê, além do lançamento do Prêmio RGE/Governo RS de Cinema, a assinatura de convênio para abertura de linha de financiamento para renovação do parque técnico das empresas gaúchas do setor e o anúncio da criação da Fundação Cinema RS, uma instituição pública de direito privado, reunindo diversas entidades gaúchas ligadas à área do cinema, organizações empresariais e Secretaria da Cultura. A Fundação terá a responsabilidade de coordenar as atividades do Pólo Audiovisual do RS. Os próximos passos de implantação referem-se à expansão das salas de exibição cinematográfica no interior do Estado, constituição da carteira de investimento no cinema RS, incentivo à realização de co-produções em níveis nacional e internacional, estímulo à formação profissional no setor e apoio à difusão externa de nosso produto audiovisual.

- Literatura

Em 1998, o Instituto Estadual do Livro - IEL, desenvolveu projetos que objetivam levar a literatura sul-rio-grandense a toda a comunidade gaúcha, estendendo-se, ainda, ao país e ao MERCOSUL, através da divulgação de suas publicações.

Dentre suas atividades, destacaram-se os seguintes projetos: Autor Presente - debate entre escritores e a comunidade, com professores e alunos; IEL às 6 e meia - debate com nomes representativos da cultura gaúcha, aberto ao público; Seminários sobre Literatura - com críticos e escritores nos gêneros literários romance, novela, conto, poesia, crônica e drama; Brincando com Livros - buscando contribuir com profissionais que trabalham com literatura infantil,

oferecendo espaço às crianças para que realizem oficinas e encontros com escritores.

Também organizou e realizou os concursos que distribuíram os prêmios já consagrados: Gaúcho de Literatura, Nacional de Contos e Dramaturgia.

Na área de divulgação de autores sul-rio-grandenses foram publicadas 11 obras e distribuídos, aproximadamente, 24 mil livros. A Revista Continente Sul/Sur, publicação em português e espanhol, que tem por objetivo difundir a cultura do Estado além fronteiras, inclui artigos, ensaios, poesia, teatro, resenhas, entrevistas e reflexões sobre todas as áreas culturais.

- Bibliotecas Públicas

A Biblioteca Pública cumpre papel importante como agente de transformação social, ao introduzir novos hábitos de leitura e facilitar o uso da informação. Para facilitar à comunidade gaúcha o acesso a um acervo bibliográfico diversificado que abranja todas as áreas do conhecimento, possibilitando informação, cultura e lazer, o Governo do Estado, através da SEDAC, conta com:

a) Biblioteca Pública do Estado – BPE, que vem desenvolvendo um projeto prioritário, a Informatização, Atualização e Desenvolvimento do Acervo, com o objetivo de modernizar os serviços através de tecnologia mais avançada do que hoje disponível, visando um melhor aproveitamento dos recursos informacionais para qualificar o atendimento aos usuários;

b) outras bibliotecas de menor porte, que realizam trabalho não menos importante, uma vez que proporcionam, através da leitura, informação, cultura e lazer à comunidade de distintos bairros da cidade e, dessa forma, contribuem para a melhoria do nível cultural da comunidade gaúcha, são:

- Biblioteca Pública Lígia Meurer - trabalhando ativamente pela educação formal e informal dos usuários, através do entrosamento educação/cultura, em 1998, atendeu mais de 30 mil pessoas, registrando um movimento de material bibliográfico de, aproximadamente, 45 mil;
- Bibliotecas Públicas Leopoldo Boeck e Prof. Romano Reif - desenvolvem, além de suas atividades específicas, cursos, exposições, palestras, oficinas e apresentações teatrais, perfeitamente integradas na comunidade e, inclusive, atendem parcela significativa da Grande Porto Alegre; e,
- Biblioteca Pública Lucília Minssen - que dispõe de acervo especializado para atender o público infanto-juvenil e está situada na Casa de Cultura Mário Quintana, realizando inúmeras atividades voltadas para esse público.

- Museus

A SEDAC, através de seus museus, busca preservar a memória cultural, procurando transformá-los em centros irradiadores da cultura, proporcionando *novas formas de integração com o público*.

Após a reinauguração do MARGS, este passou a organizar suas exposições de forma individualizada, destacando-se em 1998: Museus Espanhóis, A Renovação Arquitetônica; Cerâmicas de Picasso, o Diário Perdido e Cyclops, de Albert Watson (escocês), juntamente com jóias produzidas por H. Stern; Artistas Norte-Americanos; Cyro Martins, 90 anos; XIII Salão de Cerâmicas; Vasco Prado (esculturas); Persona-Personagem de Zorávia Bettiol e Gonzaga Mezza (obras em mídias contemporâneas do artista chileno).

O Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL, deu continuidade às atividades na área de pesquisa, que se revestem de grande importância social e econômica para o Estado. Entre seus projetos citam-se: Resgate das Evidências Arqueológicas na Rota do Sol; Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha; e Projeto de Complementação para a Prospecção Sistemática e Acompanhamento Arqueológico no Complexo Automotivo de Gravataí.

Por sua vez, o Museu Antropológico - MARS, desenvolveu atividades que contribuíram para o conhecimento étnico-cultural da sociedade gaúcha, realizando, em 1998, inúmeras oficinas, cursos, palestras, pesquisas e exposições, dentre os quais destacou-se o projeto Resgate da Obra de Salomão Scliar.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas pelo Museu Julio de Castilhos, destaca-se a exposição Retratos de Casamento, onde foram expostas 200 fotos, de 1905 a 1966. Através das fotos são revelados dados importantes da antropologia desses atos formais - o cenário e os trajes passam informações que permitem compreender a época, sua cultura e seus valores sociais, políticos, *morais e religiosos*.

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Aguardando transferência das instalações atuais para o Memorial do RS, o Arquivo Histórico, em 1998, realizou três exposições - Projeto Memorial do Rio Grande do Sul, Documentos Brasileiros da Coleção Pedro Correa Lago e Coluna Personagem: Érico Veríssimo. Publicou o 12º volume da coleção Anais do Arquivo Histórico, o Diário Sena Guazina e o Organograma Administrativo do Estado no Período Colonial.

- Patrimônio Histórico e Artístico

A SEDAC, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAE, desenvolveu atividades visando a promoção da conservação do Patrimônio Cultural do Estado, seja pela manutenção permanente ou pela restauração desses bens, participando ativamente na previsão de recursos,

orientação e fiscalização de grandes obras que contribuíram para o resgate da memória gaúcha.

Em 1998, de foram realizadas obras de restauração ou manutenção nos seguintes prédios públicos: Theatro São Pedro, Teatro de Arena, Museu do Carvão, Museu Julio de Castilhos, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Museu de Arte do RS - Ado Malagoli, Museu Antropológico, Museu Arqueológico, Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca Leopoldo Boeck, Biblioteca Romano Reif, Casa de Cultura Mario Quintana, Instituto Estadual do Livro e Museu Farrupilha, em Piratini.

Desempenhou, também, a atividade de Coordenação do Inventário dos Bens Patrimoniais de Rio Pardo, com o objetivo de elaborar diretrizes para o planejamento urbano da cidade; orientação técnica para a elaboração da legislação de preservação cultural em vários municípios; e participação no Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, sendo o responsável pela elaboração do projeto da reserva da biosfera da Mata Atlântica.

- Centro de Desenvolvimento da Expressão - CDE

Desenvolveu diversas atividades de arte/educação, incentivando a livre manifestação artística através de inúmeras exposições, cursos, oficina e encontros no âmbito de arte. Em 1998, foi prioridade a integração com outras instituições culturais, com o objetivo central de aproximar a comunidade com outras instituições do gênero.

- Casa de Cultura Mario Quintana

A Casa de Cultura Mario Quintana um dos maiores complexos culturais da América Latina (12 mil m²), abrigando cinemas, teatros, galerias de arte, bibliotecas, salas de leitura e recreação e sala para eventos, tendo como finalidade, entre outras, promover, divulgar e produzir expressões da cultura local, nacional e internacional, aproximando a cultura do cotidiano da comunidade, através de um ambiente próprio ao desenvolvimento da capacidade criadora individual e coletiva.

Em 1998, em apenas 7 projetos especiais, foram realizados mais de cem eventos que solidificaram a proposta para a qual foi planejada, ao mesmo tempo em que resgataram o papel histórico do prédio: o de ser o fórum de debates da cidade. Dentre esses projetos destacam-se: Monteiro Lobato; Futebol; Bertold Brecht - 100 anos; Prestes - 100 anos (com a participação de Mário Lago); Tropicália Maravilha (com Tom Zé); e Mario Quintana - 92 anos, cujo encerramento culminou com a realização da II Noite da Cultura RS/98 e lançamento do Calendário Cultural para o segundo Semestre. Em todos os projetos referidos foram realizadas palestras, debates, seminários, shows musicais, exposições e apresentações teatrais.

Outro importante projeto foi o Curso para Agentes Culturais, realizado com o objetivo de proporcionar debate e reflexão sobre a política de administração, ações, projetos e legislação culturais.

Durante 1998 foram reativados o núcleo de artes visuais, a sala de leitura e a livraria, em convênio com a Livraria Sulina, e reciclados novos espaços.

- Programa de Apoio à Criação Cultural

A SEDAC instituiu, em 1998, o Programa de Apoio à Criação Cultural, com o objetivo de estimular a criação no RS, tanto de artistas já consagrados como de iniciantes, ao mesmo tempo, propõe um grande debate em torno de nossa identidade cultural.

Esse Programa inclui projetos já em andamento, além de propor novos: Prêmio de Crítica Literária - melhor obra de análise da literatura gaúcha; Prêmio SEDAC/YÁZIGI de Iniciativa Cultural RS - destaca iniciativas públicas ou comunitárias de desenvolvimento cultural; Ensaio - A Economia da Cultura; Arte Pública - seleciona esculturas de artistas locais para ocuparem espaços públicos; Concurso de filmes longa-metragem; Prêmio Jovem Instrumentista - estímulo à formação de novos talentos musicais; Memória RS: Cultura - concede bolsas para os melhores projetos de pesquisa sobre a relação Estado-Cultura e Prêmio Incentivo à Dança.

Além desses novos projetos, tiveram continuidade os tradicionais e reconhecidos: Prêmio Gaúcho de Literatura, Prêmio Gaúcho de Fotografia, Prêmio de Incentivo à Produção de Arte Cênica e Prêmio de Apoio à Produção de Curtas-Metragens.

- Programa de Interiorização da Cultura

Com o objetivo de valorizar o conjunto da cultura gaúcha, constituído pela totalidade das regiões do Estado, a SEDAC desenvolveu inúmeras atividades no Programa de Interiorização da Cultura, buscando dar autonomia à atividade cultural dos municípios para que os mesmos possam formular e executar políticas culturais independentes e adequadas às suas necessidades. Outro importante objetivo a destacar é o de estimular a geração de amplo debate pluralista, nos diversos municípios, a respeito de suas potencialidades, estratégias, prioridades e dificuldades de desenvolvimento cultural do Estado.

Entre os muitos benefícios desse Programa para a comunidade gaúcha, destacam-se: a ampla produção cultural colocada à disposição do público, o esforço de profissionalização para artistas locais, produtores e gestores culturais, a geração de oportunidades de emprego e renda para os municípios e, conseqüentemente, o desenvolvimento cultural da população rio-grandense.

- Eventos Especiais

Na área de eventos, merecem destaque o Projeto Temporada Lírica, que trouxe ao Estado importantes nomes do cenário internacional, como José Carreras (1997), nas Missões; Montserrat Caballé, em Pelotas; Pavarotti, em Porto Alegre; Sumi Jo, em Santa Maria e Porto Alegre; além das Óperas Turandot (1997) e Flauta Mágica. Esses espetáculos reacenderam o interesse pelo canto lírico no solo gaúcho, resgatando a posição que outrora o Estado já desfrutou.

Apoio a Projetos Especiais

Antônio Prado - Esse Projeto destina-se a recuperar a rede de esgoto pluvial, rede elétrica, telefonia e iluminação pública, visando a preservação do município como patrimônio histórico. Através de convênio, a SEDAC repassou ao município recursos para a execução das obras de saneamento, para posterior realização de obras de conservação dos casarios coloniais.

Rio Pardo - Projeto de restauração do antigo prédio do Colégio Militar, para reciclagem de uso, com o objetivo de abrigar a Casa de Cultura Regional. No exercício de 1998, foram concluídos os projetos arquitetônico e de *marketing*, visando a captação de recursos através da LIC.

Piratini - Projeto de Revitalização da Memória Farroupilha, que prevê o aproveitamento do maior acervo arquitetônico do Século XVIII do Estado, reavivando a memória da Guerra dos Farrapos no município, que foi uma das capitais da república de Piratini. Esse Projeto prevê a restauração do antigo Palácio Farroupilha, o antigo Ministério da Guerra, transformando os demais prédios de valor histórico em restaurantes, pousadas, confeitaria e lojas de artesanato, visando transformar o município em centro de atração turística para a Metade Sul do Estado. Para subsidiar os trabalhos de restauro, mantendo as características originais da cidade, foi realizado, em 1998, um Concurso de Fotos Antigas.

Teatro da OSPA - Sede Própria - O Governo do Estado objetiva proporcionar à Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre uma sede própria adequada e moderna, que permita a instalação da orquestra, de sua escola de música e de sua administração. Essa sede, a ser construída no Complexo Turístico do Porto dos Casais, será financiada com recursos da LIC. O projeto executivo foi encaminhado à Prefeitura do Município de Porto Alegre para aprovação.

Anexo Theatro São Pedro - Visa dotar o Theatro São Pedro de condições apropriadas para a realização de espetáculos de maior porte e valorizar e humanizar a área nobre do centro da cidade, unindo a Praça da Matriz à Rua Riachuelo. Em 1998, com a realização de concurso público, houve a contratação do vencedor e a desapropriação da área necessária ao projeto.

Memorial do Rio Grande do Sul - O Memorial RS, sediado na antiga sede dos Correios e Telégrafos, será o centro de documentação e referência voltado a preservar as fontes históricas primárias e a refletir a sociedade rio-grandense nos seus aspectos regionais, nacionais e continentais. Esse prédio resgata a tradição e a história do Estado, através da criação de um espaço reservado à informação, pesquisa e educação na área cultural, assim como preserva um rico patrimônio arquitetônico localizado em área nobre da cidade.

O Memorial abrigará o acervo documental do Arquivo Histórico do Estado, que tem sob sua custódia documentos referentes à administração pública estadual, os quais retratam a vida política, econômica, social e administrativa desde o Século XVIII até os dias atuais. Essa obra de restauração, cuja primeira fase foi entregue em setembro de 1998, conta com recursos da Lei Estadual de

Incentivo à Cultura que já viabilizou, também, a aquisição da coleção de documentos antigos pertencentes a Pedro Correa do Lago, doada ao Memorial do RS pela Companhia Souza Cruz S/A.

4.1.1 - Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão- FCP-RTV

PROGRAMA: Cultura

As ações desenvolvidas pela Fundação, no exercício de 1998, foram voltadas às suas duas grandes áreas de atuação: televisão e rádio educativas.

- Televisão Educativa

Novo Programa: SOS Consumidor, programa que tem como objetivo esclarecer e incentivar o telespectador na busca de seus direitos como cidadão.

Produção de Programas/Eventos: Festa dos Navegantes, em Porto Alegre; Rodeio Crioulo, em Vacaria; Travessia do Pontal e Maratona de Tapes, em Tapes; Festa da Uva, em Caxias do Sul; Entrega do Prêmio Açorianos, em Porto Alegre; XXV Rodeio Crioulo de Viamão, em Viamão; EXPOMÚSICA, em Gramado; 11º Festival de Bonecos, em Canela; Carijó da Canção Nativa, em Palmeiras das Missões; Ronco do Bugio, em São Francisco de Paula; Coxilha Nativista, em Cruz Alta; Noite da Cultura, em Porto Alegre; 26º Festival de Cinema Brasileiro de Gramado, em Gramado (transmissão nacional); EXPOINTER, em Esteio; Festival Moenda da Canção, em Santo Antônio da Patrulha; Semana Farroupilha, em Porto Alegre; e Desfile Sete de Setembro, em Porto Alegre.

Semanas Temáticas: Semana de Porto Alegre - série de programas especiais; Semana da Consciência Negra - série de programas especiais; e Semana do Meio Ambiente.

Documentários e Shows Especiais: Monserrat Caballé, em Pelotas; Verão Numa Boa, em Imbé; "Espírito do Rio Grande"; Izmália; Vitor Ramil; Daniela Mercury; Blitz; "Heróis do Rock"; Círio, Canto Universitário de Pelotas; Lurdes e Jair Rodrigues - Retratos do Brasil; Lea Cyntra; Cláudia Telles; Tito Madi; Gelson Oliveira; Chico Cesar; Jorge Mautner; e, uma vez por mês, Concertos OSPA.

Ecologia: Nova série do programa TVE Ecologia, documentário enfocando ecologia e conscientização ecológica, através de um convênio com o Programa PRÓ-GUAÍBA, da Secretaria da Coordenação e Planejamento. Destacaram-se alguns temas: "Bonsais, Três Cachoeiras e Green Peace"; "São Domingos das Torres"; "Comitê Sinos"; "Parque da Pedra Cortada I e II"; "A Química da Água, Óleo da Morte"; e "Substância X".

Interesse Público: Cobertura completa das eleições de 1998, com acompanhamento da contagem de votos e reportagens ao vivo desde Livramento, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo, Cruz Alta, Ijuí, Lajeado, Santa Cruz e Grande Porto Alegre. Também foi realizada a cobertura do Vestibular.

Projeto Inventário da Cultura Gaúcha: Consiste em um amplo levantamento da cultura do Rio Grande do Sul, com a realização de cerca de 100 documentários, programas e programetes. O projeto está incentivado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura, sendo que dois módulos estavam, em outubro de 1998, em fase de produção, roteiro e pesquisa. Esses módulos envolvem a realização de dez documentários sobre o Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul e quatro documentários sobre a identidade cultural do Cone Sul.

- Rádio Educativa - FM Cultura

Na FM Cultura, foi desenvolvida nova programação, com ênfase à música popular brasileira e divulgação de eventos culturais.

Novos programas foram levados ao ar como: Construção da Cidadania - programetes de um minuto, com divulgação de idéias de pessoas e organizações que trabalham pela construção da cidadania; Artes Sem Barreiras - programa semanal que divulga a produção artística de portadores de deficiência, em parceria com Very Special Arts-RS Companheira da América; Memória da Música - programa diário, em parceria com o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, sobre os maiores sucessos musicais do mundo; e Cultura na Mesa - Programa diário de informação e debates, abordando temas culturais e da atualidade.

4.1.2 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - FIGTF

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, vinculada à SEDAC, está voltada à promoção da cultura tradicionalista sul-rio-grandense.

PROGRAMA: Cultura

Foram realizados cerca de 48 festivais enaltecendo a música gauchesca, assim como foi promovida a Mostra de Indumentária do Ciclo Farroupilha.

Participação na 5ª Mostra Coletiva de Museus, promovida pela 1ª Região Museológica do Sistema Estadual de Museus.

Além disso, houve a participação da Fundação em promoções, palestras e cursos, dentre eles: Inauguração da Casa Grande na Estância das Águas Belas - Viamão; 43º Congresso Tradicionalista Gaúcho - Santa Cruz do Sul; e 1º Encontro sobre Tropeirismo do MERCOSUL - Caxias do Sul.

Na Semana do Folclore, a Secretaria da Cultura e a Fundação, juntamente com a iniciativa privada, promoveram atividades para divulgação das etnias formadoras de cultura, folclore e tradição do povo gaúcho, através de exposições, vestimentas, músicas, danças e pratos típicos.

No Seminário de Folclore para Tradicionalistas, houve a preocupação, por parte da Comissão Gaúcha de Folclore, em promover painéis envolvendo

cultura, música, estratégias e políticas, além da valorização do folclore e do *tradicionalismo gaúcho*.

4.1.3 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - FOSPA

PROGRAMA: Cultura

A FOSPA, no intuito de levar a cultura através do canto coral e da música sinfônica ao público em geral; levar a cultura musical ao interior do Estado; realizar espetáculos operísticos; formar profissionais na área de música e canto para atuar junto à Orquestra Sinfônica, Orquestra de Câmara, Coral Sinfônico e Escola de Música; estimular a criatividade e sensibilidade musical; e oportunizar a participação de alunos da Escola de Música e Canto em concertos e apresentações artísticas, promoveu cerca de 81 apresentações no ano de 1998, incluindo as do coral sinfônico.

O público, nas diversas apresentações como: Concertos Oficiais; Concertos Especiais; Concertos OSPA/UFRGS - Série Música aos Domingos; Concertos da Série "OSPA Seis e Meia"; Concertos no Interior do Estado - Projeto de Interiorização da Cultura; Popular em Concerto - Musical Banco do Brasil; Ópera "A Flauta Mágica" de W. A. Mozart; Concertos "OSPA no Brasil"; Concertos "OSPA na Assembléia", consistiu em 120.504 pessoas.

No interior do Estado, foram beneficiadas com as apresentações as cidades de Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Casca, Erechim, Feliz, Frederico Westphalen, Gramado, Jaguarão, Maximiliano Ramos, Montenegro, Passo Fundo, Pelotas (2 apresentações), Santa Maria, Sarandi, Tapera, Torres e Tramandaí.

Além das atividades no interior do Estado, a OSPA expandiu suas apresentações para outros Estados. Em Santa Catarina, realizou duas apresentações em Florianópolis e duas em Blumenau; no Paraná, realizou duas apresentações; em Curitiba; e em São Paulo, Capital, realizou uma apresentação.

4.1.4 - Fundação Theatro São Pedro - FTSP

PROGRAMA: Cultura

Ratificando sua *imagem de sucesso e conceituado* o espaço das artes em nosso Estado, o Theatro São Pedro vem dando continuidade a sua programação, sediando os mais variados e representativos eventos na área da cultura, como podemos destacar, pelo número de espectadores, as temporadas de "Tangos & Tragédias", Nei Lisboa, MPB4 e Quarteto em Cy, Nenhum de Nós, "Se meu Ponto G Falasse", "Inseparáveis" e "Diário de um Louco".

Comemorando seus 140 anos, no mês de junho de 1998, o Theatro convidou Bibi Ferreira, que participou da Reinauguração da Casa em 1984, com o espetáculo "Piaf", para apresentar seu mais recente trabalho, o musical

"Brasileiro, Profissão Esperança", resultando daí a gravação de um CD especial, gravado ao vivo no Theatro, lançado pela RBS Discos.

Mantiveram-se, ainda, todos os projetos com entrada franca: PETROPAR Música ao Meio Dia (semanal), Marc Chagal Vídeo Laser (semanal), Blue Jazz Expresso do Oriente (semanal), Concertos CRT (mensal), além das exposições fotográficas.

Foi realizada, também, mais uma edição do "Vinho do Porto Concertos", do "Cone Sul de Dança" e "Porto Alegre em Cena", atendendo a comunidade com projetos destacados nas áreas de música, dança e teatro.

Cabe destacar, ainda, os concertos mensais da Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, que trouxe solistas de renome, sob a regência do maestro Luzetro Rodrigues. Também com a Orquestra, destaque para Sumi Jo (erudito) e Ivan Lins (popular).

Para o público infantil, várias sessões dedicadas às escolas no mês de outubro de 1998 trouxeram ao Theatro centenas de crianças.

O público estimado nos eventos promovidos pela Fundação, de janeiro a dezembro de 1998, foi de 100 mil pessoas.

4.2 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA: Ensino Fundamental

Em 1998, o Programa PIA-2000, através do Projeto Todos na Escola, garantiu o ingresso e regresso à escola de 35.782 alunos entre os 7 e 14 anos, superando-se a meta dos 10.000 alunos, devido ao efetivo trabalho desenvolvido junto aos municípios para a absorção das crianças que estavam fora da escola. Essa clientela foi absorvida em 1.651 escolas estaduais e municipais, aplicando-se R\$ 2,7 milhões repassados a 44 municípios. No Projeto Prioridade Educação - Escola Aberta e/ou Referência, 49 escolas de 15 municípios atenderam 26.770 alunos, tendo sido dotadas de equipamentos, material didático-pedagógico, bem como de capacitação dos docentes que atuam nas escolas em nível regional e local, sendo aplicados R\$ 1,5 milhão nessa implementação.

O Projeto Estante do Rio Grande contemplará 3.214 escolas estaduais de Ensino Fundamental, com 79.300 exemplares de Literatura e História do Rio Grande do Sul, sendo destinados R\$ 800 mil para a aquisição desse acervo.

Em setembro de 1998, realizou-se em Porto Alegre um encontro que contou com cerca de 350 participantes entre professores das redes estadual e municipal de educação e representantes de Instituições do Ensino Superior, entre outros, para divulgação dos resultados da Avaliação Externa/1997.

A Avaliação Externa das Escolas/1998, realizada no final de novembro, com a aplicação de testes de avaliação de Língua Portuguesa (com Redação), Matemática e Ciências nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, atingiu cerca de 211 mil alunos das escolas estaduais localizadas nos 467 municípios do

Estado, além de 45.650 alunos das escolas municipais dos 227 municípios que aderiram à avaliação. Foi aplicado também para todos os alunos da 8ª série, um questionário referente à parte pedagógica. Tal projeto envolveu recursos financeiros na ordem de R\$ 1 milhão.

Na operacionalização da Gestão Democrática do Ensino Público - Lei n.º 10.576/95 - foram repassados, aproximadamente, R\$ 40 milhões para a autonomia financeira, compreendendo as despesas de manutenção e aquisição de equipamentos de 2.964 escolas do Ensino Fundamental.

Em 1998, 93 escolas do Ensino Fundamental foram beneficiadas pelo Projeto Segurança nas Escolas. Para garantir uma maior tranquilidade à comunidade escolar e a preservação do patrimônio, investiu-se quase R\$ 1,5 milhão no cercamento/gradeamento de 69 escolas e na construção de 24 casas de PM Residente. Mais de R\$ 947 mil ainda serão destinados, nos próximos meses, para possibilitar o atendimento de mais 34 unidades escolares. Oportunizou-se, também, 6 cursos de capacitação para os 173 Guardas Escolares nomeados em 1998.

Na E.E. de 1º e 2º Graus Presidente de Moraes, em Osório, R\$ 140 mil foram investidos para a recuperação do prédio, uma vez que a mesma constitui-se numa Escola-Símbolo.

No ano de 1998, foi realizado, pela segunda vez consecutiva, o Levantamento Escolar/98, visando identificar todas as crianças e adolescentes que, em idade de freqüentarem a escola (dos 7 aos 18 anos), por razões diversas não o vêm fazendo.

Esse processo, coordenado pela Secretaria da Educação, juntamente com as Secretarias Municipais e com a comunidade, através de suas múltiplas instituições, está realizando uma ampla mobilização nas escolas e no seio da sociedade civil. É importante registrar que essa ação tem a participação da Federação das Associações dos Municípios do RS (FAMURS), da Secretaria da Educação e do Ministério Público na coordenação geral.

Como resultado do levantamento de 1997, já foram identificados 72.000 crianças e adolescentes fora da escola no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que um número significativo já está sendo reintegrado através do Projeto Todos na Escola e do Sistema Informatizado de Matrículas.

PROGRAMA: Ensino Médio

A partir de outubro de 1998, foram distribuídos em torno de 32.560 exemplares de Literatura e de História do Rio Grande do Sul a 740 escolas que oferecem o Ensino Médio, através do Projeto Estante do Rio Grande e da aplicação de R\$ 500 mil.

O Projeto de Avaliação Externa das Escolas atingiu cerca de 60.000 alunos das 3ª séries do Ensino Médio da rede estadual, com a aplicação, no mês de novembro, de testes de Língua Portuguesa (com Redação), Matemática, Física, Química e Biologia e do Questionário do Aluno. Na rede municipal, cerca

de 100 alunos foram avaliados. O montante de recursos alocados é da ordem de R\$ 268, 7 mil.

Na Gestão Democrática do Ensino Público, foram destinados cerca de R\$ 5,3 milhões para o suprimento de recursos a 79 escolas do Ensino Médio.

Em 1998, foi elaborado, validado, editado e divulgado o Padrão Referencial de Currículo - Ensino Médio, junto a 576 escolas públicas estaduais e Instituições de Ensino Superior (IES), para as disciplinas de Código de Linguagem, Ciências e Tecnologia, Sociedade e Cultura. Para a instrumentalização de professores e supervisores das Delegacias de Educação, foram realizados cursos e seminários. Em todo o processo, foram aplicados recursos na ordem de R\$ 60 mil.

Pelo Projeto Segurança nas Escolas, 17 unidades escolares foram atendidas, sendo 13 com cercamento e gradeamento e 4 com a construção de casas de PM Residente, buscando-se uma segurança preventiva e educativa para toda a comunidade escolar, com o investimento de recursos na ordem de R\$ 300 mil.

Aproximadamente R\$ 2 milhões foram investidos em serviços de recuperação de 3 Escolas-Símbolo do Ensino Médio, localizadas em Rio Grande (Colégio Estadual Lemos Júnior), Bagé (E.E. de 2º Grau Dr. Carlos Antonio Kluwe) e Santa Maria (Colégio Estadual Manoel Ribas), sendo que neste último está sendo concluída a segunda etapa da obra. Está prevista, até o final do exercício, a aplicação de R\$ 440 mil para a restauração do prédio do Colégio Estadual Júlio de Castilhos - 2º Grau, em Porto Alegre.

A Educação Profissional, a partir da Lei n.º 11.123, de 27 de janeiro de 1998, passou a ser gerida por uma instituição própria, ou seja, pela Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS, ao estabelecer-se assumiu a coordenação de 128 Escolas, com 169 diferentes cursos técnicos e 22.147 alunos e, para isso, necessitou estruturar-se física e materialmente.

No corrente ano, através de reuniões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a SUEPRO/RS orientou 128 escolas estaduais, que oferecem Educação Profissional, quanto à obrigatoriedade da separação de suas Bases Curriculares, a fim do cumprimento da Resolução n.º 232/97 do Conselho Estadual de Educação.

Visando o reordenamento do Ensino Técnico no Estado, em 1998 deu-se início à reestruturação didático-pedagógica das escolas técnicas estaduais e de 5 escolas técnicas municipais; à implantação de 5 Centros Regionais de Educação Profissional (Erechim, Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento e Frederico Westphalen), em convênio com o MEC/BID; e à elaboração de projetos especiais vinculados aos Centros Profissionais para atendimento à demanda do mercado de trabalho, em função da instalação das Montadoras FORD, General Motors e Navistar e do parque automobilístico gaúcho.

O Plano de Expansão da Educação Profissional do Estado beneficiou duas importantes escolas estaduais que oferecem cursos técnicos de nível médio: Escola Estadual de 2º Grau Parobé, de Porto Alegre, e Escola Estadual de 2º Grau Monteiro Lobato, em Taquara. Isso foi possível graças ao Convênio assinado entre a SUEPRO e o MEC que, com recursos do BID, a fundo perdido, prevê o repasse, ainda em 1998, de R\$ 1,8 milhão para a E.E. Monteiro Lobato e de R\$ 1,2 milhão, como contrapartida do Governo do Estado, para a Escola Estadual de 2º Grau Parobé.

No segundo semestre de 1998, doze escolas estaduais que oferecem cursos técnicos foram beneficiadas com o incremento de recursos financeiros, num total de R\$ 382 mil, para fins específicos de ampliar a melhoria do padrão de qualidade do ensino técnico oferecido.

PROGRAMA: Ensino Supletivo

No Programa *PIA-2000*, Projeto Alfabetização e Cidadania, oportunizou-se a alfabetização e escolarização a 16.180 jovens e adultos, através da instalação de 1.301 classes de alfabetização em 42 municípios. Foi aplicado R\$ 1,6 milhão para a capacitação dos educadores comunitários envolvidos no Projeto, com cursos de 120 horas, e foi distribuído material didático-pedagógico para todas as classes e alunos beneficiados.

Pelo Projeto *Gestão Democrática do Ensino Público*, foram supridas 42 escolas, que oferecem o Ensino Supletivo, com recursos financeiros para a sua manutenção e equipagem, tendo sido investido R\$ 1,4 milhão no projeto.

PROGRAMA: Educação Especial

Através da execução do Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - *PEAI/RS*, a Secretaria da Educação criou, em 1998, a Escola de Surdos, em Santa Maria, atendendo 110 deficientes auditivos, e implementou a Escola Especial João Pratavieira, em Caxias do Sul, beneficiando 77 deficientes mentais, para o que investiu R\$ 120 mil.

Em atenção às Pessoas Portadoras de Deficiências (PPDs), além de implementar o atendimento oferecido nas escolas de 9 municípios-pólo do PEAi (Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Osório, Bento Gonçalves, Carazinho e Ijuí), implantou-se o atendimento, também, em escolas municipais de 4 municípios-pólo, beneficiando, diretamente, 783 alunos deficientes mentais, visuais e auditivos.

Buscando garantir a integração das PPDs nas escolas de ensino regular, foram oferecidos cursos de atualização para 241 professores, e foram oportunizados, ainda, a partir de dezembro de 1998, 10 cursos de capacitação, com 40 horas de duração, beneficiando 400 professores nas áreas de deficiência mental, visual, auditiva e síndrome de autismo, repercutindo na alocação de R\$ 420 mil.

Aplicou-se, ainda, R\$ 43 mil para possibilitar a participação de 1.200 portadores de deficiências na Olimpíada Anual do Deficiente Físico,

envolvendo a clientela dos municípios de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Esteio e Cruz Alta.

PROGRAMA: Ensino Superior

O Programa Estadual de Crédito Educativo - PROCRED, reformulado pela Lei n.º 10.713, de 18 de janeiro de 1998, destinado a atender os estudantes carentes do 3º Grau das 22 Instituições de Ensino Superior Comunitário, preferencialmente matriculados em cursos de licenciatura, atendeu, em 1998, 1500 candidatos novos que, somados aos bolsistas de anos anteriores, perfazem um total aproximado de 4500 beneficiários, a um custo anual de R\$ 7,2 milhões.

No decorrer de 1998, a Secretaria da Educação, dentro da Gestão do Programa da Qualidade na Administração Pública, investiu na modernização e racionalização da estrutura e fluxo do Crédito Educativo - PROCRED, com a finalidade de possibilitar o atendimento, se necessário for, nos próximos anos, de 20.000 beneficiários do PROCRED por semestre letivo, com os seguintes enfoques básicos: instalação de um site da SE/PROCRED na Internet; credenciamento das Agências do BANRISUL próximas aos clientes (IES e alunos); e adequação dos Sistemas na área de Informática à nova estrutura e fluxos.

PROGRAMA: Assistência a Educandos

No exercício de 1998, o Projeto Mãos Dadas destinou, aproximadamente, R\$ 4 milhões para aplicação direta nas prioridades estabelecidas pelas escolas estaduais. Cabe destacar que dobrou o número de escolas premiadas em decorrência do "Paguei, Quero Nota", sendo contempladas 2.426 escolas em 1998.

Outro item a ser destacado é o da compra de vagas em localidades onde a oferta pública é deficiente, para alunos com menores condições econômicas. O número de bolsistas, que em 1995 era de 1.449, passou para 6.690, em 1998, correspondendo a um gasto de R\$ 1,2 milhão e de R\$ 10,4 milhões, respectivamente, para os referidos anos.

PROGRAMA: Administração

Até pouco tempo, matrícula era sinônimo de filas intermináveis e insegurança para pais e alunos, porém, com o Programa Informatizado de Matrículas e a Rematrícula Automática, tudo ficou mais tranquilo.

O Programa implantado pela Secretaria da Educação em 1995, além de ter facilitado a escolha das escolas, ofereceu critérios iguais para todos os alunos.

Pelo novo Sistema, foi criada uma Central de Vagas, que recebe as inscrições realizadas pelos candidatos, através das escolas. Após às inscrições, o candidato é informado, via correio, sobre qual o estabelecimento de ensino em que deve efetuar a matrícula.

Atualmente, o Sistema conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e foi estendido aos Municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul.

4.2.1 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado - FADERS

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado - FADERS, possui por finalidade desenvolver ações voltadas ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, assim como à portadora de altas habilidades.

No ano de 1998, suas ações foram pautadas pela busca do *reordenamento operacional, coordenação executiva do Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI/RS, bem como à elaboração de proposta para um Programa Estadual de Atenção Integral e à Pessoa Portadora de Altas Habilidades.*

PROGRAMA: Educação Especial

O Programa Educação Especial é voltado à educação das pessoas mentalmente deficientes e às superdotadas.

- Busca de Envolvimento da Sociedade

No intuito de promover maior envolvimento da sociedade na discussão e encaminhamento da problemática da integração social das pessoas portadoras de altas habilidades, foi dada continuidade às campanhas de sensibilização social. *Essas tiveram como marco principal o Encontro Estadual com Agentes da Saúde em 41 municípios-pólo a fim de trabalhar com os municípios circundantes, obtendo como resultado positivo o fornecimento de subsídios técnicos para todas as áreas.*

Além disso, foi promovida uma ação conjunta com as Secretarias Estaduais envolvidas no PEAI/RS, o que propiciou a implantação do Fórum Estadual Permanente do Programa. *Essa ação obteve êxito através da realização de 15 encontros do Fórum Estadual Permanente do PEAI para acompanhamento e controle social do Programa, envolvendo 16 instituições governamentais e não-governamentais.*

Foram realizadas, ainda, ações sistemáticas de sensibilização, com vistas à integração social do deficiente físico, envolvendo Escolas de Porto Alegre (09 escolas de Porto Alegre e Grande Porto Alegre); organização e execução da 4ª Semana do PPD; e sensibilização com 11 unidades de referência da FADERS e a sociedade em geral, através de palestras, vídeos e trabalho integrado com as Secretarias da Educação; Saúde e Meio Ambiente; e Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

- Aperfeiçoamento de Recursos Humanos

A FADERS, no interesse de preparar e aperfeiçoar recursos humanos para atuarem no atendimento direto e indireto às pessoas portadoras de deficiência e portadoras de altas habilidades, promoveu eventos de preparação de recursos humanos: cursos de extensão e/ou estudos adicionais; eventos de aperfeiçoamento de recursos humanos; cursos de especialização, congressos, encontros, seminários, jornadas, ciclos de palestras e ou similares; assim como Seminário sobre Preparação para o Trabalho do PPD.

Propiciou, ainda, a participação de profissionais da FADERS em eventos de âmbito internacional e nacional, estadual e/ou municipal, de acordo com as prioridades das instituições.

- Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiências e às Pessoas Portadoras de Altas Habilidades

Foram atendidas, diretamente, cerca 3.400 pessoas portadoras de deficiências e pessoas portadoras de altas habilidades, através dos Programas de Escolarização, Saúde, Estimulação e Preparação para o Trabalho.

Além disso, foram atendidas cerca de 4.400 pessoas da comunidade para a questão envolvendo prevenção, e em torno de 2.500 familiares de pessoas portadoras de deficiências e de pessoas portadoras de altas habilidades.

- Assessoramento Técnico

Foi prestado assessoramento técnico a cerca de 11.050 pessoas da comunidade e 160 instituições. Prestou, ainda, atendimento semanal a 35 crianças com múltiplas deficiências.

- Descentralização

Foi promovida a descentralização das ações de atenção integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas portadoras de altas habilidades, mediante a implantação e implementação do PEAI, como instrumento principal para estabelecimento de uma rede de articulações entre os vários níveis Federal, Estadual, Municipal e Particular, prioritária nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Assim sendo, foram desenvolvidas ações voltadas à coordenação executiva do PEAI/RS, através da instalação da secretaria executiva; acompanhamento dos municípios-pólo; realização de quatro encontros envolvendo 41 articuladores municipais e 45 integrantes dos Grupos Municipais de Trabalho-Programa; implantação de dez Núcleos Regionais da FADERS em municípios-pólo do PEAI/RS; e realização de encontro de capacitação técnica dos núcleos regionais da FADERS.

4.2.2 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - FETLSVC

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, vinculada à Secretaria da Educação, tem como finalidade formar técnicos para o setor secundário da economia, bem como realizar ensaios e pesquisas tecnológicas nesse setor.

PROGRAMA: Ensino Médio

A Fundação desenvolveu, no ano de 1998, nos turnos matutino, vespertino e noturno, os cursos técnicos de: Química, com 670 alunos e 115 formandos; Mecânica, com 569 alunos e 74 formandos; Eletrotécnica, com 471 alunos e 65 formandos; Eletrônica, com 551 alunos e 43 formandos; e o Curso Técnico de Segurança do Trabalho, só noturno, com 187 alunos e 34 formandos.

A Escola mantém, ainda, o Ensino Médio, concomitante ao Ensino Técnico, bem como cursos de qualificação e requalificação profissional. Atende alunos provenientes dos municípios do Vale do Sinos, Cai e Grande Porto Alegre. Presta serviços especializados e de consultoria a empresas da região.

São desenvolvidas anualmente a Semana Cultural, com apresentação de peças teatrais; Concurso de Crônicas, Contos e Poesias; Gincana Cultural; torneios esportivos e de xadrez; Liberato in Canto; e Seminário de Estagiários. Em 1998, foram realizados o 5º Seminário Internacional de Ensino da América do Sul e a 13ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia das Escolas Técnicas de 2º Grau da América do Sul, com a apresentação de 110 projetos de pesquisa de estados-membros brasileiros e países sul-americanos.

- Pesquisa e Produção

Cursos: Foram desenvolvidos vários cursos abertos à comunidade empresarial, nas áreas de Qualidade Total, Tratamento de Efluentes Líquidos, Manutenção Industrial, Auto CAD, Fundamentos de Eletricidade e Eletrônica, Dimensionamento de Estruturas Metálicas e Gestão Ambiental, com 232 participantes, gerando recursos para a Instituição. Em convênio com a General Motors (GM), teve início o Curso Básico em Mecânica Automotiva, com 04 semestres de duração.

Serviços: Foram prestados serviços tecnológicos e usinagem de peças, atendendo 27 empresas; foi firmado convênio com a Prefeitura de Campo Bom, desenvolvendo curso de Matemática para professores do Município; foi prestada consultoria técnica para 12 empresas; através do Programa de Conservação de Energia, foram atendidas 55 empresas, em convênio com FIERGS, SEBRAE e CEEE.

Participações: Alunos e professores participaram em diversas feiras nacionais e internacionais, como Rancagua - Chile (07 participantes); Neuquen e Buenos Aires - Argentina (15 participantes); Trujillo - Peru (04 participantes); e Joinville - Santa Catarina (19 participantes); e na 48ª Feira

Internacional de Ciência e Tecnologia, em Fort Worth, Texas, EUA, da qual a Instituição foi filiada, com 02 projetos de pesquisa.

PROGRAMA: Administração

No Programa Administração, foram desenvolvidas obras de asfaltamento de duas ruas de acesso à Fundação, uma entrada exclusiva para ônibus e recapeamento de duas quadras externas de esporte, bem como a manutenção dos prédios existentes. Foram adquiridos vários equipamentos para as oficinas e laboratórios dos cursos técnicos, com recursos da Associação de Pais e Mestres - APM. O setor de Informática foi ampliado com a aquisição de computadores e impressoras. Encontra-se em fase conclusiva a instalação da rede de informática.

Foi proporcionada aos servidores a participação em cursos, congressos, feiras nacionais e internacionais, bem como foram oferecidos cursos de atualização na área de ensino e administração.

4.3 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

PROGRAMA: Segurança Pública

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, a Secretaria da Justiça e da Segurança desenvolveu prioritariamente, no ano de 1998, as atividades voltadas à preservação da ordem pública e privada, através do policiamento civil e ostensivo, perícia e outras atividades especiais.

- Centros Integrados de Segurança Pública - CISP

Visando aumentar a integração das comunidades com os órgãos de segurança, foram concluídas e inauguradas as obras dos Centros Integrados de Segurança Pública do Morro da Cruz e da Vila Maria da Conceição, em Porto Alegre, com investimentos de R\$ 497,5 mil. Também foram investidos R\$ 401,7 mil na aquisição de equipamentos para esses Centros. Outros doze Centros estão sendo construídos nos seguintes municípios: Ametista do Sul; Aratiba; Chiapetta; Palmares do Sul; Rio Grande; Riozinho; São Miguel das Missões; Uruguaiana; e Porto Alegre (bairros: Anchieta, Ipanema, INTERCAP; e no antigo prédio da Rede Ferroviária, próximo à Rodoviária).

- Aquisição de Veículos Policiais

Dentro do Plano de Aquisição de 1.000 Viaturas Policiais, foram investidos R\$ 21,3 milhões na aquisição de 1.114 veículos, sendo 716 para a Brigada Militar, 379 para a Polícia Civil, 18 para o Instituto-Geral de Perícias e 1 para a SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários, conforme se especifica a seguir:

Modelo	BM	PC	IGP	SUSEPE
Blazer	53	21	-	-
Corsa	277	213	-	-
Motocicleta Yamaha	8	-	-	-
Palio	131	9	18	-
Silverado Ambulância	20	-	-	-
Vectra	225	136	-	-
Furgão	2	-	-	1

Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança - SJS

- Construção, Ampliação e Reforma de Presídios

O programa de obras para 1998 permitiu a conclusão de estabelecimentos novos como os Albergues de Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo e São Borja, empreendimentos que representaram a geração de 264 vagas, num investimento total de R\$ 1,3 milhão, e da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, com investimento de R\$ 25 milhões e geração de 144 novas vagas. Também foram concluídas obras na rede de esgotos da Penitenciária Estadual do Jacuí e do Presídio Estadual de Três Passos; a construção de um poço artesiano na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas; a instalação do sistema de informatização INFOPEN no Presídio Central de Porto Alegre; a instalação de cerca elétrica e a reforma das telas e grades da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre; o reforço da guarda externa (pórtico, guaritas e cerca) da Colônia Penal Agrícola de Charqueadas; a instalação de cerca eletrificada na Penitenciária Estadual do Jacuí; e a implantação do projeto de acesso ao Presídio de Rio Grande, num total investido de R\$ 554,4 mil.

- Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros

Foram entregues, no ano de 1998, 10 viaturas auto bomba-tanque para o combate a incêndios, num investimento de R\$ 1,4 milhão.

- Plano Diretor de Comunicações

Foram encerrados, em 1998, os três processos licitatórios para aquisição dos equipamentos de telecomunicação que compõem o Plano Diretor, tendo início a fase de entrega e implantação do projeto. Já foram entregues 1.150 conjuntos de informática e 44 centrais telefônicas para as unidades dos órgãos operacionais. O Telecentro de Atendimento Integrado foi efetivamente implantado no 4º trimestre de 1998, atendendo a Capital, Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba e Viamão, tendo sido investidos cerca de R\$ 18 milhões.

- Municipalização do Trânsito

Conforme definido pelo Novo Código de Trânsito Brasileiro, a partir de 22 de janeiro de 1998, compete às prefeituras municipais a fiscalização do trânsito de veículos, pedestres e animais.

No entanto, devido às dificuldades encontradas pelos municípios para assumirem tal competência, o Estado, através da Secretaria da Justiça e da Segurança, com a interveniência da Brigada Militar, assinou convênios com 404 municípios, visando colaborar com as prefeituras nessa fase de transição.

- Centro Integrado de Atendimento à Juventude

Iniciada a construção do prédio que abrigará o Centro Integrado de Atendimento à Juventude, destinado a materializar, num mesmo espaço físico, a articulação existente entre a Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e FEBEM, num processo de prestação de justiça instantânea que permita o julgamento de atos infracionais no mesmo dia em que ocorrerem, bem como no procedimento de cuidados especiais, com local e forma adequados para o atendimento. Foi destinado, até o presente momento, R\$ 1 milhão para a obra.

- Projeto “Guarda Escolar”

Criado para o patrulhamento das escolas, é composto pelos servidores do Corpo de Voluntários Militares Inativos. A Guarda conta hoje com um efetivo de 476 servidores lotados em 96 municípios, abrangendo todas as regiões do Estado.

- Instituto-Geral de Perícias

Conforme a Lei Complementar n.º 10.998, de 18 de agosto de 1997, a Coordenadoria-Geral de Perícias passou a denominar-se Instituto-Geral de Perícias, unificando os antigos Institutos Periciais, transformados em Departamentos. Foram destinados recursos da ordem de R\$ 1 milhão para o reaparelhamento do Instituto, com destaque para a aquisição do equipamento microcomparador de balística, do cromatógrafo e de equipamentos para o Laboratório de Fotografia Digital.

Também merece destaque a inauguração do Posto do Departamento Médico-Legal, em Bento Gonçalves, e dos seguintes Postos do Departamento de Identificação: Alvorada; Bento Gonçalves; Canoas; Gravataí; Lajeado; Passo Fundo; Sapucaia do Sul; Central Tudo Fácil, em Porto Alegre; Centro Integrado de Segurança Pública do Morro da Cruz, em Porto Alegre; e Centro Integrado de Segurança Pública da Vila Maria da Conceição, em Porto Alegre.

4.4 - SECRETARIA DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA: Saúde

O Programa Saúde compreende o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de promover, proteger, recuperar e /ou reabilitar a saúde.

A Política Estadual de Saúde está voltada à Municipalização. Assim sendo, cabe ao município assumir a efetiva gestão dos serviços e ações de saúde que se desenvolvem em seu território, com cooperação técnica do Estado e da União e aporte financeiro das três esferas de governo. Por sua vez, cabe ao Estado a função de gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) Estadual.

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) desenvolveu algumas ações prioritárias no ano de 1998, dentre elas:

Municipalização das Ações e Serviços de Saúde - A meta prevista para 1998 foi alcançada em 87,36%, com 408 municípios municipalizados até 30 de dezembro, envolvendo 95% da população do Estado;

Implementação de Hospitais-Pólo e de Referência Regional e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar – Foram firmados 310 convênios/auxílios com hospitais-pólo, subpólo e de apoio e consórcios entre municípios para aquisição de equipamentos; foram realizadas obras e manutenção, num total de R\$ 31,5 milhões. Foi concluído e equipado o Pronto-Socorro da Região Metropolitana em Sapucaia do Sul, junto ao Hospital Getúlio Vargas, com 30 leitos de urgência, 10 leitos de UTI e ampliação de 60 leitos de internação.

Reestruturação e Recuperação da Rede de Unidades Assistenciais - Foram firmados 104 convênios para reestruturação da rede assistencial, totalizando R\$ 5,8 milhões para construção, ampliação e reforma de unidades sanitárias.

Conclusão de Hospitais: Estadual, Municipais e Filantrópicos – Foram firmados convênios com 21 municípios para conclusão de Hospitais Municipais, num montante de R\$ 4,8 milhões, sendo que 07 tiveram suas obras concluídas.

Programa de Agentes Comunitários em Saúde - PACS – Foram firmados convênios com 206 municípios, sendo cadastradas 335.891 famílias desde a implantação do Programa, estando em atividade 2.072 agentes de saúde. Outros 138 municípios pediram adesão ao programa.

Programa de Saúde da Família – Foram firmados convênios com 21 municípios e cadastradas 67.000 famílias atendidas por 67 equipes de saúde. Outros 20 municípios solicitaram adesão ao programa.

Construção, Conclusão e Equipamentos dos Hemocentros Regionais – Foram repassados recursos no valor de R\$ 200 mil para manutenção do Hemocentro Regional de Santa Rosa, concluído em 1998. A obra do Hemocentro de Pelotas encontra-se em andamento.

Conclusão do Hospital-Geral de Caxias do Sul – Foram repassados recursos no valor de R\$ 8,5 milhões à Fundação Universidade de Caxias do Sul para aquisição de materiais, equipamentos e viabilização do funcionamento do Hospital-Geral de Caxias do Sul.

Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário - PROSAN - Foram assinados convênios para implantação de 1.561 módulos sanitários, 118 sistemas simplificados de abastecimento e 38 extensões de rede de água. Foi investido R\$ 1,1 milhão, beneficiando 5.461 famílias e 27.305 pessoas. Foram realizadas, ainda, melhorias domiciliares em abastecimento de água e destinação de dejetos e lixo, bem como visitas domiciliares, palestras e reuniões para educação sanitária da população.

Projeto Mãos Dadas – Foram repassados recursos no valor de R\$ 1 milhão para 137 hospitais de até 50 leitos; R\$ 811,9 mil, para 68 hospitais de 51 a 200 leitos; e R\$ 152 mil, para 6 hospitais com mais de 200 leitos.

Plano Pró-Hospitais/Auxílios Especiais - Foram repassados recursos no valor de R\$ 482,5 mil para 53 hospitais de 50 municípios.

Programa Estadual de Atenção Integral a Portadores de Deficiências ou Altas Habilidades - PEAII - Foram realizadas 34.437 consultas pré-natais em 45 municípios. Foi repassado ao Grupo Hospitalar Conceição o valor de R\$ 1,1 milhão, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à concessão de órteses, próteses e materiais especiais a serem utilizados pelos pacientes do SUS, portadores de deficiências.

PIÁ-2000 - Foram capacitados profissionais em prevenção e tratamento de patologias associadas à desnutrição e doença diarreica aguda. Foram identificadas e acompanhadas mensalmente 20.000 crianças desnutridas de 0 a 6 anos, e distribuídos R\$ 6 milhões como complementação da renda familiar dessas crianças. Foram contemplados 45 municípios com o Programa Estadual do Leite, tendo sido cadastradas 33.566 famílias, beneficiando 42.738 crianças desnutridas com distribuição de 852.525 litros leite/mês.

Atividades Executadas pelo Programa PIÁ-2000 - Ano 1998

Atividade	Executado			
	Poliomielite	DPT	Sarampo	Tuberculose
Vacinação • Crianças < 1 ano • Cobertura vacinal	109.122	109.841	105.811	127.824
	95,69%	96,32%	92,78%	112,09%
	1ª Etapa		2ª Etapa	
• Campanha Poliomielite (0 a 4 anos) • Prevenção do Tétano • Profilaxia da Raiva	n.º crianças	cobertura	n.º crianças	Cobertura
	913.794	105,28%	867.941	101,43%
	1.307 doses > 5 anos		529 doses em gestantes	
	16.978 Doses			
Inverno com Saúde	Investidos aproximadamente R\$ 4 milhões para a compra de medicamentos e treinados 555 profissionais de Saúde.			
Temporada de Verão (outubro/97 a março/98)	Repassados recursos para os municípios do Litoral Norte e Sul no valor de R\$ 1,4 milhão. Realizados 380.860 atendimentos ambulatoriais, 87 remoções para internações hospitalares e 408 procedimentos de vigilância sanitária.			
Capacitação de Recursos Humanos	Realizados 12 eventos nas áreas de formação, integração docente-assistencial e atualização, envolvendo 1.021 profissionais. Prestada assessoria na realização de concursos públicos, em 14 municípios, com 1.132 inscritos para 33 cargos.			
Assistência Ambulatorial	Realizados 36.084.428 procedimentos, correspondendo a um valor total de R\$ 104,2 milhões. Nesse valor não está incluída a produção dos municípios habilitados nas gestões de atenção básica e plena do sistema municipal.			
Assistência Hospitalar	Autorizadas 809.066 internações hospitalares, correspondendo a um gasto de R\$ 295,5 milhões.			

Fonte: Secretaria da Saúde e Meio Ambiente – SSMA

4.4.1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental- FEPAM

PROGRAMA: Meio Ambiente

No exercício de 1998, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental realizou as seguintes ações prioritárias.

- Normalização e Licenciamento das Atividades Potencialmente Poluidoras

Até 30 de setembro de 1998, foram emitidas 6.307 licenças (LP, LI e LO). A tendência indica, até dezembro, uma emissão de 8.410 licenças, com um incremento de 20% em relação a 1.997.

A FEPAM elaborou os documentos que deram embasamento ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) para a elaboração da Resolução n.º 01/98, do Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras e da Resolução n.º 05/98, que trata do licenciamento pelos municípios das atividades de impacto local. Também participou de Câmara Técnica que gerou a Resolução n.º 04/98, do Cadastro Estadual de Agrotóxicos.

A Fundação deu suporte técnico e operacional para elaboração do Decreto n.º 38.356, de 01 de abril de 1998, que regulamenta a Lei de Resíduos do Estado do Rio Grande do Sul.

Outrossim, através da Resolução n.º 01/GAB/98, foi criada e implantada a Central de Atendimento ao Público da FEPAM, agilizando e modernizando o atendimento prestado.

A FEPAM elaborou três normas de incineração (Resíduos Urbanos, Industriais e Serviços de Saúde), que foram para discussão junto ao CONSEMA.

- Plano de Ações para o Controle da Poluição Industrial na Bacia do Guaíba

Através da empresa CTZ - Consultoria e Informática (contratada pelo período de um ano, conforme Edital publicado em 14 de março de 1997, Concorrência Nacional N.º 02/97 - SCP/PRÓ-GUAÍBA), a FEPAM vem realizando as atividades de modelagem e implantação de banco de dados.

A FEPAM iniciou, em abril de 1998, o cadastramento, via correio, de todas as indústrias localizadas na Bacia Hidrográfica do Guaíba que não possuem licenças ambientais para operarem. Até 13 de outubro de 1998, foram enviadas 27.640 correspondências contendo: ofício de encaminhamento, formulário de cadastro com anexos, disquete e envelope carta-resposta. Dessas, 19.513 ARs (aviso de recebimento do correio) retornaram assinados, sendo as demais destinatárias das correspondências restantes consideradas como não encontradas ou não estando mais em funcionamento.

Das indústrias que se cadastrarem, cerca de 6.000 serão objeto de licenciamento ambiental, pelo fato de representarem as fontes de poluição mais significativas.

- Rede de Monitoramento Ambiental

Encontra-se em execução a etapa inicial do processo de Monitoramento do Uso e Ocupação Territorial da Bacia do Rio Guaíba, através da elaboração de relatórios da qualidade dos recursos hídricos e atmosféricos e das seguintes cartas temáticas: caracterização geoambiental, aptidão do uso agrícola do solo, tendências sócio-econômicas e uso atual do solo.

Quanto aos recursos hídricos, a FEPAM realizou o monitoramento nos rios dos Sinos, Caí, Taquari-Antas, Gravataí e nas águas interiores do Litoral Norte. Essa rede de monitoramento será ampliada de 30 para 80 pontos de

amostragem, a partir de uma rede integrada com a CORSAN e DMAE. Serão acrescidos os parâmetros biológicos bentos e fitoplâncton em sedimentos.

Também foram elaboradas as propostas de enquadramento do rio Santa Maria e dos Recursos Hídricos do Litoral Norte, e dada continuidade aos processos de enquadramento do rio Cai, Taquari-Antas e Sinos.

Quanto aos recursos atmosféricos, a FEPAM monitora a qualidade do ar nos municípios de Porto Alegre, Estância Velha, Triunfo, Montenegro e Caxias do Sul, com 7 estações não-automáticas e fixas.

- Zoneamento Ecológico-Econômico em Áreas Prioritárias

Foi elaborada a proposta de zoneamento ecológico-econômico para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, assim como houve a conclusão da proposta de zoneamento da área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

- Melhoria de Qualidade da Gestão Ambiental

O Programa de Execução Descentralizada - PED/RS, apoiado pelo Banco Mundial e pelo Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, desenvolveu seis projetos, em 1998, em 26 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As atividades desenvolvidas nesses projetos estão ligadas aos seguintes temas: ecoturismo, agricultura ecológica e preservação de comunidades tradicionais, sendo que todos tiveram forte ênfase em educação ambiental.

Na área do ecoturismo, as principais ações foram: construção de cinco centros totalmente equipados de atendimento aos ecoturistas e de apoio a atividades de melhoria ambiental; treinamento da comunidade para condutores locais em ecoturismo (projeto de Mostardas); recuperação de prédio de grande significado histórico e cultural para abrigar centro de difusão de informações ambientais e treinar a comunidade em atividades de artesanato típico da Região, (projeto de Cambará do Sul); implantação e divulgação de trilhas de ecoturismo, oficinas de conscientização e sensibilização ambiental com a comunidade escolar (projeto de Faxinal do Soturno, Mostardas e Riozinho); e construção de pátio e local de divulgação turística (projeto de Riozinho).

Na área da agricultura sustentável, as mais importantes atividades foram: construção e melhoria de viveiros, em 16 municípios, para produção de espécies nativas, a serem utilizadas na recuperação da cobertura vegetal, e de algumas espécies exóticas, para serem utilizadas como alternativa de satisfação de necessidades energéticas de atividades agrícolas (projetos de Amaral Ferrador, Faxinal do Soturno, Cambará do Sul e Osório); construção de agroindústrias (projeto de Faxinal do Soturno); construção de açudes para piscicultura em propriedades-modelo para fomentar a diversidade de produção rural (projetos de Faxinal do Soturno e Osório); implantação de Banco de Germoplasma para preservação e produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica (projeto de Osório).

Por último, no que diz respeito às atividades para a preservação de comunidades tradicionais, destacaram-se as seguintes ações: melhoria nos

acessos e melhoria na produção de áreas indígenas, construção de 02 galpões para armazenagem de equipamentos e produtos indígenas (projetos de Riozinho e Osório); oficinas de treinamento e comercialização de produtos e atividades artesanais das comunidades; e equipagem de locais de produção de trabalhos artesanais (projetos de Cambará do Sul e Faxinal do Soturno).

Outra ação da FEPAM que merece destaque são os convênios realizados com os municípios com vistas à descentralização das atividades de controle e fiscalização ambiental. Sendo as atividades ou empreendimentos que produzam impactos ambientais de caráter local uma atribuição dos municípios, a FEPAM elaborou um programa de descentralização, no qual passou a realizar cursos de treinamento e capacitação dos profissionais ligados às prefeituras municipais, além de assessorar as autoridades municipais nos procedimentos para o licenciamento ambiental.

Os convênios firmados com os municípios foram executados no sentido de permitir que autorizassem a implantação de empreendimentos dentro dos seguintes programas governamentais: Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER; Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA; Programa de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza Rural - PRÓ-RURAL 2000; Programa do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER; e Programa de Regularização dos Fornos de Carvão Vegetal.

Convênio	Tramitando	Concretizados
CONVÊNIO GERAL	39	11
PRONAF	78	233
PROGER	3	5
PRODESA	1	1
FEAPER	2	4
FORNOS CARVÃO	-	11
PRÓ-RURAL 2000	19	51
TOTAL	142	316

- Outras atividades

Até 19 de outubro de 1998, foram recebidas 589 requisições do Ministério Público e Poder Judiciário Estadual e Federal. A previsão, até dezembro, é receber 689 requisições. No mesmo período, foram atendidas 32 emergências, prevendo-se, até o final do ano, um atendimento a 46 acidentes com produtos químicos ou mortandade de animais.

4.4.2 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS

PROGRAMA: Saúde

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, desde sua origem, vem sofrendo várias mudanças em seu perfil e atividades, atendendo as necessidades ditadas pelo contexto político, pelo modelo econômico e pelas condições de saúde vigentes. Essas mudanças foram decorrentes da evolução do

conhecimento científico/tecnológico sobre as questões relativas à saúde e, principalmente, das diretrizes de Governo, concedendo maior ou menor espaço à Saúde como prioridade social.

Com a aprovação da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde, garantiu-se avanço importante na definição do modelo de atenção à Saúde, Controle Social e Gestão do Sistema, exigindo do setor uma reorganização que atenda satisfatoriamente os objetivos propostos.

A Fundação desenvolve, hoje, atividades tão diversificadas quanto a de suporte às ações de vigilância epidemiológica e sanitária, padronização de normas técnicas, desenvolvimento de produção de medicamentos, pesquisas aplicadas, produção de insumos para diagnóstico e profilaxia de doenças, controle de qualidade, experimentação e produção animal, hemoterapia e hematologia e informações toxicológicas.

- Produção de Medicamentos

A produção de medicamentos é calcada no contrato de gestão, assinado no ano de 1996, o qual contempla uma produção de 140 milhões de unidades para o ano de 1997 e 180 milhões de unidades para o ano de 1998.

No ano de 1998 foi iniciada a produção do AZT, que sempre representou um custo elevado para a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente devido ao seu valor agregado, integrando-o aos cerca de 100 milhões de diversos medicamentos que foram produzidos pela Fundação.

- Exames e Análises Clínicas e de Controle Fiscal

No setor de exames e análises clínicas e de controle fiscal, as atividades foram voltadas para produtividade, tecnologia, implantação de laboratórios e diagnósticos.

Produtividade - As atividades de apoio laboratorial executadas nas áreas de vigilância epidemiológica e sanitária consistiram na execução de mais de 200 mil análises no ano de 1998.

Laboratórios Implantados - Dando continuidade à política de implantação de novos laboratórios, que nos dois anos anteriores deu surgimento aos Laboratórios de Técnicas Especiais e de Análises de Medicamentos, responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas utilizando *Biologia Molecular*, estão sendo desenvolvidos testes de sensibilidade à antimicrobianos para meningite e hepatites B e C; e, pelo diagnóstico fiscal nos medicamentos consumidos no Estado, em 1998, foi implantado o Laboratório de Análise de Resíduos de Pesticidas, capacitado para a identificação de cinco agrotóxicos em produtos hortifrutigranjeiros, entre estes o malationeo, metil paration.

Diagnósticos Implantados - Foram implantados diagnósticos nas áreas de virologia, microbiologia de alimentos, físico-química e laboratórios regionais.

Iniciou-se, na área de virologia para pacientes portadores do vírus HIV, o diagnóstico através de determinação de carga viral. Para tanto, inseriu-se

tecnologia de detecção do RNA viral por eletroquimioluminescência. Esse diagnóstico foi implantado em outubro de 1997, tendo atendido desde então 2.514 pacientes. Iniciou-se com um agendamento de oito meses, e através de investimentos em recursos humanos e insumos passou-se a 45 dias de espera. Através do diagnóstico de citometria de fluxo - CD4/CD8 - avalia-se o sistema imunológico por portador do vírus HIV. Iniciou-se esse diagnóstico em 1993, com um agendamento de 02 meses. Em 1998, através de investimentos em equipamentos e em insumos, os exames podem ser feitos em 24 horas. Nesse período foram realizados 17.200 exames.

Também é realizado o diagnóstico de infecções através de vírus respiratórios, que possibilita a detecção de cinco tipos diferentes: Influenza A e B, Síncial, Parainfluenza e Adenovírus.

Na área de Microbiologia de Alimentos, houve a identificação de microorganismos emergentes nas toxiinfecções alimentares. Por sua vez, na área físico-química foi proporcionada a análise de embalagens plásticas para alimentos.

Foram descentralizados vários diagnósticos para os laboratórios regionais, entre eles, o de HIV e análises bacteriológicas em águas.

Tecnologia/Equipamento - Na área de tecnologia foram adquiridos equipamentos com vistas a efetuar a amplificação baseada na seqüência de ácidos nucleicos; a citometria de fluxo, identificação diferencial de população linfocitária; a identificação de metais em matérias orgânicas existentes na Região Sul do país; e equipamentos para amplificação gênica e para aumentar a sensibilidade nas identificações dos princípios ativos de medicamentos.

- Produção de Sangue e Hemoderivados

O Hemocentro do Rio Grande do Sul tem como áreas de abrangência a 1ª, 2ª e 18ª Delegacias Regionais da Saúde, na sua competência executiva. Entretanto, também faz a coordenação de todos os hemocentros do Estado.

Desde 1995, implantou-se um Programa de Atenção ao Hemofílico - PAHE (400 pacientes/Estado), nesse Hemocentro. Esse programa é apoiado pelo Ministério da Saúde, que envia os medicamentos específicos. A SSMA/FEPPS alocou recursos humanos em área física específica que inclui sala de procedimentos, consultório e área administrativa. Nessa área é prestado atendimento de enfermagem, hematológico, fisioterápico e psicológico. Em acordo com outras instituições, são também oferecidos serviços odontológicos, ortopédicos e laboratoriais.

O SUS gastava com serviços privados credenciados mais de R\$ 450 mil mensais para atender essa população de hemofílicos. Em função da implantação do PAHE, esses recursos estão sendo economizados, podendo agora ser gastos em outras prioridades pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Em 28 de novembro de 1995, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente promulgou uma norma técnica especial que permitiu o estabelecimento

de convênios entre Hospitais e o Hemocentro do Rio Grande do Sul. Quarenta e dois convênios foram celebrados desde então, beneficiando 980 pacientes em Porto Alegre e 1530 na Região Metropolitana. Esses convênios representam envolvimento com 1800 doadores por mês.

Os critérios de seleção de doadores e a qualidade dos testes sorológicos de triagem asseguram mínimo risco de transmissão de moléstias pelas transfusões. Todos os candidatos encontrados com problemas de saúde ou sorologia reagente são encaminhados para atendimento (em média 8% dos doadores ou 144 pessoas por mês).

O Hemocentro de Porto Alegre coordena as ações de crescimento e qualificação de rede pública no Estado, tendo estabelecido outros três Hemocentros (em Passo Fundo/1996, Caxias do Sul/1997 e Santa Rosa/1998) e participado da montagem de outros dois (Pelotas e Santa Maria).

4.5 - SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA: Assistência

Esse Programa contempla um conjunto de ações direcionadas para o bem-estar social, cujo objetivo está centrado no amparo e na proteção de pessoas e/ou grupos, bem como na redução dos desequilíbrios sociais.

Dentre as ações desenvolvidas na área de assistência social cumpre destacar, inicialmente, os Serviços Assistenciais de Ação Continuada, que tem por objetivo o repasse de parcelas mensais de recursos para a implantação, implementação, melhoria da qualidade e revitalização da rede de prestação de serviços executados nas áreas do idoso, das pessoas portadoras de deficiência e das crianças de zero a seis anos. Os Serviços Assistenciais de Ação Continuada subdividem-se em diferentes subprojetos, a saber:

Atenção à Pessoa Idosa - API, visa estimular o convívio e a participação social do idoso com vistas ao pleno exercício de seus direitos como cidadão, através de apoio técnico e financeiro a entidades e prefeituras. Atende nas modalidades Asilar Dependente e Independente, para idosos carentes em situação de abandono ou desprovidos de amparo pelo grupo familiar, e Grupo de Convivência, desenvolvendo atividades que favoreçam o convívio social, o fortalecimento de práticas associativas e produtivas, e o exercício da cidadania. No ano de 1998, o API atendeu 7.191 idosos, com recursos da União, conveniados com entidades e prefeituras do RS, na ordem de R\$ 51,5 mil/mês.

Programa Creche Manutenção - PCM, objetiva o atendimento de 24.484 crianças de 0 a 6 anos, em jornadas de 04 a 08 horas, para lhes proporcionar assistência preventiva em saúde, alimentação e educação, em ação articulada com a família e a comunidade. No ano de 1998, foram firmados convênios com recursos no montante de R\$ 401,3 mil/mês.

Pessoa Portadora de Deficiência - PPD, tem por objetivo prestar apoio técnico e financeiro a entidades filantrópicas que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais, determinadas por deficiências físicas, mentais ou sensoriais, através de prevenção, tratamento e reabilitação. O tipo de atendimento e a capacidade técnica do prestador de serviços é que estabelecem o valor per capita a ser repassado todos os meses. No ano de 1998, foram firmados convênios no valor de R\$ 671,5 mil/mês, beneficiando 5.028 pessoas.

Abrigo - compreende a transferência de recursos a entidades e prefeituras que atendam crianças e adolescentes em situação de risco. O Abrigo é uma medida de proteção, aplicada pelo Conselho Tutelar e/ou Juiz da Infância e Juventude, para crianças e adolescentes, na faixa etária de zero a 18 anos. A origem do recurso é o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Ainda no ano de 1998 foram conveniados, nos Serviços Assistenciais de Ação Continuada, recursos do Tesouro do Estado perfazendo R\$ 1 milhão e destinados aos municípios que já descentralizaram seus serviços assistenciais.

Também se vinculam à área de Assistência Social os Programas de Ação Social Comunitária, visando apoiar financeiramente entidades e prefeituras, contribuindo para o fortalecimento da organização comunitária e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda atendida. No ano de 1998 foram conveniados recursos oriundos do Tesouro do Estado, no montante de R\$ 1,4 milhão, atendendo 17.391 pessoas.

Gestão - Em 1998, foi iniciada, oficialmente, a descentralização das ações da Assistência Social, o que resultou na classificação dos municípios em Gestão Municipal e em Gestão Estadual.

A Gestão Municipal caracteriza-se pela transferência direta dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais. Estão nessa categoria 174 municípios gaúchos. O acesso à Gestão Municipal se dá por indicação da STCAS, quando os municípios cumprem o art. 30 da Lei Orgânica de Atendimento Social - LOAS, ou seja, tenham constituído, e estejam em funcionamento, os Conselhos e Fundos Municipais e elaborado o Plano Municipal.

A Gestão Estadual ocorre pela transferência de recursos às Prefeituras e Entidades, mediante convênio específico celebrado com a STCAS. Estão nessa categoria os 293 municípios restantes.

- Programa PIÁ 2000

O Programa objetiva garantir às crianças e adolescentes o atendimento dos direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade. Subdivide-se em Apoio às Creches Assistenciais e Comunitárias; Pesquisa sobre as Circunstâncias de Vida de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; e Redes Municipais de Atendimento.

- Apoio às Creches Assistenciais e Comunitárias

Propõe-se incentivar ações para o atendimento integral de crianças de 0 a 06 anos, através de repasse de recursos financeiros para despesas de custeio das creches assistenciais e comunitárias do Estado. São beneficiadas 16.696 crianças em 45 municípios constituintes do Piá 2000. No ano de 1998, foram conveniados recursos de R\$ 736,2 mil.

- Pesquisa Sobre as Circunstâncias de Vida de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Em 1998, foi implementada a 2º fase da Pesquisa, que compreende o levantamento do número de crianças e adolescentes em situação de rua, e o qualitativo, através de abordagem, buscando analisar as características, origem, vinculação com a escola, nível de escolaridade, hábitos, inserção familiar e estratégias de sobrevivência.

No 1º semestre de 1998, com consultoria do UNICEF, ocorreu a fase preparatória do levantamento, ou seja, a capacitação de 220 pesquisadores para a realização do trabalho de campo em agosto/setembro, em 14 municípios selecionados pelo Programa Piá 2000. Nessa fase, a Pesquisa contou com recursos de R\$ 120 mil, oriundos do Tesouro do Estado.

Em 03 de agosto foi realizada, em Porto Alegre, reunião preparatória para a etapa da contagem, com a participação dos 220 pesquisadores, dos 14 municípios envolvidos que, no mesmo mês, efetuaram a contagem de crianças e adolescentes. Em 04 de setembro foi realizada a reunião preparatória para a etapa de abordagem, com 212 participantes e presença do consultor do UNICEF. Em 15 de outubro, encerrou-se a pesquisa de campo nos 14 municípios.

A capacitação para educadores sociais que executaram os serviços da Rede de Atendimento vem sendo realizada. Novo Hamburgo sediou a 1ª fase, para os municípios São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Caxias do Sul, totalizando 120 participantes, dentre Conselheiros Municipais, Professores e Profissionais das Instituições. Em Porto Alegre, foi realizada a 2ª fase da capacitação para os municípios de Canoas, Alvorada, Gravataí e Viamão, com 110 participantes.

Redes Municipais de Atendimento

Preconiza a existência de uma rede articulada de programas e serviços na área da saúde, assistência social, proteção em favor da população infanto-juvenil, em situação de rua, funcionando como satélite da escola. Em 1998, foram repassados recursos a prefeituras e entidades na ordem de R\$ 1,5 milhão, beneficiando, em média, 3.490 famílias.

Integra-se às Redes Municipais de Atendimento o Projeto de Complementação de Renda Familiar, visando o ingresso e permanência na escola, de crianças e adolescentes. O Projeto pode beneficiar até 1.579 crianças/mês com recursos no montante de R\$ 1,6 milhão.

- Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI/RS

O Programa tem por objetivo garantir ação conjunta entre Governo do Estado, Município e sociedade civil na consolidação de uma rede de serviços articulados de atendimento/atenção integral à pessoa portadora de deficiência. Esse Programa subdivide-se em 03 subprojetos:

Implementação da Política de Assistência Social

Visa incentivar ações voltadas a pessoas portadoras de deficiência, através de apoio financeiro, assessoria e capacitação. No ano de 1998, foram repassados recursos de R\$ 600 mil, para 17 municípios, em 23 convênios, atendendo em torno de 2.920 pessoas.

Atendendo às Necessidades das PPDs em Situação de Abandono e Risco Social

Constitui-se na implementação de ações integradas entre diversas Secretarias de Estado visando a construção, ampliação e equipamentos de abrigos residenciais. No primeiro semestre de 1998, foram concluídos dois Abrigos Residenciais e iniciada a ampliação do Abrigo José Leandro de Souza Leite e do Abrigo Cônego de Nadal.

Viabilizando a Geração de Emprego e Renda

Visa a qualificação e requalificação, para o mercado de trabalho, de pessoas portadoras de deficiência; a expansão dos serviços de intermediação de mão-de-obra; e o desenvolvimento de habilidades básicas e de gestão. Ações voltadas à empregabilidade e/ou geração de renda. No período em exame verificou-se a oferta de 78 cursos profissionalizantes, em 23 municípios gaúchos, totalizando 1.298 vagas. Nesses cursos para PPDs foram investidos R\$ 372,7 mil, uma parcela dos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à qualificação de mão-de-obra no Rio Grande do Sul.

- Programa Estadual do Idoso - PEI

O objetivo primordial do PEI é a promoção de ações que assegurem ao idoso o seu bem-estar social, proporcionando sua integração na comunidade em que vive.

No 1º semestre de 1998, a coordenação do PEI esteve presente em 03 reuniões interestaduais (em Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) do Fórum Permanente. Também participou de palestras e orientações a comunidade e entidades afins, sobre a implantação da política do idoso.

Em outubro de 1998, foi realizado em Porto Alegre o 1º Congresso Brasileiro de Gerontologia Social e o II Fórum Permanente da Política Nacional do Idoso, contando com apoio técnico e financeiro da STCAS. Ainda destaca-se, nesse período, a promoção dos Jogos para a Integração do Idoso, realizados em 17 municípios gaúchos, sob a coordenação do Fórum do Idoso, com participação

de mais de 1500 pessoas. Os Jogos contaram com a parceria de Universidades Regionais, SESC, Prefeituras Municipais e demais Secretarias de Estado.

- Programa Viva Bem a Terceira Idade, com Alimentação

Incluído entre as ações do Programa Estadual do Idoso, o Projeto Idoso - Viva Bem a Terceira Idade, com Alimentação, consiste em distribuir, mensalmente, duas cestas básicas com alimentos do SESI, aos idosos carentes, com 70 anos ou mais, e renda per capita igual ou inferior a R\$ 50,00.

O projeto foi operacionalizado com recursos financeiros da STCAS, com despesas de R\$ 817,5 mil até outubro, e estima-se repassar, ainda, R\$ 412,8 mil com 12.000 beneficiados até dezembro de 1998. Nesse ano, foram distribuídas cerca de 71.532 cestas básicas a idosos carentes em 49 municípios gaúchos.

- Programa de Desenvolvimento de Ações de Enfrentamento à Pobreza

Consiste em um conjunto de atividades com o objetivo de subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que garantam meios, capacidade produtiva e de gestão a grupos comunitários, para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social. Subdivide-se em Ações Sociais Comunitárias - ASC, prevendo a aquisição e melhoria de equipamentos sociais e Assistência Integral à Criança e Adolescente - AICA, que atende crianças e adolescentes de 07 a 18 anos em situação de risco, oferecendo-lhes reforço escolar e alimentação. No ano de 1998, foram comprometidos R\$ 1,1 milhão, beneficiando 15.783 pessoas.

- Programa Brasil Criança Cidadã - BCC

O Programa destina-se ao repasse de recursos financeiros para atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade resultante da pobreza, discriminação, abandono e exclusão. No ano de 1998, o Programa desenvolveu-se de duas formas. No início do ano, para os meses de março e abril, a STCAS celebrou convênio com toda a Rede do Estado que prestou atendimento nos programas de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto - ASEMA (atendimento na faixa dos 07 a 18 anos em turno diferenciado ao da escola); de Orientação e Apoio Sócio-Familiar - OASF (crianças e adolescentes de 0 a 18 anos ou seu grupo familiar); e ABRIGO (atendimento diurno para aqueles que temporariamente estão fora do convívio familiar, de 0 a 18 anos). Nesse período, as metas beneficiaram 27.202 crianças e adolescentes, com um dispêndio mensal de R\$ 700 mil.

Posteriormente, o Programa BCC foi alterado pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, restringindo-se apenas ao ASEMA, que passou a integrar a Rede através de concurso de seleção. Com isso, e com as duas formas de Gestão, a STCAS realizou 7.222 metas, num valor mensal de R\$ 181 mil, em 6 parcelas.

PROGRAMA: Planejamento Governamental

Esse Programa agrupa um conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados de planos e programas de natureza social, bem como a organização e modernização administrativa.

- Registro de Entidades Públicas

O registro objetiva cadastrar entidades civis, para que essas possam habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, e orientar a formação de entidades comunitárias. É responsável também pela concessão da "Declaração de Utilidade Pública", para que as instituições possam receber isenções tributárias. No ano de 1998, até outubro, foram cadastradas 625 novas entidades e recadastradas 913. Também foram analisadas 66 solicitações de "Declaração de Utilidade Pública" e recebidos em torno de 850 relatórios de prestação de contas das entidades. O total previsto para o ano de 1998 é registrar 850 entidades, recadastrar 1.150, analisar 90 solicitações e 950 relatórios de prestação de contas.

PROGRAMA: Relações do Trabalho

Esse Programa envolve um conjunto de ações que têm a finalidade de orientar, coordenar e fiscalizar as normas das relações trabalhistas.

- Acesso ao Mercado de Trabalho

Também são operacionalizadas, sob a execução da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS, as Unidades do SINE/RS. Essas unidades de atendimento prestam serviços de intermediação de mão-de-obra, emissão de carteira de trabalho, encaminhamento e orientações do seguro-desemprego, atendimento a portadores de necessidades especiais, trabalhadores autônomos e adolescentes em busca de uma oportunidade de colocação no mercado de trabalho.

PROGRAMA: Ensino Supletivo

Esse Programa compreende um conjunto de ações destinadas a proporcionar ao adolescente e adulto trabalhador o aperfeiçoamento ou atualização de seus conhecimentos, a fim de alcançar uma melhor formação metódica para o trabalho e/ou preparo profissional.

- Qualificação Profissional

Na Formação do Trabalhador, a STCAS, através de recursos do Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, desenvolve o Plano de Qualificação Profissional, parte do Programa RS Emprego, que consiste em preparar e qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho. O objetivo é aumentar a possibilidade de inserção dos trabalhadores no mercado e a manutenção dos empregos daqueles que já estão em atividade. Foram inscritos,

até setembro de 1998, 82.479 alunos para cursos profissionalizantes, com um investimento de R\$ 7,2 milhões.

Até dezembro está previsto o repasse de recursos da ordem de R\$ 11,7 milhões, totalizando R\$ 19 milhões investidos em, aproximadamente, 600 modalidades de cursos em 285 municípios do Estado.

PROGRAMA: Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho

São ações que objetivam fixar o cumprimento de normas básicas com o intuito de proporcionar condições de segurança e bem-estar ao homem, no ambiente de trabalho.

- Segurança e Saúde no Trabalho

A área de segurança e saúde no trabalho tem por objetivo atuar na prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, prestando serviços à comunidade, a empresas e trabalhadores em geral.

Dentre as atividades desenvolvidas em 1998 destaca-se a promoção de 29 cursos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, na Região Metropolitana de Porto Alegre, com 469 participantes. Também em Porto Alegre foi oferecido um curso de Brigada de Incêndio, com 19 participantes.

Até dezembro de 1998 estão previstos, na área de Segurança e Saúde no Trabalho, 20 cursos de CIPA em Porto Alegre, para 500 participantes, e 5 Ciclos de Palestras para 100 alunos.

- PROCON

O Programa Estadual de Defesa do Consumidor - PROCON, tem por objetivo promover a defesa dos consumidores, implementar políticas de proteção, coordenar relações de consumo, sugerir mudanças na legislação, aplicar a lei e capacitar agentes de fiscalização.

Entre os meses de janeiro a setembro de 1998, foram realizados 45.045 atendimentos jurídicos nas áreas de alimentação, saúde, habitação, produtos, serviços e financeiros. O PROCON ainda efetuou 895 audiências de conciliação, 100.800 informações para triagem e 90.720 informações por telefone, totalizando 237.460 atendimentos no período. Com esse desempenho, o PROCON-RS situa-se em segundo lugar dentre os PROCONs estaduais, só inferior ao registrado em São Paulo. A previsão para o ano de 1998 é de alcançar um total de 316.000 atendimentos.

O PROCON reeditou, no período analisado, 04 cartilhas (12.000 exemplares) com orientações ao consumidor na área de saúde, direitos, consumidor infantil e férias. Também promoveu o Dia da Cidadania, com palestras em Centros Comunitários, painéis e distribuição de folders para o esclarecimento da comunidade. Através de parcerias, o PROCON instalou na loja de atendimento ao público o sistema Net Sul de TV a Cabo, melhorando a

informação/conforto dos consumidores e implantou um *site* na Internet (www.riogrande.com.br), ampliando o recebimento de consultas e reclamações.

Na operação Verão/98, realizada nos meses de janeiro e fevereiro, o PROCON fiscalizou 289 estabelecimentos, constatando 73 irregularidades. Foram, ainda, ministrados treinamentos de atendimento para os funcionários dos PROCONs municipais e distribuídos milhares de cartilhas e folhetos.

Durante a "Liquida Porto Alegre", o PROCON, através de sua equipe de fiscalização, visitou 357 lojas. Prestou, também, 587 atendimentos de esclarecimentos e orientações jurídicas aos PROCONs do interior do Estado e 68 atendimentos a PROCONs de outros Estados. De janeiro a junho foram pesquisados pelo PROCON 361 estabelecimentos, como farmácias, estacionamento, supermercados, postos de combustível, bancos, lavanderias, laboratórios, restaurantes e hotéis.

- Projeto Mãos Dadas

O Projeto Mãos Dadas tem por objetivo conscientizar e educar o cidadão para exigir a nota/cupom fiscal, combatendo, dessa forma, a sonegação. O Projeto distribui, na forma de prêmios, recursos a entidades civis com atuação na área de assistência social. Estão cadastradas 1.104 entidades, sendo que 926 foram beneficiadas até setembro de 1998. Foram distribuídos prêmios de aproximadamente R\$ 3 mil por entidade, totalizando R\$ 3 milhões no período em exame. Até dezembro, há previsão de distribuir R\$ 4 milhões, com o cadastramento de 1.200 entidades e 1.050 beneficiadas.

- Programa Comunidade Solidária

O Programa, iniciativa federal de combate à fome e à miséria das populações carentes, implementa ações principalmente nas áreas de educação, saúde, redução da mortalidade infantil, alimentação, saneamento e habitação popular.

No Rio Grande do Sul, a STCAS é a interlocutora do Programa, gerenciando as atividades que beneficiam 85 municípios detentores dos maiores índices de pobreza no Estado.

- Municipalização dos Centros Sociais Urbanos

A STCAS administra o processo de municipalização dos Centros Sociais Urbanos - CSUs, em conformidade com o Decreto n.º 36.700/96, que preconiza o repasse dos bens móveis e imóveis dos CSUs às prefeituras. Dos 51 Centros Sociais existentes no Estado, 47 já foram municipalizados.

- Vida Centro Humanístico

Desenvolve uma política de promoção social atendendo a população de Porto Alegre e Grande Porto Alegre, nas áreas do trabalho, saúde, assistência, educação, cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, constituindo-se num grande centro de cidadania. Através de atividades multidisciplinares, constantes

em todos os programas e serviços oferecidos, o Centro Vida, no ano de 1998, apresentou despesas de manutenção de R\$ 306,1 mil, desenvolvendo os seguintes programas:

- Programa Arco-Íris, que atende em média 500 crianças e adolescentes/mês, em oficinas pedagógicas e esporte, oferecendo, mensalmente, em torno de 4.000 refeições/mês e 1.000 vales-transporte;
- Programa de Atendimento à Terceira Idade, com atividades na área de saúde, cultura e lazer, atendendo em torno 500 idosos/mês;
- Programa Bem Viver, que atende a soropositivos (HIV) e seus familiares, prestando serviços de saúde e atendimento psico-social, e assistindo, em média, a 250 pessoas/mês;
- Programa de Recuperação Nutricional, com distribuição mensal de 250kg de alimentos e leite, a 22 famílias e 60 crianças das vilas próximas ao Centro Vida.

O Centro Vida ainda desenvolveu, no primeiro semestre de 1998, 490 atendimentos na área de serviços social, expediu 456 atestados de pobreza e promoveu 447 encaminhamentos a recursos da comunidade. Também ofereceu 3 cursos de Informática, com 341 vagas disponíveis para crianças e adolescentes.

Dentre as outras atividades, cabe destacar os cursos de artesanato; os serviços de biblioteca, com 3.200 freqüentadores; distribuição de agasalhos e calçados a 3.879 pessoas; 37 kg de alimentos e 129 pacotes de leite; e a escolinha de futebol para 117 crianças e adolescentes. Na área da saúde ainda foram registradas 303 consultas de enfermagem e 236 consultas médicas, além da vacinação de 2.753 crianças durante a 1ª fase da Campanha Nacional de Multivacinação, em junho.

4.5.1 - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM

PROGRAMA: Assistência

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, em 1995, traçou o Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, a ser executado no período de 1995 a 1999, tendo como diretriz básica o seu reordenamento filosófico-operacional, jurídico e administrativo. O Plano de reestruturação tem como base legal a Política Estadual de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

Do processo de reordenamento, desencadeado em 1995, surgiu o delineamento claro de seu atendimento prioritário, culminando, no ano de 1998, com a divisão das execuções em duas áreas distintas: Proteção Especial, incluindo dois Programas, Abrigos e Portadores de Necessidades Especiais; e Sócio-Educativa, incluindo todos os Institutos que executam medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade como retaguarda para o Sistema de Administração da Justiça.

- Área Sócio-Educativa

No ano de 1998, a Área Sócio-Educativa efetivamente operacionalizou suas metas prioritárias dentro do Programa de Atendimento Regionalizado aos *Adolescentes Autores de Ato Infracional*. Com o objetivo de integrar-se com os órgãos diretamente envolvidos com a comunidade, através de programas e estruturas voltados para a perspectiva do resgate da cidadania, da formação de sujeitos críticos e participativos, criou programas e propostas pedagógicas que respeitem suas características intelectuais, psíquicas e sócio-culturais, bem como equipamentos que possibilitem, preferencialmente, o atendimento no seu meio de origem. Dentro dessa diretriz, as seguintes atividades foram executadas no ano de 1998:

Regionalização do Atendimento a Adolescentes Autores de Ato infracional

Essa proposta concretizou-se na construção e funcionamento dos Centros da Juventude, na Capital e interior. Em abril, foram abertos: Centro da Juventude de Caxias do Sul; Centro da Juventude de Santo Ângelo; e Centro da Juventude Santa Maria. O Centro da Juventude de Pelotas foi aberto em outubro de 1998; e o de Uruguaiana, em novembro.

Cada unidade implantada tem capacidade máxima para 40 adolescentes, promovendo um atendimento que respeita suas necessidades individuais.

O processo de regionalização desdobra-se de forma gradual. De um lado, vem ao encontro do saneamento de dificuldades próprias ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, no sentido de garantir a manutenção de vínculos familiares e o atendimento em pequenas unidades. De outro lado, esse processo se efetiva paralelamente a um aumento quantitativo da demanda, contratação de funcionários e, ainda, dificuldades intrínsecas ao processo de manutenção das unidades já existentes.

Frente a essas dificuldades, algumas estratégias concomitantes à criação dos Centros de Juventude foram necessárias, no sentido de desafogar o sistema, tais como: divisão da clientela do Instituto Central de Menores (ICM) e Instituto Padre Cacique (IPC).

Implantação do Instituto Padre Cacique

Esse Instituto destina-se à internação de 40 adolescentes, oriundos de regiões do Estado onde ainda não existem em funcionamento Centros da Juventude, em situação de primeiro ingresso e com sentença de primeiro grau. A internação passa, obrigatoriamente, pela prévia definição do perfil dos adolescentes, por período não superior a 30 dias, no Instituto Carlos Santos.

Extinção do Instituto Central de Menores e Criação do Centro do Jovem Adulto

Esse Instituto foi desativado e destinado seu complexo físico a atender, exclusivamente no regime de privação de liberdade, jovens adultos (de 18 a 21 anos), cuja conduta, em razão do ato infracional, da vida pregressa ou do

comportamento na respectiva unidade, demonstraram inadequação para o *convívio com adolescentes infratores* nos demais programas de privação de liberdade mantidos pela Fundação.

Segundo Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos e, sendo atingido esse limite, o adolescente deverá ser liberado, colocado em *regime de semiliberdade ou de liberdade assistida*. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

A internação deverá ser cumprida em entidades exclusivas para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

O Instituto Central de Menores foi extinto por inadequar-se aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, misturando tipologias de atos infracionais e faixas etárias, além de manter sua capacidade de atendimento permanentemente superlotada, que dificulta a realização do atendimento e a aplicação de atividades pedagógicas, bem como o zelo pela integridade física e mental dos internos com medidas adequadas de contenção e segurança.

Partindo das mudanças operacionalizadas no extinto Instituto Central de Menores, a FEBEM considera essencial a organização e sistematização do atendimento na área sócio-educativa, seguindo os preceitos legais da separação por faixas etárias, condição física e gravidade do ato infracional, e resolve, em conjunto com o Conselho de Supervisão da Infância e da Juventude e com os Juizados Regionais da Infância e Juventude, definir o perfil do atendimento em todas as suas unidades.

Projeto de Capacitação Intensiva de Recursos Humanos Concursados

A Fundação tem como prioridade o reordenamento do Programa de Atenção aos Adolescentes Autores de Ato Infracional. Nesse sentido, está se concretizando a regionalização do atendimento através da construção de dez unidades, "Centros da Juventude", na Capital e interior do Estado, nos municípios sede das Comarcas dos Juizados da Infância e Juventude: Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Uruguaiana e Osório.

Em 1998, as seis primeiras unidades (Porto Alegre, Santo Ângelo, Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas e Uruguaiana) entraram em funcionamento, fazendo-se necessário equipá-las, bem como dotá-las de recursos humanos para o desempenho do atendimento. Para isso, foi realizado Concurso Público, e contratados, aproximadamente, 300 servidores para diversas funções.

O Programa tem como objetivo implantar um curso de capacitação intensiva que tenha por base os conteúdos teóricos elementares da Doutrina da Proteção Integral, associados às práticas de experimentação do fazer, nas próprias unidades de atendimento, oferecendo instrumental mínimo para que o recém-contratado possa inserir-se no cotidiano das Instituições com noções significativas da dimensão do atendimento a ser realizado.

Atendimento na Área Sócio-Educativa da FEBEM/RS

Até setembro de 1998, foram atendidos 1.132 adolescentes autores de ato infracional em Porto Alegre; 137 em Santa Maria; 70 em Caxias do Sul; e 42 em Santo Ângelo, totalizando 1.381 adolescentes. A previsão para o ano de 1998 é atender a 1.695 adolescentes.

-Área de Proteção Especial

Em 1998, o Programa de Abrigos esteve em pleno processo de reordenamento. Os avanços alcançados são de caráter conceitual e operacional, não tendo sido atingido, ainda, o pleno reordenamento de suas estruturas físicas. Houve progresso na articulação do Programa de Abrigos de Porto Alegre, no âmbito das políticas públicas do município, e também no que se refere à efetivação do princípio de incompletude institucional.

O reordenamento da FEBEM/RS, anunciado no início desta administração, ganhou concretude em 1998. Para os abrigos de portadores de necessidades especiais houve a liberação de recursos pelo Tesouro do Estado, através do Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI. Mais uma casa para crianças portadoras do vírus HIV foi construída na Sede da FEBEM. Também o Abrigo Cônego Paulo de Nadal (ACPN) recebeu uma unidade anexa para os abrigados com melhores prognósticos de desenvolvimento, e houve recursos para contratação e capacitação de recursos humanos e compra de equipamentos para os abrigos.

Cerca de 44 cursos de qualificação profissional foram ministrados desde o final de maio de 1998, para 460 jovens em situação de risco que se encontram na FEBEM. Os cursos fazem parte do Programa RS Emprego, que é gerenciado pela STCAS. Artes Gráficas, Auxiliar de Paisagismo, Operador de Microcomputador, Cabeleireiro, Manicure, Pedicure, Azulejista e Pintor de Móveis foram alguns dos cursos ministrados, graças a um convênio com o SENAC/RS. Foram beneficiárias as populações atendidas pelos Abrigos Residenciais e Abrigo Irmão Miguel Dario (AIMD), que tiveram aulas no Centro Infanto-Juvenil Zona Sul, juntamente com adolescentes da comunidade. Para a participação nos cursos, com carga horária média de 170 h, foram requisitos básicos possuir idade acima de 14 anos e ter frequentado, no mínimo, até a terceira série do 1º Grau. As aulas foram ministradas durante os três turnos, com a preocupação de não colidir com o horário da escola formal. Importante ressaltar que todas as crianças abrigadas e que não têm lesão maior em sua capacidade cognitiva, estudam nas escolas da comunidade e participam de eventos que a cidade oferece, sendo essas atividades a concretização da "Pedagogia da Alegria".

4.5.2 - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

PROGRAMA: Relações do Trabalho

- Atendimento ao Trabalhador - SINE/RS

O Programa é executado pela FGTAS, através de 105 Unidades presentes em 98 municípios, e visa o atendimento ao trabalhador desempregado ou em busca de uma nova colocação no mercado de trabalho.

Dos 217.890 trabalhadores cadastrados no período de janeiro a agosto de 1998, 105.492 foram encaminhados a postos de trabalho, dos quais 31.309 efetivados em novos empregos. A estimativa, até dezembro de 1998, é de captar 93.860 vagas, inscrever 326.834 candidatos a uma colocação, encaminhar 158.240 e colocar 46.965 trabalhadores.

Foram emitidas, entre janeiro e agosto de 1998, 36.962 carteiras de trabalho, sendo 18.709 documentos para trabalhadores do sexo masculino e 18.253 para trabalhadores do sexo feminino. Até dezembro serão emitidos cerca de 84 mil documentos que habilitam o trabalhador ao ingresso no mercado de trabalho.

O SINE/RS oferece, ainda, o serviço de intermediação de pessoas portadoras de necessidades especiais. Entre os meses de janeiro e agosto, foram captadas 370 vagas compatíveis com o exercício profissional pelos referidos trabalhadores. Registrou-se um total de 409 encaminhamentos e 127 trabalhadores efetivados em postos de trabalho. A previsão é de captar, até o final do ano, 555 vagas específicas para essa clientela, e colocar 179 trabalhadores.

O serviço de atendimento ao adolescente trabalhador registrou a inscrição de 1.153 em busca de uma colocação no mercado. Foram captadas 119 vagas e efetivamente empregados, no semestre, 82 trabalhadores. Nas 47 Oficinas de Preparação para o Trabalho oferecidas no período, participaram 756 adolescentes.

O Centro do Trabalhador Autônomo - CTA, que tem por objetivo ampliar frentes de trabalho, orientando e facilitando a adequação de categorias profissionais autônomas, é oferecido nos municípios de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

No período em exame, foram cadastrados 232 novos profissionais. Recebendo 3.002 solicitações de serviços, foram atendidas 71,00%, num total de 2.119 serviços prestados.

No período de janeiro a setembro de 1998, as unidades do SINE/RS realizaram 314.663 atendimentos relativos ao Seguro-Desemprego no Estado, com um total de 156.799 trabalhadores habilitados ao recebimento do benefício. A previsão, até dezembro, é de atender 420.442 trabalhadores, habilitando um total de 208.848 para receber o Seguro-Desemprego.

Foram realizados 05 seminários: um sobre o Seguro-Desemprego, destinado ao pescador artesanal, em Porto Alegre, em junho; e 04 seminários Regionais, em Santana do Livramento, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, tratando de temas relacionados ao mercado de trabalho e intermediação de mão-de-obra.

Na área da geração de informações sobre o mercado de trabalho, destaca-se a Pesquisa de Emprego e Desemprego PED-RMPA, que tem por objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional, através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho para o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) da Região Metropolitana de Porto Alegre.

As metas previstas para o período foram plenamente atingidas com a execução dos 09 levantamentos de dados (2.500 questionários/mês), necessários para a construção dos indicadores de emprego, desemprego e rendimentos, analisados, publicados e divulgados em coletiva à imprensa, mensalmente.

Da mesma forma, foram publicadas 09 edições do Informe-PED, contendo as análises dos nove meses. As informações obtidas na Pesquisa possibilitaram a publicação de 03 artigos sobre o mercado de trabalho metropolitano, apresentados na Revista Indicadores Econômicos, da FEE.

- Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER/RS

O PROGER/RS é um programa de apoio técnico e financeiro cujo objetivo básico é gerar novas fontes de renda e emprego. A concessão de financiamento ocorre mediante a elaboração de projeto econômico e está vinculada ao desenvolvimento de programas de capacitação técnico-gerencial e assistência técnica.

Os recursos do PROGER/RS destinam-se a pessoas físicas que atuam no setor informal da economia: trabalhadores desempregados, subempregados, artesãos e autônomos, exceto os profissionais liberais. Nesse segmento enquadram-se também os profissionais recém-formados, especialmente os que queiram se estabelecer em cidades do interior; firmas individuais e pessoas jurídicas, de direito privado, de micro e pequeno porte, inclusive as em fase de implantação; associações de produtores rurais, desde que formadas exclusivamente por mini e/ou pequenos produtores rurais; cooperativas de produção rural, uma vez que formadas exclusivamente por mini e/ou pequenos produtores rurais; e associações e cooperativas do meio urbano, de produção e de prestação de serviços.

No período compreendido entre os meses de janeiro a agosto de 1998, foram homologadas 84 novas Comissões Municipais de Emprego, e contratados 1.362 projetos, com recursos de R\$ 22,8 milhões, repassados para 207 municípios gaúchos, com previsão de 3.524 ocupações.

A Fundação participou, no 1º semestre, de 15 encontros e reuniões de avaliação, treinamentos e capacitação, abrangendo 130 municípios. Realizou, ainda, atendimentos a municípios que buscaram orientações quanto à formação

de Comissões de Emprego; 1.072 visitas a empreendimentos; e a capacitação de 4.476 empreendedores.

- Programa Estadual do Artesanato Gaúcho

O Programa visa realizar o cadastramento de artesãos (habilitação profissional), permitindo aos trabalhadores o acesso a informações profissionais e esclarecimentos acerca da legislação trabalhista. Cabe salientar que a atividade artesanal é reconhecida pelo Ministério do Trabalho como profissão, abrangida, inclusive, pela Previdência Social.

São oferecidos cursos que propiciam aos artesãos o aprendizado e aprimoramento de técnicas, nos mais diversos tipos de matérias-primas. Realiza-se, dessa forma, o resgate cultural, ao mesmo tempo em que se viabiliza a produção mais organizada e com um menor custo financeiro.

O Programa tem, também, um sistema de comercialização, através do incentivo à abertura de novos espaços, visando o escoamento do produto artesanal no mercado estadual, nacional e internacional. Ainda permite assessorar 152 associações e cooperativas de artesãos, atuando em 40 municípios do Estado.

Entre os meses de janeiro a setembro de 1998, registrou-se o cadastramento de 1.060 artesãos, sendo ministrados 59 cursos, com 501 alunos matriculados. Efetuou-se a renovação de 3.237 carteiras de artesão. Na Casa do Artesão foram vendidas, em consignação, 806 peças, no valor de R\$ 10,2 milhões.

Os principais eventos que a Casa do Artesão participou, no período de janeiro a setembro de 1998, foram: "I Fórum do Artesanato no Vale do Rio Pardo", em Santa Cruz do Sul; "II Fórum do Artesanato na Região das Missões", em São Luís Gonzaga; o lançamento da nova carteira de artesão, a assinatura de um Convênio entre o Programa de Artesanato e a Casa de Cultura Mário Quintana para a promoção de cursos de artesanato; e a 21ª EXPOLEITE e a XV EXPOARGS.

Estima-se, até dezembro de 1998, cadastrar 1.600 artesãos; ministrar 170 cursos, em convênio com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, para 1.851 alunos; e comercializar 946 peças por consignação, num valor de R\$ 12,7 mil.